

# A Produção do Conhecimento Geográfico

3

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes  
(Organizadora)

# A Produção do Conhecimento Geográfico 3

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 3 [recurso eletrônico] /  
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):  
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento  
Geográfico; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-80-2

DOI 10.22533/at.ed.802181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária  
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “A Produção do Conhecimento Geográfico” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 15 capítulos, discussões de diferentes vertentes da Geografia humana, com ênfase na epistemologia e gênero. A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação de trabalho, mas também são incluídos fatores econômicos, naturais, tecnológicos e gênero.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a epistemologia e o gênero. A importância dos estudos geográficos dessas vertentes, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes



## SUMÁRIO

### PANORAMAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS EM GEOGRAFIA HUMANA

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: A ESCALA DIALÉTICA UNIVERSAL – PARTICULAR–SINGULAR NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO <sup>1</sup>	
Átila de Menezes Lima	
João César Abreu de Oliveira Filho	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
A CONCEPÇÃO DE MÉTODO EM RICHARD HARTSHORNE	
Wesley de Souza Arcassa	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>28</b>
A IMPORTÂNCIA DA CONEXÃO KANT-HETTNER-HARTSHORNE À HISTÓRIA DA GEOGRAFIA	
Wesley de Souza Arcassa	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>44</b>
O HORIZONTE HUMANISTA NA GEOGRAFIA E A FENOMENOLOGIA: O PROBLEMA DA “FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA”	
Josimar Monteiro Santos	
Luís Carlos Tosta dos Reis	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
OS CAMINHOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XXI.	
João Henrique Santana Stacciarini	
Laira Cristina da Silva	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>60</b>
UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO DISCURSO CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA E A PROBLEMÁTICA ECONÔMICA DO ESPAÇO: BASES FILOSÓFICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS <sup>1</sup>	
Mariza Ferreira da Silva	
Luis Lopes Diniz Filho	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>71</b>
PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS CONTEMPORÂNEOS.	
Jacy Bandeira Almeida Nunes	
Antônio Carlos Vitte	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>80</b>
CRÍTICO E CONSERVADOR: UMA ANÁLISE DE OS <i>PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS</i> DE YVES LACOSTE	
José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
PERCEÇÃO DO ESPAÇO E A PAISAGEM: UM DIÁLOGO ENTRE AS GEOGRAFIAS CRÍTICA E HUMANISTA	
Gabriel Augusto Coêlho de Santana Rodrigo Dutra Gomes	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>101</b>
A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS: UM ESTUDO SOBRE GOIÂNIA (GO)	
Talita Cabral Machado	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO SOB UMA PERSPECTIVA ESPACIAL	
Geórgia Fernandes Barros Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira Pedro Vasconcelos Maia do Amaral	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>130</b>
A PERCEÇÃO DAS MULHERES QUILOMBOLAS SOBRE OS ESPAÇOS VIVIDOS NAS COMUNIDADES MOURA E BOA VISTA, ORIXIMINÁ-PA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO.	
Maria Consuêlo Moreira	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>139</b>
A LUTA E RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS FEMININAS DO MNLM NA OCUPAÇÃO NOVA SANTA MARTA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS	
Ana Justina da Fonseca Ziegler Benhur Pinós da Costa	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>149</b>
TERRITÓRIO E GÊNERO NO CERRADO GOIANO: OS SABERES TRADICIONAIS DAS MULHERES CERRADEIRAS E SUAS RESISTÊNCIAS DIANTE DA EXPANSÃO CAPITALISTA	
Josie Melissa Acelo Agrícola Evandro César Clemente Nestor Persio Alvim Agrícola	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>159</b>
“É A ÁGUA DO RIO QUE A GENTE USA PRA TUDO”: AS MULHERES RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE DE NAZARÉ-RO E A RELAÇÃO COM AS ÁGUAS DO RIO MADEIRA	
Rúbia Elza Martins de Sousa Rita de Cássia Evangelista dos Santos	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>168</b>

## REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS: A ESCALA DIALÉTICA UNIVERSAL – PARTICULAR–SINGULAR NO CONTEXTO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO<sup>1</sup>

### Átila de Menezes Lima

Prof. Adj. do curso de Geografia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)  
Senhor do Bonfim - Bahia

### João César Abreu de Oliveira Filho

Prof. Adj. do Deptº de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Fortaleza - Ceará

**RESUMO:** Este artigo aborda reflexões teórico-metodológicas a partir de uma perspectiva ontológica lukacsiana para a interpretação geográfica. O texto em específico tem como pretensão estabelecer reflexões para a ciência geográfica no que concerne a análise da escala de compreensão da dialética universal-particular-singular no processo de entendimento da realidade enquanto totalidade. Entendemos que a temática da escala é bem diversa e cara a ciência geográfica, perpassando por questões que vão desde a escala numérico-cartográfica, de questões da escala com um recorte espacial dissociada da escala temporal, de questões da escala do planejamento e do recorte de ações estatais por parte do Estado, assim como o debate da escala do desenvolvimento geográfico desigual, oriunda de leituras do

desenvolvimento desigual e combinado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia; Escala, Teórico-metodológica;

**ABSTRACT:** This article approaches theoretical-methodological reflections from Lukacsian ontological perspective to geographic interpretation. The text aims to establish reflections for geographic science from analysis of the scale of understanding of the universal-particular-singular dialectic in the process of understanding reality as totality. The theme of scale is very diverse and relevant to geographic science, pertaining to issues ranging from the numerical-cartographic scale, scale with a spatial fragment dissociated from the time scale, issues of scale planning and fragment state actions from State, as well as the discussion on the scale of disparate geographical development, derived from readings of uneven and combined development.

**KEY-WORDS:** Geography; Scale; Theoretical-methodological;

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva levantar a reflexão do papel da escala como instrumento

1. O presente trabalho faz parte de uma construção que se desdobrou a partir de reflexões e parte de outro trabalho apresentado no Encontro da Associação Nacional da Pós-Graduação em Geografia – ANPEGE que ocorreu em 2017 na cidade de Porto Alegre – RS.

teórico-metodológico de compreensão da Geografia a partir da análise categorial do movimento universal-particular-singular, o que perfaz para as reflexões da analítica lukacsiana, o entendimento da totalidade em seu movimento. Essa objetivação parte do pressuposto de que o(s) conceito(s) ou noções de escala na Geografia não dão conta de compreender a realidade do movimento das coisas em suas múltiplas determinações, ou quando se aproxima, os faz de forma antidualética a partir dos pressupostos positivistas, neopositivista, estruturalistas e mesmo pós-estruturalistas, em virtude de noções que negligenciam a totalidade dos processos levando em conta somente a fragmentação, fato evidenciado nas reflexões de Coutinho (2010) ao analisar o neopositivismo, o estruturalismo e a miséria da razão contida nos pressupostos existencialistas.

Na Geografia escala em enquanto categoria de análise foi e ainda é associada à concepção de escala cartográfica, numérica, matemática. Essa noção dificulta a resolução do problema da escala, conforme nos aponta Castro (1995), quando traz à tona o problema da escala como um problema epistemológico da ciência geográfica.

A noção ou conceito de escala é polissêmico e muito difuso no pensamento geográfico, não havendo uma interpretação única sobre o conceito, tampouco uma conceituação própria da geografia, o que para alguns é um dos problemas no que se refere a escala.

Vários são os autores que debatem a perspectiva da escala na geografia como Lacoste (2011), Racine, Raffestin e Ruff( 1983), Castro (1995), Valenzuela (2004), Melazzo e Castro (2007), Horta (2013), Santos (1997), Smith (1988; 2002) e também bem diversificadas são as interpretações da mesma. Concepções que analisam a escala como cartográfica, como nível hierárquico, como rede e como relação. Perspectivas que entendem a escala como conceito epistemológico e, portanto, como uma representação espacial e outras que a entendem numa perspectiva ontológica de entidade espacial intrínseca, enquanto realidade produzida socialmente para além dos cortes epistemológicos.

Esse trabalho se insere na tentativa de debater o problema da escala geográfica, questionando-a como uma ferramenta interpretativa da realidade para além das visões epistemológicas, mas, sobretudo, no viés ontológico e categorial. Para além dos números e quantificações cartográficas a escala é uma produção social, realidade produzida, como assinala Smith (2002) e que podemos utilizá-la como um instrumento analítico do pensamento para a compreensão da realidade espacial.

Buscamos compreender o movimento teórico-metodológico da escala como possibilidade de apreensão dos processos reais a partir do movimento categorial<sup>2</sup> particular-singular-universal. Desse modo, faremos um breve resgate histórico da noção de escala na ciência geográfica e alguns apontamentos iniciais da dialética

---

2. Entendemos as “categorias como formas de ser, determinações da existência” no sentido marxiano.



universal-particular-singular<sup>3</sup>.

## 1 | O CAMINHO DA NOÇÃO DE ESCALA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO: AS TESSITURAS DE UM DEBATE.

A noção de escala na Geografia entrecruza diretamente as abordagens veiculadas pela geografia clássica tratando da escala, na maioria das vezes enquanto elemento cartográfico, numérico e matemático. Castro (1995) nos alerta que grande parte das discussões acerca do problema da escala se dá a partir de três questões cruciais. A primeira é identificada a partir do entendimento análogo entre escala cartográfica e geográfica. O segundo se refere a problemática teórico-metodológica da escala. O terceiro se dá em torno da noção concepção de escala como elemento de entendimento do real, ou seja, instrumento de definição do campo empírico da pesquisa, entrecruzando inclusive a dimensão espaço-temporal do objeto investigado.

Grande parte dos problemas oriundos da concepção de escala paira sobre a diferença entre escala geográfica e cartográfica e como assinala Racine, Raffestin e Ruff (1983) da falta de consciência da dialética destas na análise dos pesquisadores. Além disso, temos problemas entre os níveis de análise e fenômeno, entre homogêneo e heterogêneo e absoluto e relativo no que concerne a dimensão espaço-tempo. Muitos geógrafos atribuem e confundem a noção de níveis com medidas, dimensões. Os fenômenos ocorrem em determinados níveis, mas possuem determinações gerais oriunda de processos amplos de desenvolvimento, oriundos de conjecturas maiores de entendimento do real, ocorrendo de forma específica nos lugares.

A geografia clássica se debruçou em muitas de suas análises na dimensão empírica dos processos como é o caso dos reducionismos analíticos entre uma geografia cosmológica, corológica, ideográfica e nomotética. Esses reducionismos analíticos levaram a problemas metodológicos que permeiam até hoje e contribuíram inclusive em fragmentações da realidade e do objeto de investigação da Geografia a partir de subdivisões entre uma geografia geral e regional.

A problemática da escala em uma dimensão metodológica faz-se necessária no intuito de compreender a mesma para além da dimensão empirista e mesmo abstrata. Possibilitando assim compreender a escala como totalidade.

Outra problemática recorrente no debate escalar está associada a dimensão espaço-temporal de entendimento do real. A escala não pode ser compreendida fragmentando essa noção espaço-temporal do movimento do mundo. A escala possui “também uma medida, mas não necessariamente um fenômeno” (CASTRO, 1995, p. 127). Há quem diga que grande parte da problemática em torno da escala ocorre em

---

3. Assinalamos por fim que tanto as categorias universal-particular-singular, assim como a categoria da totalidade e do concreto, não são criações das subjetividades dos pesquisadores, elas têm existência independente destes, cabendo a estes desvenda-las para uma melhor contribuição do entendimento da realidade em sua relação aparência-essência.

virtude da Geografia não possuir um conceito próprio de escala.

Na geografia clássica a noção de escala esteve condicionada a escala cartográfica, portanto, uma representação da realidade a partir de um mapa. Essa atribuição colocou em cheque e no centro do debate o processo fragmentário e abstrato da realidade. A confusão teórica e metodológica oriunda da associação da escala como componente cartográfico eclodiu no falseamento da realidade, objetivado a partir de uma visão reducionista e cartesiana proporcionada pelos mapas a partir de visões empiristas da realidade. O mapa destaca Castro (1995) não passa de um movimento conceitual, ele é uma expressão empírica.

Desse modo, a escala numérico-matemática foi outra importante ferramenta de apreensão da realidade, principalmente na Geografia quantitativa, onde os números, modelos, quadros ditavam a explicação do movimento das coisas. Esse mote acabou por padronizar e homogeneizar as relações sociais e espaciais em todos os lugares, desqualificando as diferenças espaciais e suas especificidades, os lugares, regiões, territórios eram menosprezadas em virtude dos modelos estatístico-matemáticos de apreensão da realidade.

Essas diversas concepções oriundas no debate na história do pensamento geográfico levaram diversos autores a questionarem o problema da escala na Geografia, objetivando debater acerca do movimento escalar de compreensão do espaço geográfico.

A visão da escala cartográfica difundida na Geografia clássica corroborou no alargamento das dimensões espaciais do mundo, refletindo de forma efetiva no problema do tamanho da superfície terrestre, bem como da visão cartesiana do mundo. Os mapas foram difundidos como verdades absolutas a partir de representações da realidade, o que aglutinou visões equivocadas e distorcidas da realidade.

Esse panorama por qual a Geografia caminhou, pautado a noção de escala na perspectiva cartográfica, numérico-matemática corroborou em distorções da realidade, colocando a discussão de escala na geografia como um problema epistemológico e metodológico.

Após a identificação dessa problemática alguns autores se debruçaram a questionar e discutir a escala, como Castro (1995), Lacoste (1988; 2013), Horta (2013), Smith (1988), dentre outros que passaram a refletir sobre a concepção de escala na geografia a partir de outras formas de abordagens.

Essas abordagens levaram esses autores a não dissociarem espaço e tempo, conforme nos aponta Braudel (2007), onde delimita a noção do tempo como algo não linear; a perceber que a escala cartográfica é apenas uma representação do real com base em um recorte específico previamente delimitado pelo pesquisador e com isso proporem várias frentes de compreensão da noção de escala, além de ampliar o debate para as perspectivas multiescalares (LENCIONE, 2008).

Lacoste (2011), no capítulo intitulado '*As interseções de múltiplos conjuntos espaciais*', atentava para as dificuldades de apreendermos a realidade somente em

função de um conjunto espacial dissociado do todo. De acordo com este autor:

Cada um desses conjuntos não fornece mais do que um conhecimento extremamente parcial da realidade. De fato, esses conjuntos espaciais são representações abstratas, objetos de conhecimento e ferramentas de conhecimento produzidos pelas diversas disciplinas científicas. (LACOSTE, 2011, p.67).

Para a superação deste problema, Lacoste (2011) propunha a necessidade de inter-relação das diferentes escalas de análise para a compreensão do real. De fato, a problemática escalar é bem cara a geografia, tanto nas reflexões teóricas quanto no exercício da prática, nos trazendo indagações de como identificar qual escala melhor se adéqua a intervenção das políticas estatais (políticas territoriais) e qual a escala nos proporciona uma melhor compreensão da realidade a ser analisada. Em suas reflexões sobre o planejamento e ordenamento do território, Fischer (2008) destaca que devemos analisar a escala de intervenção não só espacialmente, mas também em sua dimensão temporal.

Mesmo com as perspectivas críticas a noção de escala de cunho positivista e neopositivista, as problemáticas a cerca da escala continuaram e continuam. Exemplos podem ser dados a partir dos críticos da análise da macroescala. De fato, a maior parte dos estudos de análise da macroescala pecam em ficarem muito abstratas, generalistas, com poucas mediações com o local, as microescalas, sobretudo as das relações de poder articuladas ao debate do território e da região. As críticas são pertinentes e podemos identificar que grande parte do debate da macroescala são leituras estruturalistas ligadas ao economicismo sem as mediações necessárias para o entendimento do concreto.

Horta (2013), em excelente apanhado sobre a discussão da escala, em artigo denominado *escala espacial e geografia: pela transposição da região*, apresenta interessantes contribuições sobre a problemática escalar, levantando problemas inclusive da insatisfatória relação entre escala e espaço, sobretudo no que concerne a questão da região na macroescala. Nesse sentido, o autor se propõe a fazer uma contribuição para leituras multiescalares da região, assinalando que “a região deve possuir uma posição escalar de maior amplitude na geografia”.

Nas reflexões de Horta (2013) Haesbaert (1995, 2007) e Claude Raffetin (1993) trouxeram grandes contribuições para o debate do território e de sua condição multiescalar. Pautados na discussão das relações de poder, sobretudo nas microescalas, estes autores evidenciam processos e sujeitos que de certa forma ficam ocultados no debate da macroescala. Também trazem evidências do debate da política perante o debate econômico.

No entanto, por mais que façam à crítica, os teóricos da microescala também reproduzem o que negam, ou seja, ao fincarem tanto a atenção ao micro e na política, inserem entre “parênteses” a realidade econômica<sup>4</sup> e o grande peso que esta tem

4. Entendemos que o real é concreto, pois é a síntese de múltiplas determinações. Neste sentido é a relação dialética entre fatores econômicos e extraeconômicos, entre condições objetivas e subjetivas, sendo necessário buscarmos aquilo que Marx denominava de momento predominante.

na política e na reprodução social e caem numa leitura estruturalista de forte viés “politicista”<sup>5</sup>. Assim como não conseguem estabelecer as mediações entre o micro e o macro, acabam também caindo num singularismo empirista dos lugares sem as devidas mediações com as abstrações universais que compõem a realidade. Podemos observar isso nas inúmeras leituras do intra-urbano dissociadas de relações mais amplas, nas leituras múltiplas das micro relações de poder dissociadas do poder do Estado e sobretudo, do capital.

Desta forma, percebemos avanços sobre a leitura da escala, mas também permanecem velhos ranços metodológicos de se analisar a realidade na aparência ou mesmo por cortes epistêmicos manipulados da realidade.

A necessidade dessa inflexão-regressão foi no sentido de apresentar algumas diferentes perspectivas de se tratar a escala, suas limitações para assim pensar como a escala pode contribuir para dar suporte a geografia como um instrumento teórico-metodológico de entendimento da realidade, a partir do movimento universal-particular-singular.

Compreender o movimento da realidade nessa perspectiva é entender a realidade em suas múltiplas determinações que trazem o jogo dialético do indivíduo (singular), muitas vezes morto na leitura da geografia das estruturas que elimina os sujeitos, e o gênero humano (universal) e a concretização que o indivíduo tem com a sociedade (particular). Essa compreensão é fundante para uma concepção escalar que nos proporcione a produção do espaço.

## **2 | A ESCALA UNIVERSAL-PARTICULAR-SINGULAR COMO PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A PRODUÇÃO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

A compreensão da realidade no movimento universal-particular-singular nos exige entender que o concreto é síntese de múltiplas determinações, unidade na diversidade.

Como assinala Marx (2011), no debate sobre o concreto:

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, portanto, também o ponto de partida da intuição e representação. (...) (MARX, 2011, p.54).

Esse proceder evita que façamos determinações abstratas da realidade e transformemos o real como resultado do pensamento em si. Como assinala Marx (2011)

---

5. Essa expressão é denominada do politicismo elaborada por Chasin (2000, p.123). O fenômeno do politicismo segundo este autor é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política. “Enquanto falsificação teórica e prática, o politicismo é um fenômeno simétrico ao economicismo”.

As determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo; enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como concreto mental. Mas de maneira alguma é o processo de gênese do próprio concreto. (MARX, 2011, p.54).

Nesse sentido, o universal deve ser entendido como uma abstração, o particular como um concreto real (mediação) e o singular como um empírico abstrato. É o movimento de apreensão do abstrato ao concreto, a busca das abstrações concretas em sua dialética, evitando assim, cairmos num materialismo vulgar e mesmo num subjetivismo sem mediações históricas.

Reafirmando a dialética abstrato – concreto assinalamos conforme Lukács (2012, p.314) que:

a dialética é incompreensível para quem não é capaz de colocar-se acima daquela visão primitiva da realidade, segundo a qual só se reconhece como materialidade, aliás como objetividade existente, a coisidade, atribuindo todas as demais formas de objetividade (relações, conexões etc.), assim como todos os espelhamentos da realidade que se apresentam imediatamente como produtos do pensamento (abstrações etc.) a uma suposta atividade autônoma da consciência. Neste sentido a análise marxiana traz como inovação seu modo de tratar a abstração sendo estas abstrações concretas.

O movimento dialético das abstrações concretas se dá justamente na apreensão nas mediações e processos contidos na realidade. Sendo a particularidade (o concreto), a mediação, a escala de compreensão entre o universal abstrato e o singular, movimento semelhante ao debate da região na geografia que é tida por algumas reflexões como a mediação entre o geral e o singular.

A compreensão da realidade numa perspectiva de apreensão das medições e de processos que compõem a mesma exige o entendimento de uma escala espaço-temporal enquanto totalidade e nas múltiplas determinações que compõe o concreto.

Smith (2002) propõe uma teoria política da escala geográfica, isto é, uma análise que nega a visão do espaço como um mosaico, ou seja, a escala como uma totalidade. Um exemplo disso seria a escala no capital que compreende a relação e as mediações que vão do corpo ao mundo, o que nos permite apreender a realidade no movimento universal-particular-singular. Para esse autor (2002), um acontecimento não é somente local, ou mesmo global, ocorrem em todas as escalas ao mesmo tempo, só que com intensidades diferentes. Ainda acrescenta que:

Gran parte de la confusión en las construcciones contemporáneas del espacio geográfico surge de un dilatado silencio sobre la cuestión de la escala. La teoría de la escala geográfica – correctamente, la teoría de la producción de la escala geográfica – está enormemente subdesarrollada. Efectivamente, no existe ninguna teoría social de la escala geográfica, sin mencionar El materialismo histórico. El cual todavía juega una parte crucial en nuestra construcción geográfica global de la vida material. La represión brutal de la plaza de Tianamen ¿fue un evento local, un evento regional o nacional, o fue un evento internacional? Podríamos razonablemente asumir que fueron todos, los cuatro, lo cual inmediatamente



refuerza la conclusión de que la vida social opera y construye algún tipo de espacio habitado jerarquizado en lugar de un mosaico. ¿Cómo concebimos críticamente las varias escalas habitadas?, ¿cómo mediamos entre ellas y las interpretamos?. Más aún ¿cómo conceptuamos semejante interpretación que en cierto modo concentra las prácticas sociales y la política diseñadas para destruir la intención opresiva y explotadora del espacio jerarquizado? El idealismo de los estudios “locales” oficiales reside en la suposición de que esta interpretación se realiza simplemente mediante la afirmación del privilegio de “lo local”, en lugar de efectuar su relacionalidad con otras escalas espaciales (SMITH, 2002, p. 141).

As reflexões contidas na citação são fundamentais para apreendermos o movimento da realidade e as mediações que vão do universal, perpassando pelo particular e o singular. Também é fundamental a crítica ao estruturalismo<sup>6</sup> e pós-estruturalismo nos analistas do corte micro da realidade. Para Smith (2002), além da escala ser uma construção delimitada pela sociedade, suas diferenciações também se dão devido a estrutura geográfica das interações sociais, assim:

Las diferentes sociedades no sólo producen el espacio, como Lefebvre nos ha enseñado, ellas también producen la escala. La producción de la escala puede ser la diferenciación más elemental del espacio geográfico y es en toda su extensión un proceso social. No hay nada ontológicamente dado sobre la división tradicional entre hogar y localidad, escala urbana y regional, nacional y global. La diferenciación de las escalas geográficas establece y se establece a través de la estructura geográfica de interacciones sociales. Con un concepto de escala como producido, es posible evitar por una parte el relativismo que trata la diferenciación espacial como un mosaico, y por otra evita la reificación y la acrítica división de escalas que reitera un fetichismo del espacio. En otras palabras, debería llegar a ser posible, insertar las “reglas de interpretación” que nos permitan no sólo entender la construcción de la escala en si misma, sino la manera en la que el significado se traduce entre las escalas. En este sentido, como evento global la Plaza de Tiananmen tiene um significado muy diferente que como evento local. Ambos son claramente coincidentes, aunque no idénticos, pero ¿cómo determinamos esta diferencia y homología del significado? Sin resolver algunas de estas preguntas, un entendimiento más sistemático de la diferencia geográfica, y desde aquí hacia la diferencia de modo general, continuará bloqueado. (SMITH, 2002, p. 141).

As reflexões estabelecidas por Smith (2002) nos permitem entender o movimento do real a partir das diferentes mediações e processos que o compõe e nos abre a perspectiva de entender a partir do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo proposta por Harvey (2005) em sua geografia histórica do capitalismo. Este autor volta sua atenção para o entendimento global do processo de acumulação capitalista, visando a explicação da produção do espaço, sendo o materialismo histórico um excelente caminho.

Ao desenvolver suas reflexões sobre a teoria do desenvolvimento desigual, ressaltando a dialética da diferenciação e equalização geográfica e da escala espacial e o movimento do capital, Smith (1988) nos oferece fortes perspectivas de compreensão da realidade no movimento que vai do micro ao macro fato que pode ser enriquecido com a leitura do universal-particular-singular.

Partir dos processos e mediações concretas é tarefa fundamental no sentido de

---

6. Para uma crítica aprofundada buscar: COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

evitarmos a reprodução de modelos abstratos ou tipos ideais e ao mesmo tempo não caiamos em um empirismo singular da realidade. Grande parte das reflexões sobre a escala adentram essas armadilhas, ou fazem leituras universais-abstratas dissociadas do singular, ou ficam num híper-singularismo apartado das universalidades. E mesmo em alguns casos tratam o singular como se fosse o particular e como se este não tivesse vinculação com o universal. Isso é evidente nas leituras na geografia que trata do poder local e das escalas micro, os estudos das cidades médias sem as devidas mediações com o movimento da totalidade que é permeado pela política, pela cultura, pela economia, nos faltando evidenciar o “momento predominante” dessas mediações.

Para compreendermos o movimento da dialética universal-particular-singular, faz-se necessário observarmos a assertiva de Lukács (2013) onde:

É preciso ter sempre claro que tanto a universalidade como a singularidade são categorias ontológicas dos próprios objetos e processos, que tanto a universalização como a singularização constituem, em primeira linha, processos reais cujos resultados são mimeticamente reproduzidos nas formações ideais correspondentes. Mas seria leviano tirar da constelação ontologicamente existente nesse ponto, a saber, que a essência é um predomínio da universalidade, enquanto ao fenômeno acresce um movimento na direção do singular e particular, a conclusão de que, nessa relação, estaria expressa de modo unívoco a verdadeira relação da essência com seu fenômeno. Antes de tudo: a universalidade e a singularidade também são determinações de reflexões, isto é, elas entram em cena de modo simultâneo e polarizado em cada constelação: todo e qualquer objeto sempre é simultaneamente um universal e um particular. Por essa razão, embora o mundo fenomênico – posto em relação com a essência enquanto universalidade permanente – represente um mundo da singularidade movimentada, ele igualmente deve produzir ontologicamente as suas próprias universalidades, assim como as universalidades da essência reiteradamente se revelam também como singularidades. (...). (LUKÁCS, 2013, p.391).

Acitação anterior é fundamental, sobretudo para entendermos que a concretização entre o universal e o singular é a categoria da particularidade. É como se esta fosse uma mediação escalar entre o que existe de mais universal e abstrato com o que há de mais singular. Outro fato importante é entender que tanto particular pode se tornar em um universal, que o diga a forma não clássica de entificação do capital nos Estados Unidos, que se transformou em um universal em escala global. Assim como universais também podem se particularizar e dentro de uma particularidade surgir novos universais, numa escala que abre para as contingências.

Ao partirmos do particular em sua dialética com o universal-singular como pressuposto metodológico, podemos compreender inclusive que a própria teoria do desenvolvimento desigual e combinado (que vai além da leitura somente econômica) está incluída dentro desse sistema categorial.

A categoria da particularidade é dessa forma de extrema importância para a compreensão da realidade, nos permitindo compreender a mesma tanto na dimensão das microrelações, bem como suas conexões com o macro, que é unificada pelo capital. Desta forma, podemos estudar desde a espacialização diferencial do capitalismo no espaço global, como as relações de poder, a política, e mesmo as múltiplas

determinações presentes na dialética das relações econômicas e extraeconômicas.

Para tanto devemos nos apoiar nos procedimentos teórico-metodológicos assinalados por Lukács (1978), ao discutir o particular à luz do materialismo histórico-dialético. De acordo com Lukács,

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que dêste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular, singular. (LUKÁCS, 1978, p.88).

Tal proceder, aliado a relativização dialética do universal e do particular, nos permite uma aproximação concreta da realidade. Neste caso, Lukács (1978, p.92) assinala que,

[...] em determinadas situações concretas êles se convertem um no outro, em determinadas situações concretas o universal se especifica, em determinada relação êle se torna particular, mas pode também ocorrer que o universal se dilate e anule a particularidade, ou que um anterior particular se desenvolva até a universalidade ou vice-versa. [...].

Esse proceder nos permite não ficarmos somente nas abstrações idealistas, trazendo a possibilidade de chegarmos aos nexos concretos<sup>7</sup> sem necessariamente negarmos as abstrações. Ou seja, nos permite compreendermos a partir de uma apreensão escalar o movimento das relações que vão do micro ao macro e virse versa, assim como não ficarmos em leituras abstratas e gerais ou leituras singularistas e empiristas.

Essa perspectiva analítica nos permite, por exemplo, de entender a espacialização das forças produtivas capitalistas no Brasil, assim como em algumas unidades federativas do mesmo articulando o que existe de universal no movimento do capital e o que existe de específico da formação socioeconômica brasileira. Permite-nos á leituras da expropriação do corpo no movimento amplo de espoliação do capital. Permite-nos a partir das leituras extraeconômicas como a política, a alienação, a ideologia e a violência, compreendermos que essas se afirmam e reafirmam como uma forma de reprodução social, que queiramos ou não, na atual perspectiva histórica de nossas existências é a reprodução ampliada da sociabilidade do capital. Como entendermos os conflitos no campo, com as mais diversas minorias (indígenas, quilombolas, comunidades de fundos de pasto, agricultura familiar etc.) sem as mediações com a sociabilidade do capital no seu movimento escalar? A nosso vê somente com uma grande mágica epistemológica de deixar a realidade de “lado” para a construção de uma realidade narrada pelo pesquisador.

Até mesmo os discursos culturalistas não podem negar que a cultura como um

---

7. O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, portanto, também o ponto de partida da intuição e representação. (MARX, 2011, p.54).

complexo social que está hierarquicamente submetido a (re)produção (categorias filosófico-econômicas) sociais estão numa realidade determinada historicamente, ou seja, não existe enquanto realidade paralela e portanto está submetidas a lógica do capital, seja para reafirmá-la ou negá-la.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate escalar no campo do conhecimento geográfico é bastante demais amplo e está longe de entrar em consenso. Reflexões que perpassam também por diferentes perspectivas teórico-metodológicas de entendimento do real vão auferir diferentes significados a questão escalar nessa ciência.

A diversidade em relação as concepções que analisam a escala variam: da cartográfica, como nível hierárquico, como rede e como relação; perspectivas que entendem a escala como conceito epistemológico e, portanto, como uma representação espacial e outras que a entendem numa perspectiva ontológica de entidade espacial intrínseca, enquanto realidade produzida socialmente para além dos cortes epistemológicos.

O intuito principal presente no corpo deste texto foi o de levantar questões e contribuições para um debate da escala numa perspectiva ontológica que compreenda o movimento da realidade na perspectiva da dialética universal-particular-singular. Esse movimento nos permite compreendermos a realidade enquanto totalidade para além das perspectivas fragmentadas, além de permitir um estudo partindo do concreto, das mediações que perfazem o movimento do abstrato ao concreto, abstrações concretas.

A categoria da particularidade é, nesse contexto, a mediação escalar entre o universal abstrato e o singular, é o concreto real, síntese de múltiplas determinações, fato que nos permite a superação de entender a realidade somente pelo empirismo ou do outro lado somente pelas abstrações gerais.

O entendimento da dialética universal-particular-singular nos permite assim, o entendimento da realidade enquanto totalidade em movimento, o concreto enquanto síntese de múltiplas determinações, unidade na diversidade, fato fundamental para a superação das analíticas estruturalistas, a-históricas e anti-humanistas que constroem uma visão escalar como um mosaico, uma soma das partes.

Neste sentido, concluímos este breve escrito reafirmando a necessidade de buscarmos a dialética escalar do movimento universal-particular-singular como procedimento de compreensão da realidade e sobretudo pelo viés geográfico de compreensão do mundo.

## REFERÊNCIAS

- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. Tradução J. Guinburg e Tereza Cristina Silveira da Mota. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- CASTRO, I. E. O problema da escala. In: Castro, I. E. et al. (Orgs.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1995.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- HORTA, Célio Augusto da Cunha. **Escala espacial e Geografia: pela transposição da região**. Geografias artigos científicos, vol.9, nº2, 2013.
- LACOSTE, Yves. **A geografia** – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra; tradução Maria Cecília França. –19ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- LUKÁCS, Gyorgy. **Introdução a uma estética Marxista**: sobre a categoria da particularidade. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. – São Paulo: Boitempo, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LENCIONI, Sandra. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. Reflexões a partir do caso de São Paulo. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 39, p. 7-20 (2008).
- MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro: Ed: UFRJ, 2011.
- MELAZZO, E. S.; CASTRO, C.A. A escala geográfica: noção, conceito ou teoria? In: **Terra Livre 29** – A geografia no tempo de novos conhecimentos do espaço!, Presidente Prudente/SP: AGB, ano 23, v.2, p.133-142, 2007.
- RANCINE, J.B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática geográfica. In: **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, v.45, n,1, p.123-135, jan./mar.1983.
- SMITH, Neil. Geografía, diferencia y lãs políticas de escala. In: **Terra livre**, São Paulo, ano 18, n. 19; p. 127-146, jul./dez. 2002.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.



## A CONCEPÇÃO DE MÉTODO EM RICHARD HARTSHORNE

**Wesley de Souza Arcassa**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
(IBGE)

Fundação Educacional de Penápolis (FUNEPE)  
Penápolis – SP

**KEYWORDS:** Richard Hartshorne; Method in Geography; History of Geographical Thought.

### 1 | INTRODUÇÃO

**RESUMO:** Na década de 1920, emerge no meio acadêmico norte-americano o geógrafo Richard Hartshorne (1899-1992), cuja obra ainda encontra-se a espera de maior análise e difusão. Tendo como base esta ideia, o texto em questão tem como objetivo analisar um aspecto central da produção hartshorniana, sua concepção de método para a ciência geográfica, além de evidenciar os avanços prestados neste campo do saber científico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Richard Hartshorne; Método em Geografia; História do Pensamento Geográfico.

**ABSTRACT:** In the 1920s, emerges in North American Academia the geographer Richard Hartshorne (1899-1992), whose work still is waiting more analysis and diffusion. Based on this idea, the paper in question objective analyze a central aspect of the Hartshornian production, your conception of method for geographic science, beyond evidence the advances implemented in this field of scientific knowledge.

A moderna concepção de Geografia tem sua base em estudos desenvolvidos por Immanuel Kant no século XVIII, os quais foram posteriormente aprofundados pelos geógrafos. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX há um resgate, além de uma melhor difusão das ideias de Kant, por meio do movimento que ficou conhecido como neokantismo, o qual teve em Alfred Hettner uma de suas figuras de maior destaque.

A partir da segunda metade da década de 1920, emergiu no meio acadêmico norte-americano o geógrafo Richard Hartshorne (1899-1992), responsável pela difusão e análise dos conceitos kantianos e hettnerianos em nível internacional. Sua obra teve grande impacto na Geografia, pois foi capaz de realizar o que até então não havia sido produzido nessa ciência, estudos de cunho epistemológico e metodológico, além de sistematizar significativa parcela das teorias produzidas pelos autores “clássicos” desse ramo do saber científico.

Nesse sentido, o texto em questão, fruto de pesquisas em nível de doutorado com ênfase na área de História do Pensamento Geográfico,

objetiva realizar um exame crítico de aspectos teóricos da obra de Hartshorne, buscando compreender sua influência perante a Geografia produzida desde a segunda metade do século XX. Além disso, procura-se evidenciar também os avanços prestados pelo teórico principalmente no campo de estudo do Método em Geografia.

## 2 | METODOLOGIA

Como princípio metodológico norteador para a elaboração do presente trabalho utilizou-se principalmente o levantamento de bibliografias concernentes à temática, oriundas de diferentes fontes e suportes. Isso porque, o trabalho realiza uma análise essencialmente teórica do assunto nele abordado.

Em contrapartida ao estudo dos principais aspectos do método na obra hartshorniana faz-se necessário também compreender o período histórico no qual se insere o autor, o que denota a utilização de um arcabouço metodológico advindo da História da Ciência.

Os produtos finais obtidos no estudo objetivam servir de respaldo para a execução de análises e estudos futuros em relação às temáticas: Richard Hartshorne; Método em Geografia; História do Pensamento Geográfico; e, Escola Norte-Americana de Geografia.

## 3 | A HISTÓRIA DA CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para compreensão do lugar ocupado por Richard Hartshorne na matriz histórica da Geografia optou-se pelo uso da História da Ciência. Esta não é um conjunto de biografias de grandes personagens. Também não é um conjunto de relatos cronologicamente organizados sobre descobertas marcantes. Um historiador da Ciência não costuma escrever trabalhos do tipo “os grandes gênios da humanidade”. Isso porque, seu objetivo não é mostrar determinadas pessoas como “heróis” que tornaram a Ciência o que ela é hoje, em contraposição a “vilões” que atrasaram a evolução dessa Ciência.

A História da Ciência estuda o processo de construção do conhecimento, mas isso não quer dizer que os pesquisadores dessa área analisam o passado e procuram as origens do que deu certo, separando a história do conhecimento genuíno daquilo que foi rejeitado. Considerar a Ciência somente a partir dessa premissa seria incorrer em um anacronismo, ou seja, focar o passado pensando apenas no que hoje é aceito.

Nesse sentido, pode-se dizer que a História da Ciência tem como objeto de estudo não apenas o que hoje é aceito como Ciência, mas sim, o que em alguma época e de algum modo foi proposto ou aceito como Ciência. Dessa forma, é possível estabelecer que a História da Ciência seja uma disciplina profissional e rigorosa, a qual reclama o

mesmo nível de exigência e conhecimento que qualquer outra área de estudo.

Na concepção de Kragh (2003, p. 35):

[...] a única forma de alcançar um entendimento verdadeiro da dinâmica atual da ciência moderna é através da análise histórica, uma análise que não será histórica apenas no sentido de considerar a ciência na sua dimensão temporal, mas também no sentido de usar as técnicas e os métodos que caracterizam a investigação histórica.

De acordo com Ferreira e Martins (2009, p. 14), embora não haja uma “receita infalível” para um bom trabalho em História da Ciência, alguns pontos podem ser destacados a esse respeito. O historiador da Ciência escolhe temas restritos e os trata de forma aprofundada. Na realidade, essa é uma exigência fundamental na pesquisa acadêmica, não somente em História da Ciência.

Portanto, pode-se inferir que não é possível empreender uma pesquisa sobre História da Geografia de modo geral. É necessário escolher uma questão que será tratada, alguma controvérsia que pode ser estudada, algum aspecto do trabalho de determinado autor etc. Assim, como recorte temático do presente estudo optou-se por desenvolver uma análise sobre a parcela da produção hartshorniana voltada à questão do Método em Geografia.

O trabalho em questão justifica-se pelo fato de que a produção teórica hartshorniana em partes, ainda, demanda um maior estudo e interpretação, principalmente no que concerne ao impacto causado à Geografia. Outro elemento que demonstra a importância da temática abordada consiste no fato de que sua área de concentração — História do Pensamento Geográfico — carece de trabalhos que envolvam os aspectos teóricos dos autores tidos como “clássicos”, sendo este campo de estudo da ciência geográfica, por vezes, relegado pela maior parte dos membros da comunidade científica.

Partindo da premissa de que a História da Ciência procura estudar a construção do conhecimento de uma época dentro do seu próprio contexto, cabe destacar as explicações de Claval (2011, p. 256), o qual considera que o período entre as duas guerras mundiais é muito mais marcado pelo alargamento do campo de estudo da Geografia que pelo seu aprofundamento. Os geógrafos passaram a explorar o mundo rural, analisar as realidades urbanas, voltando-se às atividades econômicas e se apaixonando pelos conflitos políticos. Na medida em que são mais numerosos em um mundo onde a mobilidade aumentou, a parte dedicada às realidades exóticas expande-se. Esse é o contexto em que Hartshorne inicia sua produção científica, marcado também por uma transição entre a Geografia Clássica e a Geografia Moderna.

Considerado por Andrade (1987, p. 79) como “o maior teorizador da escola clássica nos Estados Unidos”, Hartshorne alvitra por meio de sua obra acadêmica analisar questões sobre a natureza da ciência geográfica e seus problemas metodológicos, tendo como fonte fundamental para seus argumentos a Geografia Alemã do início do século. Dessa maneira, o teórico norte-americano busca exaustivamente “estabelecer

uma metodologia capaz de fazer da Geografia Moderna uma disciplina rigorosa e científica” (GOMES, 2003).

A sistematicidade e objetividade do trabalho geográfico empreendido por Hartshorne permite uma superação do nível da descrição, atingindo por consequência a análise científica tão almejada. Isso contribui para emersão do autor como um dos mais importantes pensadores na história da Geografia, ocupando um papel de destaque perante a produção científica vindoura.

Por fim, deve-se considerar Hartshorne como símbolo de um trabalho coletivo, sendo que a sua produção acadêmica só pode ser compreendida levando em consideração o contexto cultural, técnico e científico vigente a partir do período entre guerras. O autor debruça-se sobre o conhecimento geográfico acumulado, representado principalmente pelos trabalhos de Kant e Hettner, para propor novos enfoques teórico-metodológicos no âmbito da Geografia.

#### 4 | RICHARD HARTSHORNE: UMA TRAJETÓRIA PELA GEOGRAFIA

Richard Hartshorne (12 de dezembro de 1899 – *Kittannig, Pennsylvania*) eminente geógrafo norte-americano, realizou seus estudos de graduação na Universidade de Princeton entre os anos de 1917 e 1920. Realizou seu doutoramento no período de 1921 a 1924, tendo sido um aluno de elevado destaque na Universidade de Chicago, principalmente devido à importância e a variedade das temáticas abordadas em seus trabalhos, pois este recebeu o título de doutor com grande louvor devido a sua tese: *The Port of Chicago: Its Commerce, Facilities and Requirement*.

Especialista em temas voltados à Epistemologia da Geografia, Metodologia Científica, além de Geografia Econômica, Regional e Política, Hartshorne passou a exercer papel de destaque na comunidade científica norte-americana. Entre os anos de 1924 e 1940 ministrou aulas na Universidade de Minnesota, tendo publicado, no ano de 1939, o alentado trabalho *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*, o qual foi editado pelos *Annals of the Association of American Geographers* (volume XXIX, números 03 e 04), tendo o mesmo logo se transformado em livro, dado o impacto que provocou, gerando imensa polêmica na esfera acadêmica devido à inovação teórica implementada.

Em 1938, o professor Richard Hartshorne, então da Universidade de Minnesota, ficou afastado de sua universidade em licença de um ano para estudos de campo na Europa. Ele foi incumbido de realizar estudos minuciosos de certas fronteiras políticas europeias; mas o ano de 1938 não era o mais propício para se examinarem essas fronteiras *in loco*. Em vez disso, Hartshorne passou esse período organizando um relatório sobre o desenvolvimento do pensamento geográfico, graças a leituras feitas em bibliotecas europeias e visitas a numerosos geógrafos europeus. Em 1939, publicou sua obra monumental — *The Nature of Geography*. A revelação das ideias geográficas, da época dos gregos antigos ao presente, é descrita em *The Nature of Geography* de maneira magistral. (JAMES, 1970, p. 10-11).

Durante o período da Segunda Guerra Mundial (1941-1945), Hartshorne atuou junto ao Escritório de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos, onde desenvolveu pesquisas e análises direcionadas ao campo da Geografia Política. Assim, o autor se tornou referência para os estudos posteriores produzidos nesta área, pois além de coordenar um seleto grupo de pesquisadores responsáveis por arquitetar um plano estratégico de defesa para os Estados Unidos, frente à *Geopolitik* produzida em território alemão e apropriada pelo III *Reich*, também foi capaz de teorizar em torno do aspecto metodológico deste ramo da ciência geográfica. Desse período destaque-se um significativo conjunto de artigo publicado principalmente no *Annals of the Association of American Geographers*, bem como o livro produzido em parceria com Derwent Whittlesey e Charles Colby, intitulado *German Strategy of World Conquest* (1942).

O Escritório de Serviços Estratégicos dos Estados Unidos (*US Office of Strategic Services – OSS*), órgão precursor da Agência Central de Inteligência (CIA), foi inaugurado em 1941, objetivando recolher, analisar e divulgar informações e matéria sobre segurança nacional. Richard Hartshorne ocupava uma função administrativa central, responsável por supervisionar a atribuição, produção, habilitação e distribuição de todos os relatórios de pesquisa. Ao pesquisar e escrever os relatórios, os geógrafos que atuavam no OSS (havia mais geógrafos no OSS do que em qualquer outro órgão do governo dos EUA) interagiam em estreita colaboração com outros cientistas sociais (BARNES, 2011).

O OSS engajou-se na guerra pela aplicação sistemática da ciência social. Não foi o primeiro corpo institucional a fazê-lo, mas até a época era o mais abrangente e organizado. Argumentei que o trabalho de Bruno Latour fornece a base para a compreensão das operações do OSS, bem como o papel dos geógrafos nele. Latour está interessado na mecânica de aquisição e divulgação do conhecimento científico, “ciência em ação”. Embora o contexto seja diferente, o OSS visou fundamentalmente à aquisição e divulgação de conhecimento, a inteligência militar em ação. Diante dessa equivalência, o vocabulário e o quadro explicativo de Latour são bem adequados. Eles fornecem uma compreensão das funções maiores, aparelhos e práticas do OSS, bem como o papel e os problemas que enfrentaram grupos específicos de cientistas sociais que lá trabalharam, tal como os geógrafos. (BARNES, 2006, p. 162, tradução nossa).

Posteriormente, Hartshorne transferiu para a Universidade de Wisconsin onde lecionou até aposentar-se em 1970 e, dela se tornar professor emérito, tendo sido presidente da Associação Americana de Geógrafos no ano de 1949, da qual recebeu a honraria máxima em 1960. Tornou-se doutor *honoris causa* pela Clark University em 1971, além de ter recebido a *Victoria Medal* por parte da *Royal Geographical Society* (1984), a qual já havia sido concedida a Carl Troll, Carl Sauer, Jean Gottmann, entre outros.

Em 1959, ao publicar a obra *Perspective on the Nature of Geography*, também pelo *Annals of the Association of American Geographers*, Hartshorne realiza uma nova discussão em relação à temática abordada no trabalho de 1939, o que faz com



que o seu pensamento passe a ter ainda mais influência sobre a Geografia Norte-Americana, quanto fora dela. Neste livro o autor executa uma clara exposição das ideias advindas de Kant e Hettner, pensadores que tiveram grande influência sobre a produção hartshorniana, além de buscar uma solução para os graves problemas por ele identificados em relação à teoria e método em Geografia.

Richard Hartshorne faleceu aos 92 anos (05 de novembro de 1992 – *Madison, Wisconsin*) tornando-se um “clássico” da ciência geográfica, tendo contribuído de maneira indispensável para o desenvolvimento da Geografia durante o século XX. Isso porque, esse autor aparece como uma espécie de consciência mundial dos caminhos espinhosos que a Geografia passou a percorrer a partir do período entre guerras (CLAVAL, 1981; MENDONZA [et al.], 2002; ANDRADE, 1987; e, MORAES, 2003).

## 5 | A QUESTÃO DO MÉTODO NA OBRA HARTSHORNIANA

A Geografia moderna nasce como um projeto da revolução burguesa. E como um fenômeno alemão, em que a revolução burguesa mais se atrasa. Hartshorne informa que, no formato de base com que se conhece, nasce por meio dos estudos de Immanuel Kant (1724-1804). Este não era geógrafo de formação, mas um filósofo do iluminismo. Preocupava-o como filósofo o estado de defasagem em que a Filosofia se encontrava em relação ao avanço da ciência no século XVIII (MOREIRA, 2008).

Conforme as concepções de Hartshorne (1958), Kant foi o primeiro a estabelecer o conceito de espaço, o qual não influenciou de maneira direta o pensamento geográfico moderno. Segundo o autor, pode ter havido uma influência indireta através de conexões parciais e incertas: por meio de Ritter em menor grau, mas possivelmente em maior grau através do efeito que teve no pensamento de Humboldt, sendo posteriormente melhor trabalhado por Richthofen e Hettner.

O período que se estende do início do século XIX ao começo do XX representa um dos momentos mais ricos e contraditórios do pensamento e da história humana, com grandes avanços no campo científico e filosófico. Para Moreira (2008), é durante este período que o mundo conhece a riqueza de teorias da chamada Geografia Clássica, representada principalmente pelas figuras de Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), os quais aparecem cronologicamente na sequência de Kant, responsável pela fundamentação e sistematização da ciência geográfica.

Entretanto, entre os anos de 1880 e 1930, há o desenvolvimento de uma corrente de pensamento que se tornou a forma de filosofia dominante na Alemanha, a qual buscou elaborar um retorno a Kant, sendo denominada de neokantismo. “O neokantismo significou a afirmação da filosofia como reflexão crítica dos valores universais, posição em confronto aberto com o positivismo do século XIX, que havia menosprezado a filosofia, considerando-a um saber inútil” (LENCIONI, 2003, p. 121).

Entre os filósofos neokantistas deve-se destacar Wilhelm Windelband, o qual

foi responsável pela elaboração de uma distinção entre as ciências. Distinguiu as ciências da natureza (buscam estabelecer leis gerais, e que foram denominadas ciências nomotéticas) das ciências da cultura, denominadas idiográficas (voltadas para a pesquisa de fatos particulares). Porém, observou que um determinado fato pode ser objeto tanto de investigação nomotética como idiográfica.

Segundo Lencioni (2003), as observações de Windelband se tornaram a problemática central na Geografia. Inspirado no questionamento da ciência geográfica ser nomotética ou ideográfica, o geógrafo e filósofo alemão Alfred Hettner (1859-1941), influenciado pelo neokantismo, procurou recuperar criticamente os estudos sistemáticos de Ratzel, Humboldt, Ritter, Marthe e Richthofen. Preocupado com a ameaça de dualidade na Geografia, claramente revelada pela questão posta por Windelband, Hettner argumentou que a Geografia não era uma ciência nomotética ou idiográfica. Era tanto uma como outra. Dizia que quando a Geografia se volta para o estudo das relações entre os fenômenos de um determinado território é uma Geografia idiográfica; porém, quando esses fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a dedução de leis gerais, ela é nomotética.

Hettner considerava que por ser a diferenciação da superfície terrestre o que mais caracterizava os estudos geográficos, nas mais diversas concepções de Geografia, considerou ser o estudo dessa diferenciação o ponto central da Geografia. Enunciou: "A Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da Terra". Portanto, para Hettner, o objeto da Geografia não é o estudo da relação entre homem e meio, mas da diferenciação da superfície terrestre. (LENCIONI, 2003, p. 122-123).

Hettner, ao afirmar o caráter corológico da Geografia, também acabou por conferir significativa importância ao estudo regional. A influência do pensamento deste foi grande tanto em seu país, quanto perante a Geografia produzida na França e nos Estados Unidos. Entretanto, foi Richard Hartshorne quem desenvolveu e melhor divulgou as concepções hettnerianas. Isso porque, conforme destaca Lencioni (2003, p. 123):

Nascido nos Estados Unidos, mas de origem alemã, Richard Hartshorne é um marco da Geografia americana por ter introduzido naquele país, de uma maneira nova e meticulosa, o debate teórico-metodológico na Geografia. Ele foi o grande responsável pela divulgação das ideias de Hettner na Inglaterra e nos Estados Unidos, tendo traduzido do alemão para o inglês várias passagens dos trabalhos de Hettner, que foram objeto de ampla discussão no seu livro de 1939, *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*.

Para Hartshorne (1978), a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade. Afirma que a Geografia deve procurar compreender como os fenômenos se combinam em uma área da superfície terrestre. Seguindo o pensamento de Hettner, Hartshorne considera que não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, pois interessam a esta ciência todos os fenômenos que apresentam uma dimensão espacial.

Desse modo, a Geografia consiste em

[...] uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares. (HARTSHORNE, 1939, p. 462, tradução nossa).

Segundo o autor (1978), a Geografia se constitui em uma disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. Esta descrição científica deve incluir tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos, quer das relações de processos e associações de fenômenos.

De acordo com este ponto de vista, o principal objetivo do estudo geográfico é a síntese, uma integração de características relevantes, com vistas a fornecer uma descrição total de um lugar (uma região) que é identificável por sua combinação particular dessas características. Há, então, de acordo com Hartshorne (1939, p. 460), uma íntima analogia entre a Geografia e a História; a última fornece uma síntese das “seções temporais da realidade”, enquanto a primeira realiza uma tarefa similar para “as seções espaciais da superfície terrestre”.

Para Hartshorne (1939; 1978) não há fenômenos particulares à Geografia, assim como também não há um objeto de estudo que lhe seja específico. Para ele, as ciências se definem, sobretudo, por seus métodos próprios de investigação, e menos segundo a determinação de objetos particulares de estudo. Assim, segundo as explanações de Lencioni (2003), perseguindo as trilhas de Kant e Hettner, o geógrafo norte-americano considera que para a compreensão do presente é necessária à perspectiva histórica, contudo observa que essa perspectiva não se confunde com a Geografia. Afirma que não cabe à Geografia investigar a gênese e desenvolvimento dos fenômenos. O olhar do geógrafo deve estar dirigido para a apreensão do caráter das áreas, não se confundindo com o olhar do historiador, interessado nos processos em si. Isso porque, cabe ao geógrafo entender a diferenciação das áreas da superfície terrestre.

Hartshorne posiciona suas análises em direção ao conceito hettneriano de diferenciação de áreas em superação ao campo vidaliano da Geografia Regional. Na concepção de Hettner o conceito de região se amolda aos conceitos mais abstratos, porém mais basilares, de recorte e de área, todos entendidos como formas de manifestação do processo de diferenciação, ao contrário da identidade que informa o conceito de região.

Conforme análises de Moreira (2008, p. 37):

Área e diferença são, pois, suas categorias de referência. Área como recorte de base do movimento de diferenciação [...], que em seu processo de ocorrência aqui e ali se arruma na superfície terrestre nas formas empíricas da região, da zona, do lugar, fazendo do todo da superfície uma corologia com seu mosaico de paisagens. Diferença como realidade instituída pelo movimento de diferenciação dos fenômenos em seus deslocamentos e recortamentos na superfície terrestre. E, mais a superfície terrestre, pois, como campo do interesse explicativo do geógrafo. Se a diferenciação de área — ou a diferenciação do movimento do fenômeno em diferentes áreas de paisagem — é o enfoque, a superfície terrestre é o campo que

Para Gomes (2003), o criticismo de Hartshorne, legado de Kant e Hettner, busca a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos. O mais importante é, sem dúvida alguma, o de região. Este conceito está na base da concepção científica da diferenciação espacial e, a partir de sua definição, a Geografia pode desenvolver um método regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais.

Hartshorne (1939) demonstra que desde Kant, passando por Humboldt e Ritter, a Geografia teria se caracterizado por ser o estudo das diferenças regionais. Este é, pois, o traço distintivo que marca a natureza da Geografia e a ele deve-se ater. O método corológico/regional, ou seja, o ponto de vista da Geografia, de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, é a particularidade que identifica e diferencia a Geografia das demais ciências. Há outros campos que estudam os mesmos fenômenos, mas só a Geografia tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave na definição de um campo epistemológico próprio à Geografia.

O método corológico/regional, segundo Hartshorne (1939; 1978), orienta a Geografia em direção à reunificação de seu campo de pesquisas físicas e humanas, pois a região é a síntese destas relações complexas. Os fatores humanos e naturais não têm que ser identificados separadamente — qualquer insistência anterior nessa direção ocorreu em função dos argumentos dos deterministas ambientais — e a divisão entre Geografia Humana e Geografia Física é infeliz, porque ela limita a esfera de integrações possíveis no estudo da realidade.

Em suma, para Hartshorne (1978), a Geografia não pode ser considerada como dividida em estudos que analisam elementos individuais através do mundo, e estudos que analisam complexos totais de elementos, por áreas. Aqueles constituem, logicamente, parte integrante das ciências sistemáticas respectivas, ao passo que estes simplesmente são irrealizáveis. Todos os estudos de Geografia analisam as variações espaciais e as conexões de fenômenos em integração. Não existe dicotomia ou dualismo. Pelo contrário, verifica-se uma gradação ao longo de um *continuum*, desde os estudos que analisam os complexos mais elementares em variação espacial através do mundo, até os que analisam as mais complexas integrações em variação espacial dentro dos limites de áreas reduzidas. Os primeiros podem ser adequadamente denominados “estudos tópicos” e os segundos, “estudos regionais”, desde que nos lembremos de que todo e qualquer estudo verdadeiramente geográfico envolve o emprego de ambos os critérios, o tópico e o regional.

A grande maioria dos geógrafos reconhece que o mundo não é um mosaico de regiões distintas, e que não podemos esperar classificar as integrações mais complexas dos fenômenos espaciais num único sistema objetivo de regiões. Não obstante, esses geógrafos admitem que é necessário, a fim de analisar as integrações complexas em termos de uma limitada amplitude de variações espaciais, dividir as grandes áreas em parcelas menores. A finalidade de dividir-

se uma área é obter seções de áreas, ou “regiões”, de tal forma que, dentro dos limites de cada região, os elementos do segmento de integração que for objeto de estudo demonstrem apresentar inter-relações quase constantes e o máximo grau de interconexões entre os lugares, ao passo que a descontinuidade nesses dois aspectos ocorrerá principalmente ao longo das linhas divisórias das diversas regiões. Quanto mais complexo o segmento de integração que for estudado, maior será o grau de divisão das áreas. Por conseguinte, conforme observou Preston James, o “conceito regional” e o “método regional” não devem ser confundidos com o que comumente denominamos “Geografia Regional”. Efetivamente, o conceito regional é aplicável, e o método regional utilizável, em qualquer nível de estudos geográficos, ao longo de um *continuum* que começa pela análise das integrações mais elementares (a abordagem tópica extrema) até chegar à integração máxima (a abordagem regional extrema). (HARTSHORNE, 1978, p. 137).

O contraste expresso pelos termos Geografia Sistemática ou Geografia Geral, em oposição a Geografia Regional, não consiste para Hartshorne (1978) na divisão da Geografia em duas partes. Igualmente não se trata de uma oposição entre dois métodos distintos de investigação, a serem empregados separadamente cada um deles em determinadas pesquisas. Qualquer que seja a extensão da área estudada interessa analisar uma integração de fenômenos extremamente complexa que varia conforme as áreas, de maneira também altamente complexa. Para decompor essa dupla complexidade de maneira mais viável, é necessário, em qualquer pesquisa geográfica, empregar dois diferentes métodos de análise em grau variável e alternadamente: análises de segmentos de integração e análises de seções de áreas.

Decompomos a complexidade total da integração formada pelos fenômenos inter-relacionados no mesmo lugar, e interligados entre vários lugares, pela divisão tópica em segmentos, cada qual consistindo em uma integração menos complexa e mais íntima. E decompos a complexidade da variação espacial pela divisão regional em unidades de áreas, cada qual incluindo uma amplitude restrita nas variações do segmento de integração que for objeto de estudo, e uma interconexão mais estreita dos fenômenos, de lugar a lugar. Quanto maior o grau de divisão tópica, menor grau de divisão regional será necessário. E com a crescente complexidade dos segmentos tópicos, mais longe deverá ser levada a divisão regional (isto é, em maior número de unidade). Os estudos geográficos não se dividem em dois grupos, mas se distribuem ao longo de um *continuum* gradual, a partir dos estudos tópicos de integração mais elementar, num extremo, até os estudos regionais da mais completa integração, no outro extremo. (HARTSHORNE, 1978, p. 152).

Segundo o autor (1978), a divisão particular da integração tópica total, capaz de proporcionar segmentos que revelam as mais estreitas integrações, não poderá ser determinada por qualquer sistema padrão, tal como a classificação dos fenômenos nas Ciências Sistemáticas. Um único sistema padrão de divisão regional tampouco poderá proporcionar unidades de áreas dotadas de um mínimo de variação da integração a ser estudada. Cada divisão há de ser determinada, em cada estudo particular, mediante o exame preliminar da área através da abordagem (*approach*) oposta. E, esse método alternativo prosseguirá através de sucessivas etapas do estudo.

Por conseguinte, os dois métodos de abordagem se utilizam do critério regional, isto é, da divisão em seções da área total que for objeto de estudo, cada uma das quais possuindo um grau máximo de unidade, quer de caráter, quer de organização



coerente, ou ainda, de uma e outra coisa. No entanto, se estiver sendo utilizado, em um dado momento, o critério tópico ou o critério regional, podem ser aplicados da maneira mais eficiente diferentes conceitos de regiões.

Quando se emprega o critério tópico, é mais eficiente utilizar regiões que sejam objetivamente definidas, seja em termos da integração parcial dos fenômenos no mesmo lugar (regiões formais), seja em termos da interconexão parcial dos fenômenos em lugares diferentes (regiões funcionais). Em qualquer dos casos, tais regiões poderão ser estudadas como regiões específicas ou como tipos genéricos. Estas serão mais úteis se definidos em termos restritos (ainda que tal sistema deixe de proporcionar uma completa cobertura da área), e não em classes que ofereçam uma categoria para todos os lugares.

Quando se emprega o critério regional, é necessário combinar de diversas maneiras os conceitos objetivamente definidos, acima relacionados, e modificar os critérios a fim de incluir cada lugar da área em estudo dentro de uma região. As regiões assim estabelecidas variam segundo a unidade regional e envolvem, necessariamente, julgamentos subjetivos em sua definição e delimitação. Consequentemente, esse conceito de região não pode ser estabelecido mais rigorosamente do que o significado comum da palavra, o qual indica uma área que, de certa maneira particular, é diferente de outras áreas. A divisão regional de uma área, nessa base, deve ser efetuada para atender aos propósitos do estudo particular, e não se pode presumir que seja adequada a qualquer outro estudo da mesma área. (HARTSHORNE, 1978, p. 153).

Para Hartshorne (1939), a região não é uma realidade evidente, dada, a qual caberia apenas ao geógrafo descrever. A região é um produto mental, uma forma de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço. Assim, a categoria região representa a síntese das complexas relações entre a Geografia Física e Humana, sendo, ao mesmo tempo, o campo empírico de observação e o campo da verificação das relações gerais. A partir de um método corológico/regional, a dicotomia sistemático/particular desaparece em uma espécie de complementaridade compreendida na noção de região.

A região enquanto instrumento de identificação territorial do geógrafo é, de acordo com Hartshorne, um objeto individual; a realidade existente, não-conceitualizada, é sempre única, pois há uma dimensão incontornável de singularidade que não pode ser esquecida. Dessa maneira, as regiões são caracterizadas por sua homogeneidade quanto a características preestabelecidas, selecionadas em função de sua relevância no esclarecimento das diferenças de áreas. Para o autor (1939, p. 616), dois tipos de região podem ser identificados: “a *região formal* (ou região uniforme), na qual toda a área é homogênea quanto ao fenômeno ou fenômenos considerados; e, a *região funcional* ou *nodal*, na qual a unidade é conferida pela organização em torno de um nó comum, que pode ser a área-núcleo de um Estado, ou uma cidade no centro de uma área de relações comerciais” (tradução nossa).

Pode-se dizer que quando Hartshorne (1978) discute o conceito de região, afirma que esta categoria da Geografia não existe por si mesma e que por isso o pesquisador (geógrafo) não procede à sua identificação e nem a reconhece; o que existe é a realidade a ser examinada e compreendida. Para o autor, as regiões são



apenas ferramentas e, seguindo a linha de pensamento de Kant e Hettner, sustenta que as regiões são apenas construções mentais, isto é, simplificações do mundo que a mente usa para impor um ordenamento espacial.

Esta perspectiva vai estar no centro da crítica feita pela Geografia Analítica que contesta o interesse da ciência por tudo o que é singular. Dessa forma, segundo Gomes (2003), Hartshorne reivindica a ideia de uma Geografia Geral e a necessidade de generalização e de objetivação da ciência moderna, mas ao mesmo tempo proclama a irreduzível dimensão e importância do estatuto da singularidade, do único no objeto de estudo da Geografia.

Entretanto, as ideias estabelecidas por Gomes (2003), demonstram que para Hartshorne:

O estatuto científico da Geografia é dado também por sua relação com as outras disciplinas, e aí também o método tem um papel fundamental. Hartshorne toma para si a ideia de Hettner, segundo a qual diferentes disciplinas se apresentam como diversos pontos de vista sobre os fenômenos. Não há verdadeiramente diferenças de objetos científicos, e a ciência é definida por um campo único, em que cada disciplina projeta seu ponto de vista particular através de seu método específico. Hartshorne, inspirado pela classificação das ciências de Kant, sugere uma separação entre, de um lado, as ciências sistemáticas e, de outro, a Geografia e a História. A História se ocupa do caráter dos diferentes momentos na escala do tempo, e a Geografia do caráter dos diferentes espaços e dos lugares. De fato, ele conclui que esta separação é relativa, pois a Geografia, por seu método corológico e por seu ponto de vista (*areal relationship*), intercepta todos os outros domínios disciplinares. Ela é definida como sendo uma ciência de síntese em relação aos outros ramos sistemáticos, que se caracterizam pela análise particular de certos fenômenos. (GOMES, 2003, p. 241).

Hartshorne empreende uma inovação epistemológica com relação à abordagem da questão do método nas pesquisas de cunho geográfico. Através da utilização em seus estudos de um método com bases empírico-indutivas, o autor rejeita e supera os métodos até então empregados na Geografia, além de também demonstrar sua constante preocupação em relação à estruturação de uma metodologia própria a este ramo do saber científico.

Para Johnston (1986), Hartshorne ao proclamar que “o objetivo último da Geografia, ou seja, o estudo da diferenciação de áreas do mundo, se expressa mais claramente na Geografia Regional” promove, conseqüentemente, a aceitação geral de procedimentos necessários para a identificação regional.

Nesse sentido, segundo Hartshorne (1978), a análise regional, enquanto parte do fenômeno de diferenciação de áreas, deve sempre objetivar a identificação das inter-relações existentes entre os fenômenos, pois é em decorrência dessas combinações que se produz a integração. A partir das inter-relações dos fenômenos é que se produz a diversidade na superfície terrestre.

Por último, cabe lembrar que através do resgate do pensamento de Hettner e, conseqüentemente, das ideias de Kant, Hartshorne foi capaz de evidenciar a problemática do uso do método na ciência geográfica, propiciando um avanço teórico a

este ramo do saber científico. Para Claval (1981), a exploração histórica empreendida por este geógrafo demonstrou para a maioria da comunidade científica geográfica até então determinista, e também para as gerações posteriores de geógrafos, que a Geografia se diferencia da maioria das demais disciplinas pelo fato de que consiste, sobretudo, em uma ciência-método.

No campo da Geografia Regional, Hartshorne afirmou que a Geografia pode ser considerada uma ciência da diferenciação regional da superfície terrestre. Através da proposição de uma Geografia Idiográfica e Nomotética, este teórico foi capaz de articular a Geografia Regional à Geografia Geral, bem como superar alguns aspectos dicotômicos desse ramo do conhecimento.

## 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das temáticas enfocadas durante o texto torna-se possível inferir que Richard Hartshorne ocupa um papel de destaque no *hall* de pensadores responsáveis por significativas mudanças teórico-metodológicas na Geografia. Isso porque, este foi capaz de realizar algo inédito até então, ou seja, desenvolver uma sistematização de significativa parcela das teorias produzidas pelos autores “clássicos” desse ramo do saber científico.

Hartshorne (1958) considera que a concepção corológica e regional são inseparáveis da prática da Geografia enquanto disciplina. Para este, uma Geografia científica deve se definir a partir de um método, para assim, proceder à análise racional da realidade, organizando categorias gerais e tipologias funcionais explicativas.

Cabe destacar que a noção de método presente na obra hartshorniana deriva da adoção da concepção de Geografia como o estudo da diferenciação de áreas, o que foi legado de Hettner. Por sua vez, esta conceptualização encontra-se relacionada com a classificação da Geografia enquanto ciência corológica, o que advém diretamente de Kant.

Efetivamente, para Hartshorne (1978), o conceito regional é aplicável, e o método regional utilizável, em qualquer nível dos estudos geográficos, ao longo de um *continuum* que começa pela análise das interações mais elementares (abordagem tópica extrema) até chegar à integração máxima (abordagem regional extrema).

Por fim, deve-se ressaltar que ao desenvolver suas reflexões sobre a natureza da Geografia como ciência, Hartshorne tornou-se o teorizador mais importante da Escola Clássica Norte-Americana de Geografia, sendo que sua produção acadêmica encontrou repercussão, dado o seu caráter amplo e explicitamente metodológico. Este foi responsável por realizar uma modernização no arcabouço teórico da Geografia Clássica, sendo capaz de manter a essência da busca de um conhecimento unitário. Através da publicação de *The Nature of Geography* (1939) e *Perspective on the Nature of Geography* (1959), o autor transformou o debate teórico-metodológico até então desenvolvido no âmbito da ciência geográfica.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia, Ciência da Sociedade**: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- BARNES, Trevor J. From Region to Space (part I). In: AGNEW, John; DUCAN, James. **Human Geography**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 146-160.
- \_\_\_\_\_. Geographical Intelligence: American geographers and research and analysis in the Office of Strategic Services 1941-1945. **Journal of Historical Geography**, v. 32, n. 1, 2006. p. 149-168.
- CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea**: uma introducion a la Geografía. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1983.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Evolución de la Geografía Humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.
- ENTRIKIN, J. Nicholas; BRUNN, Stanley D. **Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography**. Washington: Association of American Geographers, 1989.
- FERREIRA, Juliana Mesquita Hidalgo; MARTINS, André Ferrer Pinto Martins. **História da Ciência – o que é?** Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- GREGORY, Derek [et al.] (Org.). **The Dictionary of the Human Geography**. 5. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.
- HARTSHORNE, Richard. On the Mores of Methodological Discussion in American Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 38, n. 2, 1948. p. 113-125.
- \_\_\_\_\_. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- \_\_\_\_\_. The Concept of Geography as a Science of Space, from Kant and Humboldt to Hettner. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 48, n. 2, 1958. p. 97-108.
- \_\_\_\_\_. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 3 e 4, 1939. p. 173-658.
- JAMES, Preston E. Continuidade e Mudança do Pensamento Geográfico Americano. In: COHEN, Saul B. [et. al]. **Geografia Humana nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Fórum, 1970. p. 04-15.
- JOHNSTON, Ronald J. **Geografia e Geógrafos**: a Geografia humana anglo-americana desde 1945. São Paulo: DIFEL, 1986.
- KRAGH, Helge. **Introdução à Historiografia da Ciência**. Porto: Porto Editora, 2003.
- LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- MARTIN, Geoffrey J. In Memoriam: Richard Hartshorne, 1899-1992. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 84, n. 3, 1994. p. 480-492.

MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico**: estudio interpretativo y antología de textos. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.

UNWIN, Tim. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

## A IMPORTÂNCIA DA CONEXÃO KANT-HETTNER-HARTSHORNE À HISTÓRIA DA GEOGRAFIA

**Wesley de Souza Arcassa**

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
(IBGE)

Fundação Educacional de Penápolis (FUNPEP)  
Penápolis – SP

**RESUMO:** A moderna concepção de Geografia tem sua base em estudos desenvolvidos por Immanuel Kant no século XVIII, os quais foram posteriormente aprofundados por outros geógrafos. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX, há um resgate e uma melhor difusão das ideias de Kant por meio do movimento que ficou conhecido como neokantismo, este teve em Alfred Hettner uma das figuras de maior destaque. A partir da segunda metade da década de 1920, emerge no meio acadêmico norte-americano o geógrafo Richard Hartshorne, responsável pela difusão e análise dos conceitos kantianos e hettnerianos a nível internacional. Tendo como base esta ideia, o texto em questão tem como objetivo desenvolver uma apreciação de um momento singular na história da Geografia, o qual é representado pela conexão Kant-Hettner-Hartshorne, além de evidenciar os avanços prestados por esses pensadores ao campo de estudo da ciência geográfica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Immanuel Kant; Alfred Hettner; Richard Hartshorne; História do

Pensamento Geográfico.

**ABSTRACT:** The modern conception of Geography is based in studies developed by Immanuel Kant in the eighteenth century, which were subsequently deepened by other geographers. However, in the late nineteenth century and early twentieth century, there is a rescue and a better diffusion of the ideas of Kant through what became known as Neo-Kantianism, this had in Alfred Hettner one of the most prominent figures. From the second half of the 1920s, emerged in the North American academia the geographer Richard Hartshorne, responsible for dissemination and analysis of Kant's and Hettner's concepts internationally. Based on this idea, the paper in question objective develop an appreciation of a singular moment in the history of Geography, which is represented by the Kant-Hettner-Hartshorne connection, beyond evidence the advances made by these thinkers to the field of study of geographic science.

**KEYWORDS:** Immanuel Kant; Alfred Hettner; Richard Hartshorne; History of Geographical Thought.

### 1 | INTRODUÇÃO

A moderna concepção de Geografia tem sua base em estudos desenvolvidos por

Immanuel Kant no século XVIII, os quais foram posteriormente aprofundados pelos geógrafos. Entretanto, no final do século XIX e início do século XX há um resgate, além de uma melhor difusão das ideias de Kant, por meio do movimento que ficou conhecido como neokantismo, o qual teve em Alfred Hettner uma de suas figuras de maior destaque.

A partir da segunda metade da década de 1920, emergiu no meio acadêmico norte-americano o geógrafo Richard Hartshorne (1899-1992), responsável pela difusão e análise dos conceitos kantianos e hettnerianos em nível internacional. Sua obra teve grande impacto na Geografia, pois foi capaz de realizar o que até então não havia sido produzido nessa ciência, estudos de cunho epistemológico e metodológico, além de sistematizar significativa parcela das teorias produzidas pelos autores “clássicos” desse ramo do saber científico.

Sob a influência direta do pensamento de Kant e Hettner, Hartshorne desenvolveu seus estudos, os quais tiveram grande impacto sobre a Geografia produzida em âmbito internacional, durante grande parte do século XX. Além, de realizar a difusão do neokantismo às correntes posteriores da história do pensamento geográfico. Tendo como base esta ideia, o texto em questão tem como objetivo desenvolver uma apreciação de um momento singular na história da Geografia, o qual é representado pela conexão Kant-Hettner-Hartshorne, além de evidenciar os avanços prestados por esses pensadores ao campo de estudo da ciência geográfica.

## **2 | METODOLOGIA**

Como princípio metodológico norteador para a elaboração do presente trabalho utilizou-se, principalmente, o levantamento de bibliografias concernentes à temática, oriundas de diferentes fontes e suportes. Isso porque, o trabalho realiza uma análise essencialmente teórica do assunto nele abordado.

Em contrapartida ao estudo dos principais aspectos da conexão Kant-Hettner-Hartshorne, faz-se necessário também compreender o período histórico no qual se inserem os autores, o que denota a utilização de um arcabouço metodológico advindo da História da Ciência.

Os produtos finais obtidos no estudo objetivam servir de respaldo para a execução de análises e estudos futuros em relação às temáticas: Immanuel Kant; Alfred Hettner; Richard Hartshorne; História do Pensamento Geográfico; e, Escola Norte-Americana de Geografia.

## **3 | A HISTÓRIA DA CIÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE PESQUISA**

Para compreensão do lugar ocupado por Immanuel Kant, Alfred Hettner e Richard Hartshorne na matriz histórica da Geografia optou-se pelo uso da História da Ciência.



Esta não é um conjunto de biografias de grandes personagens. Também não é um conjunto de relatos cronologicamente organizados sobre descobertas marcantes. Um historiador da Ciência não costuma escrever trabalhos do tipo “os grandes gênios da humanidade”. Isso porque, seu objetivo não é mostrar determinadas pessoas como “heróis” que tornaram a Ciência o que ela é hoje, em contraposição a “vilões” que atrasaram a evolução dessa Ciência.

A História da Ciência estuda o processo de construção do conhecimento, mas isso não quer dizer que os pesquisadores dessa área analisam o passado e procuram as origens do que deu certo, separando a história do conhecimento genuíno daquilo que foi rejeitado. Considerar a Ciência somente a partir dessa premissa seria incorrer em um anacronismo, ou seja, focar o passado pensando apenas no que hoje é aceito.

Nesse sentido, pode-se dizer que a História da Ciência tem como objeto de estudo não apenas o que hoje é aceito como Ciência, mas sim, o que em alguma época e de algum modo foi proposto ou aceito como Ciência. Dessa forma, é possível estabelecer que a História da Ciência seja uma disciplina profissional e rigorosa, a qual reclama o mesmo nível de exigência e conhecimento que qualquer outra área de estudo.

Na concepção de Kragh (2003, p. 35):

[...] a única forma de alcançar um entendimento verdadeiro da dinâmica atual da ciência moderna é através da análise histórica, uma análise que não será histórica apenas no sentido de considerar a ciência na sua dimensão temporal, mas também no sentido de usar as técnicas e os métodos que caracterizam a investigação histórica.

De acordo com Ferreira e Martins (2009, p. 14), embora não haja uma “receita infalível” para um bom trabalho em História da Ciência, alguns pontos podem ser destacados a esse respeito. O historiador da Ciência escolhe temas restritos e os trata de forma aprofundada. Na realidade, essa é uma exigência fundamental na pesquisa acadêmica, não somente em História da Ciência.

Portanto, pode-se inferir que não é possível empreender uma pesquisa sobre História da Geografia de modo geral. É necessário escolher uma questão que será tratada, alguma controvérsia que pode ser estudada, algum aspecto do trabalho de determinado autor etc. Assim, como recorte temático do presente estudo optou-se por desenvolver uma análise sobre um momento singular na história da Geografia, o qual é representado pela conexão Kant-Hettner-Hartshorne.

O trabalho em questão justifica-se pelo fato de que a produção desses teóricos em partes, ainda, demanda um maior estudo e interpretação, principalmente no que concerne ao impacto causado à Geografia. Outro elemento que demonstra a importância da temática abordada consiste no fato de que sua área de concentração — História do Pensamento Geográfico — carece de trabalhos que envolvam os aspectos teóricos dos autores tidos como “clássicos”, sendo este campo de estudo da ciência geográfica, por vezes, relegado pela maior parte dos membros da comunidade

científica.

#### 4 | OS DESDOBRAMENTOS DA CONEXÃO KANT-HETTNER-HARTSHORNE

A Geografia moderna nasce como um projeto da revolução burguesa. E como um fenômeno alemão, em que a revolução burguesa mais se atrasa. Hartshorne informa que, no formato de base com que se conhece, nasce por meio dos estudos de Immanuel Kant (1724-1804). Este não era um geógrafo de formação, mas um filósofo do iluminismo. Preocupava-o como filósofo o estado de defasagem em que a Filosofia se encontrava em relação ao avanço da ciência no século XVIII (MOREIRA, 2008).

As condições nas quais se exerce a atividade dos geógrafos modificaram-se tão profundamente ao longo do século XVIII que a disciplina atravessou uma crise de identidade. A sua institucionalização iniciou-se com dificuldade; relacionou-se com a vertente cartográfica da profissão; mas os que as seguem estão divididos entre o trabalho de pesquisa documental, até então indispensável à sua profissão, e o trabalho de campo, cujos resultados são doravante melhores.

A perspectiva naturalista permite descobrir verdadeiramente a diversidade de fisionomias da Terra e das paisagens que o Homem organizou. Convida a relacionar uma série de fatos que não aparecem espontaneamente associados, mas são concomitantes quando cartografados em pequena escala. Assim, apela à transformação da disciplina em ciência explicativa. (CLAVAL, 2006, p. 54).

A Geografia ficou fragilizada com tantas perspectivas sem dispor de meios para hierarquizá-las. É o que confere às reflexões geográficas de Kant o seu significado. Ensinou Geografia Física na Universidade de Königsberg, de 1756 a 1796, onde teve a oportunidade de ministrar mais de cinquenta cursos sobre o tema. Seu interesse na Geografia Física não se baseava em experiências reais sobre a variabilidade da natureza nas diferentes partes da Terra, sendo despertada pela pesquisa filosófica de todo o ramo do conhecimento empírico.

Por esta razão, a contribuição de Kant era mais filosófica, uma vez que consistia na definição da natureza da geografia e sua relação com as ciências naturais. A dita definição, feita na Introdução de suas aulas, descreveu tão cabalmente o âmbito da geografia, que influenciou direta ou indiretamente nas subsequentes discussões sobre a metodologia. Pode-se ir ainda mais longe e afirmar que a desordem sobre a finalidade e o conteúdo da geografia apenas existiu quando a análise de Kant era ignorada. (TATHAM, 1959, p. 205).

Para Claval (2006), Kant parte da ideia de que o conhecimento se baseia na percepção que temos dos fenômenos. A ciência visa estabelecer uma classificação temática para eles; estabelece as leis às quais estão submetidos e testa as hipóteses que podem justificá-los. Mas os fenômenos nos são dados sob a forma de sequências temporais e justaposições espaciais: o tempo e o espaço são para Kant estruturas fundamentais do nosso entendimento.

Kant é assim levado a atribuir à História e à Geografia finalidades diferentes das outras disciplinas: o seu papel é o de perceber as estruturas temporais e espaciais que a nossa experiência revela. A Geografia tem como principal missão compreender a diferenciação regional da Terra. Porém, isto não a reduz à descrição. [...] Para ele, a Geografia deve explicar a especificidade de cada parte da Terra e a recorrência de certos temas. (CLAVAL, 2006, p. 55).

Na concepção de Kant, a Geografia é um conhecimento empírico, na medida em que, como ciência, deriva das experiências do homem. Mas é mais do que conhecimento comum, porque sistematiza e classifica os fatos e, além disso, está circunscrita à superfície da Terra.

A seguir põe-se o outro problema: se a Geografia é uma ciência empírica, em que medida a difere de outras ciências empíricas, como a História e a Física? Kant encontra resposta em relação à Física, na medida em que esta ciência possui um vasto corpo teórico, com princípios e leis, muitas vezes expressos matematicamente. Mas em relação à História é mais difícil fazer a distinção. E, assim, Geografia e História acabam por se distinguir porque, segundo Kant, a Geografia descreve a natureza no presente e no espaço, enquanto a História descreve a evolução do homem ao longo do tempo — enquanto a Geografia tem uma dimensão espacial, a História tem uma dimensão temporal. (FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 58-59).

Cabe ressaltar que na sua teoria da organização do conhecimento, Kant considera, portanto, as disciplinas organizadas em três conjuntos: *Ciências Sistemáticas*, que estudam as categorias dos fenômenos (Botânica, Geologia, Sociologia); *Ciências Históricas*, que estudam as relações entre os fenômenos no tempo; e *Ciências Geográficas*, que estudam os fatos nas suas relações espaciais. Dessa maneira, os fatos da Geografia e da História são *a posteriori* e empíricos, derivados do sentido da percepção e da experiência, enquanto que os fatos das ciências sistemáticas são *a priori* e racionais.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a preocupação de Kant com a Geografia surge de sua inquietação em entender a Terra como morada do homem e de refletir sobre a relação entre o homem e a natureza. Em 1757, escreveu uma breve obra intitulada *Outline e Prospectus for a course of Lectures in Physical Geography*, mas somente em 1802 foi publicada a edição oficial de suas ideias sob o título de *Physische Geographie* (Geografia Física).

Em seu resumo de 1757, Kant sustentava que havia três formas de contemplar a Terra: uma matemática interessada por sua forma, a doutrina política que se ocupava da população e dos tipos de governo, e a geografia física que considerava as condições naturais da Terra e o que está contido. Como já ocorrera com Varenus, esta classificação causou problemas relacionados com o modo como se deveria tratar o aspecto humano, pois Kant o incluía tanto na geografia física como na doutrina política. Mais adiante, na introdução da *Physische Geographie*, tentou resolver esta dificuldade dizendo que a geografia física estudava o mundo tal como o percebiam os sentidos externos, por oposição à antropologia, que se ocupava da experiência consciente que os sentidos internos proporcionavam. Outra distinção entre opiniões precoces e as tardias de Kant acerca da geografia se referem ao modo em que contemplava sua relação com a história. No resumo de 1757, Kant parecia considerar a geografia como parte da história, mas com a publicação da *Physische Geographie* havia afinado esta opinião até afirmar que todo o saber estava formado pela geografia e história, onde a primeira era a descrição em termos de espaço e a

segunda a descrição em termos de tempo. Kant acrescenta que a geografia está na base da história porque os acontecimentos devem fazer referência a algo. A história é um processo incessante, mas as coisas também mudam e, às vezes, dão como resultado uma geografia totalmente distinta. A geografia é, pois o substrato. (UNWIN, 1995, p. 107-108, tradução nossa).

De acordo com as reflexões de Lencioni (2003), é Kant que vamos encontrar a raiz da ideia de que o fundamento da Geografia é o espaço. Para ele, todo conhecimento poderia ser classificado em termos de sua similaridade ou, quando divergentes e originalmente distintos, em termos da sua ocorrência em um mesmo lugar. Kant denominou a primeira classificação de lógica, a segunda, de física. Daí, a Geografia aparecer na sua formulação como Geografia Física, não tendo o sentido atribuído atualmente à Geografia Física, que tem como primeira referência os processos naturais. Em sua obra, *Physische Geographie*, relaciona a Geografia ao espaço e a História ao tempo, considerando a primeira, a base da segunda.

Segundo Unwin (1995), quando Kant publicou *Physische Geographie* já havia revisado suas ideias sobre a relação entre a Geografia Física e outros tipos de Geografia, afirmando que Geografia Física era um esboço geral da natureza, constituindo não apenas a base da História como também de quaisquer outras geografias. Estas últimas se dividiam em cinco categorias:

- 1) *Geografia Matemática* que trata da forma, tamanho, movimentos da Terra, e de sua posição no sistema solar;
- 2) *Geografia Moral* que trata dos diferentes costumes e características dos povos das diferentes regiões;
- 3) *Geografia Política* que estuda a relação entre as unidades políticas e a sua base física;
- 4) *Geografia Comercial* que examina a razão pelas quais determinados países possuem excesso de uma mercadoria, enquanto outros têm deficiência da mesma, condição esta que provoca o comércio internacional; e,
- 5) *Geografia Teológica* que estuda as alterações sofridas pelos princípios teológicos segundo os diferentes meios. (UNWIN, 1995, p. 108, tradução nossa).

Para Santos (2002), Kant ocupa lugar de destaque na história do pensamento geográfico, pois foi um dos responsáveis pela transformação da Geografia em disciplina acadêmica. Ao fazê-la, procurou identificar e sistematizar um corpo teórico-metodológico que deu a disciplina um estatuto epistemológico específico.

O século XVIII legou-nos uma leitura do mundo e Kant a sintetiza magistralmente, em uma única proposição: o mundo como cenário. A Geografia como descrição do cenário e, nesse sentido, ela é física, nesse sentido absorve completamente o que está pressuposto na *Estética Transcendental*: a noção de espaço é aquela que nos permite dar ordem à externalidade, identificando cada coisa em seu lugar. (SANTOS, 2002, p. 209).

Esse pensador assume particular importância na medida em que levanta questões sobre a natureza do conhecimento geográfico. “[...] O espaço geográfico, a

relação entre o homem e a natureza, a relação entre o geral e o particular; temas tão caros à Geografia, já aparecem sistematizados no pensamento kantiano” (LENCIONI, 2003, p. 80).

Kant ajudou indubitavelmente a Geografia Alemã, no fim do século XVIII e início do século XIX, a estruturar de maneira coerente o campo aberto pelas múltiplas curiosidades da época do iluminismo. A sua influência em Humboldt e Ritter, e mais tarde em Richthofen e Hettner, é clara. Consequentemente, a sua autoridade foi invocada por vezes para justificar um ou outro ponto de vista nas querelas que dividiam a disciplina.

O período que se estende do início do século XIX ao começo do XX representa um dos momentos mais ricos e contraditórios do pensamento e da história humana, com grandes avanços no campo científico e filosófico. Para Moreira (2008), é durante este período que o mundo conhece a riqueza de teorias da chamada Geografia Clássica, representada principalmente pelas figuras de Alexander von Humboldt (1769-1859) e Karl Ritter (1779-1859), os quais aparecem cronologicamente na sequência de Kant, responsáveis pela fundamentação e sistematização da ciência geográfica.

Entretanto, entre os anos de 1880 e 1930, houve o desenvolvimento de uma corrente de pensamento que se tornou a forma de filosofia dominante na Alemanha, a qual buscou elaborar um retorno a Kant, sendo denominada de neokantismo. “O neokantismo significou a afirmação da filosofia como reflexão crítica dos valores universais, posição em confronto aberto com o positivismo do século XIX, que havia menosprezado a filosofia, considerando-a um saber inútil” (LENCIONI, 2003, p. 121).

Entre os filósofos neokantistas deve-se destacar Wilhelm Windelband, o qual foi responsável pela elaboração de uma distinção entre as ciências. Distinguiu as ciências da natureza (buscam estabelecer leis gerais, e que foram denominadas ciências nomotéticas) das ciências da cultura, denominadas idiográficas (voltadas para a pesquisa de fatos particulares). Porém, observou que um determinado fato pode ser objeto tanto de investigação nomotética como idiográfica.

[...] A distinção entre disciplina idiográfica (que descreve o que é único) e nomotética (que põe em evidência as regularidades) é uma das finalidades dos neokantistas do fim do século XIX, mas não está presente em Kant. Para ele, a Geografia deve explicar a especificidade de cada parte da Terra e a recorrência de certos temas. (CLAVAL, 2006, p. 55).

Segundo Lencioni (2003), as observações de Windelband se tornaram a problemática central na Geografia. Inspirado no questionamento de a ciência geográfica ser nomotética ou idiográfica, o geógrafo e filósofo alemão, Alfred Hettner (1859-1941), influenciado pelo neokantismo, procurou recuperar criticamente os estudos sistemáticos de Ratzel, Humboldt, Ritter, Marthe e Richthofen.

Alfred Hettner foi discípulo de Kirchhoff (entre 1877-78) e, em seguida, de Fischer em Bonn, e de Gerland em Estrasburgo. Depois de uma formação acadêmica em Geografia Física e Filosofia, realizou investigações na Colômbia, Peru e Chile, e ao retornar tornou-se professor em Leipzig (1887-1897) e pode



conhecer o pensamento de Windelband, com o qual iria coincidir na Universidade de Heidelberg. Hettner não abandonou seus primeiros interesses por temas de geografia física, mas desde os anos finais do século orientou-se crescentemente para a geografia regional, publicando diversas obras deste tipo, algumas de grande ambição. Ao mesmo tempo, desenvolveu uma preocupação pelos temas teóricos que afetavam a Geografia, o que é patente desde o momento em que fundou em Leipzig a *Geographische Zeitschrift* (Revista Geográfica, 1895). Em 1927, reuniu seus principais textos e os publicou no livro *Die Geographie, ihre Geschichte, ihr Wesen und ihre Methoden* (A Geografia, sua História, seu Caráter e seus Métodos). (CAPEL, 1983, p. 319-320, tradução nossa).

Segundo Valkenburg (1960), através de seus artigos publicados na Revista Geográfica, Hettner exerceu grande influência sobre a Geografia da época. Seus textos que ele denominava de divagações metodológicas (*methodologische streifzüge*) e discussões sobre clima e relevo ainda foram pontos altos nos conhecimentos geográficos e respectiva apresentação.

Preocupado com a ameaça de dualidade na Geografia, claramente revelada pela questão posta por Windelband, Hettner argumentou que a Geografia não era uma ciência nomotética ou idiográfica. Era tanto uma como outra. Dizia que quando a Geografia se volta para o estudo das relações entre os fenômenos de um determinado território é uma Geografia idiográfica; porém, quando esses fenômenos podem ser classificados em categorias, possibilitando a dedução de leis gerais, ela é nomotética. Dessa forma, ao estudar simultaneamente, em um mesmo espaço, fenômenos físicos e humanos, a Geografia é ao mesmo tempo uma ciência física e humana.

Assim como Dilthey pensava que não havia que fundar as ciências humanas, porque estas já existiam desde a antiguidade, que era preciso somente reconhecer seus métodos específicos, Hettner considerava que na Geografia não havia que se estabelecer nenhum princípio metodológico novo, senão simplesmente reconhecer o que historicamente estava presente no desenvolvimento da matéria. Para Hettner, o estudo da história da Geografia mostrava a existência de dois conceitos desta ciência: o de *Erdkunde*, equivalente a Geografia Geral, e o de *Landerkunde*, expressando o enfoque Regional ou Corológico. Se durante muito tempo havia sido possível aceitar a Geografia como ciência geral da Terra, isto já não era mais possível a partir do século XIX, devido ao surgimento de novas disciplinas como a Geologia, a Geofísica, a Meteorologia, entre outras. Por isso, todo o esforço de Hettner se concentrou em demonstrar que a verdadeira essência da Geografia é o enfoque corológico, ou seja, aquele que permite descrever e interpretar os caracteres diferentes da superfície terrestre, e a justificar a validade epistemológica deste enfoque — assim como do cronológico e histórico — como distinto do sistemático. (CAPEL, 1983, p. 320, tradução nossa).

De acordo com Unwin (1995), como editor fundador da Revista Geográfica e através de muitas de suas publicações, Hettner chegou a dominar a Geografia Alemã durante as primeiras três décadas do século XX. Além de fortemente encorajar o desenvolvimento dos estudos regionais na Alemanha, Hettner também apoiou os trabalhos sistemáticos, considerando a Geografia como uma combinação de ambos. Segundo Hartshorne (1939, p. 94):

Hettner introduziu uma terminologia pouco corrente para sublinhar que não existia nenhuma separação estrita entre eles. No estudo regional de uma vasta área é necessário estudar sistematicamente as variações claras nas características



geográficas individuais. Por outra parte, o estudo sistemático de uma categoria concreta de propriedades geográficas não se elabora exclusivamente como referência a dita categoria, mas em termos das relações corológicas com uma ou várias características diferentes.

Hettner, ao reler Kant, retoma as suas ideias e define a Geografia como a ciência que estuda o espaço. Para ele, “a Geografia tem uma característica corológica, tal como a história tem uma característica temporal”. E, por ser corológica, “tem como objetivo conhecer o caráter dos países ou regiões, mediante a compreensão da coexistência dos diversos ramos da natureza nas suas diferentes formas” (HETTNER, 1927 *apud* FERREIRA e SIMÕES, 1992, p. 77).

Hettner considerava que por ser a diferenciação da superfície terrestre o que mais caracterizava os estudos geográficos, nas mais diversas concepções de Geografia, considerou ser o estudo dessa diferenciação o ponto central da Geografia. Enunciou: “A Geografia tem por objeto proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da Terra”. Portanto, para Hettner, o objeto da Geografia não é o estudo da relação entre homem e meio, mas da diferenciação da superfície terrestre. (LENCIONI, 2003, p. 122-123).

Hettner afirma o caráter corológico da Geografia, pois é este que permite analisar o caráter variável da superfície da Terra. Embora tenha afirmado ser a Geografia tanto uma ciência nomotética quanto idiográfica, dizia que a essência mesmo da Geografia se encontrava na sua vertente corológica, ou seja, no estudo regional.

Se a Geografia é a ciência corológica da superfície terrestre, por conseguinte ela tem a ver com todos os objetos possíveis tanto da natureza inorgânica quanto da orgânica, quanto da vida humana; todavia, não [os objetos] em si, mas sim apenas na medida em que eles são elementos essenciais dos lugares singulares da Terra (*einzelnen erdstellen*). Seu objeto não são as coisas ou processos singulares enquanto tais; ela também não questiona por sua distribuição geográfica, o que é, ao contrário, o modo de investigação das disciplinas parcelares das respectivas ciências, mas sim investiga os diferentes espaços terrestres (*erdräume*) e os lugares da Terra (*erdstellen*) segundo o modo de formação dos três reinos da natureza inorgânica e sua dotação de plantas, animais, homens e obras humanas. Os fatos geográficos são as relações do espaço do mesmo modo como os fatos históricos são as relações do tempo. Todavia, na medida em que eles não são nada mais do que relações do espaço, eles são puramente formais; eles recebem significação autônoma apenas através de sua realização material (*dinglichen erfüllung*), como a posição (*sitz*) de matérias e forças ou o lar e o âmbito de ação dos seres vivos, tanto das plantas e animais, quanto do homem. Por isso, denominou-se a Geografia de maneira mesmo adequada, senão agora de maneira elegante, a ciência dos espaços da superfície terrestre segundo sua realização material (*dinglichen erfüllung*). (HETTNER, 2012, p. 138-139).

Na concepção hettneriana, o estudo das diferenciações da superfície terrestre deveria conceber essa superfície como uma totalidade. Deveria, ainda, levar em consideração a totalidade dos aspectos da natureza e do homem em um determinado espaço da superfície terrestre, cujas características possuísem uma coerência fisionômica e funcional que permitissem configurar uma individualidade espacial. Enfim, uma região geográfica. A região como individualidade espacial, se constituiria, portanto, parte da totalidade; ou seja, uma parte da superfície terrestre.

Hettner chamou a atenção para o fato de que os recortes feitos na realidade são provenientes do exercício intelectual, não existindo em si mesmo. Os recortes são produtos de uma construção mental. Seu ponto de vista é que a realidade pode ser dividida segundo conjuntos homogêneos, definindo campos do conhecimento como a Geologia, a Botânica e a Física. Mas a realidade, também, pode ser dividida, levando-se em consideração um conjunto heterogêneo de fenômenos que possuam uma coerência interna própria, conformando uma individualidade referida no tempo e no espaço. A análise que leva em consideração a individualidade espacial referida no tempo no espaço é considerada análise regional. (LENCIONI, 2003, p. 123-124).

Tempo e espaço constituem uma unidade. Hettner refletindo sobre a questão da relação espaço e tempo e inspirado pelas colocações de Kant — que distingue claramente a Geografia da História, argumentando que à Geografia cabe o estudo das relações dos fatos que se dão conjuntamente no espaço, enquanto que à História, o estudo dos acontecimentos que se sucedem no tempo —, disse que, embora fosse fundamental procurar pela gênese dos fenômenos, a Geografia não deveria se confundir com a História.

Em Hettner, a interpretação do caráter variável da superfície terrestre se fundamenta no estudo das relações entre os fenômenos de natureza física e humana. Nesse estudo, observa que se deve procurar ver como as relações estabelecidas entre esses fenômenos se dão em diferentes lugares e como os fenômenos estão espacialmente inter-relacionados. Assim, as particularidades da superfície terrestre, que seriam oriundas da associação de determinados fenômenos, podem ser reveladas. (LENCIONI, 2003, p. 124).

Por conseguinte, pode-se inferir que Hettner desempenhou um papel fundamental no processo de transposição da filosofia neokantista para a Geografia. Isso porque, reviveu em seus trabalhos as definições de Kant sobre Geografia, e dentro desse sistema anexou os estudos sistemáticos de Humboldt, Peschel, Ratzel, e os estudos das regiões de acordo com as definições de Ritter, Marthe, Richthofen, transformando-os em um todo coerente. É em grande parte graças a Hettner que o dualismo que por tanto tempo constituiu obstáculo à Geografia, foi transposto com êxito.

Valkenburg (1960, p. 976) resume sucintamente as complexas conceituações de Hettner:

A Geografia, segundo Hettner, não é a ciência geral da Terra, mas a ciência corológica da superfície da Terra. Trata, principalmente, da relação mútua entre a natureza e o homem, é uma apreciação das relações espaciais (*raum*). O objetivo primordial é o estudo de áreas ou regiões; esse estudo deve conter descrições, bem como explicações, deduzidas analítica ou sinteticamente. A delimitação das regiões constitui um dos principais problemas da Geografia, enquanto a observação *in loco* é à base do estudo geográfico. Distingue entre a Geografia Geral (*Allgemeine Geographie*), que acompanha sistematicamente a distribuição dos vários fenômenos geográficos sobre a superfície da terra, e a Geografia Regional ou especial (*Länderkunde*), de onde se origina o conceito de regiões geográficas. A doutrina parece perfeitamente familiar ao moderno geógrafo, que ainda procura definir sua esfera de estudo; acentua um terceiro aspecto (além da descrição e da explicação) que é o planejamento, único elemento ausente.

Hettner foi com certeza um dos geógrafos de maior prestígio no pensamento geográfico da primeira metade do século XX, cuja influência do pensamento foi grande

tanto na Alemanha, quanto perante a Geografia produzida na França e Estados Unidos. Entretanto, foi Richard Hartshorne quem desenvolveu e melhor divulgou as concepções hettnerianas.

Nascido nos Estados Unidos, mas de origem alemã, Richard Hartshorne é um marco da Geografia americana por ter introduzido naquele país, de uma maneira nova e meticulosa, o debate teórico-metodológico na Geografia. Ele foi o grande responsável pela divulgação das ideias de Hettner na Inglaterra e nos Estados Unidos, tendo traduzido do alemão para o inglês várias passagens dos trabalhos de Hettner, que foram objeto de ampla discussão no seu livro de 1939, *The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past*. (LENCIONI, 2003, p. 123).

Nitidamente influenciado pelas concepções kantianas e hettnerianas, Hartshorne procurou desenvolver reflexões sobre a epistemologia, natureza e aspectos metodológicos da Geografia. Para Andrade (1987, p. 79), em dois livros, “A Natureza da Geografia” (1939) e “Propósitos e Natureza da Geografia” (1959), Hartshorne desenvolve as teses dos mestres alemães (Kant-Hettner) a quem seguiu e, especula sobre a análise das inter-relações entre os fenômenos, admitindo duas formas de estudá-los: ou partir do particular, da região, quando se fazia a Geografia a que chamou de Idiográfica, ou de forma generalizadora, aquilo que se considera como Geografia Geral, ao se fazer o que denominava Geografia Nomotética. Assim, Hartshorne sem romper com o pensamento mais ligado à Geografia Clássica, já representa um papel de transição no “horizonte geográfico”.

De acordo com as reflexões de Moraes (2003), um aspecto de relevante importância no pensamento hartshorniano consiste no fato de que este propõe novas formas de estudo à ciência geográfica, representadas pela Geografia Idiográfica e Geografia Nomotética, resgatando e ampliando as concepções neokantianas. A primeira representa uma análise singular (de um só lugar) e unitária (que tenta apreender vários elementos), o que leva a um reconhecimento bastante profundo de determinado local. Já a segunda, expressa uma análise que deve ser generalizadora, apesar de parcial. Neste tipo de estudo, o pesquisador deve parar na primeira integração e reproduzi-la em outros lugares, objetivando elaborar um “padrão de variação” dos fenômenos tratados, abrindo a possibilidade de um conhecimento genérico. Dessa forma, Hartshorne articulou a Geografia Geral e a Regional, diferenciando-as pelo nível de profundidade de suas colocações. Quanto maior a simplicidade de fenômenos e relações tratados, maior a possibilidade de generalização. Quanto mais profunda a análise efetuada, maior conhecimento da singularidade local. Esta proposta foi amplamente discutida na Geografia, pois abriu novas perspectivas ao estudo geográfico.

Hartshorne, inspirado pela classificação das ciências de Kant, sugere uma separação entre as ciências sistemáticas de um lado e de outro — a Geografia e a História. O campo sistemático das ciências naturais está mais próximo do modelo nomotético, enquanto as ciências sociais, pelo caráter único dos fenômenos que estudam (os mesmos fatos não se repetem na história; uma montanha, ou um rio nunca é igual a outro) se identificam muito mais ao modelo idiográfico. Todas as disciplinas, no entanto, segundo Hartshorne devem fazer apelo aos dois

procedimentos — nomotético e idiográfico — a ciência, aliás, costuma proceder do particular ao geral. Ele reconhece, pois a necessidade de estabelecer esquemas gerais em todos os campos científicos, inclusive na Geografia. Entretanto, uma grande parte dos fenômenos observados pela Geografia possuem um caráter singular e uma localização única. Desta maneira, a despeito do fato de que a meta fundamental da Geografia deva ser o estabelecimento de uma classificação global de regiões, em sistemas genéricos e específicos (a primeira, fruto de uma classificação comparativa; a segunda, uma síntese singular de localizações), estas regiões possuem sempre aspectos que são irreduzíveis a qualquer generalização. (GOMES, 2006, p. 60).

Para Hartshorne (1978), a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade. Afirma que a Geografia deve procurar compreender como os fenômenos se combinam em uma área da superfície terrestre. Seguindo o pensamento de Hettner, Hartshorne considera que não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, pois interessam a esta ciência todos os fenômenos que apresentam uma dimensão espacial.

Desse modo, a Geografia consiste em

[...] uma ciência que interpreta as realidades da diferenciação de áreas do mundo, tais como elas são encontradas, não somente em termos das diferenças de certos elementos de lugar para lugar, mas também em termos da combinação total dos fenômenos em cada lugar, diferente daquelas que se verificam em cada um dos outros lugares. (HARTSHORNE, 1939, p. 462, tradução nossa).

Segundo o autor (1978), a Geografia se constitui em uma disciplina que procura descrever e interpretar o caráter variável da Terra, de lugar a lugar, como o mundo do homem. Esta descrição científica deve incluir tanto o que se sabe, quanto o que pode ser inferido, quer dos fenômenos, quer das relações de processos e associações de fenômenos.

Na concepção de Hartshorne (1939), a Geografia

[...] procura adquirir um conhecimento completo da diferenciação por áreas do mundo e, portanto, discriminar os fenômenos que variam em diferentes partes do mundo somente em termos de sua significação geográfica — isto é, em sua relação com a diferenciação total de áreas — não necessariamente em termos da extensão física sobre a terra, mas como uma característica de uma de extensão mais ou menos definida. (HARTSHORNE, 1939, p. 463, tradução nossa).

De acordo com este ponto de vista, o principal objetivo do estudo geográfico é a síntese, uma integração de características relevantes, com vistas a fornecer uma descrição total de um lugar (uma região) que é identificável por sua combinação particular dessas características. Há, então, de acordo com Hartshorne (1939, p. 460), uma íntima analogia entre a Geografia e a História; a última fornece uma síntese das “seções temporais da realidade”, enquanto a primeira realiza uma tarefa similar para “as seções espaciais da superfície terrestre”.

A crosta da Terra, que constitui o objeto de estudo da Geografia, é um complexo de várias integrações de uma larga multiplicidade de fenômenos, inter-relacionados numa grande diversidade de maneiras. Do ponto de vista de outras ciências, ou da Filosofia, é útil classificar esses fenômenos, em diferentes maneiras. A Geografia, procurando analisar a complexidade dos fenômenos que se integram na realidade,

cuida de examinar as relações que existem entre os fenômenos, de quaisquer tipos, que se revelem significantes na integração total. Em muitos casos, tais relações poderão ser as que se observam entre fenômenos humanos e não humanos, ao passo que em outros elas se verificam entre fenômenos animados (humanos e não humanos) e inanimados, ou entre fenômenos visíveis e invisíveis, ou entre fenômenos materiais e imateriais. Mas nenhuma dessas dicotomias é logicamente mais significativa do que as outras para a Geografia. Em cada caso, a natureza particular dos fenômenos é que determina as relações. (HARTSHORNE, 1978, p. 68).

As explicações de Lencioni (2003) demonstram que para Hartshorne não há fenômenos particulares à Geografia, assim como também não há um objeto de estudo que lhe seja específico. Para ele, as ciências se definem, sobretudo, por seus métodos próprios de investigação, e menos segundo a determinação de objetos particulares de estudo.

Perseguindo as trilhas de Kant e Hettner, Hartshorne considera que para a compreensão do presente é necessária à perspectiva histórica, contudo observa que essa perspectiva não se confunde com a Geografia. Afirma que não cabe à Geografia investigar a gênese e desenvolvimento dos fenômenos. O olhar do geógrafo deve estar dirigido para a apreensão do caráter das áreas, não se confundindo com o olhar do historiador, interessado nos processos em si. Acima de tudo, diz que cabe ao geógrafo entender a diferenciação das áreas da superfície terrestre. (LENCIONI, 2003, p. 126).

Estas ideias são concebidas por Hartshorne em sua obra *Perspectives on the Nature of Geography* (Propósitos e Natureza da Geografia, publicado originalmente em 1959), onde acaba revendo algumas das afirmações tecidas em *The Nature of Geography* (A Natureza da Geografia, publicado originalmente em 1939), posicionando suas análises em direção ao conceito hettneriano de diferenciação de áreas em superação ao campo vidaliano da Geografia Regional. Na concepção de Hettner o conceito de região se amolda aos conceitos mais abstratos, porém mais basilares, de recorte e de área, todos entendidos como formas de manifestação do processo de diferenciação, ao contrário da identidade que informa o conceito de região.

Para Gomes (2003), o criticismo de Hartshorne, legado de Kant e Hettner, busca a generalização através do estabelecimento de conceitos claros e objetivos. O mais importante é, sem dúvida alguma, o de região. Este conceito está na base da concepção científica da diferenciação espacial e, a partir de sua definição, a Geografia pode desenvolver um método corológico/regional fundado na análise comparativa das estruturas espaciais.

Hartshorne (1939) demonstra que desde Kant, passando por Humboldt e Ritter, a Geografia teria se caracterizado por ser o estudo das diferenças regionais. Este é, pois, o traço distintivo que marca a natureza da Geografia e a ele deve-se ater. O método corológico/regional, ou seja, o ponto de vista da Geografia, de procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, é a particularidade que identifica e diferencia a Geografia das demais ciências. Há outros campos que estudam os mesmos fenômenos, mas só a Geografia tem esta preocupação primordial com a distribuição e a localização espacial e este ponto de vista é o elemento-chave



na definição de um campo epistemológico próprio à Geografia.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das temáticas enfocadas durante o texto torna-se possível inferir que sob a influência direta do pensamento de Immanuel Kant e Alfred Hettner, Richard Hartshorne desenvolveu seus estudos, os quais tiveram grande impacto sobre a Geografia produzida em âmbito internacional, durante grande parte do século XX. Além de realizar a difusão do neokantismo às correntes posteriores da história do pensamento geográfico.

Essa atitude em face dos trabalhos de nossos predecessores induz ao respeito pelo nosso campo de estudos, e dá origem a um saudável sentimento de modéstia, que não há de ser interpretado como o culto ao passado. Deve essa atitude, igualmente, permitir-nos reconhecer os erros lógicos da nossa herança em matéria de pensamento geográfico, e determinar em que setores sua estrutura conceitual precisa ser retificada ou revigorada. (HARTSHORNE, 1978, p. 10).

Hartshorne vem da tradição geográfica norte-americana, que recebe influência direta tanto da Escola Francesa quanto da Escola Alemã de Geografia. Em um país onde a Escola de Berkeley (Califórnia) e a Escola do Meio-Oeste (Chicago) influenciaram desde o começo essa tradição, este teórico foi capaz de trilhar caminhos próprios, aparecendo, por vezes, como figura solitária na busca da elucidação dos rumos da Geografia nos Estados Unidos.

Nitidamente influenciado pelas concepções kantianas e hettnerianas, o autor procurou desenvolver reflexões sobre a epistemologia, natureza e aspectos metodológicos da Geografia. Para Andrade (1987, p. 79), em dois livros, *A Natureza da Geografia* (1939) e *Propósitos e Natureza da Geografia* (1959), Hartshorne desenvolve as teses dos mestres alemães (Kant-Hettner) a quem seguiu e, especula sobre a análise das inter-relações entre os fenômenos, admitindo duas formas de estudá-los: ou partir do particular, da região, quando se fazia a Geografia a que chamou de Idiográfica, ou de forma generalizadora, aquilo que se considera como Geografia Geral, ao se fazer o que denominava Geografia Nomotética. Assim, Hartshorne sem romper com o pensamento mais ligado à Geografia Clássica, já representa um papel de transição no “horizonte geográfico”.

Por fim, deve-se considerar Hartshorne como símbolo de um trabalho coletivo, sendo que a sua produção acadêmica só pode ser compreendida levando em consideração o contexto cultural, técnico e científico vigente a partir do período entre guerras. O autor debruça-se sobre o conhecimento geográfico acumulado, representado principalmente pelos trabalhos de Kant e Hettner, para propor novos enfoques teórico-metodológicos no âmbito da Geografia. Assim, delineou-se uma das mais importantes conexões da história do pensamento geográfico, a ligação Kant-Hettner-Hartshorne, que proporcionou significativos avanços ao campo de estudo da Geografia.



## REFERÊNCIAS

CAPEL, Horacio. **Filosofia y Ciencia en la Geografía Contemporánea**: uma introducion a la Geografía. 2. ed. Barcelona: Barcanova, 1983.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

\_\_\_\_\_. **Evolución de la Geografía Humana**. 2. ed. Barcelona: Oikos-Tau, 1981.

\_\_\_\_\_. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

ENTRIKIN, J. Nicholas; BRUNN, Stanley D. **Reflections on Richard Hartshorne's The Nature of Geography**. Washington: Association of American Geographers, 1989.

ETGES, Virginia Elisabeta. A Contribuição de Alfred Hettner à Geografia. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Luiza; Silva, Márcia da. **Espaço e Tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMADAN, 2009.

FERREIRA, Conceição Coelho; SIMÕES, Natércia Neves. **A Evolução do Pensamento Geográfico**. Lisboa: Gradiva, 1992.

FERREIRA, Juliana Mesquita Hidalgo; MARTINS, André Ferrer Pinto Martins. **História da Ciência – o que é?** Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; \_\_\_\_\_ (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Geografia e Modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GREGORY, Derek [et al.] (Org.). **The Dictionary of the Human Geography**. 5. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2009.

HARTSHORNE, Richard. **Propósitos e Natureza da Geografia**. São Paulo: Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. The Concept of Geography as a Science of Space, from Kant and Humboldt to Hettner. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 48, n. 2, 1958. p. 97-108.

\_\_\_\_\_. The Nature of Geography: A Critical Survey of Current Thought in the Light of the Past. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 29, n. 3 e 4, 1939. p.173-658.

HARVEY, Francis; WARDENGA, Ute. The Hettner-Hartshorne Connection: reconsidering the process reception and transformation of a geographic concept. **Finisterra**. Lisboa: Universidade de Lisboa, v. 35, n. 65, 1998. p. 131-140.

HETTNER, Alfred. A Essência e as Tarefas da Geografia. **GEOgraphia**. Niterói: UFF, n. 26, 2011. p. 136-149.

\_\_\_\_\_. A Geografia como Ciência Corológica da Superfície Terrestre. **GEOgraphia**. Niterói: UFF, n. 25, 2011. p. 136-152.

\_\_\_\_\_. La Naturaleza de Geografía y sus Métodos. In: MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico**: estudio interpretativo y antología de textos. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

\_\_\_\_\_. Os Ramos da Geografia e sua Relação com as Ciências da Natureza. **GEOgraphia**. Niterói: UFF, n. 28, 2012. p. 138-160.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Prática**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

\_\_\_\_\_. **Crítica da Razão Pura**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

\_\_\_\_\_. Physische Geographie. In: UNWIN, T. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

KRAGH, Helge. **Introdução à Historiografia da Ciência**. Porto: Porto Editora, 2003.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

MENDOZA, Josefina Gómez; JIMÉNEZ, Julio Muñoz; CANTERO, Nicolás Ortega. **El Pensamiento Geográfico**: estudio interpretativo y antología de textos. 2. ed. Madrid: Alianza, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 19. ed. São Paulo: Annablume, 2003.

MOREIRA, Ruy. **O Pensamento Geográfico Brasileiro**: as matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008. v. 1.

SANTOS, Douglas. **A Reinvenção do Espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 2002.

TATHAM, George. A Geografia no Século XIX. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 157, 1960. p. 551-578.

UNWIN, Tim. **El Lugar de la Geografía**. Madrid: Cátedra, 1995.

VALKENBURG, Samuel Van. Escola Germânica de Geografia. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, n. 159, 1960. p. 973-990.

## O HORIZONTE HUMANISTA NA GEOGRAFIA E A FENOMENOLOGIA: O PROBLEMA DA “FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA”

**Josimar Monteiro Santos**

Universidade Federal do Espírito Santo.  
Vitória-ES.

**Luís Carlos Tosta dos Reis**

Universidade Federal do Espírito Santo.  
Vitória-ES.

**RESUMO:** O presente artigo investiga a relação entre o Horizonte humanista e a fenomenologia. A problemática do texto possui como elemento articulador a “fenomenologia geográfica”. Por fim, propõe-se a fenomenologia hermenêutica de Martin Heidegger como via de assimilação do método fenomenológico na ciência geográfica por meio da tematização da ontologia e do desenvolvimento de uma “geografia fenomenológica”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Horizonte humanista; Fenomenologia geográfica; Fenomenologia hermenêutica.

**ABSTRACT:** The present article investigates the relationship between the Humanist Horizon and phenomenology. The problematic of the text has as an articulating element the “geographical phenomenology”. Finally, the hermeneutic phenomenology of Martin Heidegger is proposed as a way of assimilating the phenomenological method in geographic science through the thematization of the ontology

and the development of a “phenomenological geography”.

**KEY-WORDS:** Humanist horizon; Geographical phenomenology; Hermeneutic phenomenolog.

### 1 | INTRODUÇÃO

A problemática a ser abordada nesse texto constitui-se pela articulação de dois elementos fundamentais. De um lado, o Horizonte humanista (ou Geografia humanista) e de outro lado a filosofia fenomenológica. Por conseguinte, para compreender de que modo esses elementos se articulam no desenvolvimento de nossa problemática iremos expor de maneira introdutória os aspectos gerais desses dois elementos.

O Horizonte humanista na Geografia se desenvolveu durante a década de 1960, consolidando-se como um horizonte de abordagem dos estudos geográficos na década de 1970. Esse período trouxe para a ciência geográfica uma ampliação dos debates epistemológicos, em grande medida pela necessidade de encontrar alternativas teórico-metodológicas ao predomínio nas pesquisas geográfica da Geografia quantitativa de bases neopositivistas. A consolidação da Geografia humanista na década de 1970 trouxe a reboque para a ciência geográfica a pluralidade

epistemológica que a constituía, de modo que um traço característico desse horizonte constitui o inequívoco ecletismo (Gomes, 2011). Esse ecletismo, por sua vez, trouxe em seu bojo o problema da ambiguidade, na medida em que no horizonte humanista não é raro a manifestação de associação de perspectivas teóricas que, a princípio, seriam divergentes. Nesse contexto, de consolidação da Geografia humanista se deu o esforço de assimilação da filosofia fenomenológica como uma alternativa teórica que pudesse fazer frente ao predomínio da Geografia quantitativa através do esforço dos geógrafos que, de modo pioneiro, buscaram a influência direta da fenomenologia em seus trabalhos (Edward Relph, Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer e J. Nicholas Entrikin), permitindo identificar uma matriz fenomenológica na Geografia humanista (HOLZER, 2016).

A qualificação do segundo elemento, a filosofia fenomenológica é mais complexa. Isso se dá, em parte, em função da magnitude do assunto e, em parte, pela polissemia que acompanha historicamente o assunto. A palavra já estava presente na tradição filosófica ocidental, como por exemplo nas obras de Hegel e Kant. Todavia, o sentido que o termo adquiriu no projeto filosófico inaugurado por Edmundo Husserl, no início do século XX, resguardará uma significação própria. Na verdade, o projeto husserliano constituiu no século passado um amplo movimento filosófico que se desdobrou de modo complexo nas obras de seus filósofos expoentes, tais como Max Scheler, Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty e Paul Ricoeur. Em síntese, pode-se indicar que

“[...] ainda que a fenomenologia no sentido lato seja a soma da obra husserliana e das heresias que nasceram de Husserl, é também a soma das variações do próprio Husserl e, de modo particular, a soma das descrições propriamente fenomenológicas e das interpretações filosóficas pelas quais reflete e sistematiza o método (RICOEUR, 2009, p.8-9).

Portanto, a própria filosofia fenomenológica impõe àqueles que se propuserem a dialogar com seu projeto uma atenção peculiar, referente à natureza de suas questões e o modo como elas se desdobraram de diferentes maneiras nas obras desses fenomenólogos. Dito de outra maneira: é indispensável ter atenção em relação à natureza das peculiaridades que envolvem as diversas nuances do significado da fenomenologia entre as diferentes obras dos filósofos filiados à tradição filosófica fenomenológica.

Esses dois elementos se articulam na geografia através da literatura de revisão e avaliação crítica sobre o modo com o qual a fenomenologia foi assimilada no Horizonte humanista (ENTRIKIN, 1976; LEY; SAMUEL, 1978; SMITH, 1979; GOMES, 2011). A presente reflexão destaca como referência privilegiada uma posição sobre o assunto, estabelecida por John Pickles (1985), no livro “**Phenomenology, Science and Geography: Spatiality and the Human Science**”. Neste livro, Pickles (1985) desenvolveu uma significativa contribuição ao debate acerca da relação entre a fenomenologia e a ciência geográfica, ampliando a compreensão sobre a assimilação

da natureza do método fenomenológico no interior dessa ciência. Para desenvolver essa contribuição o autor investigou a maneira pela qual a fenomenologia havia sido interpretada em sua assimilação na Geografia humanista. Nessa revisão, ele argumenta que adoção da fenomenologia no interior da corrente humanista se deu, efetivamente, sob a forma de uma “adaptação livre” das premissas dessa filosofia aos conceitos geográficos. Essa adaptação foi qualificada por ele como encerrando uma “fenomenologia geográfica” (PICKLES, 1985). Desta forma, a “fenomenologia geográfica” designaria uma adaptação da própria natureza do método fenomenológico na ciência geográfica promovido pelo horizonte humanista.

Assumir a posição de Pickles acerca da “fenomenologia geográfica” como uma posição de princípio orientadora da reflexão que se pretende desenvolver acerca da relação que se estabeleceu entre a Geografia humanista e a fenomenologia, impõe a necessidade de qualificar os atributos que propriamente a caracterizariam.

## 2 | OS ATRIBUTOS CONSTITUTIVOS DA “FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA”

A importância da noção de “fenomenologia geográfica” tal como desenvolvida por Pickles (1985) já foi destacada, dentre outros, por Werther Holzer (1992), na dissertação “**A Geografia humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**”, nos seguintes termos:

[...] Pickles mostraria como essa posição metafísica, e esta ontologia baseada na natureza física, influenciariam a apropriação da fenomenologia pela geografia. Ele distinguiria uma ‘*fenomenologia geográfica*’ da fenomenologia como um todo e da ‘*geografia fenomenológica*’. Segundo o autor [Pickles], no processo de adoção da fenomenologia pela geografia houve sua adaptação a vários conceitos da geografia tradicional, resultando em uma ‘*fenomenologia geográfica*’ diversa do projeto filosófico original da fenomenologia [...] (HOLZER, 1992, p. 399, *grifo nosso*).

A exposição que Pickles (1985) dispensa à ideia de “fenomenologia geográfica” revela um elemento nitidamente interpelativo com o qual o autor concebe seu sentido, a fim de investigar o perfil da fenomenologia, enquanto tal, na ciência geográfica. Para o autor,

No processo de sua adoção, interpretação e crítica no contexto da ciência geográfica a fenomenologia tem sido radicalmente *adaptada* a partir da perspectiva dos conceitos geográficos tradicionais e suas estruturas de significação. Ao mesmo tempo está ‘fenomenologia’, tal como apresentada nos escritos pioneiros de Relph, Tuan, Mercer e Powell, e Buttimer – tem frequentemente se tornado a única fenomenologia para a qual os autores subsequentes se voltam [retornam – tomam como base]. Como resultado, nós precisamos questionar se esta ‘fenomenologia’ é uma interpretação sólida e viável dos princípios fenomenológicos enquanto tais. Precisamos considerar o significado preciso e original da fenomenologia, e distinguir isto do que tem sido chamado ‘fenomenologia’ ou do que eu vou me referir enquanto ‘fenomenologia geográfica’. A primeira [isto é, a “fenomenologia” enquanto tal] se refere ao projeto de Edmund Husserl e seu desenvolvimento subsequente. A última [fenomenologia geográfica] se refere às interpretações e adaptações deste projeto como ele tem integrado [sido assimilado] à literatura geográfica [...] (PICKLES, 1985. p. 5, tradução nossa).

O tom questionador possui como base a constatação de que a “fenomenologia geográfica” teria se tornado um parâmetro privilegiado de interpretação da filosofia fenomenológica na ciência geográfica, na medida em que os precursores do horizonte humanista terem estabelecido, com a “fenomenologia geográfica” um “padrão” de assimilação do significado da Fenomenologia que se converteu na fonte à qual os pesquisadores posteriores tenderiam a compreender o sentido da fenomenologia nesta ciência (PICKLES, 1985). O autor sinaliza, assim, para um elemento controverso acerca do caráter mesmo da “fenomenologia geográfica” estabelecida pelos pioneiros da Geografia humanista. Desse modo, há a necessidade de se depurar os atributos próprios da “fenomenologia geográfica”, enquanto modo característico da assimilação principal da fenomenologia na geografia.

A citação anterior, permite trazer à tona de maneira introdutória, o primeiro atributo da “fenomenologia geográfica”, no sentido em que ela encerraria uma *adaptação livre dos princípios da fenomenologia aos conceitos geográficos*. Pickles argumenta que essa “adaptação” foi resultado de uma *assimilação pragmática da fenomenologia na pesquisa geográfica*.

“Solicitações em relação aos [geógrafos] fenomenólogos de produzirem praticamente pesquisas úteis, em vez de continuar a desenvolver argumentos teóricos concernentes a fenomenologia não se restringe aos seus críticos e opositores. Desde o início, a preocupação com os aspectos pragmáticos dos princípios fenomenológicos tem caracterizado as interpretações geográficas [...]” (PICKLES, 1985, p. 46, tradução nossa).

Para Pickles essa assimilação “pragmática” foi responsável pelo fato de que a fenomenologia tenha sido interpretada,

“[...] mais como uma motivação orientadora do que como uma concepção metodológica rigorosa, e sua avaliação procedeu em termos de categorias já dadas. Fundamentalmente então, seu estatuto transcendental e ontológico foi negado desde o início [...]” (PICKLES, 1985, p. 47, tradução nossa).

Outro atributo que é possível reconhecer da “fenomenologia geográfica”, consiste em *considerar a fenomenologia muito mais como uma motivação orientadora do que um método rigoroso*. Em síntese, Pickles (1985) buscou qualificar através da “fenomenologia geográfica” a “adaptação” dos princípios fenomenológicos aos conceitos geográficos marcada por um caráter eminentemente “pragmático” de assimilação da fenomenologia pela Geografia humanista, resultando em uma interpretação dessa filosofia que a considerou muito mais como uma “motivação orientadora” do que como uma concepção rigorosa de método. Isso se justificou pelo modo como a fenomenologia foi interpretada por esses geógrafos. A “fenomenologia [foi] tomada como *fenomenologia existencial* por Tuan, Relph, Buttimer, Mercer e Powell, e Entrikin [...]” (PICKLES, 1985, p. 50, tradução nossa). Portanto, a interpretação do projeto fenomenológico por meio da *fenomenologia existencial* constitui um atributo marcante da “fenomenologia geográfica”.

Como será demonstrado na Figura 1, a partir do que foi exposto anteriormente,



pode-se identificar com base em Pickles (1985), os seguintes atributos constitutivos da “fenomenologia geográfica”:

<b>FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA: OS ATRIBUTOS DA ASSIMILAÇÃO DA FENOMENOLOGIA NOS PIONEIROS DA GEOGRAFIA HUMANISTA ANGLÓFONA</b>	
i) Adaptação <i>livre</i> dos princípios da fenomenologia aos conceitos geográficos;	ii) Assimilação pragmática da fenomenologia na pesquisa geográfica;
iii) Fenomenologia: tratada como uma motivação orientadora e não como uma concepção metodológica rigorosa;	iv) A filosofia fenomenológica foi interpretada como <i>fenomenologia existencial</i> pelos geógrafos humanistas (Edward Relph, Yi-Fu Tuan, Anne Buttimer e J. Nicholas Entrikin);

FIGURA 1 – Atributos da “fenomenologia geográfica” de acordo com Pickles (1985)

Fonte: Elaboração pessoal, tendo como base o capítulo “**The interpretation of phenomenology in geography**” (PICKLES, 1985).

### 3 | A FENOMENOLOGIA HERMENÊUTICA HEIDEGGERIANA E O PROJETO DE UMA “GEOGRAFIA FENOMENOLÓGICA”

Diante da exposição dos atributos da “fenomenologia geográfica” desenvolvido no tópico anterior, entende-se o motivo pelo qual Pickles (1985) argumentou que o esforço de assimilação consistente do método fenomenológico na Geografia deveria se dar por meio de um projeto distinto, que o autor irá denominar de “geografia fenomenológica”. Isso se justificaria pela necessidade de conceber a “geografia fenomenológica” como um projeto de reentrada na fenomenologia, visto que a forma como a fenomenologia havia sido assimilada, anteriormente, teria comprometido a compreensão da natureza do seu método investigativo.

A questão que se impõem para o desdobramento desse texto (devido aos limites expositivos desse formato de texto) é: quais os motivos que justificam a opção pela fenomenologia hermenêutica de Martin Heidegger como uma via consistente de assimilação da fenomenologia na ciência geográfica? São dois os argumentos fundamentais para responder a essa questão:

I. A impossibilidade de assimilar de forma consistente toda a filosofia fenomenológica tendo em vista toda a magnitude que esse movimento filosófico conheceu no século XX;

II. São as questões nelas mesmas que devem interpelar e orientar a aproximação com o modo de investigação fenomenológico. Isso se traduz na geografia pela própria natureza da questão primordial que busca investigar a natureza da realidade geográfica, isto é, a tematização da “ontologia” na Geografia;

Sugere-se, nesse sentido, que a fenomenologia hermenêutica de Heidegger se apresenta como uma via fecunda de assimilação do método fenomenológico na geografia, pois, através de seu caráter estrito, ela permitiria pôr em curso uma via

específica para desenvolver o projeto da “geografia fenomenológica” através de uma lida sistemática com a obra desse fenomenólogo. Conforme destacou Kirchner:

[...] como seria o conhecimento fenomenológico? Segundo a cientificidade que lhe é própria, a ontologia fenomenológica enquanto fenomenologia hermenêutica não progride como acontece nas ciências positivas. Enquanto estas tendem e até mesmo necessitam progredir, à medida que têm clareza de seu objetivo (positum), a fenomenologia hermenêutica, de uma maneira diversa e inversa, tende e até mesmo necessita regredi.

Regressão, contudo, não significa deficiência ou imperfeição. É que ela se orienta por uma outra eficiência da usual e corriqueira. Por isso quer e procura ir às raízes, ao fundamento, à condição de possibilidade do sentido do ser. Fenomenologicamente, dar passos não possui o sentido evolutivo de dar unicamente passos progressivos “para frente”. Está em jogo entrar numa questão e dar um passo para trás, significa tematização, explicitação, aprofundamento daquilo que norteia e orienta o próprio questionamento. Trata-se de descrever a originariedade (Ursprünglichkeit) do fenômeno investigativo. Numa investigação fenomenológica, portanto, está em jogo a própria maneira de dirigir-se à coisa investigada. É decisivo, então, o modo como nos aproximamos do objeto investigado, uma vez que o resultado depende de apreensão e compreensão apropriadas” (KIRCHNER, 2007, p. 157-158, grifo do autor).

É a natureza mesma do modo de investigação constitutiva da fenomenologia hermenêutica, isto é, do seu método investigativo que a direciona para a questão ontológica. Notadamente, a tematização da ontologia existente atualmente no interior da ciência geográfica estabeleceu uma relação distinta com a fenomenologia hermenêutica. De um lado, desde a década de 1970 esse tema se desenvolveu no horizonte crítico (ou Geografia crítica) sobre grande influência do marxismo, definindo um estatuto ontológico de determinação do ser social na produção do espaço (REIS, 2009; 2012; CALÇARA, 2013; PEDROSA, 2012). Isso acarretou uma posição refratária ao modo de investigação fenomenológico-hermenêutico heideggeriano, por várias razões. Por outro lado, o horizonte humanista (ou Geografia humanista) mais recentemente buscou retomar a noção de “geograficidade” de Eric Dardel como o fundamento da Geografia.

Essa retomada teve em vista a busca por uma ontologia que seja eminentemente fenomenológica, requisitando um diálogo direto com o pensamento de Heidegger (HOLZER, 1998; 2010a; 2010b; 2001; MARANDOLA JR. 2012; 2014; DAL GALLO, 2015; DAL GALLO; MARANDOLA JR. 2015a; DAL GALLO; MARANDOLA JR. 2015b), mediatizada por uma obra que, a rigor, é efetivamente eclética e, na qual a influência de Heidegger não obstante seja saliente, constitui, de fato, *uma* influência dentre muitas outras.

Assim, o perfil mesmo da reflexão ontológica desenvolvido na geografia, brevemente esboçado no parágrafo acima, revela que o problema da fundamentação ontológica na geografia ainda pode ser proficuamente aprofundado na geografia, através de uma filiação estrita à fenomenologia hermenêutica. Isso se verifica na medida em que a fenomenologia hermenêutica designa, propriamente, a peculiaridade

da investigação ontológica da ontologia fundamental desenvolvida por Heidegger, para quem,

[...] A fenomenologia do *Dasein* [ser-aí] é uma *hermenêutica* na significação originária da palavra, que designa a tarefa da interpretação. Agora, na medida em que pela descoberta do sentido-do-ser e das estruturas-fundamentais do *Dasein* [ser-aí] em geral se põe à mostra o horizonte para toda outra pesquisa ontológica do ente não-conforme ao *Dasein* [ser-aí], essa hermenêutica se torna ao mesmo tempo 'Hermenêutica', no sentido da elaboração das condições da possibilidade de toda investigação ontológica [...] (HEIDEGGER, 2012, p. 127, grifo do autor).

Essa citação traz à tona uma série de indicações: primeiramente, apresenta de maneira condensada o próprio projeto presente no tratado “**Ser e tempo**” publicado em 1927, isto é, o projeto de *reabilitação da questão ontológica* acerca do sentido do Ser por meio da Ontologia fundamental; segundo, revela que esse projeto de *reabilitação* toma como via de acesso a tematização da ontologia o *Dasein (ser-aí)* sublinhando que a “hermenêutica” é a interpretação desse ente que todos nós somos o *Dasein (ser-aí)*; por conseguinte, é por meio da interpretação das estruturas do *Dasein (ser-aí)* que se tornaria possível divisar as condições de possibilidade de toda investigação ontológica. Dito de maneira mais direta, o que a citação revela é que o projeto da Ontologia fundamental possui como seu fio condutor a *analítica do Dasein (ser-aí)* como condição de possibilidade de toda investigação ontológica dos entes destituídos do modo de ser característico do *Dasein (ser-aí)*, ou seja, dos entes simplesmente dados que estão à base de, como, por exemplo, o ente geográfico (ontologia na Geografia).

Como foi indicado anteriormente, as duas vias distintas de tematização da ontologia na Geografia, de um lado o horizonte crítico, e de outro, o horizonte humanista perderam de vista a importância que *analítica do Dasein (ser-aí)* deveria ter na tematização da ontologia geográfica. De maneira resumida – devido aos limites do texto – a Geografia crítica ao determinar o espaço por meio da ontologia do ser social suprimiu o sentido da questão do ser e, assim, passou ao largo da eventual contribuição que a fenomenologia hermenêutica de Heidegger poderia oferecer à disciplina. A Geografia humanista, por sua vez, ao não assumir como referência as coordenadas de interpretação do pensamento de Heidegger por meio de um projeto de assimilação estrita de sua fenomenologia hermenêutica, manteve a “leitura humanista” que imputou ao filósofo e, assim, não se deteve, de maneira mais substantiva, à *analítica do Dasein (ser-aí)* que se tornou periférica (ou residual) neste horizonte. Desse modo, a assimilação humanista de Heidegger na Geografia passou também ao largo dos problemas associados à “transgressão categorial”, vigente em toda tentativa de elaborar uma ontologia regional à revelia do âmbito próprio da assimilação dos existenciais inerente à *analítica do Dasein (ser-aí)*, ou submeteu os existenciais a uma interpretação categorial (REIS, 2014). Essa “transgressão categorial” se efetiva pela indistinção do modo de ser próprio do *Dasein (ser-aí)*, qual seja, à distinção de todos os demais entes, o *Dasein (ser-aí)* é puro poder-ser: não possui uma natureza a

priori, uma quiddidade ou uma essência, ele existe em meio a uma dinâmica existencial (CASANOVA, 2013a; 2013b).

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi exposto, dentro dos limites desse texto, buscou-se justificar de maneira introdutória a opção pela fenomenologia hermenêutica de Heidegger como uma via consistente para o desenvolvimento do projeto de uma “geografia fenomenológica”. Essa justificativa possui como base a própria natureza investigativa dessa via de interpretação do método fenomenológico e o modo com o qual as questões correlatas ao problema da fundamentação ontológica na geografia podem ser desenvolvidas através de sua assimilação.

### REFERÊNCIAS

CALÇAVARA, Reginaldo Alex. **O sentido da ontologia do espaço para a dissolução da dicotomia geografia física-geografia humana: estudo sobre o caso da geografia crítica brasileira a partir do pensamento de Martin Heidegger**. 2013. Dissertação. 153f. (Mestrado em geografia). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.

CASANOVA, Marco Antonio. **Compreender Heidegger**. 4. ed. RJ: Vozes, 2013a.

CASANOVA, Marco Antonio. **Eternidade frágil: ensaio de temporalidade na arte**. RJ: Via Veritas, 2013b.

DAL GALLO, Priscila M. A ontologia da Geografia à luz da obra de arte: o embate Terra-Mundo em “*Out of África*”. 2015. Dissertação. 97f. (Mestrado em geografia). Instituto de Geociências, Unicamp, 2015.

DAL GALLO, Priscila M. ; MARANDOLA JR., Eduardo . O conceito fundamental de mundo na construção de uma ontologia da geografia. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 19, p. 551-563, 2015b.

\_\_\_\_\_. O pensamento heideggeriano na obra de Éric Dardel: a construção de uma ontologia da Geografia como ciência existencial. **Revista da ANPEGE**, v. 11, p. 173-200, 2015a.

ENTRIKIN, J. Nicholas. Contemporary humanism in geography. **Annals of the Association American Geographers**, Washington, v.66, n.4, p. 615-632, 1976.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HOLZER, Werther. Mundo e Lugar: Ensaio de Geografia. In: \_\_\_\_\_. **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p.281-304.

\_\_\_\_\_. A construção de uma outra ontologia geográfica: a contribuição de Heidegger. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, n. 2, p. 241-251, mai./ago. 2010a.

\_\_\_\_\_. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: Rosendahl, Zeny; Corrêa, Roberto Lobato. (Org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 103-122.

\_\_\_\_\_. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990**. 1992. Dissertação. 550f. (Mestrado em geografia). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950-1990**. Londrina: Eduel, 2016.

\_\_\_\_\_. O método fenomenológico: Humanismo e a construção de uma nova Geografia. In: ROSENDAL, Zeni; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural**. RJ: Eduerj, 2010b. p 37-71.

\_\_\_\_\_. **Um estudo fenomenológico da Paisagem e do Legar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI**. 1998. Tese. 234f. (Doutorado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

KIRCHNER, Renato. Da analítica existencial à ontologia fundamental. **Sofia**, v. XII, n. 17 e 18, p. 157-188, 2007.

LEY, David; SAMUEL, Marwyn. **Humanistic geography: prospects and problems**. Chicago: Maaroufa Press, 1978.

MARANDOLA Jr, Eduardo. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. SP: Blucher, 2014.

\_\_\_\_\_. Heidegger e o pensamento fenomenológico em Geografia: sobre os modos geográficos de existência. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, p. 81-94, jan/abr. 2012.

PEDROSA, Breno Viotto. A Geografia Crítica Brasileira e o Debate Sobre Ontologia do Espaço: Uma aproximação. **Geografares**, Vitória, n. 11, p. 139-168, 2012.

PICKLES, John. **Phenomenology, science and geography: spatiality and the human sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

REIS, Luís Carlos Tosta dos. Ontologia da Produção do espaço na Geografia: uma abordagem do tema através do diálogo entre Milton Santos e Heidegger sobre a técnica, **Geografares**, Vitória, n. 11, p. 01-39, dez, 2012.

\_\_\_\_\_. Ontologia do espaço e movimento de renovação crítica da geografia: o desafio da diferença ontológica. **Geografares**, Vitória, n. 07, p. 111-112, dez, 2009.

REIS, Róbson Ramo dos. **Aspectos da modalidade: a noção de possibilidade na fenomenologia hermenêutica**. RJ: Via Veritas, 2014.

RICOEUR, Paul. **Na escola da fenomenologia**. RJ: Vozes, 2009.

SMITH, Neil. Geography, science and pos-positivist modes of explanation. **Progress in Human Geography**, v.3. pg. 356-382, 1979.

## OS CAMINHOS DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XXI.

**João Henrique Santana Stacciarini**

Universidade Federal de Uberlândia (UFU/FACIP)

Ituiutaba, Minas Gerais

**Laira Cristina da Silva**

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Catalão, Goiás

**RESUMO:** A sistematização do conhecimento geográfico é de fundamental importância para estudantes de Geografia, entretanto, desenvolvê-la não é tarefa fácil, uma vez que a construção deste saber perpassa por inúmeros espaços e as mais diferenciadas temporalidades. Já na Grécia antiga, pós o domínio da escrita, cabe a Heródoto, Estrabão e Ptolomeu a organização de tais conhecimentos. Porém, é apenas no século XIX, com o surgimento das Escolas Alemã e Francesa que a Geografia se institucionaliza, passando a ter papel central no Estado e Sociedade. No Brasil, a institucionalização ocorre pós década de 1930, quando são criados o curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Neste sentido, diversas correntes, pesquisadores e estudiosos contribuíram para a “evolução” desta forma de reflexão até a chegada das primeiras décadas do século XXI.

**PALAVRAS-CHAVE:** Caminhos, Pensamento, Geografia.

**ABSTRACT:** The systematization of geographic knowledge is fundamentally important for geography students, however, develop it isn't an easy task because the construction of this knowledge permeates numerous spaces and more different time frames. Already in ancient Greece, after the mastery of writing, it is up to Herodotus, Strabo and Ptolemy the organization of such knowledge. However, it is only in the nineteenth century with the rise of German and French schools that geography is institutionalized, starting to have central role in state and society. In Brazil, the institutionalization occurs after the 1930s, when the course of Geography of the University of São Paulo (USP) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics. In this regard, various currents, researchers and scholars contributed to the “evolution” of this form of reflection until the arrival of the first decades of the twenty-first century.

**KEYWORDS:** Ways, Thought, Geography.

### 1 | INTRODUÇÃO

Como qualquer área das ciências humanas, cabe inicialmente destacar que a sistematização do conhecimento geográfico perpassa por inúmeros espaços e as mais diferenciadas temporalidades que, por vez,



podem, ou não, ser interdependentes. Neste sentido, ressalva-se que qualquer tema geográfico a ser explicitado ou pesquisado passa por diversas teses, inúmeros conceitos, múltiplos métodos e diversificadas metodologias.

Sendo assim, para alguns cientistas, o pensamento geográfico é o mais antigo dentre todos. Desde as primeiras civilizações, com as migrações e a diferenciação dos lugares, ele já estava presente na sociedade. Já na Grécia antiga, com o domínio da escrita, cabe a Heródoto, Estrabão e Ptolomeu a organização dos conhecimentos de natureza geográfica, com destaque para sua posição privilegiada no Mediterrâneo em relação a outras partes do mundo conhecido.

Com a chegada da Idade Média e o Feudalismo, a influência religiosa atinge profundamente os estudos de cunho geográficos. Diversas lendas, utopias e medos povoavam as “produções intelectuais” deste momento, onde a igreja, em conjunto com a nobreza, detinha o controle social de toda a sociedade, sendo ainda proibido discordar do pensamento religioso.

Durante a transição do modo feudal para o capitalista, ainda no século XIV, iniciam-se as “Grandes Navegações”, período em que os conhecimentos geográficos têm grande desenvolvimento técnico, visto a necessidade de estabelecer, cada vez mais, uma base cartográfica desenvolvida. A consolidação dos Estados Nacionais ampliam ainda mais a importância destes estudos, os quais passam por desenvolvimento crescente.

Neste sentido, Milton Santos apresenta esses “primeiros passos” dos estudos geográficos como “Generalização da Geografia”. Antonio Carlos Robert de Moraes, por sua vez, apresenta este como sendo o momento de “Sistematização da Geografia”, enquanto Nelson Werneck Sodré dá o nome de “Pré-história da Geografia”.

## 2 | O SURGIMENTO DAS ESCOLAS CLÁSSICAS DE GEOGRAFIA

A partir do século XIX, através do surgimento de duas escolas clássicas do Pensamento Geográfico, a alemã e a francesa, a Geografia começa a ser institucionalizada, passando a ter papel central no Estado e Sociedade. Ambas as escolas são responsáveis pelos principais debates da Geografia Moderna. A alemã, com destaque para os pensadores Alexander Von Humboldt, Karl Ritter e Friederic Ratzel, é caracterizada pelo “Pensamento Determinista”, o qual colocava o homem como produto do meio, com destaque para a descrição e a teoria do “Espaço Vital” – equilíbrio entre uma população e os recursos naturais disponíveis – bem como a notória observação do meio físico em detrimento da quase ausência de interpretações sociais. Vale ressaltar que

[...] os alemães foram importantes para a consolidação da Geografia enquanto ciência, sobretudo, com a contribuição desses intelectuais a Geografia pôde se estabelecer sobre fundamentos científicos autênticos e deixar de ser uma simples descrição do planeta para se transformar em uma ciência baseada na investigação. (MORMUL e ROCHA, 2013. p. 65).

A escola francesa, por sua vez, é marcada pelo “Pensamento Possibilista”, o qual defendia o “Gênero de Vida”, acreditando que a cultura de uma sociedade é capaz de possibilitá-la adequar-se às limitações naturais, transformando-as em vantagens. Desta forma, de maneira contrária ao determinismo, o possibilismo acredita na capacidade do homem em transformar o meio e, conseqüentemente, avalia fatores sociais, tentando indicar essa relação entre homem – meio. Como principais nomes do possibilismo francês, pode-se destacar Eliseu Reclus e Vidal de La Blache. Frisa-se ainda que

Vidal de La Blache propõe um novo método à geografia, inserindo uma perspectiva histórica e funcional. As relações homem - meio são encaradas, por essa ótica, com uma abordagem recíproca e harmônica. Além de receber influências de seu ambiente, o homem se apresenta como fator geográfico, transformando a fisionomia da paisagem a partir das possibilidades que cada meio oferece. (FABRÍCIO e VITTE, 2011. p. 320).

Seguindo esses processos interpretativos, na primeira metade do século XX, observa-se o aparecimento de estudos geográficos no continente norte americano, com destaque para os pensadores anglo americanos Richard Hartshorne e David Harvey.

Richard Hartshorne é um marco da Geografia americana por ter introduzido naquele país, de uma maneira nova e meticulosa, o debate teórico-metodológico na Geografia. [...] Para Hartshorne (1978), a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência da natureza e da sociedade. Richard afirma que a Geografia deve procurar compreender como os fenômenos se combinam em uma área da superfície terrestre [...] considerando que não há um grupo de fenômenos particulares à Geografia, pois interessam a esta ciência todos os fenômenos que apresentam uma dimensão espacial. (ARCASSA, 2015. p. 01)

### **3 | AS “NOVAS CORRENTES” GEOGRÁFICAS E A GEOGRAFIA NO BRASIL**

Por sua vez, no Brasil, a geografia começa estruturar-se na década de 1930. Em 1934 é criado o curso de Geografia da Universidade de São Paulo (USP), que possuía forte relação com a geografia tradicional francesa, sendo que muitos professores atuantes na universidade vieram diretamente da França para o Brasil. Outro marco significativo é a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1936, representando o início da preocupação estatal com o planejamento. Vale frisar, também, a criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), em 1934, constituindo um marco fundamental para o desenvolvimento de pesquisas e contribuições geográficas para os estudiosos brasileiros.

Com o passar das guerras e a crescente demanda por planejamento, a “Escola Quantitativa Anglo Americana” passa a estar cada vez mais presente e atuante, contando como base técnica e teórica com a implantação de modelos matemáticos e a utilização da informática. Para Armen Mamigonian este é o contexto da Terceira Revolução Industrial, também chamado por outros autores como o início do período

da globalização, onde as multinacionais levam seu capital produtivo para países capitalistas subdesenvolvidos de diversas regiões do globo.

A “Geografia Quantitativa ou Teorética” (também chamada de Nova Geografia), ganha força no Brasil nos anos 50 e 60, tendo como destaque a centralidade no conceito do espaço e como expoente o campus da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) de Rio Claro, onde são realizados diversos estudos geográficos “quantitativos”, em nível de graduação e pós-graduação. Neste sentido,

o surgimento de novas perspectivas de abordagem está integrado na transformação profunda provocada pela Segunda Guerra Mundial nos setores científico, tecnológico, social e econômico. Esta transformação, abrangendo o aspecto filosófico e metodológico, foi denominada de “revolução quantitativa e teorética da Geografia”. (CHRISTOFOLETTI, 1985. p. 16).

Entretanto, contrariando em vários aspectos a “Geografia Quantitativa”, surge à corrente da “Geografia Crítica” ou “Geografia Radical”, tendo como base as ideias marxistas e considerando a luta de classes como questão central para abordagem de um fenômeno geográfico. Grandes nomes como o francês Yves Lacoste, grande crítico da Geografia Tradicional e autor do livro “A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, o francês Jean Tricart, com seus estudos de ecodinâmica, o francês Pierre George e o inglês naturalizado norte americano, David Harley, ingressam a “linha de frente” desta corrente geográfica. Destaca-se ainda a geografia crítica entendida como

uma leitura do real – isto é, do espaço geográfico – que não omitia as suas tensões e contradições, tal como fazia e faz a geografia tradicional, que ajude a esclarecer a espacialidade das relações de poder e de dominação. E engajamento visto como uma geografia não mais “neutra” e sim comprometida com a justiça social, com a correção das desigualdades socioeconômicas e das disparidades regionais. A produção geográfica até os anos 70, afirma-se – embora admitindo exceções: Réclus, Kropotkin e outros – sempre tivera uma pretensão à neutralidade e costumava deixar de lado os problemas sociais (e até mesmo os ambientais, na medida em que, em grande parte, eles são sociais), alegando que não eram geográficos. (VESENTINI, 2004. p. 223).

No Brasil, Milton Santos e Ruy Moreira, dentre outros, destacam-se nos estudos críticos, principalmente a partir do final da década de 1970. A desigualdade social é vista agora como fruto da divisão territorial do trabalho e da hierarquização dos lugares. Milton estuda sistematicamente a relação do Materialismo Histórico Dialético aplicado à Ciência Geográfica, destacando ainda em seus estudos a valorização da dimensão social do espaço, sendo este um conjunto indissociável ao sistema de objetos e ações.

Portanto, ainda durante o período ditatorial militar, a “Geografia Crítica” vive um momento de ebulição com a realização do encontro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) em Fortaleza (1978), vale também destacar que neste contexto temporal, Milton Santos publica o livro “Por Uma Geografia Nova”, que para muitos geógrafos representa um marco no início do movimento de renovação da geografia brasileira.

Paralelamente ao movimento de renovação, algumas outras correntes aparecem, com destaque para as pós-modernas, pautadas nos estudos sobre corpo, religião, individualidade, dentre outros. Na “Geografia Humanista”, destacam-se autores como Yi-Fu Tuan e Armad Frémont que, sob influência da fenomenologia, defendem a valorização dos sentimentos e da subjetividade. Assim,

[...] os geógrafos humanistas argumentam que sua abordagem merece o rótulo de “Humanista”, pois estudam os aspectos do homem que são mais distintamente humanos: significações, valores, metas e propósitos. [...] Da valorização da percepção e das atitudes decorre a preocupação de verificar os gostos, as preferências, as características e as particularidades dos lugares. Valoriza-se também o contexto ambiental e os aspectos que redundam no encanto e na magia dos lugares, na sua personalidade e distinção. Há o entrelaçamento entre o grupo e o lugar. (ENTRIKIN, 1980, p.16).

O final da década de 70 e o início da década de 80 são marcados pelo retorno de grandes pensadores e pela volta da liberdade de expressão, fator que permitiu o desenvolvimento de diversos estudos críticos-geográficos. Neste contexto, inúmeros autores se destacam na geografia, nomes como Antonio Carlos Robert de Moraes, Arioaldo Umbelino, Manoel Correia de Andrade, Antonio Teixeira Guerra, Eliseu Sposito, Maria Encarnação Sposito, dentre inúmeros outros.

Entretanto, o processo unitário da Geografia não se efetiva por completo, prova maior é a existência de muitos pesquisadores ainda analisarem sociedade e natureza de forma isolada. Sposito (2011) chama a atenção para as constantes evoluções do mundo contemporâneo, as quais fazem existir uma heterogeneidade de pensamentos e caminhos na Geografia. As novas técnicas (SANTOS, 2000), o avanço da química, da genética e da computação são agora forças motrizes das transformações espaciais, fazendo do planeta um lugar cada vez mais complexo e dinâmico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por tudo isto, observa-se, no limiar deste terceiro milênio, a ciência geográfica com um papel fundamental enquanto saber sistematizado de grande envergadura que poderá estudar e entender questões complexas presentes no mundo todo, tais como uma população cada vez mais urbana, a presença de 800 milhões de miseráveis num mundo de produções agrícolas abundantes, o choque de culturas antagônicas, a dificuldade em respeitar as diferenças humanas, os avanços técnico-científicos em escalas crescente, o consumismo exacerbado e as conseqüentes diversas formas de degradações ambientais sobre os recursos da natureza, a concentração das rendas e das terras nas mãos de poucas empresas transnacionalizadas, o poder avassalador dos meios de comunicação em massa – legitimadores de processos alienantes, os diversos tipos de tráficos e redes de influências ilícitas, a permanência de um potencial bélico que continua em escala crescente – em detrimento da redução dos investimentos em políticas socioambientais abrangentes para a maioria das populações de cada

região, estado, país e do Planeta Terra como um todo.

Desta forma, diante do apresentado, entende-se que o processo de Construção do Pensamento Geográfico apresenta-se bastante complexo e dinâmico, seguindo os constantes processos de (re)organização do território e dos lugares em todo o globo. Neste sentido, destaca-se o papel central da Geografia e de seus pensadores na análise e construção de um mundo menos desigual, mais justo e humano.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Caminhos e descaminhos da geografia**. Campinas: Papius, 1989.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARCASSA, W. S. de. **Contribuições Epistemológicas de Richard Hartshorne à Geografia Moderna**. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/24/richard-hartshorne-geografia-moderna.html>>. Acesso em 20/12/2015.

CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. Segunda edição. São Paulo: DEFEL, 1985.

ENTRIKIN, J. Nicholas. **O Humanismo Contemporâneo em Geografia**. Boletim Geografia Teorética, Rio Claro, v. 10, n. 19 p. 5-30, 1980.

FABRÍCIO, D. C. B; VITTE, A. C. **Paul Vidal De La Blache e a Geografia Francesa: Do Contexto Histórico às Monografias Urbanas**. Cordis. História, Arte e Cidades. São Paulo. n. 6, jan./jun. pp. 301-332, 2011.

FRÉMONT, A. **A região, espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

HARTSHORNE, R. **The nature of Geography**. Lancaster: Association of American Geographers, 1939.

HARTSHORNE, R. **O conceito de geografia como ciência do espaço de Kant e Humlboldt para Hetnner**. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 28, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

LA BLACHE, P. V. de. **O princípio da geografia geral**. Geographia, ano II, n.6, jul./dez. 2001.

LACOSTE, Y. **A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer guerra**. Campinas: Ed. Papius, 1988

LACOSTE, Y. **Élisée Reclus, une très large conception de la géographicit  et une bienveillante H rodote: revue g opolitique. géographie et de g opolitique**, Paris, n. 117, 2005. Disponível em: <<http://www.herodote.org/spip.php?article149>>. Acesso em: 12/12/2015.

MORAES, A. C. R. **Gênese da geografia moderna**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MORAES, A. C. R. **Geografia – Pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 2003.

MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. **Geografia crítica: a valoriza o do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, R. **O homem estatístico**. In \_\_\_\_O círculo e a espiral. Rio de Janeiro. 1993.

MOREIRA, R. **O que é geografia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MORMUL, N. M; ROCHA, M. M. **Breves considerações acerca do pensamento geográfico**. Geografia Ensino & Pesquisa. Cascavel. vol. 17, n. 3, set./ dez. pp. 64-78, 2013.

RATZEL, F. **La Terra e la Vota**. Geografia Comparativa (Vol. I). Torino: Unione Tipografico- Editrice, 1905. RECLUS, É. A evolução, a revolução e o ideal anarquista. São Paulo: Imaginário, 2002.

SANTOS, M. **Por uma Geografia nova**. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SODRÉ, N. W. **Introdução à geografia: geografia e ideologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

SPOSITO, E. S. **Caminhos do Pensamento Geográfico**. Curso de Especialização para o quadro de Magistério. UNESP. São Paulo. 54 p. 2011.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: EdUNESP, 2004. 218p.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro. IBGE/SUPREN. 1997.

TUAN, Y. F. **A Geografia Humanística**. In: CHRISTOFOLETTI, A. (Org.). Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982. Cap. 7, p. 143-164.

VESENTINI, J. W. **Geografia Crítica e Ensino**. In: OLIVEIRA, A. W. (Org.). Para onde vai o Ensino de Geografia? 7. ed. São Paulo: Contexto. 1988. p. 30-38.

VESENTINI, J. W. (Org). **O Ensino de Geografia no Século XXI**. Campinas – SP: Papyrus, 2004.



## UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO DISCURSO CIENTÍFICO DA GEOGRAFIA E A PROBLEMÁTICA ECONÔMICA DO ESPAÇO: BASES FILOSÓFICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS<sup>1</sup>

**Mariza Ferreira da Silva**

Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Curitiba – Paraná

**Luis Lopes Diniz Filho**

Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia  
Curitiba - Paraná

**RESUMO:** O trabalho de doutorado analisa abordagens teórico-metodológicas da geografia contemporânea e suas bases filosóficas, econômicas e sociais. A metodologia fundamenta-se em três eixos de análise: perspectivas histórico-antropológicas da evolução do pensamento geográfico; bases filosóficas dos discursos paradigmáticos ontológico, da subjetividade, da crítica linguística, da fenomenologia e da hermenêutica (Zilles, 2005) contrastados à “estrutura das revoluções científicas” na visão de paradigmas de Kuhn (1962; 1970) e “à lógica da pesquisa científica” de Popper (1934); estudos comparativos econômico-sociais de Acemoglu e Robinson (2012), North e Thomas (1973) e a obra “Grundrisse” (2011) – dos “Manuscritos econômicos - esboços da crítica

da economia política de Karl Marx” (1857-58) que antecederam a escrita da obra “O capital”. Do ponto de vista sociológico, examinou-se a obra “O Marxismo de Marx”, de Raymond Aron (1962-1963; 1977).

**PALAVRAS-CHAVE:** Filosofia da ciência; Epistemologia da geografia contemporânea.

**ABSTRACT:** PhD research analyzes the theoretical-methodological approaches of contemporary geography and its philosophical, economic and social bases. The methodology is based on three axes of analyses: historical-anthropology perspectives of geographic thought evolution; philosophical bases of paradigmatic ontological discourses, subjectivity, linguistic critique, phenomenology and hermeneutics contrasted with Kuhn’s “structure of scientific revolutions” (1962, 1972) and Popper’s (1934) “logic of scientific research”, and the work “Grundrisse”(2011) – from “Economic Manuscripts – Karl Marx’s Critical Outlines of Political Economy” (1857-58) that preceded Writing of the work “The capital”. From a sociological point of view, was examined “Marxism of Marx” by Raymond Aron (1962-1963, 1977).

**KEYWORDS:** Philosophy of science;

1. Esse Trabalho foi aprovado, apresentado oralmente e publicado originalmente, no XII ENANPEGE: GEOGRAFIA, CIÊNCIA E POLÍTICA: do pensamento à ação, da ação ao pensamento (de 12 a 15 de outubro de 2017), Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa articular teoria da ciência e teoria do conhecimento, a partir da análise epistemológica do discurso científico da geografia em relação à problemática econômica do espaço que, em suas tendências mais recentes foi bastante influenciado pelas teorias marxistas, pela teoria social crítica e pela sociologia do conhecimento. Porém, suas raízes mais fecundas encontram-se na filosofia.

Nos estudos de Zilles (2005) a tônica dada à teoria do conhecimento é de abrangência muito maior que filosofia ou teoria da ciência. A palavra “epistemologia” significa, etimologicamente, “discurso sobre a ciência” ou “teoria da ciência”. Estuda-se não o conteúdo, mas a forma da ciência. Independente disso, a questão do conhecimento permanece, indiscutivelmente, um problema a ser considerado, também, pela antropologia filosófica. Sigmund Freud, o pai da psicanálise, concluiu que o ser humano sofreu três grandes humilhações nos tempos modernos:

A primeira teria sido a *cosmológica*, quando Nicolau Copérnico (1473-1543) aniquilou a cosmovisão geocêntrica, substituindo-a pela heliocêntrica. Com isso jogou o homem do centro à periferia, um deslocamento completado por Galileu Galilei (1564-1642). A segunda humilhação teria sido a *biológica*, decorrente da descoberta de Charles Darwin (1809-1882) de que as espécies têm sua origem num longo processo evolutivo. O ser humano seria o produto de uma evolução natural, e não de um ato criador de Deus. A terceira humilhação teria vindo da *psicanálise*, mostrando que o eu, sequer é senhor em sua própria casa, pois age impulsionado por instintos e desejos que escapam de seu controle. Esta última humilhação, segundo Freud, atinge o centro da personalidade humana. Entretanto, se acrescentou uma quarta, a *genética*. A decifração do genoma humano manifesta o material de construção das pessoas, reduzindo sua existência à trivialidade. Enfim, a pesquisa científica destruiu mitos que garantiam ao homem um lugar privilegiado no universo (ZILLES apud FREUD, 2005, p. 12).

Em suas abordagens sobre as teorias da ciência e do conhecimento Zilles (2005) tenta conciliar, aspectos históricos com sistemáticos e conceituais, analisando que, a teoria da ciência sempre mais se entende a si mesma como lógica aplicada e “consiste em, com a ajuda de estruturas formais, desenvolvidas por ciências formais como matemática e lógica, esclarecer sempre mais as estruturas das ciências empíricas” (Zilles, 2005, p. 33).

O filósofo francês Gaston Bachelard (1933), em sua obra “A Formação do Espírito Científico” apresenta seu discurso de abordagem filosófica e psicanalítica, com foco para a subjetividade do cientista, no confronto de si mesmo, ao se tornar cientista e epistemólogo. Traça um quadro estrutural dos estágios psíquicos da ciência como processo de aquisição cumulativa do conhecimento científico, pelo viés histórico, visando desmistificar a visão reducionista e cartesiana da ciência e chega à análise da objetividade científica relacionada à psicanálise. Ele mostra em seu discurso o destino do pensamento abstrato e os inúmeros ramos da evolução científica estabelecida em

três grandes estágios de desenvolvimento: o estágio pré-científico compreendendo tanto a antiguidade clássica quanto os séculos de renascimento e de novas buscas, como os séculos XVI, XVII e até o século XX. O segundo estágio que representa o estado científico, em preparação no fim do século XVIII, se estenderia por todo o século XIX e início do século XX. O terceiro considera o ano de 1905 como a era do novo espírito científico, com a deformidade de conceitos, antes fixados para sempre, a partir da Relatividade de Einstein.

Popper em seu livro “A Lógica da Pesquisa Científica” (2013), originalmente escrito em 1934, apresenta a síntese explicativa dos dois problemas fundamentais à lógica científica: o problema da indução, abordado por Hume, que tentou resolvê-lo e que, com Kant, tornou-se o problema central da teoria do conhecimento; e o problema da demarcação. A indução constitui-se no método indutivo-empirista de conhecimento.

O critério de demarcação inerente à Lógica Indutiva – isto é, o dogma positivista do significado leva à solução do problema da indução, tal como colocado por Hume – do problema da validade das leis naturais. A raiz desse problema está na aparente contradição entre o que pode ser chamado de “tese fundamental do empirismo” – tese segundo a qual só a experiência pode decidir acerca da verdade ou falsidade de um enunciado científico – e o fato de Hume se ter dado conta da inadmissibilidade de argumentos indutivos. Para Popper (1934) a tarefa da lógica da pesquisa científica é proporcionar a análise lógica do processo de investigação científica, ou seja, analisar o método das ciências empíricas caracterizadas pelo fato de empregarem os chamados “métodos indutivos”.

O físico e filósofo estadunidense, Thomas Samuel Kuhn (1962) analisa a “estrutura das revoluções científicas”, priorizando a noção de paradigmas “como fontes norteadoras de leis e regras no interior de uma comunidade científica” e os impactos provocados por momentos de “anomalias” que conduzem a mudança de novos paradigmas. Destaca que, a consciência da anomalia desempenha um papel na emergência de novos tipos de fenômenos, novas crises e a necessidade de revoluções científicas como elementos fundamentais no processo de mudança de concepção de mundo. Define “revoluções científicas” como episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. Kuhn diferencia ciência normal e ciência extraordinária e analisa os momentos de rupturas no processo de evolução da ciência.

Do ponto de vista da filosofia é possível verificar o percurso histórico da ciência e os caminhos do conhecimento. O caminho místico-mágico parte de uma abertura, sem reserva dos sentidos, da alma e do espírito, para acolher a essência daquilo que se quer conhecer e permite que atue sobre a própria essência, para aí ser experienciado por meio de uma visão interior mediativa.

O caminho dedutivo-dogmático tem como objetivo, inferir o particular do geral, cujo procedimento é a dedução: resultado de um raciocínio a partir de uma verdade geral para uma instância particular. O dogma é a construção doutrinária da qual se

deduz. O ápice e a superação desse método é o racionalismo iluminista europeu, quando a razão passou a ocupar o lugar que Deus ocupava na dogmática medieval.

O caminho indutivo-empirista do conhecimento é o raciocínio da parte para o todo, de instâncias particulares para uma afirmação geral, universal. A empiria é a experiência mediada por meio da percepção dos sentidos. Por meio do caminho dedutivo-teórico-crítico, realiza-se a dedução para se examinar a teoria conferida. A experiência, neste método, não é fundamento, mas elemento para a prova. Sintetiza o caminho dedutivo-dogmático e o indutivo-empírico, evitando suas desvantagens (dogmatismo e indução) e unindo suas vantagens (lógica dedutiva e empiria). Remonta, por um lado, ao racionalismo crítico de Karl Popper. Por outro, o positivismo lógico do chamado Círculo de Viena (Carnap, Schlick, Neurath) definiu a união entre empiria e lógica como base da ciência.

O caminho dialético-materialista remonta a Karl Marx e F. Engels que uniram a dialética do idealismo de Hegel com o materialismo de Feuerbach, para produzir o materialismo dialético como fundamento filosófico de sua análise teórica da sociedade.

## 2 | DESENVOLVIMENTO

O tema ora estudado, possibilitou por meio da revisão bibliográfica e da metodologia de natureza analítico-interpretativa, verificar no contexto histórico-geográfico e antropológico da ciência, influências filosóficas, econômicas e sociais presentes no discurso científico da geografia. Para descrever a relação entre consciência e ser, entre pensar e objeto do pensamento, entre interior e exterior, entre o eu, de um lado, e os objetos naturais, de outro, há diferentes concepções, modelos ou paradigmas.

Zilles (2005, pp.: 50-113) expõe e analisa alguns paradigmas de relevância filosófica que influenciou as ciências moderna e contemporânea, cuja síntese é apresentada: O paradigma ontológico investiga a estrutura do mundo, o próprio ser, o ente. Trata-se de uma filosofia a partir do objeto. Explica-se esse paradigma, a partir da filosofia clássica, determinada pela obra gigantesca de Platão e Aristóteles, até os tempos modernos, que parte do “ser” objetivo, de uma ordem racional dos entes. Essa estrutura racional, na filosofia antiga, foi compreendida como estrutura do cosmo e, no pensamento judaico-cristão, como criação de Deus. O método da filosofia clássica consiste em perseguir a verdade do mundo, a lei do universo, as leis e normas dos entes, libertando o homem de tudo que o possa enganar. Sua tarefa consiste, pois, essencialmente em tornar-se racional.

Hegel (1770-1831), com sua filosofia do Espírito do mundo (Weltgeist) é considerado por Zilles (2005) como o representante mais significativo do pensamento ontológico nos tempos modernos. O método de Hegel que corresponde a sintetizar contradições e oposições, para conduzi-las à identidade, é a dialética. O processo chamado dialético significa ver a realidade como processo dinâmico e contraditório, cujas partes se condicionam e determinam mutuamente. Karl Marx assumiu esse

modelo, substituindo o Espírito objetivo como motor da evolução pelas condições materiais, de modo especial a economia. A dialética do Espírito tornou-se dialética materialista, que F. Engels, parceiro de Marx, ampliou para o sistema do materialismo dialético.

O paradigma da subjetividade analisa o pensar e os conceitos usados no pensar; é uma filosofia das “coisas” como aparecem para nós. Na evolução desse paradigma encontra-se a filosofia do racionalismo de Descartes com o Discurso do Método, que parte da dúvida. Segundo ele, para compreender a ciência, é preciso analisar, uma por uma, todas as coisas que se relacionam ao nosso objetivo, para se chegar à ordem ou síntese e à certeza cartesiana. Sua filosofia inicia o movimento que resulta na primazia do conhecimento, pela reflexão do sujeito sobre si mesmo e encontrará o ponto mais alto no criticismo de Kant. Na linha do racionalismo cartesiano seguem pensadores como Gottfried W. Leibniz e Baruch Espinosa. Em oposição ao racionalismo, surge o empirismo na filosofia grega. Como precursor do empirismo moderno considera-se, geralmente, Francis Bacon com sua obra principal *Novum Organon*. Nos tempos modernos, destaca-se o empirismo do trio de filósofos britânicos: John Locke, o irlandês George Berkeley e o escocês David Hume.

O paradigma da crítica linguística posiciona-se com ceticismo perante todo o conhecimento filosófico. L. Wittgenstein (1889-1951) limita a tarefa da filosofia a clarear as ideias, analisando aquele meio pelo qual se expressam ideias e conhecimentos, ou seja, a linguagem. Para ele, a filosofia não é uma doutrina, mas uma atividade de crítica da linguagem. É o esclarecimento lógico dos pensamentos com base na linguagem, pois ao refletir a linguagem, esclarece-se sua estrutura lógica.

O paradigma da fenomenologia ampara-se na fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) e exerce uma influência relevante no mundo contemporâneo, divulgada como ontologia existencial. Funda o ideal da pura lógica no caminho empírico, construindo a fenomenologia na polêmica contra o psicologismo. A fenomenologia – ciência filosófica do fenômeno – chama o conjunto das significações de “mundo” ou “horizonte”. Seu método fundamenta-se na essência dos fenômenos e na subjetividade transcendental e busca a raiz de toda a atitude filosófica e científica.

O paradigma da hermenêutica pode ser considerado como transcendência da ciência moderna para reencontrar seu lugar antropológico. Por hermenêutica, em geral, entende-se a arte e a doutrina de esclarecer, interpretar e compreender textos e situações. O objeto próprio da hermenêutica não é o mundo objetivo das coisas, mas sua compreensão como é representada em textos, imagens e construções; o próprio ato de compreender e as pressuposições interiores do sentido que se articula em textos e em outras expressões. Por isso, o mundo só se torna acessível como compreensão de sentido. Desde o humanismo tardio (século XVII) fala-se de hermenêutica; depois, no romantismo (Schleiermacher) e, de modo especial, a partir de Dilthey e Heidegger.

A ciência geográfica contemporânea, em sua dimensão de análise econômica e social, recebeu influências de teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas. Ao



conceber o espaço geográfico como reprodução do capital, buscou compreender as contradições da estrutura da sociedade, das lutas de classe, da relação capital-trabalho, entre outros elementos de análise da produção capitalista do espaço, inserido no processo de globalização e mundialização da economia.

Andrade (1922-1996) analisa o perfil histórico e geográfico da formação da sociedade e sintetiza a trajetória da Geografia, desde os primórdios na antiguidade até os dias atuais, identificando alternativas presentes no pensamento geográfico, categorizadas como correntes diferentes de pensamento, no interior da própria ciência. Essa se abre em diversas direções para justificar a solução de problemas sociais, por meio de seu campo de estudo. Como estratégia de exposição dos conhecimentos traça a linearidade do percurso histórico da sociedade e da ciência geográfica, enfatizando os eventos relacionados às civilizações primitivas na antiguidade oriental, passando pela contribuição dos gregos e romanos, pela organização do espaço, apresentando curiosidades relacionadas ao evento das grandes viagens medievais e do conhecimento do território na Idade Média. Tenta dialogar com os leitores sobre o expansionismo europeu, as grandes navegações e a expansão dos continentes como conquistas dos tempos modernos e como estratégia unificada para a criação dos Estados Nacionais e apresenta por meio de seu discurso, as principais ideias dos precursores da Geografia Moderna e os efeitos destes estudos para a implantação do capitalismo. Nesse contexto histórico-geográfico, analisa as contribuições de Humboldt e Ritter e a polêmica explicação de Ratzel e da Geografia do Poder, com efeitos drásticos manifestados no processo de colonização, com o determinismo do “espaço vital” e problemáticas sociais que tinham como utopia, na luta por uma Geografia Libertária fundamentada nas ideias de Reclus e Kropotkin.

## 2.1 Bases filosóficas dos discursos paradigmáticos

De acordo com o filósofo contemporâneo Urbano Zilles (2005), a ideia de uma teoria do conhecimento remonta a Descartes e Espinosa, mas foi, sobretudo, a contribuição crítica de Kant que fez com que se tornasse, no século XIX, uma disciplina autônoma. A doutrina platônica das ideias, baseada na confiança ilimitada da razão (*noús*), constitui o fundamento de todas as concepções da teoria do conhecimento desenvolvidas nos tempos modernos. Resumida sob o conceito de racionalismo, tem como principal representante Descartes que postulou o método geométrico como procedimento da argumentação filosófica, ao basear-se nos princípios irreduzíveis da matemática, entendidos como inatos na consciência humana em forma de ideias. Entre o racionalismo e o empirismo, Kant buscou uma posição intermediária com seu criticismo. Para ele, as duas correntes argumentavam de maneira dogmática e não questionava as próprias fontes: a razão e a experiência.

Na análise de Zilles (2005), desde Descartes até Kant, a questão do conhecimento foi abordada de maneira crítica e ocupou o centro da preocupação filosófica. Porém



Hegel ignorou essa questão, assim como M. Heidegger e Karl Jaspers, pensadores mais recentes. J. Habermas, nesse sentido, assumiu acriticamente a postura de Hegel, ao esquecer a crítica implícita de Kant a Hegel, embora E. Bloch constatasse que o ponto fraco na filosofia de Hegel era a falta de uma crítica do conhecimento. Depois, os neokantianos retomaram Kant, e Husserl, inspirado em Descartes, desenvolveu a fenomenologia. O filósofo adverte que, embora os adeptos da filosofia analítica, seguindo Wittgenstein, não considerem Hegel e Heidegger como seus modelos, concordam com eles, quando julgam que, na modernidade, de Descartes a Kant, a discussão da gnosiologia girou em torno de problemas apenas aparentes e, nesse sentido, não se deve estranhar que se tenha desenvolvido, mais recentemente, uma teoria da ciência empirista-materialista, com a pretensão de liquidar de modo definitivo a teoria do conhecimento. Quanto aos métodos, Zilles (2005) explica que:

Os métodos analíticos conquistaram terreno nos domínios das chamadas ciências do espírito. Esses métodos decompõem seu objeto de estudo – geralmente a linguagem – em partes, considerando as relações entre as mesmas. É analítico o procedimento dos matemáticos, dos lógicos formais, dos cientistas da natureza e dos analíticos da linguagem. Por outro lado, consideram-se procedimentos não analíticos aqueles que abrangem e interpretam seu objeto como globalidade; tal é o caso dos fenomenólogos, dos hermeneutas e dos dialéticos hegelianos e marxistas. Os dois métodos relacionam-se de diferentes maneiras com a vida. A compreensão analítica da ciência parte da convicção de que nem tudo o que o homem encontra em sua existência deva ser objeto da investigação científica. O campo desta, em princípio, é limitado ao que pode ser submetido aos instrumentos analíticos. Portanto, de acordo com a concepção analítica, há problemas e realidades que não são objeto da ciência analítica. Por exemplo, a angústia e a morte, problemas existenciais, que logram ser objeto da fenomenologia, da hermenêutica, da filosofia da existência, etc. O método analítico tem o mérito da elaboração rigorosa dos conceitos, coisa que muitas vezes falta às ciências não analíticas. Por isso o discurso das últimas é ambíguo e, não raro, incompreensível. Nesse sentido, o fundamento da analítica da linguagem trouxe uma contribuição importante para as próprias ciências humanas. Nem por isso deve reduzir-se a teoria da ciência à teoria analítica das ciências, pois a fenomenologia, a hermenêutica e a dialética também podem ser designadas como ciência, tornando-se a própria reflexão sobre elas teorias da ciência. (ZILLES, 2005, pp.11-12).

Em uma síntese histórico-analítica, Zilles (2005, p. 8 e pp.: 34-35) apresenta aspectos relevantes da evolução da ciência. O século XVI foi de profundas transformações econômicas. Nesse contexto Johann Kepler, Galileu Galilei e Francis Bacon tentam encontrar uma nova base para o conhecimento da natureza e esclarecer a realidade com conceitos que parecem permitir verificação, uma vez que aquilo que designam é observável e, através do experimento, torna-se demonstrável. Nos séculos XVII e XVIII, o conceito de ciência oscila entre experiência e razão. Leibniz reconhece o equilíbrio da ciência entre experiência e razão. Kant vê, na ciência, a síntese de experiência e razão – a racionalização da experiência que se torna universalização e subjetivação desta. No século XIX, o positivismo de A. Comte, na guerra contra as construções metafísicas, reclama o caráter experimental e indutivo da ciência, atribuindo-lhe uma índole descritiva e legal, ao dizer que “Toda ciência consiste na coordenação dos fatos e em nada mais do que isto”. Em 1874, em A contingência

das leis da natureza, Boutroux contestou o caráter determinista das leis científicas. Ernst Mach e o empiriocriticismo desmascararam a estrutura metafísica da ciência positivista, asseverando que “A ciência se forma por contínuo processo de adaptação do pensamento a um determinado campo de experiência”. No século XX, desenvolveram-se discussões fecundas no campo epistemológico. No mundo anglo-americano, forma-se uma concepção pragmática da ciência, sobretudo no instrumentalismo de J. Dewey que definiu os conceitos científicos como: “meios, instrumentos, aplicáveis aos acontecimentos históricos para reger o curso destes”.

## 2.2 Estudos comparativos econômico-sociais e a problemática econômica do espaço

A partir de uma base econômico-interpretativa de análise, os economistas North e Thomas (1973), sugeriram novos métodos para o estudo da história econômica da Europa e do mundo ocidental, ao apresentarem aspectos relevantes da teoria econômica neoclássica, expostos na obra *The Rise Of The Western World: A New Economic History*. Referindo-se ao extenso período entre os anos 900 (século X) e 1800 (século XVIII), os autores analisaram a questão da terra e as condições econômicas sobre os direitos de propriedade, originários do direito civil e do conflito relacional homem-terra, no período medieval – contexto histórico das origens do feudalismo em suas duas fases: “baixa e alta Idade Média”, dois processos de transição. Ou seja, da formação da sociedade feudal à formação do mundo moderno – contexto histórico-geográfico de ascensão do mundo ocidental, caracterizado pela formação do mundo capitalista, quando o feudalismo dá lugar à outra forma de produção, na Europa São analisados os contextos históricos, econômicos e geográficos da França, Espanha, Inglaterra e o sucessivo crescimento econômico com o advento da Revolução Industrial.

Considerado um dos fundadores da nova economia institucional, North (1973) definiu instituições como “restrições humanamente concebidas que estruturam as interações políticas, econômicas e sociais”. Essas são essenciais ao crescimento econômico e correspondem ao conjunto de regras e organizações responsáveis pelo cumprimento dessas regras. Mas, embora ligado ao pensamento liberal neoclássico, North rejeitou um dos seus principais postulados – a racionalidade dos agentes econômicos – alterando o significado do conceito de ideologia na economia: “códigos morais e éticos de conduta, fortemente baseados em ideologias, estão na base da estabilidade social, sendo responsáveis pelo funcionamento do sistema econômico” (North, 1981, p. 47) e pelo funcionamento do sistema político: “Seja no comportamento de governantes, de grupos de interesse ou ainda de agentes do sistema judiciário. É somente por meio do conceito de ideologia que podemos entender a construção do arcabouço legal de uma sociedade” (North, 1981, pp.: 56-57), pois “as ideologias estão na base da formação das regras formais e informais de uma sociedade e, portanto, têm papel fundamental no desempenho das diversas economias” (North, 1999, pp.

14-15).

De acordo com a teoria de desigualdade mundial de Acemoglu e Robinson (2012, pp.71-72), “o crescimento econômico e a prosperidade estão associados a instituições políticas e econômicas inclusivas, ao passo que as instituições extrativistas tendem a acarretar estagnação e pobreza – o que não implica, porém, que as instituições extrativistas sejam incapazes de fomentar crescimento nem que todas as instituições extrativistas sejam idênticas”. Pois, como eles explicam:

Cada sociedade funciona com um conjunto de regras econômicas e políticas criadas e aplicadas pelo Estado e pelos cidadãos em conjunto. As instituições econômicas dão forma aos incentivos econômicos: incentivos para buscar mais educação, para poupar e investir, para inovar e adotar novas tecnologias, e assim por diante. É o processo político que determina a que instituições econômicas as pessoas viverão submetidas, e são as instituições políticas que ditam como funciona esse processo. Por exemplo, são as instituições políticas de uma nação que estabelecem a capacidade dos cidadãos de controlar os políticos e influenciar seu comportamento – o que, por sua vez, define se os políticos serão agentes dos cidadãos, ainda que imperfeitos, ou se terão a possibilidade de abusar do poder que lhes foi confiado, ou que usurparam, para fazer fortuna e agir em benefício próprio, em detrimento dos cidadãos. As instituições políticas incluem Constituições escritas – mas não se limitam a elas – e o fato de a sociedade ser uma democracia. Compreendem o poder e a capacidade do Estado de regular e governar a sociedade. É igualmente necessário considerar de forma mais ampla os fatores que determinam como o poder político se distribui na sociedade, sobretudo a capacidade de diferentes grupos de agir coletivamente em busca de seus objetivos ou impedir outros de atingirem os seus. À medida que influenciam comportamentos e incentivos na vida real, as instituições forjam o sucesso ou fracasso dos países. (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p. 32).

A teoria da desigualdade mundial, proposta por eles (2012, p.33), mostra como “interagem as instituições políticas e econômicas, causando pobreza ou prosperidade, e como cada parte do mundo acabou desenvolvendo seu próprio conjunto de instituições”.

A tese é que o crescimento econômico e a prosperidade estão associados “a instituições políticas e econômicas inclusivas, ao passo que as instituições extrativistas tendem a acarretar estagnação e pobreza – o que não implica, porém, que as instituições extrativistas sejam incapazes de fomentar crescimento nem que todas as instituições extrativistas sejam idênticas” (ACEMOGLU; ROBINSON, 2012, p.p 71-72). Aron Raymond (1962-1963; 1977) analisa criticamente a obra de Marx, tanto na juventude quanto na maturidade e busca relações entre suas obras e as obras de Hegel. Define o marxismo de Marx, a partir da análise dos *Grundrisse* (2011) – dos “Manuscritos econômicos - esboços da crítica da economia política de Karl Marx” (1857-58) que antecederam a escrita da obra “O capital”, do ponto de vista sociológico.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se a partir das pesquisas, que, a geografia sempre esteve atrelada à filosofia. Em sua fase mais recente seu escopo se insere na interface de outras

ciências como sociologia e economia.

É possível vislumbrar, no início do século XXI, novas tendências que apontam para avanços epistemológicos, principalmente no sentido de desconstruir seus próprios discursos: à luz de uma identidade própria enquanto ciência e enquanto atividade política e social.

Sabe-se que, análise do espaço geográfico não se limita à problemática apenas capitalista, mas social e política em suas dimensões física e humana. E também, à dimensão teórico-epistemológica em relação aos métodos e à própria condição de inovação científica.

## REFERÊNCIAS

1. ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James. A. **Por que as nações fracassam: as origens do poder, da prosperidade e da pobreza** – Tradução de Cristina Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
2. ARON, Raymond. **O marxismo de Marx**. Tradução de Jorge Bastos. 2ª ed. São Paulo: Arx, 2005.
3. BAILLY, Antoine. **Les concepts de la géographie humaine**. 5. ed. Paris: Armand Colin, 2005.
4. BAILLY, Antoine; BÉGUIN, Hubert. **Introduction à la géographie humaine**. 8. ed. Paris: Armand Colin, 2005.
5. BAILLY, Antoine; FERRAS, Robert. **Éléments d'épistémologie de la géographie**. 2. ed. Paris: Armand Colin, 2006.
6. DINIZ FILHO, Luis Lopes. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. 20 ed. Curitiba: Editora Ibpex, 2009. (Coleção metodologia do ensino de história e geografia; v. 6).
7. FOUREZ, Gérard. **A construção das ciências: introdução à filosofia e a ética das ciências**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995. (Biblioteca básica).
8. GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 368p.
9. HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
10. KUHN, T. S. **A Estrutura das Revoluções Científicas**, Editora Perspectiva, São Paulo, 1976.
11. MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política**. Supervisão editorial Mario Duayer; tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.
12. MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro, v. 1: as matrizes clássicas originárias**. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.
13. MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. V. 2. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

14. MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes brasileiras**. V.3. São Paulo: Contexto, 2010.
15. NORTH, Douglass Cecil; THOMAS, Robert Paul. **The Rise of the Western World: a new economic history**. Cambridge University Press. 1973.
16. POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. 2. Ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2013.
17. POPPER, Karl Raimund. **Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento**. Tradução de Antonio Ianni Segatto. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
18. REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia, v. 7: De Freud à atualidade**. [tradução Ivo Storniolo]. Revisão Zolferino Tonon. São Paulo; Paulus, 2006. (coleção história da filosofia).
19. RODRIGUES, Auro de Jesus. **Geografia: Introdução à ciência geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008.
20. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. 7. Reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Coleção Milton Santos; 1).
21. SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Tradução [da 2. ed. Inglesa] Vera Ribeiro; revisão técnica, Bertha Becker, Lia Machado. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
22. VITTE, Antonio Carlos (org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
23. WHITEHEAD, Alfred North. **A ciência e o mundo moderno**. [tradução Hermann Herbert Watzlawick]. São Paulo: Paulus, 2006. (Coleção philosophica).
24. ZILLES, Urbano. **Teoria do conhecimento e teoria da ciência**. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Filosofia).

## PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS CONTEMPORÂNEOS.

### Jacy Bandeira Almeida Nunes

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNICAMP. Docente da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Jacy\_bandeira@yahoo.com.br

### Antônio Carlos Vitte

Prof. Dr. Departamento de Geografia do IG/ UNICAMP. E-mail: vitte@uol.com

**RESUMO:** O trabalho em tela é uma análise epistemológica que teve como intuito identificar as perspectivas epistêmicas implícitas e/ou explícitas nos estudos geográficos contemporâneos e evidenciar os principais sistemas filosóficos apropriados e (res) significados na Geografia brasileira. O campo de investigação foram 38 artigos publicados em oito revistas on-line nacionais do segundo semestre de 2016. Embora os resultados iniciais indicassem pluralidade metodológica, bricolagem de perspectivas e aproximações com perspectivas mais recentes, os resultados finais evidenciaram o dualismo epistemológico, e as perspectivas epistêmicas que emergiram dos dados foram de natureza crítico-dialética, geotecnológica, sociogeográfica e/ou ecogeográfica e sistêmica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Perspectivas Epistêmicas. Sistemas Filosóficos. Estudos Geográficos.

**ABSTRACT:** This paper is an epistemological analysis that aimed to identify the implicit and / or explicit epistemic perspectives in contemporary geographic studies and to highlight the main appropriate philosophical systems and (res) meanings in Brazilian Geography. The field of research was the articles published in the online journals of the second half of 2016. Although the initial results indicated methodological plurality, bricolage of perspectives and approaches with more recent perspectives, the final results evidenced the epistemological dualism, and the epistemic perspectives that emerged from the data were of critical-dialectic, Socio-geographical and / or ecogeographic, scientific or geotechnical and systemic nature.

**KEY-WORDS:** Epistemic Perspectives. Philosophical Systems. Geographical Studies.

### 1 | INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que existem diferentes formas de abordar e apreender a realidade, conseqüentemente teremos diferentes teorias do conhecimento científico em função das diversas possibilidades de produzir tais conhecimentos, havendo diversas perspectivas epistêmicas associadas a sistemas filosóficos. Este trabalho é uma análise epistemológica que teve como



objetivos identificar as perspectivas epistêmicas implícitas e/ou explícitas nos estudos geográficos contemporâneos e evidenciar os principais sistemas filosóficos apropriados e (res)significados na Geografia brasileira. O intuito é que esta produção possa suscitar maiores reflexões no meio acadêmico-científico sobre as perspectivas teóricas adotadas pelos pesquisadores, nem sempre percebidas, mas presentes e diretamente vinculadas a procedimentos metodológicos consequentes que comportam pressupostos filosóficos que trazem implicações para *o fazer científico* bem como para a produção dele oriunda.

O artigo contempla mais três partes. Na primeira parte, com a função de referencial teórico, apresentamos uma breve discussão sobre as características das perspectivas, tipologia e elementos constituintes das principais perspectivas epistêmicas e dos sistemas filosóficos que estruturam os estudos geográficos contemporâneos. Na segunda parte, descrevemos o processo de coleta e análise dos dados, isto é, o caminho que trilhamos para a realização deste estudo. Na terceira parte, apresentamos os resultados e as análises dos dados coletados.

Os resultados foram obtidos por meio de uma análise sistemática dos artigos publicados no segundo semestre de 2016 nos periódicos dos programas de pós-graduação em Geografia, com publicação disponível on-line, de abrangência nacional, com proposta de diversidade temática e disponibilidade (acesso) do texto completo. Considerando tais critérios, identificamos oito periódicos: *Ateliê Geográfico (UFG)*, *GEOTEXTOS (UFBA)*, *ÁGORA (UNISC/SANTACRUZDO SUL)*, *GEOGRAFAR (UFPR)*, *OKARA (UFPB)*, *GEOgraphia (UFF)* *Geografares (UFES)*, e, *Mercator (UFCE)*.

## 2 | PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS E SISTEMAS FILOSÓFICOS

Inicialmente, precisamos esclarecer que partimos do ponto de vista de que o estilo de linguagem, os conceitos (os construtos), as estratégias, os procedimentos e as categorias são instrumentos que todo pesquisador utiliza e que já existem, pois têm um significado, uma consensualidade, caso contrário, não garantiriam a intelegibilidade ou pelo menos a suposição do pesquisador de que é possível compreender sua mensagem no *mundo consensual da linguagem*. Em outros termos, duas inferências podem ser elucidadas: primeiramente, se já existir algo estabelecido e acordado (o significado e a finalidade dos instrumentos), isto é, a intersubjetividade, então haverá consensualidade - temos crenças e/convicções coletivas; segundo, se existir a suposição do pesquisador (o significado e a finalidade dos instrumentos), consequentemente, teremos crenças e/ou convicções pessoais que orientam as ações do pesquisador. Portanto, toda e qualquer práxis investigativa comporta pressupostos ou perspectivas epistêmicas.

Para além da descrição do que sejam perspectivas epistêmicas no âmbito deste trabalho, faz-se necessário o entendimento de que paradigma é uma criação humana, que guia e/ou ajuda a organizar o fazer científico. Deriva de um sistema filosófico,

comportando, por isso, crenças e pressupostos solidificados, estabelecendo as convicções, informam e orientam a forma como os pesquisadores veem o mundo, a ciência, a realidade e a forma de apreendê-la. As perspectivas epistêmicas, além de não se afastarem muito dessa compreensão, comportam as mesmas dimensões, que são: axiológica (o papel da ética e dos valores), metodológica (o processo de produção), epistemológica (“o que conta como conhecimento científico e como as afirmações do conhecimento são justificadas”) e ontológica (“a natureza da realidade”) (CRESWELL, 2014, p.32).

Por isso, as suposições estabelecidas pelo pesquisador na concretude de sua práxis investigativa, em termos metodológicos e epistemológicos, estão vinculadas a um sistema filosófico, e Correa (2011) nos indica algumas das implicações para a práxis científica.

Por paradigma entende-se o conjunto de ações intelectuais que possibilitam estabelecer uma dada intelegibilidade à realidade, com base em conexões de ideias de natureza descritiva, explicativa, normativa, preditiva ou compreensiva. Nesta conexão estão diferentes relações entre sujeito do conhecimento e objeto de conhecimento. Das conexões emergem também problemáticas, questionamentos e os procedimentos operacionais. Um paradigma tem uma vertente teórico-conceitual e ou metodológica, tratando-se, em realidade, de uma matriz intelectual. Um paradigma não leva, contudo, à seleção de alguns temas e à exclusão de outros, pois cada tema é passível de ser abordado por mais de um paradigma, ainda que preferências temáticas tenham sido estabelecidas no âmbito de um dado paradigma. A reclusão de um tema em um único paradigma é um equívoco, derivado da adoção de uma visão reducionista, seja qual for o paradigma considerado. (2011, p. 59)

Portanto, assumiremos que uma perspectiva epistêmica seja um conjunto de suposições sobre o fazer científico, que informa, guia e afeta a práxis investigativa e, conseqüentemente, a produção científica dela oriunda. Ela estabelece as convicções para que o pesquisador possa fazer suas escolhas, seja de temas/problemas ou de procedimentos/estratégias, enquanto o sistema filosófico fomenta as perspectivas epistêmicas.

Ainda para Correia (2011), a contemporaneidade é caracterizada pela pluralidade de perspectivas epistêmicas que convivem, dialogam, se aproximam ou divergem umas das outras, indicando a “existência de uma *heterotopia epistemológica*, onde coexistem várias matrizes intelectuais (p. 61). Para o ator, nos estudos geográficos, as principais perspectivas epistêmicas são: perspectiva rizomática, perspectiva nominalista e realista, perspectiva crítica, perspectiva sistêmica, perspectiva humanista, perspectiva escalar e a perspectiva construcionista, entre outras.

Para Creswell (2014), Denzin e Lincoln (2006), Correia (2011), Souza (2016), entre outros, as características comuns que vêm aparecendo em termos de manifestação das perspectivas epistêmicas na contemporaneidade são: a) existência da *pluralidade metodológica e temática*, em resposta à ditadura do método, como única via para produção do conhecimento científico, em detrimento da área de

conhecimento ou natureza do objeto (sociais/naturais); b) *bricolagem*<sup>1</sup> – como um fenômeno em que o pesquisador articula, na mesma produção científica, perspectivas diferentes; c) aproximações com perspectivas mais recentes, principalmente oriundas do paradigma qualitativo, como na década de 1970, quando surgiram e se fortaleceram os sistemas filosóficos compreensivos/interpretativos tais como a fenomenologia e o interacionismo simbólico, como nas perspectivas pós-modernas e pós-críticas; e d) o princípio da *biopolarização epistemológica* – como oposição ao tradicional *dualismo epistemológico* (separação dos objetos de investigação em ciências humanas/sociais e ciências da natureza, na geografia, a dualidade físico/humana) pela ideia de um conhecimento do objeto de investigação, contemplando as múltiplas dimensões de forma articulada, “interligados e interdependentes, [...] uma dialética de influência recíprocas, não havendo, pois, dualismo” (SOUZA, 2016, p. 23). Nessa ótica, este estudo teve o intuito de identificar na produção acadêmico-científica da geografia contemporânea as perspectivas epistêmicas e os sistemas filosóficos apropriados e (res)significados nos estudos geográficos, cujo processo de coleta e tratamento dos dados passamos a descrever.

### 3 | OS CAMINHOS PERCORRIDOS E ALGUNS RESULTADOS

Por se tratar de uma pesquisa de sistematização e análise de conteúdo bibliográfico, nosso percurso metodológico contemplou cinco etapas complementares e recursivas, sendo que a execução da construção e a organização do corpus de investigação contemplaram as seguintes atividades: na primeira etapa, foi feito o levantamento dos periódicos dos programas de geografia; na segunda etapa, após a seleção dos periódicos, procedemos à *baixa de todos os* artigos do volume, publicados no segundo semestre de 2016. Baixamos 81 produções. No primeiro levantamento, analisamos os títulos e resumos, identificamos e classificamos as produções em quatro tipos: 48% foram de relatos de pesquisa de campo; 28%, de reflexão teórica; e 24%, de outros relatos, compreendendo experiências, resenhas, entrevistas etc. Ainda nesta etapa, selecionamos os relatos de pesquisa de campo e montamos nosso *corpus* inicial de estudo com 38 relatos de pesquisa.

Na terceira etapa, através de leitura seletiva, tiveram maior destaque os resumos, em seguida, as conclusões<sup>2</sup>. Procuramos identificar os temas abordados subcampos da geografia<sup>3</sup>, metodologia, as perspectivas epistêmicas e os sistemas

1. Denzin e Lincoln (2006, p. 167), nos alertam que: “O pesquisador no papel de bricoleur interpretativo não pode dar-se o luxo de não estar familiarizado com qualquer um dos paradigmas e das perspectivas [...] ele precisa entender as suposições básicas em termos éticos, ontológicos, epistemológicos e metodológicos de cada um deles e ter capacidade para empregá-los no diálogo. As diferenças entre os paradigmas e as perspectivas trazem implicações significativas e importantes no nível prático, material e cotidiano.”

2. Em caso de dúvida ou falta de informação para a classificação dos artigos, retomávamos ao texto na íntegra.

3. “Os temas analisados foram classificados por subcampo do conhecimento geográfico. Quando anal-

filosóficos. A materialidade das evidências é constituída, num primeiro momento, pela identificação dos elementos explícitos e, num segundo momento, pela identificação das características e elementos constituintes implícitos nos textos.

Na quarta etapa, de posse dos dados tabulados, que inicialmente foram tratados quantitativamente, passamos a sistematizá-los numa matriz de análise, o que facilitou o *estudo de processo* – entre as categorias (perspectivas e subcampos da geografia) e a interlocução com os autores para levantar os principais sistemas filosóficos utilizados e/ou (res)significados nas produções.

É relevante destacar que, embora conscientes do alerta de Godoy (2011) de que os estudos que tomam a concepção de paradigma, associados à “dimensão da metodologia instalada pela teoria”, o “Exclusivismo metodológico”, pouco contribuem para elucidar o conteúdo ideológico vinculado às opções teórico-metodológicas, mas, em função da necessidade de delimitação, neste texto não vamos abordar os resultados e inferências relacionados à dimensão axiológica<sup>4</sup>, nem suas associações ideológicas. Os resultados desta lide serão apresentados a seguir.

#### 4 | RESULTADOS E ANÁLISE

Na análise do *corpus* de investigação, a primeira constatação foi que 26% dos 38 trabalhos analisados apontam explicitamente a perspectiva epistêmica que informa seus estudos. No subcampo da geografia agrária, das sete produções analisadas, cinco expressam as perspectivas crítico-dialéticas. Na geografia física, num universo de dez trabalhos analisados, dois indicaram a perspectiva epistêmica sistêmica e um apontou o paradigma Aziz-Bigarella. Na geografia urbana, dos oito trabalhos analisados, dois indicaram a perspectiva crítico-dialética. As principais perspectivas epistêmicas que emergiram da categorização dos dados foram:

A Perspectiva Epistêmica Crítico-Dialética – num universo de 38 estudos geográficos, 42% foram classificados nessa categoria, todos da geografia humana. Os subcampos foram: agrária (7), política (4), urbana (3), escolar (1) e saúde(1). Fundada no materialismo histórico e dialético, foram os estudos que melhor evidenciaram as seguintes características pela postura mais crítica sobre a materialidade do espaço (a concretude); pelo uso de suas categorias totalidade, contradição, universal, particular e singular; pela historicidade dos fenômenos; e pela concepção de que a realidade do objeto de estudo tem sua sustentação na estrutura econômica, define o complexo social e se manifesta no espaço geográfico por meio de suas várias dimensões culturais,

---

isamos processos, eles são classificados em processos analisados pela Geografia Humana e pela Geografia Física. Já os conceitos foram tomados em conjunto para a Geografia, independentemente das suas divisões ou subdivisões. Este procedimento nos permitiu verificar a diversidade da produção geográfica brasileira, a presença marcante ainda de seus subcampos e, da mesma forma, as significativas interfaces entre os diferentes subcampos.” (SUERTEGARY, 2016, p. 60)

4. Os dados construídos sobre os demais elementos coletados serão contemplados em futuras produções.

históricas, técnicas etc. São pesquisas de enfoque misto, quantitativas e qualitativas, e sua totalidade contempla o levantamento bibliográfico, a pesquisa em bancos de dados secundários (IBGE, entre outros) e o trabalho de campo (uso de questionários e/ou entrevistas individuais ou em grupos, entre outras técnicas de coleta de dados) com procedimento padrão para sua execução. Um aspecto que chama atenção em relação a estes estudos é a raridade do uso das geotecnologias, o que Ferreira (2007) chama de refratariedade, pois:

As pesquisas socioeconômicas, talvez pela refratariedade resultante de algumas posturas geográficas originadas talvez da época da geografia crítica brasileira, contrárias à parceria entre a informação socioespacial e o sistema de informação geográfica, têm tardiamente incluído o SIG como instrumento de análise e compreensão social do espaço geográfico. Essa refratariedade não aconteceu com as ciências sociais, a arquitetura, a demografia e o planejamento, que têm amplamente adotado o paradigma da análise espacial em SIG. (FERREIRA, 2007, p. 103)

Esse fenômeno da refratariedade, apontado pelo autor, converge com o que constatamos no campo científico da geografia humana assim como constatamos no campo da geografia física o avanço das geotecnologias.

Perspectiva Epistêmica Geotecnológica – nessa categoria, classificamos 26% dos estudos analisados: cinco de geomorfologia, dois de hidrologia, dois de climatologia e um de geografia urbana. Oriunda do sistema filosófico do (neo)positivista, que no Brasil, na geografia física, foi (res)significado e apropriado ao “paradigma Aziz-Bigarella” na década de 1960 (VITTE, 2007 e 2011). É um modelo operacional e interpretativo da geomorfologia brasileira que, na contemporaneidade, incorporou o uso das geotecnologias, através do *paradigma da análise espacial do SIG* (FERREIRA, 2007). Na geografia humana, os mesmos vínculos foram estabelecidos pela Geografia “Teórica e Quantitativa” corrente, que provocou profundas transformações de ordem teórica e metodológicas (CAMARGO; REIS JÚNIOR, 2007, p. 84), e conforme constatamos, com menor adesão às geotecnologias.

Uma característica básica nesta perspectiva é que dificilmente aparece uma interlocução direta com os seres humanos, mesmo no papel dos elementos exógenos, no caso a ação antrópica na transformação do meio, sendo analisada sob a ótica do que é visível na superfície terrestre - como, por exemplo, os usos e a ocupação do solo - com a utilização de indicadores quantitativos e a formulação de modelos, daí os fundamentos epistemológicos implícitos, que são: a verificabilidade empírica (trabalho de campo), a objetividade e a precisão através da mensuração (daí o uso intenso das geotecnologias). A maioria são pesquisas de natureza básica e descritiva cujo produto principal é a produção de mapas, que, frequentemente, se destinam ao planejamento ambiental e/ou socioeconômico, fenômeno que Ferreira (2007) chama de “mapemática<sup>5</sup>”.

---

5. “A expressão análise espacial tem sido utilizada na atualidade também como significado de mape-mática, que prescinde da associação entre as técnicas de análise numérica de mapas, a cartografia temática e o sistema de informações geográficas. A mapemática, ao mesmo tempo que cria imagens



Perspectiva Epistêmica Sociogeográfica e/ou Ecogeografia – nessa categoria, classificamos 24% das produções que evidenciavam implicitamente, na dimensão ontológica/gnosiológica, a impossibilidade de classificá-las nos subcampos da geografia, pois a maioria toma como objeto de estudo a manifestação simultaneamente objetiva e subjetiva dos fatos ou fenômenos no espaço (territorialidade, espacialidade, ruralidades, urbanidades etc.), indo do social para a natureza(física) ou vice-versa, articulando e contemplando as diferentes escalas geográficas (micro e macro), as múltiplas dimensões (culturais, naturais ou físicas, históricas, econômicas, pessoais etc.). Para Souza (2016):

A distinção ente as perspectivas ecogeográfica e sociogeográfica é [...] uma questão de perspectiva [...] de se construir o objeto de conhecimento. Assim, da mesma maneira como feições e dinâmicas da natureza primeira podem ser objeto de reflexão sociogeográfica (por exemplo, ao se estudarem processos de territorialização e resignificação de [geo]ecossistemas ao serem estes convertidos em unidades de proteção ambiental, ou ao se examinarem as prováveis implicações geoeconômicas e geopolíticas do aquecimento global), igualmente espaços socialmente produzidos, como cidades e campos de cultivo, podem ser objeto de investigação do ponto de vista ecogeográfico (pesquisando-se os processos geocológicos que ali ocorrem). [...]O fato de que as naturezas primeira e segunda [...] se entrelaçam a todo momento, em todo lugar e de incontáveis formas, é o fato básico que sugere a existência de um imenso e imensamente fecundo campo para a cooperação daquelas duas perspectivas”. (SOUZA, 2016, p. 41 – 42)

O nosso argumento é que, nestes estudos geográficos, a realidade é concebida pela interação dinâmica e contínua (complementares e/ou divergentes e/ convergentes) entre os elementos objetivos e subjetivos, numa interação que pode ou não ser não linear ou (im)previsível, pois não obedecem a leis, com isso, impossibilitando as bases epistemológicas tradicionais de demarcação científica da objetividade, da causalidade linear e da racionalidade. Na dimensão metodológica, por vezes, é contemplada a abordagem multidimensional, multiescalar e transversal. Os processos e as dinâmicas socioespaciais e da “natureza primeira” são objeto de estudo da Geografia, e suas pesquisas têm como finalidade compreendê-los, superando a mera descrição das formas ou a explicação (causal), sem atentar para as significações sociais, históricas, políticas, ambientais, econômicas e culturais, ou as diversas intencionalidades que permeiam e se manifestam no espaço. Embora as fronteiras que separam e/ou aproximam as perspectivas epistêmicas contemporâneas, como a bricolagem teórica, metodológica e interpretativa, tenham esvanecido sua demarcação em função da associação com sistemas filosóficos diversos (interpretativos/compreensivos, estudos culturais, feministas, entre outros), no universo dos estudos analisados foi possível apontar nove trabalhos que podem, em maior ou menor nível de inclusão, fazer parte dessa categoria.

E, por fim, a Perspectiva Epistêmica Sistêmica, que é calcada no uso dos fundamentos da Teoria Geral dos Sistemas ou Teoria Sistêmica, como instrumento

---

de quantidades analíticas do espaço geográfico, produz também valores numéricos organizados em tabelas, que são analisados estatisticamente.” (FERREIRA, 2007, p. 103)



conceitual nos estudos sobre a organização espacial, matriz filosófica que foi apropriada e (res)significada pela abordagem “ecodinâmica” de Tricart, pelo modelo metodológico de Ross para o estudo da fragilidade ambiental - “Unidades Ecodinâmicas Instáveis” e pelos estudos de Monteiro. Identificamos três das produções analisadas, que abordam temas da geografia física e apontam de forma explícita a aderência a esta perspectiva. Seus procedimentos, o uso das geotecnologias assim como a natureza de pesquisa básica, descritiva e a finalidade de suas produções não diferem da perspectiva epistêmica anterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, com o intuito suscitar maiores reflexões sobre a relação entre as perspectivas teóricas adotadas pelo pesquisador e os procedimentos metodológicos, empreendemos uma pesquisa de revisão bibliográfica sistemática, com o objetivo de identificar as perspectivas epistêmicas e os sistemas filosóficos que permeiam e informam os estudos geográficos na contemporaneidade.

Embora o aporte teórico utilizado indicasse maior incidência das perspectivas interpretativo/compreensivas assim como a superação do dualismo epistemológico, os resultados empíricos apontam, em relação ao corpus investigado no recorte temporal do segundo semestre de 2016, que as principais perspectivas epistêmicas que emergiram da categorização dos estudos geográficos são: perspectiva crítico-dialética (42%), perspectiva geotecnológica (26%), perspectiva sociogeográfica e/ou ecogeográfica (24%) e perspectiva sistêmica (8%).

Em relação aos sistemas filosóficos, constatamos que, mesmo com a *bricolagem interpretativa* e a *heterotopia epistemológica*, foi possível identificar a apropriação e a ressignificação do materialismo histórico-dialético do Neopositivismo, do pragmatismo, do paradigma interpretativo/compreensivo e da teoria sistêmica, entre outros, nos estudos geográficos contemporâneos.

Por outro lado, precisamos esclarecer que estamos conscientes que outras questões precisam ser consideradas, pois podem interferir diretamente nestes resultados. Uma destas questões é o indicativo de que alguns dos artigos publicados faziam parte de teses ou dissertações, portanto podem ou não ter apresentado as dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas do trabalho que deu origem na íntegra. O que, em hipótese nenhuma, invalida a relevância dos resultados aqui apresentados, pois as publicações analisadas são a manifestação das perspectivas epistêmicas explícitas e implícitas, que informam e permeiam os estudos geográficos contemporâneos.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, J. C. G.; REIS JUNIOR, D. F. da C. A Filosofia (Neo)Positivista e a Geografia Quantitativa. VITTE, A. C. (Org.) **Contribuições à história e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORREA, R.L. Reflexões sobre paradigmas, geografia e contemporaneidade. In: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 59 – 65, out. 2011.

CRESWELL, J. W. **Investigação Qualitativa & Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014

DENSIN, N.K.; LINCOLN, Y. (Org.) **O Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERREIRA, Considerações Teórico-metodológicas sobre as origens e a inserção do sistema de informação geográfica na geografia. VITTE, A. C. (Org.) **Contribuições à história e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GODOY, P. R. T. de. Paradigmas e Geografia. . In: **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial. p. 67 – 80, out. 2011.

SOUZA, M. L. de. Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos. SPOSITO, E. S. et.all. (org) **A diversidade da Geografia Brasileira**: escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

SUERTGARAY, D. M. A. Conhecimento geográfico no Brasil no início do século XXI: Diversidade temática e metodológica. SPOSITO, E. S. et.all. (org) **A diversidade da Geografia Brasileira**: escalas e dimensões da análise e da ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016.

VITTE, A. C. . Da metafísica da natureza à Gênese da Geografia Física Moderna. \_\_\_\_\_. (Org.) **Contribuições à história e à Epistemologia da Geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Híbrida**: ensaios sobre os mundos, as naturezas e as culturas. Curitiba, PR: CRV, 2011.

## SITES DOS PERÍODICOS ANÁLISADOS

<http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/okara>

<http://online.unisc.br/seer/index.php/agora/index>

<http://revistas.ufpr.br/geografar/index>

<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/>

<https://www.revistas.ufg.br/atelie>

<http://periodicos.ufes.br/geografares>

<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia>

<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/index>

## CRÍTICO E CONSERVADOR: UMA ANÁLISE DE OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS DE YVES LACOSTE

**José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior**

Instituto Federal do Maranhão – Campus  
Avançado Porto Franco

Porto Franco – Maranhão

**RESUMO:** Busca-se investigar o conceito de subdesenvolvimento na obra do geógrafo Yves Lacoste, destacando sua origem histórica e principais fontes de teóricas de inspiração. Considerando que o autor em tela dedicou, pelo menos, cinco livros que tratam diretamente da questão do (sub)desenvolvimento procura-se analisar o primeiro escrito de Lacoste que trata da questão: *Os países subdesenvolvidos*, publicado em 1959. Nossa hipótese é que o conceito de subdesenvolvimento de Yves Lacoste é produto de diversas influências teóricas (Thomas Malthus, Ragnar Nurkse) e experiências históricas (Rússia, Japão, China). Isso explica porque em sua análise (1) entende o subdesenvolvimento como um fenômeno recente que se caracteriza por conjuntos de desequilíbrios fundamentais, sendo que o mais sintomático é o desajuste entre crescimento econômico e demográfico; (2) concebe a estratégia da industrialização como caminho do desenvolvimento; e (3) ainda que crítico do colonialismo, termina por conservar o desenvolvimento capitalista como resposta aos problemas dos países subdesenvolvidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Países Subdesenvolvidos; Subdesenvolvimento; Yves Lacoste.

**ABSTRACT:** It seeks to investigate the concept of underdevelopment in the work of the geographer Yves Lacoste, highlighting its historical origin and main sources of theoretical inspiration. Considering that the author on-screen dedicated, at least, five books dealing directly with the (under)development question, we try to analyze Lacoste's first writing that deals with the question: *The underdeveloped countries*, published in 1959. Our hypothesis is that Yves Lacoste's concept of underdevelopment is the product of various theoretical influences (Thomas Malthus, Ragnar Nurkse) and historical experiences (Russia, Japan, China). This explains why in its analysis (1) he understands underdevelopment as a recent phenomenon characterized by sets of fundamental imbalances, and the more symptomatic is the mismatch between economic and demographic growth; (2) conceives the strategy of industrialization as a path of development; and (3) even as a critic of colonialism, it ends up preserving the capitalist development as response to the problems of underdeveloped countries.

**KEYWORDS:** Underdeveloped countries; Underdevelopment; Yves Lacoste.

## 1 | INTRODUÇÃO

O geógrafo e geopolítico marroquino Yves Lacoste é um professor aposentado de Geografia da Universidade Paris VIII. Lacoste é principalmente conhecido pelo seu livro *A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*, publicado em 1976, em que o autor tece uma crítica ferrenha e contundente à sua ciência e pelo que fizeram dela, abordando questões como a relação Geografia-Estado, a restrição ao saber pensar o espaço que fica nas mãos de poucos, o escamoteamento da realidade social, carências epistemológicas, geopolítica, dentre outros aspectos.

Não obstante, ainda que profundamente conhecido Lacoste seja por sua abordagem da Geopolítica, ou ainda por ser um dos fundadores da revista *Hérodote*, a questão do subdesenvolvimento também foi objeto de reflexão do geógrafo em tela, como demonstram os seguintes livros: (1) *Les Pays sous-développés*, de 1959; (2) *Géographie du sous-développement*, de 1965; (3) *Ibn Khaldoun - Naissance de l'Histoire/Passé du Tiers Monde*, de 1966; (4) *Unité et diversité du tiers monde*, de 1980; e (5) *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes*, de 1985.

É justamente *Os países subdesenvolvidos* que tomamos como objeto de reflexão neste momento com o propósito de investigarmos o conceito de subdesenvolvimento subjacente à obra. Essa apreensão conceitual é realizada tendo em mente o fato de que Yves Lacoste – membro do partido Comunista Francês de 1948 a 1956 – foi profundamente influenciado pelos acontecimentos histórico-geográficos da assim chamada África do Norte, especialmente os conflitos na Tunísia (1952), Marrocos (1953-1956) e Argélia (1954-1962). Esses acontecimentos vão dar um traço extremamente anticolonial – ainda que não anticapitalista, como veremos – à sua análise do (sub) desenvolvimento.

O artigo está dividido em partes. Na primeira é apreciado o cariz neomalthusiano de Lacoste; os caracteres constitutivos do subdesenvolvimento são analisados na segunda parte. As considerações finais integram a última parte.

## 2 | O CARIZ NEOMALTHUSIANO DA ARGUMENTAÇÃO

No campo da Geografia Humana, a temática do desenvolvimento foi considerada e examinada a partir do final dos anos 1950 e ao longo da década de 1960 pelo seu par contraditório, ou seja, o subdesenvolvimento. Nessa linha merece destaque o trabalho do geógrafo marroquino Yves Lacoste: *Os países subdesenvolvidos*.

A princípio, Lacoste (1961 [1959], p.7-8) rejeita que apenas fome e miséria sejam critérios suficientes para se precisar o subdesenvolvimento:

Se a fome e a pobreza afetam grande parte da população dos países subdesenvolvidos, estes dois fatos, apenas, apesar de sua gravidade, não são suficientes para caracterizar o subdesenvolvimento. De fato, a consideração desses critérios somente levaria a se encarar o subdesenvolvimento como realidade sem dúvida tão velha quanto a Humanidade.

Essa rejeição parcial da fome e da miséria como constitutivos fundamentais do subdesenvolvimento permite ao geógrafo evitar o anacronismo de transpor uma particularidade de um período determinado – o subdesenvolvimento – para a totalidade da história. No entanto, isto fará com que Yves Lacoste adote como sintomático outro critério não menos problemático: “o considerável crescimento demográfico” (LACOSTE, 1961 [1959], p.8). Esse critério do crescimento demográfico decorre, em maior ou menor dimensão, de uma dupla influência teórica: o economista Thomas Malthus (1766-1834), para quem “o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência” (MALTHUS, 1986, p.282) e o sociólogo Alfred Sauvy (1898-1990). É por isso que o geógrafo se preocupa tanto com a relação população-recursos (naturais, sociais), quanto com o problema populacional (SAUVY, 1957). Isso denota um aspecto importante do seu pensamento e que acompanhará toda sua análise sobre o subdesenvolvimento: o neomalthusianismo – a identificação do pensamento malthusiano “voltado à leitura do crescimento populacional nos países ditos subdesenvolvidos e seu reflexo mundial” (DAMIANI, 2014 [1992], p.20). É sob esse prisma que, julgamos, Yves Lacoste buscará precisar a noção de subdesenvolvimento e seus caracteres constitutivos. Assim, para melhor qualificar o subdesenvolvimento, o geógrafo enumera os seguintes caracteres: (1) Insuficiência alimentar; (2) Deficiência da agricultura; (3) Baixa renda nacional média e baixos níveis de vida; (4) Reduzida industrialização; (5) Fraco consumo de energia mecânica; (6) Situação de subordinação econômica; (7) Setor comercial hipertrofiado; (8) Estruturas sociais ultrapassadas; (9) Fraco desenvolvimento das classes médias; (10) Frágil integração nacional; (11) Importância do subemprego; (12) Deficiente nível da instrução; (13) intensa natalidade; (14) Estado sanitário imperfeito – em vias de melhorar; e (15) A tomada de consciência. Vejamos isso mais de perto.

### 3 | OS CARACTERES CONSTITUTIVOS DO SUBDESENVOLVIMENTO

O primeiro caractere constitutivo do subdesenvolvimento é a **Insuficiência alimentar**.

[A fome] é, de longe, o mais grave sintoma e o mais geral. Todavia, esse sintoma ultrapassa sensivelmente os limites históricos e espaciais do subdesenvolvimento: a fome foi particularmente grave entre as populações dos países hoje desenvolvidos e ainda atualmente atinge importantes categorias sociais em tais países. Inversamente, a quase totalidade dos países subdesenvolvidos sofre fome [...] (LACOSTE, 1961 [1959], p.10).

É importante ressaltar que para o geógrafo em tela subdesenvolvimento e fome **não** são termos idênticos, ou seja, não podem ser tomados um pelo outro. A insuficiência alimentar atravessa a história, mas a fome de que trata Lacoste tem a ver com a desigualdade social extremada nos países subdesenvolvidos.

Arelado à insuficiência alimentar tem-se a **deficiência da agricultura**:

A agricultura dos países subdesenvolvidos apresenta graves deficiências: o potencial agrícola é insuficientemente explorado; embora haja falta de terras, a agricultura dos países subdesenvolvidos não aproveita devidamente todas as superfícies cultiváveis [...] Essa limitação explica-se por diversas causas: insuficiência de meios técnicos que permitiriam vencer facilmente obstáculos naturais; necessidade de prever grandes alqueives para reconstruir a fertilidade dos solos, muitas vezes pobres e frágeis nas regiões tropicais; falta de capitais necessários às inovações culturais que permitiriam sair da estreita localização em terras que nem sempre são as mais ricas, embora mais cômodas para cultivar em função de técnicas tradicionais; geralmente (sobretudo na América Latina e na África Austral), a terra inexplorada é própria mas permanece nas mãos de poderosas famílias que impedem a instalação de pequenos agricultores.

A maioria dos países subdesenvolvidos apresenta problemas agrários de origem relativamente antiga, a persistência de propriedades de tipo feudal, ou causas mais recentes tais como a formação de grandes domínios pela injunção de empréstimos usurários ou pelo rechaçamento dos antigos ocupantes (LACOSTE, 1961 [1959], p.12).

Conseqüentemente, as deficiências agrícolas contribuem para o subdesenvolvimento na medida em que o país subdesenvolvido não consegue suprir as demandas alimentares da população. Ademais, a monopolização da terra pelos grandes proprietários “feudais” desperdiça os recursos necessários ao aumento dos rendimentos, da produtividade agrícola e do poder aquisitivo dos consumidores – é um verdadeiro freio ao desenvolvimento. Portanto, a deficiência agrícola combinada com a concentração da propriedade da terra caracteriza o subdesenvolvimento. E aqui já temos uma das determinações do que é ser subdesenvolvido para o geógrafo: **os países subdesenvolvidos são países essencialmente agrícolas.**

O terceiro caractere constitutivo do subdesenvolvimento é a **baixa renda nacional média e baixos níveis de vida.** Nesse tópico, Yves Lacoste (1961 [1959], p.14) demarca – a partir de dados da ONU para os anos 1940 – que é “aproximadamente acima do limiar de 400 dólares que se encontram os países desenvolvidos”. Logo, “o conjunto dos países subdesenvolvidos se caracteriza por extremos muito desiguais na distribuição das rendas, desigualdade essa muito mais acentuada do que nos países subdesenvolvidos”. Lacoste constata mas não explica qual a razão fundante da desigualdade/pobreza. Em verdade, a desigualdade/pobreza é derivada da moderna sociedade civil-burguesa, que, para seu entendimento eficaz e objetivo, deve estar assentado no caráter antagônico da produção capitalista, na **lei geral da acumulação capitalista:**

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (MARX, 2011, p.748).



## O quarto caractere é a **reduzida industrialização**:

A reduzida industrialização constitui igualmente um dos aspectos mais constantes dos países subdesenvolvidos. [...]

A fraca industrialização no conjunto dos países subdesenvolvidos marca-se, ao contrário, nas percentagens das populações operárias em relação ao conjunto da mão-de-obra [...]. Um quinto da população do globo dispõe de mais de 90% da produção industrial. Com efeito, a produtividade industrial é relativamente fraca nos países subdesenvolvidos e estes possuem sobretudo indústrias leves (LACOSTE, 1961 [1959], p.16).

Já havíamos salientado anteriormente que para o geógrafo os países subdesenvolvidos são países essencialmente agrícolas, ou seja, que tem na agricultura a maior parcela da população empregada. Agora ele consubstancia esta informação pelo outro polo da asserção: os países subdesenvolvidos são pouco industrializados. Está posto portanto o fundamento do desenvolvimento: **ser desenvolvido é ser industrializado**.

Ligado à reduzida industrialização temos o **fraco consumo de energia mecânica**:

O quociente de consumo energético é um bom critério das possibilidades técnicas de um país e, em particular, de sua faculdade de superar obstáculos naturais. [...]

Os países subdesenvolvidos se caracterizam, ao contrário, por fraco consumo de energia [...]. Nos países subdesenvolvidos, o consumo energético se concentra nas cidades, nas instalações de minas (LACOSTE, 1961 [1959], p.16-17).

Aqui o geógrafo retoma o raciocínio dos recursos desperdiçados: o desperdício de recursos não se localiza apenas na agricultura, mas também na subutilização das jazidas energéticas (carvão, petróleo, hidroeletricidade) dos países subdesenvolvidos.

A **situação de subordinação econômica** é o sexto caractere. É uma das causas do subdesenvolvimento para Yves Lacoste. Dependência é como pode ser lida essa situação de desvantagem econômica: os países subdesenvolvidos são dependentes economicamente dos países desenvolvidos e “disso decorre que a implantação e o desenvolvimento de um setor de economia moderno, no quadro de cada país subdesenvolvido, não resulta de modo essencial de um processo histórico interno” (LACOSTE, 1961 [1959], p.17). É justamente essa situação que gera as formas de subordinação econômica e dominação sociopolítica, uma vez que a economia moderna (desenvolvida) é *introduzida* no país subdesenvolvido (atrasado). Como diz o geógrafo: “Essa dependência, em grande número de países subdesenvolvidos, tem sido de natureza política e tem levado a formas de subordinação econômica e social” (LACOSTE, 1961 [1959], p.18). Yves Lacoste apressa-se em não identificar subdesenvolvimento e fenômeno colonial (Turquia, Espanha e Japão jamais foram colônias). Não obstante, ainda que países subdesenvolvidos tenham conquistado a independência política, isso não significou a independência econômica:

Esta [dependência econômica] se evidencia pelo fato de grande número de instalações industriais, mineiras e explorações agrícolas ou comerciais, de

pessoas ou de sociedades estrangeiras, que organizam sua produção em função dos interesses do país desenvolvido, possuidor de capitais e repatriam importante parte dos lucros” (LACOSTE, 1961 [1959], p.18).

Tem-se assim que, para o geógrafo em tela, é via o comércio exterior que se processa a situação de subordinação econômica – dependência – uma vez que os países subdesenvolvidos tem sua economia orientada para exportação de “produtos brutos, minerais, agrícolas ou alimentícios destinados aos países desenvolvidos, e na importação de produtos manufaturados (bens de consumo e de equipamento) provenientes destes últimos” (LACOSTE, 1961 [1959], p 18). Estamos diante do velho comércio de “tipo colonial” que agrava a situação de dependência porque os países subdesenvolvidos se especializam em um determinado produto primário, ficando à mercê das flutuações dos preços no mercado mundial e dos períodos de recessão econômica. Estamos diante, portanto, do problema da deterioração dos termos de troca, explicada “pela relativa lentidão com que o desenvolvimento industrial do mundo vai absorvendo o excedente real ou potencial da população ativa dedicada às atividades primárias” (CEPAL, 2000 [1949], p.142). Por isso, o importante economista argentino Raul Prebisch escreveu que “na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho” (PREBISCH, 2000 [1949], p.71). E para sanar o problema da deterioração dos termos de intercâmbio era fundamental a industrialização, visto que “ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que” os novos países “dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas” (PREBISCH, 2000 [1949], p.72).

#### **O setor comercial hipertrofiado é o sétimo caractere:**

Uma característica dos países subdesenvolvidos é a frequente desproporção entre a porcentagem da população ativa empregada no comércio e atividades conexas e a parte que lhe é atribuída na renda nacional [...]

[...] os países subdesenvolvidos apresentam-se dotados de um setor comercial hipertrofiado, operando sobre as outras atividades econômicas verdadeira ação parasitária, particularmente grave em razão da sua fraca produtividade (LACOSTE, 1961 [1959], p. 20).

Assim sendo, a hipertrofia do terciário é prejudicial ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos porque gera um desequilíbrio em relação aos outros setores, notadamente agricultura e indústria.

#### **As estruturas sociais ultrapassadas conformam o oitavo caractere:**

Com exceção de uma fração mais ou menos importante da população, grande número de homens vive ainda no quadro de antiga economia de subsistência aldeã ou tribal. Entretanto, essa economia outrora fechada e equilibrada tende, quer queira quer não, a se abrir ao comércio e à circulação monetária. Relações sociais que se podem qualificar (à falta de melhor termo) de “semifeudais” existem ainda em vastas regiões subdesenvolvidas onde as relações estritamente econômicas entre a mão-de-obra e os empregadores cedem, muitas vezes, lugar às relações de subordinação pessoal (LACOSTE, 1961 [1959], p.20-21).

Está claro que para o geógrafo em tela as estruturas sociais ultrapassadas são as estruturas semifeudais, ou melhor, pré-capitalistas. Yves Lacoste destaca ainda a posição economicamente forte que as categorias sociais dirigentes ou privilegiadas detêm nos países subdesenvolvidos, pois são capazes de exercer poderes e acumular funções – a exemplo dos representantes políticos. O problema é que para Lacoste isso são analogias feudais e não o próprio *modus operandi* do capitalismo nos países subdesenvolvidos.

O **fraco desenvolvimento das classes médias** é o nono caractere: “os países subdesenvolvidos se distinguem pela fragilidade numérica e funcional dos diferentes graus da burguesia, apesar da dimensão do setor de economia moderna” (LACOSTE, 1961 [1959], p.22). O “fraco desenvolvimento das classes médias” também pode ser lido como “fraco desenvolvimento da burguesia” ou fraco desenvolvimento dos “empreendedores”:

A causa primeira do desenvolvimento econômico da Inglaterra reside na existência de um grupo de homens mentalmente produtivistas que se apossaram das invenções e criaram condições para que tais invenções pudesse produzir todo o seu efeito. Essa classe de “empreendedores”, no sentido de Schumpeter, essa burguesia existia igualmente em outros países da Europa Ocidental e, há vários séculos, já havia tentado realizar uma transformação da economia (LACOSTE, 1961 [1959], p.55).

Recorde-se que para o economista Joseph Schumpeter (1883-1950) o empreendedor é justamente aquele indivíduo que promove a inovação destruindo esquemas de produção antigos e criando novos (SCHUMPETER, 1985 [1911]). Nesse sentido, a existência de burgueses – na acepção de Lacoste, foi responsável por destruir as antigas estruturas feudais ancilosadas e criar as novas estruturas capitalistas, que teve como palco primeiro a Inglaterra.

Ademais, esta fraqueza das classes médias se deve, em parte, ao fato da economia nacional ser orientada externamente, via o comércio e indústria exteriores. Consequentemente registra-se nos países subdesenvolvidos “a insuficiência dos quadros técnicos e sociais indispensáveis a toda política de desenvolvimento” (LACOSTE, 1961 [1959], p.22). Não obstante, se a burguesia é frágil nos países subdesenvolvidos, o processo de desenvolvimento é capitaneado pelo Estado – a exemplo do que aconteceu na Rússia e Japão.

[...] o agente essencial do desenvolvimento [deve ser] o Estado e que as modalidades de sua ação devem ser planificadas” (LACOSTE, 1961 [1959], p.111).

O Estado é o único capaz de realizar a ação de conjunto necessária; de organizar não apenas complexos industriais integrados, como também esses pólos de desenvolvimento econômico que englobam o conjunto das atividades (LACOSTE, 1961 [1959], p.112).

Por que o Estado? Porque a organização das forças desenvolvimentistas abandonadas ao sabor do mercado geraria o que Ragnar Nurkse (1907-1959) chamou de “equilíbrio de subdesenvolvimento” ou **círculo vicioso da pobreza**:

[...] um hombre pobre puede no tener suficiente para comer; al estar desnutrido, su salud puede ser débil; al ser físicamente débil, su capacidad de trabajo es baja, lo que significa que es pobre, lo que a su vez significa que no tendrá suficiente para comer, y así sucesivamente. Uma situación de este tipo, refiriéndose a un país en su conjunto, puede resumirse en el siguiente lugar común: “um país es pobre porque es pobre” (NURKSE, 1955 [1953], p.13-14).

O foco, aqui, não é tanto a “explicação” de Ragnar Nurkse para a pobreza, mas sim como Yves Lacoste aceita – diríamos, hegelianamente – o Estado como representante do interesse coletivo:

Só o estado pode impor essa marcha dirigida, em função do interesse coletivo, repartir pela coletividade o custo da operação e ajustar o conjunto dos desequilíbrios particulares, no seio de um dinamismo complexo (LACOSTE, 1961 [1959], p.112).

O Estado deve representar os interesses não de uma minoria de proprietários, mas do conjunto da população. Deve poder apoiar-se em sua aquiescência ativa, deter um poder político real, estar decidido a transpor os obstáculos dos planos de desenvolvimento. Entre estes últimos, os mais graves não são as barreiras naturais, mas as oposições exercidas pelas categorias sociais até então privilegiadas, e as manifestações de demagogia que possam seduzir as massas. A vontade de desenvolver deve, então, estar animada por uma elite corajosa e decidida (LACOSTE, 1961 [1959], p.112-113).

Infelizmente, diríamos, o Estado nos países subdesenvolvidos – ou ainda nos desenvolvidos – jamais representou o interesse do conjunto da população. Pelo contrário: o Estado moderno só existe enquanto “comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2008 [1848], p.47) e/ou dos proprietários de terra – adicionemos.

A **frágil integração nacional** é o décimo caractere: “A economia dos países subdesenvolvidos é muitas vezes insuficientemente articulada e se compõe de setores econômicos pouco integrados uns nos outros” (LACOSTE, 1961 [1959], p.23). Esta integração nacional fragilizada é decorrente da introdução externa da economia moderna no país desenvolvido. Trata-se de um traço dualista da interpretação do geógrafo uma vez que ele vai distinguir as regiões de economia moderna das regiões tradicionais dentro de um mesmo país subdesenvolvido – ainda que, reitera Lacoste (1961 [1959], p.71), a oposição “não exclui as interações”. Não obstante, esta frágil integração nacional reverbera na “ausência de um verdadeiro mercado nacional” (LACOSTE, 1961 [1959], p.22). O mercado nacional, na visão de Yves Lacoste, está separado pela dualidade moderno-tradicional onde ambos se conectam para fora, ou seja, tanto as regiões modernas quanto as tradicionais “só vivem em função do mercado internacional” (LACOSTE, 1961 [1959], p.23).

A **importância do subemprego** é o décimo-primeiro caractere. Diz respeito à existência nos países subdesenvolvidos de “multidões de homens desocupados ou improdutivos” (LACOSTE, 1961 [1959], p. 23). O subemprego decorre (1) da limitação de mão-de-obra da economia moderna; (2) importação de produtos manufaturados estrangeiros; latifúndio; e (3) pela mecanização das áreas agrícolas. O subemprego conseqüentemente “reduz consideravelmente o mercado interno e compromete as

tentativas de desenvolvimento industrial ou agrícola, que não encontram mercados suficientes” (LACOSTE, 1961 [1959], p.24-25).

O **deficiente nível de instrução** é o décimo-segundo caractere. Refere-se ao “analfabetismo e incultura das massas” enquanto “traços característicos do subdesenvolvimento” (LACOSTE, 1961 [1959], p.25). Este fato se deve à insuficiência do equipamento escolar e o número diminuto de mestres. Ademais, combinado com a fraqueza das classes médias, resulta em um quadro insuficiente de técnicos indispensáveis ao desenvolvimento econômico. Nesse tópico o geógrafo aponta que a situação de instrução da mulher constitui um freio ao progresso social. Deriva que uma mulher não-instruída tem como consequência demográfica uma **intensa natalidade**, o décimo-terceiro caractere na visão de Yves Lacoste. Não obstante, cabe ressaltar que essa intensa natalidade não provém apenas da situação da mulher nos países subdesenvolvidos (precocidade do casamento, situação social inferior) mas também da redução do emprego e da diminuição da mortalidade – causada pela melhoria das condições sanitárias e pelos progressos da Medicina.

O **Estado sanitário imperfeito – em vias de melhorar** é o penúltimo caractere. Ainda que o geógrafo reconheça que os progressos médicos geraram uma queda da taxa de mortalidade – contribuindo assim para a amplitude populacional – as doenças nos países subdesenvolvidos entravam fortemente o desenvolvimento econômico e social reduzindo a produtividade dos indivíduos. O combate à essas doenças perpassa as condições de habitação até a subalimentação dos trabalhadores.

Finalmente, **a tomada de consciência** é o último caractere do subdesenvolvimento na visão de Yves Lacoste. Ela concerne ao processo de conscientização que as populações dos países subdesenvolvidos tomaram de sua situação.

Essa tomada de consciência resulta evidentemente das consequências da guerra, da difusão das notícias, da imprensa e de suas ilustrações publicitárias, do cinema, do rádio, do deslocamento dos homens [...].

Essa tomada de consciência resulta também de causas mais profundas, da evolução interna dos países subdesenvolvidos. Sob a influência da vida “moderna”, as estruturas sociais tradicionais e as formas de pensamento que a elas se ligam, tendem a se desagregar (LACOSTE, 1961 [1959], p.28-29).

Desta maneira, com a enumeração e análise destes caracteres, o geógrafo quer salientar a complexidade de causas do subdesenvolvimento, a saber. Para ele o subdesenvolvimento é um fenômeno recente que se caracteriza por “conjuntos de desequilíbrios fundamentais”, sendo que “o mais espetacular dentre esses desequilíbrios é a grave distorção entre uma economia estagnada ou de fraco crescimento e o rápido aumento da população” (LACOSTE, 1961 [1959], p.29).

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os países subdesenvolvidos são os espaços em que o drama do desenvolvimento*

econômico foi posto na ordem do dia desde o fim da Segunda Grande Guerra (1939-1945) até hoje. A reconstrução da Europa Ocidental, a ascensão e legitimação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) enquanto importante agente geopolítico global, bem como os processos de descolonização em África e Ásia, conformam o referido contexto.

Nesse cenário, é o desajuste entre crescimento econômico e demográfico que o geógrafo considera sintomático dos países subdesenvolvidos – ainda que existam uma série de desequilíbrios fundamentais constitutivos desse fenômeno recente que é o subdesenvolvimento. A enumeração dos caracteres do subdesenvolvimento, somado às influências teóricas (Malthus, Sauvy, Nurkse) e históricas (Rússia, Japão, China) conformam na análise do geógrafo a estratégia da *industrialização* como caminho do desenvolvimento.

Não obstante, ainda que Lacoste seja um crítico do colonialismo, a reprodução científica (geográfica) da realidade por ele estudada termina por *conservar* o desenvolvimento *capitalista* como resposta aos problemas dos países subdesenvolvidos.

## REFERÊNCIAS

CEPAL. Estudo econômico da América Latina [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Record: 2000, p.137-178.

DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. 10ªed. 2ªreimp. São Paulo: contexto, 2014 [1992].

LACOSTE, Yves. **Os países subdesenvolvidos**. Tradução de Diva Benevides Pinho. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961 [1959].

MALTHUS, Thomas Robert. **Ensaio Sobre a População**. Tradução de Antonio Alves Cury. 2ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [1798].

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II; Tradução de Reginaldo Sant'anna. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011 [1867].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução de Pietro Nassetti. 2ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Martin Claret, 2008 [1848].

NURKSE, Ragnar. **Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados**. Tradução de Martha Chávez. México: Fondo de Cultura Económica, 1955 [1953].

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Record: 2000, p.69-136.

SAUVY, Alfred. **Teoria General de la Poblacion**. Trad. Anselmo CALLEJA e Fernando Bajón PÉREZ. Madrid: Aguilar, 1957.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Tradução de Maria Silvia Possa. 2ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 [1911].





## PERCEPÇÃO DO ESPAÇO E A PAISAGEM: UM DIÁLOGO ENTRE AS GEOGRAFIAS CRÍTICA E HUMANISTA

### **Gabriel Augusto Coêlho de Santana**

Doutorando na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, Recife - PE

### **Rodrigo Dutra Gomes**

Professor Adjunto na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH, Recife – PE

**RESUMO:** O presente trabalho propõe um diálogo entre a Geografia Crítica e a Geografia Humanista, tendo como fio condutor a percepção do espaço e a paisagem. A Geografia Crítica, que busca compreender o espaço como produto das relações sociais de produção, tem como suporte metodológico principal o materialismo histórico e dialético. Já na Geografia Humanista, empenhada na discussão sobre espaço e subjetividade, as abordagens sistêmica e fenomenológica ganham relevo. A paisagem - enquanto “maneira de ver” - contribui para as convergências entre essas duas tradições, na medida em que a percepção e a subjetividade orientam a ação dos sujeitos no espaço. No Sudoeste do Recife-PE, em área cuja transformação tem sido protagonizada por ações do Estado, de moradores e da iniciativa privada, é possível identificar a relação entre os discursos produzidos, as diferentes percepções da paisagem e as contradições que permeiam

as relações entre os agentes no espaço.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem; Geografia Crítica; Geografia Humanista

### 1 | INTRODUÇÃO

Em um contexto marcado pela crítica emergente a fragmentação dos saberes, onde as ciências em geral são provocadas a (re) construir laços rumo a uma compreensão articulada dos fenômenos, à Geografia em particular são postos novos e velhos desafios. A superação do caráter dual da disciplina, representado nas polarizações Geografia Geral/Geografia Regional, Geografia Física/Geografia Humana, recorrentemente objeto de críticas em seminários e palestras, não encontra na elaboração de seus críticos uma resolução plena. Será apenas uma demonstração de incoerência? Quais são os elementos que estão legitimando a permanência destas dualidades, mesmo em meio às críticas que estão postas?

Não é o objetivo deste trabalho trazer respostas às perguntas que apresentamos acima. Ao levantá-las, no entanto, pretende-se deixar claro que o prolongamento de certos afastamentos entre tradições de uma mesma Geografia não é resultado da indisposição de superá-los, mas ocorre que mesmo existindo

disposição para fazê-lo, as ferramentas necessárias para desenvolver esta superação estão ainda por serem elaboradas. É como alguém que, tendo a convicção de uma trilha a ser percorrida, quando questionado como fazer para seguir adiante, não sabe ainda que resposta dar. Estes somos nós tentando transpor os limites estabelecidos no âmbito da Geografia. Sabemos que é necessário superá-los, mas ainda estamos por descobrir o “como fazer”.

É na perspectiva de propor um diálogo entre duas tradições da Geografia que este trabalho foi elaborado. Embora tenhamos convicção de que é possível percorrer esta trilha, as ferramentas necessárias para este percurso ainda estão em construção. Já há pesquisadores e pesquisadoras empenhados neste diálogo, o que faz desta caminhada menos solitária, além de apresentar algumas pistas para o seu percurso. Tendo como referência trabalhos que já propõem uma reflexão nesta direção (COSGROVE, 1998, 2004; DANIELS, 1989), consideramos que a percepção do espaço e a paisagem abrem possibilidade para iniciarmos o diálogo entre a Geografia Crítica e a Geografia Humanista.

Na trilha que esta reflexão abre, questionamo-nos: a dimensão subjetiva contida na percepção do espaço e as paisagens pensadas enquanto “maneiras de ver” (COSGROVE, 2004) - preocupações da Geografia Humanista - não estariam relacionadas com o processo de acumulação e com os conflitos e colaborações entre os agentes produtores do espaço (CORRÊA, 1989)? Consideramos premissa para responder esta questão identificar os pontos de convergência existentes entre as duas tradições do pensamento geográfico supramencionadas. Por isso, dedicaremos o primeiro momento de nossa reflexão ao cumprimento deste objetivo. Responder a pergunta ainda requer que definamos com clareza o que chamamos percepção do espaço, paisagem e agentes produtores do espaço, bem como articular estas noções básicas com as duas tradições.

A partir da discussão das relações entre Geografia Crítica e Humanista, bem como da definição dos conceitos aqui mencionados, buscaremos compreender as narrativas construídas acerca de um processo vivenciado no Recife, em área que foi objeto de recentes transformações promovidas pelo Estado e por moradores. Sendo também alvo de interesse da iniciativa privada para a produção de unidades residenciais de um “bairro planejado” e um centro comercial, na mesma localidade realizou-se ocupação urbana no ano de 2015. Compreendendo que o estudo da área em questão está em fase inicial, apresentaremos aqui alguns elementos que nos levam a pensar relação entre a disputa material pelo terreno e a disputa subjetiva em torno do que é sustentável e não sustentável, legal e ilegal, regular e irregular.

## 2 | GEOGRAFIA CRÍTICA E GEOGRAFIA HUMANISTA: POSSÍVEIS CONVERGÊNCIAS

A Geografia Crítica expressa, no âmbito das ciências geográficas, um movimento que alcançou de forma semelhante as demais ciências sociais, tais como a Sociologia, Ciência Política e a Antropologia. Este movimento tem início nos Estados Unidos e na Europa e busca construir uma alternativa frente às abordagens acadêmicas tradicionais, recorrendo a teoria marxista para a elaboração de uma abordagem crítica (CAPEL, 1981). Questões essenciais para o marxismo, como a concepção materialista e dialética da história, os antagonismos entre classes sociais e as noções de valor de uso e troca passam a fazer parte das preocupações dos pesquisadores.

Na Geografia, somente a partir da década de 1970 a tendência crítica começa a se consolidar. Representam importantes marcos neste sentido as fundações das revistas *Antipode* (1969) e *Herodote* (1976), publicações que refletem o fortalecimento de um pensamento crítico de base marxista, buscando abordar temas que fossem de encontro as preocupações sociais da época. Esta consolidação não se dá em um vazio na história: recordemos que na década de 1970 países onde o pensamento crítico floresceu vivenciaram crises econômicas de grande repercussão. Dialeticamente, a emergência das ideias críticas ocorre paralelamente a ascensão do neoliberalismo no âmbito das administrações nacionais.

A vertente crítica da Geografia compreende o espaço a partir da reprodução das relações sociais de produção. Parte, para isso, da compreensão de uma sociedade de classes, entendendo que o espaço reflete as contradições inerentes ao processo de produção de mercadorias, sendo em um só tempo uma condição para a acumulação capitalista e um produto dela (CARLOS, 2008). Nesse sentido, temas como a ação dos movimentos sociais, a produção desigual das cidades, os conflitos territoriais no campo e o componente geopolítico terão grande relevância para a Geografia Crítica. O território, expressão das relações de poder no espaço; e o espaço, como meio de reprodução do capital, serão os conceitos mais utilizados nesta abordagem.

A Geografia Humanista é também tributária de correntes do pensamento científico que extrapolam os limites das ciências geográficas. Emerge com a crítica ao paradigma cartesiano e a ciência positivista, recorrendo a fenomenologia e ao existencialismo na elaboração da crítica as abordagens tradicionais. Para Capel (1981), esta corrente de pensamento deriva do descobrimento na Geografia da dimensão subjetiva e da experiência pessoal, alcançado pela Geografia da percepção e do comportamento.

As questões da subjetividade e da percepção do espaço ganham destaque na Geografia Humanista. A busca pela compreensão da relação entre o espaço e os indivíduos rejeita as abstrações economicistas para mergulhar nas dimensões afetivas, nas intenções e desejos, na diversidade de relações simbólicas possíveis no jogo entre o humano, o espaço que existe fora de si e as projeções deste espaço captadas através dos sentidos e lidas pelo filtro do olhar. Nesse sentido

*“el énfasis se traslada del espacio, un concepto abstracto, al lugar, en ámbito de la existencia real y de la experiencia vivida. El concepto fenomenológico y existencialista de <<Lebenswelt>> está, en último término, en la base de este desplazamiento del interés hacia el <<mundo vivido>> (Lifeworld, monde vécu)” (CAPEL, 1981, p. 444).*

Refletir sobre as possíveis convergências entre as duas correntes da Geografia aqui discutidas exige uma leitura sobre sua origem e consolidação na trajetória da Geografia em particular e das ciências em geral. Marandola Jr. (2005) afirma ter sido o século XX um período fecundo para a produção de alternativas ao paradigma científico moderno, concluindo que no referido século ergueram-se duas correntes que, juntamente com o neopositivismo, compõem uma tríade que tem orientado a ciência e a filosofia a partir do século XXI. “Uma possui orientação crítica, com fortes raízes no marxismo. Outra fundamenta-se na fenomenologia de Husserl, com orientação humanista” (MARANDOLA JR., 2005, p. 400). Portanto, a inconformidade com o paradigma neopositivista dominante seria uma origem comum das duas correntes emergentes.

Cosgrove apresenta semelhante raciocínio ao discutir as premissas compartilhadas entre o marxismo e a Geografia cultural, que em sua visão “começam no mesmo ponto ontológico. Em oposição estrita a qualquer forma de determinismo ou explicação linear causal, insistem em caracterizar a relação entre seres humanos e natureza como histórica” (COSGROVE, 1998, p. 6). Esta consideração de Cosgrove, como a de Marandola Jr. acabam por aproximar as correntes de pensamento mais pela rejeição comum ao paradigma neopositivista, do que por eventuais aproximações entre elas.

Críticas das mais diferentes tonalidades são elaboradas em relação ao paradigma dominante nas ciências e isso não significa, necessariamente, que estas tonalidades se harmonizem. De um ponto de discordância comum, rotas alternativas podem ser traçadas em direções semelhantes, mas em sentidos conflitantes. Por vezes, a crítica humanista também se dirigiu ao marxismo, mas houve também convergências, na proposição de um marxismo fenomenológico e de um existencialismo marxista (CAPEL, 1981).

Encontrar uma convergência de sentidos entre as tradições humanista e crítica em Geografia exige-nos ir além da identificação de seu “adversário” comum na tríade epistemológica do pensamento geográfico contemporâneo. Requer que pensemos qual o lugar da dimensão subjetiva/afetiva no contexto das relações sociais de produção. Esta não é uma tarefa fácil, pois, como desde o início alertamos, a intenção manifesta de trabalhar pelas convergências frequentemente encontrará obstáculos pelo alto grau de fragmentação no interior da própria disciplina.

Por exemplo, enquanto a Geografia Humanista recorre mais ao conceito de lugar, a dimensão do vivido, a Geografia Crítica enfatiza mais o território, e as relações de poder nas quais este se origina. Mas isso não significa que as contradições das

relações de produção não se fazem sentir na esfera do lugar, ou que território e poder não estão permeados pela subjetividade. A ênfase que cada escola confere ao território e ao lugar acaba por remover do primeiro a dimensão afetiva/subjetiva e excluir do segundo as relações de poder e contradições sociais. Temos um território sem afetividade e um lugar sem classes.

Para que um efetivo diálogo entre as tradições crítica e humanista aconteça, é preciso recuperar o que há de subjetivo nas relações sociais de produção. Ao afirmar que a burguesia “rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias” (MARX e ENGELS, 2010), tem-se um exemplo de vinculação das relações de produção com a subjetividade pessoal e coletiva. Com efeito, conforme Cosgrove, Marx e Engels “ênfatizam que o modo de produção é um modo de vida, apoiado no mundo material por seres humanos intencionais” (COSGROVE, 1998, p. 7), embora certas vertentes do marxismo tenham reduzido o modo de produção a um modo de produção e circulação de mercadorias.

### 3 | PAISAGEM E PERCEPÇÃO DO ESPAÇO: ENTRE O MATERIAL E O SUBJETIVO

A paisagem, até pela diversidade de significados que esta palavra condensa, conseguiu transitar entre escolas do pensamento geográfico com maior facilidade. Hard (apud. GOMES, 2007) apresenta ao menos 11 tipologias correspondentes à paisagem, tais como aspectos fisionômicos de microespaços, constantes históricas de recortes espaciais e até mesmo o espaço terrestre no conjunto das coisas nele contidas. Segundo Barros (2006), em dado momento, o conceito de paisagem quase coincide com o conceito de região, tendo sido frequentemente utilizados como sinônimos na linguagem geográfica.

Na chamada Geografia Física, trabalhos discutem a evolução das paisagens, enquanto na Geografia Humana, a paisagem tem sido recorrentemente utilizada para ressaltar os aspectos subjetivos inerentes ao ato de observar e construir significados a partir dos referentes ideológicos do indivíduo, compreendidos como “um reservatório de ideias fundamentais, um conjunto de representações que o indivíduo utiliza para justificar ou guiar suas condutas, especialmente diante de situações particulares” (BERDOULAY, 2012, p. 113).

Para Santos, “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem [...]. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.” (SANTOS, 2014b, p. 21). Em *A Natureza do Espaço*, a discussão sobre a paisagem reaparece, na forma de uma distinção epistemológica em relação ao conceito de espaço (SANTOS, 2014a), onde se afirma a paisagem como transtemporal e o espaço como sempre presente. Enquanto categoria transtemporal, não seria a paisagem um suporte importante para estudos de cunho materialista histórico e dialético?



É na Geografia Cultural Radical que se encontram as melhores pistas para o diálogo entre as tradições crítica e humanista. Ao conceber as paisagens como “maneiras de ver” que “agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente” (COSGROVE, 2004, p. 223), nelas estarão contidos os códigos culturais do observador, ou referentes ideológicos. Com efeito, a concepção da geografia cultural radical “representa bem o que a inspiração marxista atribui a ideologia: uma função de mascaramento da realidade” (BERDOULAY, 2012, p. 112). Assim sendo, a produção das paisagens torna-se um importante elemento para a disputa de narrativas sobre uma dada localidade, podendo estas paisagens expressar os códigos de uma cultura dominante, ou de uma cultura alternativa.

Considerando que o poder se expressa e se mantém na reprodução da cultura, Cosgrove (2004) apresenta a cultura dominante, alternativa, emergente, residual e excluída. A cada uma dessas corresponderia uma paisagem que reproduz os valores simbólicos do grupo social que a anima. Nesse sentido, o poder do grupo social dominante é

“mantido e reproduzido, até um ponto consideravelmente importante, por sua capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios disponíveis e por todos os outros níveis e divisões sociais, uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência e ter essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de cada um” (COSGROVE, 2004, p. 230)

É reproduzindo através do uso dos meios de comunicação, da peças publicitárias e das intervenções que agentes produtores do espaço como proprietários fundiários, agentes imobiliários e o próprio Estado constroem a retórica de uma paisagem ordenada e desordenada, sustentável e não-sustentável, regular ou irregular, segura e insegura, informando aos demais segmentos a paisagem da cultura dominante como o exemplo a ser seguido.

Para citar um exemplo, do ponto de vista de quem mora, um bairro de condomínios fechados pode inspirar segurança, com muros altos e verdadeiras fortificações. No entanto, para quem apenas se desloca no bairro como pedestre, a mesma paisagem pode provocar sensação de insegurança. Mas as peças publicitárias, discursos produzidos por agentes imobiliários, associam tais empreendimentos a ideia de segurança. Ao mesmo tempo, paisagens de bairros periféricos são representadas em jornais como irregulares e em telenovelas associadas com a insegurança.

Os agentes produtores do espaço, proprietários fundiários, agentes imobiliários, o Estado e grupos sociais excluídos (CORREA, 1989) estão imersos nesta disputa de paisagens. Agentes imobiliários e fundiários estão entre os que produzem paisagens da cultura dominante, enquanto grupos sociais excluídos acabam por produzir paisagens alternativas e emergentes. Estes processos não ocorrem separadamente, bem como apresentam contradições em seu interior, não sendo possível recorrer a esta divisão de forma hermética. A própria categoria “grupos sociais excluídos” requer uma melhor caracterização, dada a amplitude das populações que esta abarca, além

de ser questionável se de fato estas populações estão excluídas, ou incluídas de forma precária.

#### 4 | DISPUTA DE PAISAGENS NO SUDOESTE DO RECIFE

Exemplo de articulação entre o material e o simbólico, que nos permite discutir as convergências entre as tradições crítica e humanista da Geografia, é o recente processo envolvendo uma área do Sudoeste do Recife (figura 1). Localizada na Região Político-administrativa nº 05 do município, a área vem sendo transformada pela ação do Estado, através da prefeitura, de agentes imobiliários e de moradores.



Figura 1 - Recorte de parte da RPA 05 do Recife (Satélite)

Fonte: Google Maps. Acesso em: 28 jun. 2016

Na área em questão (em amarelo), agentes imobiliários apresentaram ao conselho de desenvolvimento urbano local a proposição de construir um shopping e um bairro planejado. Na mesma área, a prefeitura construiu uma praça. No entanto, após a construção, a área que a circunda passou a ser ocupada por moradores que, aos poucos, foram substituindo as moradias mais precárias por casas de alvenaria. Neste processo, é possível identificar a que referenciais os empreendimentos desejam vincular o projeto do shopping e do bairro planejado. As peças publicitárias recorrentemente fazem alusão a manutenção da área verde e a instalações que viabilizam o uso de transportes não poluentes (figura 02).



Figura 02 – Representação de paisagem projetada pelo empreendimento

Fonte: Vídeo de apresentação de empreendimento localizado no Sudoeste do Recife. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=Xy6e7xnIEoY>>. Acesso em 27 jun. 2016

Em parecer favorável ao projeto do shopping apresentado no Conselho de Desenvolvimento Urbano do Recife (CDU), o parecerista afirma que o projeto trará ganhos econômicos, sociais e ambientais para o Recife, dentre os quais o de que “será um indutor do crescimento de nossa cidade para áreas ainda não habitadas, contribuindo para descentralização comercial e habitacional e a valorização imobiliária do entorno” (Disponível em: <<http://selurb.recife.pe.gov.br/sites/default/files/Parecer%20do%20Projeto%20do%20Shopping%20Metropolitano,%20no%20Jiqui%C3%A1..pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016). No entanto, 15 dias após a emissão do parecer favorável ao projeto, realizou-se na Câmara Municipal do Recife uma audiência pública para tratar da legalidade de moradias que se encontram no terreno do projeto aprovado (Disponível em: <<http://www.recife.pe.leg.br/eventos/audiencia-publica-tema-legalidade-das-moradias-na-comunidade-cabeca-da-vaca-e-caxito-bairro-de-san-martin>>. Acesso em 26 jun. 2016), revelando uma cotradução entre o parecer e uma realidade na qual ocupações de uso habitacional que já se encontravam em curso.

Na avaliação deste processo, que está em curso, pretendemos perceber de que forma se apresentam paisagens da cultura dominante e paisagens alternativas. Quando o terreno destinado ao projeto foi ocupado, no ano de 2015, na perspectiva dos grupos sociais que o ocupavam, tratava-se de um terreno vazio, mas na perspectiva dos proprietários do terreno, a destinação daquele terreno era permanecer vazio para o projeto futuro. Assim sendo, a “maneiras de ver” guiou os moradores a ocupar o terreno, enquanto na perspectiva dos agentes fundiários que detém a propriedade, aquele deveria permanecer como estava.

As disputas em torno da área analisada se dão na dimensão do território, uma vez que os lotes de terra estavam sendo reivindicado para usos diversos. Mas associada a esta disputa territorial, há também uma disputa através da paisagem, na qual os agentes imobiliários lançam mão da retórica ecológica e dos “ganhos para cidade” associados ao seu empreendimento através da publicidade, em contraposição a ocupação, cujas reportagens alcunham como invasão, ou as áreas de moradia consolidada, que a

audiência pública debate a legalidade ou ilegalidade.

## 5 | CONCLUSÃO

Superar as divisões no interior das ciências geográficas parece ser um objetivo com o qual todos, em abstrato, concordamos. No entanto, ao promover o diálogo entre diferentes escolas de pensamento, fatalmente esbarramos nas diferenças de método de abordagem, de conceitos mais frequentemente utilizados e de temas abordados. No entanto, este diálogo se faz cada vez mais necessário, dada a incapacidade de compreender os fenômenos complexos adotando uma visão fragmentada dos mesmos.

Ao buscar pontos de convergência entre a Geografia Crítica e a Geografia Humanista, encontramos, de um lado, uma interpretação a parti das relações sociais de produção que por muitas vezes não desce até o nível do espaço vivido; do outro, encontramos um mergulho no subjetivo que coloca o indivíduo e o singular em posição de destaque, mas que corre o risco de perder a visão de conjunto, na qual este indivíduo se vê em meio a um contexto social de profundas contradições.

A Geografia Cultural Radical parece ter encontrado um caminho entre as tradições crítica e humanista, recorrendo para isto ao conceito de paisagem. Ao resgatar a ideia do modo de produção enquanto modo de vida, e das paisagens como expressões de culturas dominantes, alternativas, emergentes, residuais e excluídas, saímos de um universo economicista e desprovido de subjetividades, mas não entramos em outro no qual as relações sociais de produção desaparecem.

Portanto, embora a perspectiva crítica e a humanista representem trajetórias diferentes no interior da Geografia, a aproximação entre as duas pode ir muito além da discordância com o paradigma neopositivista, sendo necessário para isto reconhecer a dimensão subjetiva das relações sociais de produção. No Recife, observamos esta dimensão no contexto das disputas em torno de uma área que é alvo do interesse de agentes imobiliários, moradores e da prefeitura municipal. Uma disputa que se trava pelo chão, mas também pelos referentes ideológicos do que é legal e ilegal, regular ou irregular, sustentável ou insustentável.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. Quatro comentários sobre paisagem e região. In: SÁ, Alcindo José de; CORRÊA, Antonio Carlos de Barros. Regionalização de Análise Regional: perspectiva e abordagens contemporâneas. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e Cultura. In: CASTRO, Iná Elias; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo Cesar da Costa (Org.). Olhares Geográficos: modos de ver e de viver o espaço. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012, p. 101-131

CAPEL, Horacio. Filosofia e ciência en la Geografía contemporânea: una introducción a la Geografía. Barcelona: BACANOVA, 1981.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (Re)produção do Espaço Urbano. - 1. ed. 1. reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. - 3a. Edição - Rio de Janeiro: Editora Ática, 1989.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia Cultural radical: Problemas da Teoria. In: Periódico Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: UERJ, n. 5,pp. 5-29, 1998.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 92-123

GOMES, Edvânia Torres Aguiar. Recortes de paisagens na cidade do Recife: uma abordagem geográfica. Recife: Editora Massangana - Fundaj, 2007.

MARANDOLA JR., Eduardo. Humanismo e Abordagem Cultural em Geografia. GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 30, n. 3, p-393-419, set./dez. 2005

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. 1ª ed. revista - São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. – 4. ed. 8. reimpr. – São Paulo: EDUSP, 2014(a).

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. – 6. ed. 2. reimpr. – São Paulo: EDUSP, 2014(b).



## A CIDADE DAS MULHERES FEMINISTAS: UM ESTUDO SOBRE GOIÂNIA (GO)

**Talita Cabral Machado**

Universidade Federal de Goiás, Instituto de  
Estudos Socioambientais  
Goiânia - Goiás

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é apresentar e discutir as espacializações e espacialidades das mobilizações feministas na cidade de Goiânia, Goiás, e a interseccionalidade vivenciada pelas mulheres nesses espaços. O procedimento metodológico consiste na realização e análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas com feministas. A área central da cidade é vista pelas militantes como estratégica para evidenciar suas identidades entre elas mesmas e as/os demais. As várias lutas das mulheres feministas se dão em busca da conquista de uma nova forma de “estar no espaço urbano”. As mobilizações são cotidianas e estrategicamente localizadas. A ocupação do espaço público é vista pelas mulheres como uma forma de transgredir o local destinado a elas na cidade, num intuito de que haja uma redefinição desses lugares. Pensar espacialmente as ações das militantes nos permite compreender como elas buscam transformar o urbano.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres feministas; espaço urbano; interseccionalidade.

**ABSTRACT:** The objective of this paper is to

present and discuss the spatializations and spatiality of feminist demonstrations in the city of Goiânia, Goiás, and the intersectionality experienced by women in these spaces. The methodological procedure consists of making and analysis of semi -structured interviews with feminist. The downtown area is seen by militants as strategic to highlight their identities between themselves and / others. The various struggles of feminist women are given in search of the conquest of a new way of “being in the urban space.” The mobilizations are daily and strategically located. The occupation of public space is seen by women as a way of breaking the place for them in the city, in order that there is a redefinition of these places. Thinking spatially actions of militants allows us to understand how they seek to transform the city.

**KEY-WORDS:** feminist women; urban space; Intersectionality.

### 1 | INTRODUÇÃO

Mulheres, homens, travestis e transgêneros vivem a cidade de forma diferenciada e desigual. Como indica Massey, “não é só a economia que determina nossa experiência de espaço e lugar (...) há muito mais coisas determinando nossa vivência do espaço do que o ‘capital’” (2000, p.179), como,



por exemplo, a raça, a etnia, o gênero e a sexualidade. Os trajetos, deslocamentos e caminhos dos indivíduos na cidade são influenciados pelo seu dado corpóreo e os conflitos surgidos nesse processo marcam suas vidas, muitas vezes, determinando os locais onde eles estarão ou não.

Para a geógrafa Liz Bondi (1992), o espaço urbano possui, em sua distribuição funcional da paisagem, uma dominância da perspectiva masculina. Para ela, através de um planejamento funcionalista e racionalista, o espaço urbano aprisiona as mulheres em certos lugares, acentuando a divisão do trabalho entre os sexos. A separação engendrada pelo capital imobiliário e/ou pelo planejamento das áreas residenciais, comerciais e indústrias, dificultam ou impossibilitam o deslocamento das mulheres na cidade.

Num contexto de “aprisionamento”, as mulheres lutam e resistem cotidianamente. É quando observados os espaços de lutas e resistências, para Gillian Rose (1993), que a visibilidade no espaço pelas mulheres se dá. O objetivo deste artigo é apresentar e discutir as espacializações e espacialidades das mobilizações feministas nos espaços públicos da área central da cidade de Goiânia, Goiás, e a interseccionalidade de raça, sexualidade, gênero, classe vivenciada pelas mulheres nestes espaços. O procedimento metodológico consiste na análise das entrevistas semi-estruturadas realizadas com feministas.

Para as entrevistas, foram escolhidas mulheres feministas, que, com suas semelhanças e diferenças, questionam diariamente as relações de gênero, de classe, raciais, etc. Foram entrevistadas oito mulheres. Sete residem em Goiânia - apenas uma na área central da cidade (no Setor Universitário) - e uma no município de Trindade (vizinho à Goiânia) que diariamente se desloca à capital. Cinco mulheres têm entre 24-32 anos de idade e três entre 48-53 anos. As entrevistadas, em grande parte, têm um vínculo ou passagem pelo espaço acadêmico.

A escolha das entrevistadas se deu após a participação em eventos, manifestações e conversas com feministas em Goiânia. Elas nos ajudaram a selecionar mulheres que consideravam muito importantes para a construção e continuação dos movimentos feministas em Goiânia e Goiás.

Foram mapeados pontos/locais importantes para a militância coletiva, mencionados pelas mulheres durante as entrevistas. Entre eles, locais de encontros, de manifestações, reuniões, lazer, etc. Este artigo é um resultado parcial de uma pesquisa de doutorado (MACHADO, 2016) e será apresentado e discutido apenas parte dos locais mapeados durante toda a pesquisa.

## 1.1 Referencial teórico

Pensar espacialmente as ações das militantes nos permite compreender como elas buscam transformar o urbano e transgredir ao que diz bell hooks (2009): “nas cidades, as mulheres não têm território ao ar livre para ocupar. Eles devem estar infinitamente em movimento ou em locais fechados. Elas devem ter um destino. Eles

não podem se demorar ou ficar. ” (p.143). A triste lógica urbana que “aprisiona” as mulheres, é vista pelas feministas em Goiânia como algo a ser desconstruído e faz parte das pautas estratégicas de ocupações estabelecidas pelos grupos os quais as feministas participam, assim como nas suas ações individuais cotidianas (que muitas vezes são realizadas também coletivamente), como por exemplo, nos momentos de lazer.

Hooks escreve sobre a importância de se pensar o espaço da cidade pelas feministas, para que a mulher tenha de fato liberdade de ir e vir nela. A autora reconhece criticamente que “o movimento feminista”, apesar de todas as conquistas, não conseguiu alterar a situação de violência contra a mulher na cidade:

Esquinas sempre foram espaços que pertenciam aos homens – um território patriarcal. O movimento feminista não alterou isto. Assim como não era poderoso o suficiente para ter de volta a noite e fazer o escuro um lugar seguro para que as mulheres se escondessem, passeassem, e caminhassem à vontade, não foi capaz de mudar o *ethos* da esquina – gênero e igualdade no local de trabalho, sim, mas na esquina da rua transforma cada mulher que ousa se esconder em um corpo para vender a si mesma, um corpo procurando drogas, um corpo caindo. O feminino à espreita, persistente, descansando em um canto da rua é vista por todos, olhado, observado. Quer ela queira ou não, ela está presa para o predador, para o homem, seja ele cafetão, a polícia, ou apenas um transeunte. (hooks, 2009, p. 143, tradução nossa).

Para Sanchez Leyva (1999), a ocupação dos espaços públicos pelas feministas deve ser acompanhada por uma redefinição dos lugares, segundo ela:

La pretensión feminista de ocupar el espacio público se no va acompañada de una redefinición de los “lugares” nunca podrá ser una pretensión emancipadora. Este es el aspecto fundamental y punto de partida que voy a utilizar para intentar justificar por qué opino que hay que terminar con la dicotomización de los espacios pero sin hacer preponderar uno sobre otro sino creando una heterogeneidad en la definición de los lugares.

Abogo por un espacio que emane de los cuerpos y de las acciones, espacio del movimiento, los desplazamientos y deseo de irse situando y emanando espacio. Por ello, no me sumo sólo a la ocupación de los espacios seno que creo necesaria la redefinición de los lugares. Sólo pretender despazarse a lo público no implicará nunca una emancipación para las mujeres. (p.49, grifos da autora)

Rose (1993) afirma que a geografia feminista não pode ser um simples mapeamento das relações de poder social em espaços territoriais, como por exemplo, os masculinos e femininos relacionados com os espaços territoriais públicos e privados. Pois a formação destes espaços depende não somente das relações de gênero, mas também das raciais, de classe e relativos à sexualidade. Os espaços não podem ser pensados apenas em termos de território de gênero. Por isso, no reconhecimento das diferenças, os mapas sociais com apenas duas dimensões (homem/mulher) são inadequados (ROSE, 1993). A autora traz a necessidade de pensar as várias dimensões da estrutura do espaço. Para ela, assim como a multiplicidade de dimensões, o feminismo também depende de uma “geografia paradoxal”.

Para Rose, o “espaço paradoxal” compreende múltiplas teias de sociabilidade,

cada uma com sua espacialidade. E cada indivíduo está inserido em múltiplas teias socioespaciais. O mesmo indivíduo pode estar localizado na margem numa determinada teia e no centro em outra. O que determina a localização do sujeito na teia é a sua posição em relação ao poder exercido por ele em determinado tempo-espço. A autora diz que se deve pensar simultaneamente o estar dentro e fora, no centro e na margem, os “nós” e os “outros” através dos diferentes lugares.

O “espaço paradoxal” (ROSE, 1993) caracteriza-se pela localização das mulheres na margem da configuração do território das grandes cidades, durante o processo de planejamento delas, embora elas representem a maioria dos habitantes.

Apesar de um “aprisionamento” comum de todas as mulheres na cidade, existem diferenças entre elas na forma de vivenciá-lo. As mulheres negras são “aprisionadas” de forma diferente das brancas, assim como as lésbicas das heterossexuais, as de classe alta das mulheres pobres e as mulheres de diferentes idades. A ocupação das feministas no espaço público nem sempre se dá de maneira coletiva, e em dependendo do local, cada uma das mulheres sofrem formas de violência específicas e complexas.

As ocupações dos espaços públicos pelas feministas precisam ser analisadas de forma interseccional em relação à raça, classe, gênero, sexualidade e idade (entre outras categorias). Kimberlé Crenshaw (2002) propõe um modelo analítico que possibilita a identificação das várias formas de subordinação, reconhecendo a diferença entre homens e mulheres e entre mulheres. Para ela, o conceito de interseccionalidade:

(...) trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A interseccionalidade entre os eixos de poder (gênero, raça, etnia, classe, idade, etc) não corresponde à simples somas deles, mas à configuração das relações, das intersecções ocorrida entre eles, através das experiências vividas dos sujeitos. Para Piscitelli (2008), a categoria de interseccionalidade oferece ferramenta analítica para aprender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades.

A perspectiva interseccional contempla as múltiplas dimensões identitárias que se cruzam. As intersecções que ocorrem entre as várias identidades variam no espaço e no tempo. Gill Valentine (2007, apud SILVA e SILVA, 2014) defende a interseccionalidade como possibilidade de análise da complexidade do espaço geográfico e afirma que a Geografia não tem prestado muita atenção neste conceito como as demais ciências sociais (por exemplo, a Antropologia e Sociologia). Ela mostra em sua pesquisa que as espacialidades variadas vivenciadas pelas pessoas rearranjam o jogo identitário (apud SILVA e SILVA, 2014). A construção da identidade “mulher”, realizada pelas sujeitas, se dá a partir do processo de interseccionalidade. Elas constroem suas identidades, nadando entre as águas profundas do gênero, sexualidade, raça, etc. Essa concepção envolve considerar as identidades como fluidas, complexas e instáveis e sempre no

estado de construção e desconstrução.

## 2 | ESPACIALIZAÇÕES E ESPACIALIDADES FEMINISTAS NA ÁREA CENTRAL DE GOIÂNIA

Durante as entrevistas, foram mencionados pelas mulheres muitos pontos/locais na região central da cidade considerados importantes para as lutas, visibilizações e materializações (muitas vezes efêmeras) das ações dos movimentos feministas. A Figura 1 representa o mapeamento desses pontos.

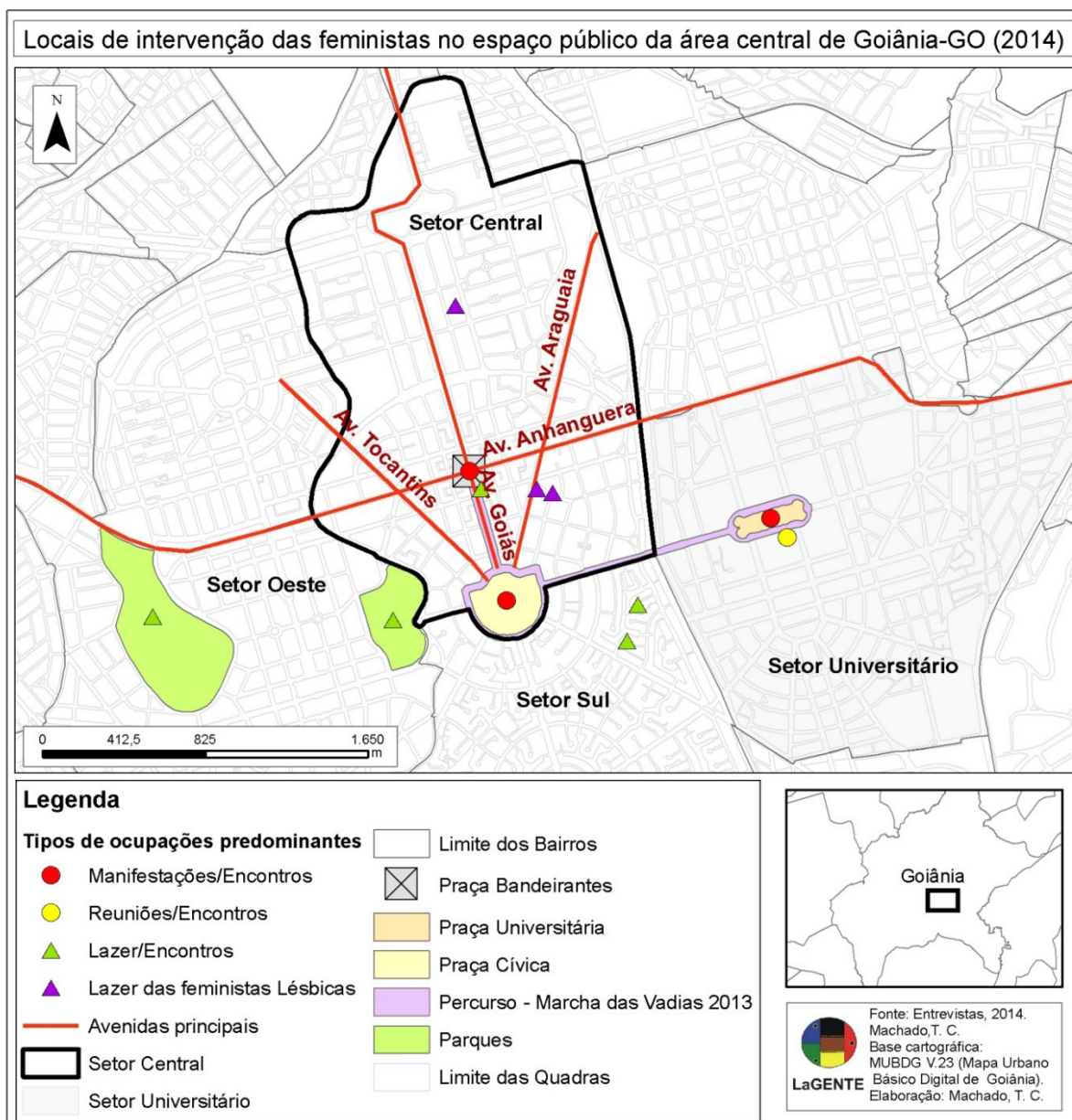


Figura 1. Pontos/lugares na região central de Goiânia considerados importantes para as lutas, visibilizações e materializações das ações das conquistas feministas.

Fonte: MACHADO, 2016.



Os bairros de Goiânia trazidos pelas feministas como essenciais para a luta individual e/ou coletiva, foram: o Setor Central e o Setor Universitário. São nesses bairros que acontecem também os momentos de lazer para as feministas (vistos por elas, como momentos de “lazer militante”). Como na fala da entrevistada:

Eu adoro fazer coisas no centro porque você está dialogando com as pessoas que estão passando lá. (...) há muita gente que ouve, mesmo que não milite em movimento nenhum, mas passa e se identifica e interage com você. Então é sempre muito rico estar nesses espaços, que são bem centro e são bem públicos mesmo. (Entrevistada B, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Os locais mais importantes para visibilização das lutas levantados pelas mulheres foram: a Praça Cívica, a Praça Universitária e a Praça dos Bandeirantes. Estes, onde, historicamente, são de grande circulação, de mobilização política e que podem ter a presença da mídia.

A Praça Universitária, no Setor Universitário, é também um local de reunião e lazer das feministas. Apesar de ser longe da casa de muitas mulheres, a Praça Universitária possui um fácil acesso para quem utiliza o transporte público, pois passam diversas linhas de ônibus e localiza-se próximo de um dos principais terminais de integração de ônibus da capital e da Praça Cívica, por onde passam muitas linhas. Além de ficar perto da Avenida Anhanguera, na qual circulam ônibus também durante a madrugada.

A Praça Universitária é um local que abriga sociabilidades diversas de jovens e é circundada por universidades. França e Pechincha (2015), a partir do estudo sobre a Praça Universitária, afirmam que as sociabilidades realizadas nesse local:

Se formaram principalmente a partir de grupos de pessoas que frequentavam certos espaços da cidade comumente associados à cena *underground*, notadamente marcados pela presença de jovens, muitas/os delas/es *punks, rockers, góticos, headbangers*, entre outros sujeitos que não necessariamente se classificam unicamente a partir dessas identidades coletivas, mas que também constituíam essa cena” (p. 142-143).

O Museu Antropológico (da Universidade Federal de Goiás) localizado ao redor da Praça Universitária foi mencionado como um local importante e muito utilizado para a realização das reuniões dos grupos e das feministas: “[As reuniões] da Marcha das Vadias, geralmente, a gente faz em um lugar que tenha mais gente. Faz onde der pra todo mundo, geralmente as reuniões são feitas no Museu Antropológico ou na Praça Universitária.” (Entrevistada A, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

A Praça dos Bandeirantes hoje não é mais praça, sim um cruzamento entre duas avenidas principais da cidade, Avenida Anhanguera e Avenida Goiás. Sobre essas vias, diz uma entrevistada: “Tudo acontece, qualquer movimento reivindicatório, é lá que acontece porque é lá que está a imprensa. É o coração econômico do estado, da capital. Ali você emenda a Avenida Goiás com a Avenida Anhanguera. As pessoas estão voltadas para lá.” (Entrevistada F, 54 anos. Data da entrevista: novembro de 2014).

A Praça Bandeirantes é historicamente um lugar das ações dos movimentos

sociais e de protestos em Goiás: “é lá que eu ia para fazer discurso, comício com palanque e era lá que eu vendia jornal. Tudo acontecia naquele espaço e ainda é. Era lá que a gente cantava o hino nacional, que a gente levava borrachada da polícia na época da ditadura” (Entrevistada F, 54 anos. Data da entrevista: novembro de 2014). Outra militante diz:

(...) a Praça do Bandeirante acaba sendo um lugar aglutinador de vários movimentos. Quando você vai falar da visibilidade lésbica, Praça do Bandeirante. Então, se você vai falar de movimento sindical, Praça do Bandeirante (...) é um lugar historicamente dos movimentos sociais se encontrarem. (Entrevistada C, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

A Praça Cívica é o ponto de origem das Avenidas Goiás, Tocantins e Araguaia e é onde encontra-se o Palácio Pedro Ludovico e grande parte da estrutura administrativa estadual. Quase todas as caminhadas, manifestações dos movimentos feministas, saem ou passam na/pela Praça Cívica.

As intervenções urbanas feministas são momentos de encontros entre as feministas e os vários grupos do movimento em espaços públicos e onde acontecem as rodas de conversas, oficinas, piqueniques, feira de trocas, peças de teatro, etc., sempre com temas voltados para as mulheres. Os locais apontados como importantes para as Intervenções são os parques ambientais da região central da cidade, como o Bosque dos Buritis (Setor Oeste) e o Parque Lagoa das Rosas (Setor Oeste). Estes são lugares com grande circulação de pessoas nos finais de semana.

Nessa última [intervenção urbana], que foi junto com o Coletivo Pagu [Coletivo Feminista fundado pelas estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás] e com a Rede de Mulheres Lésbicas e Transexuais em Goiás, teve a [feira de] Troca, as oficinas de cartaz, denunciando a violência contra as mulheres, (...) teve também, a produção de *fanzines* e de cartazes por conta do Dia da Visibilidade Lésbica. (Entrevistada C, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

(...) a proposta de intervenção urbana foi aquela polêmica que deu “Não mereço ser estuprada”. Nós fizemos uma intervenção no Lago das Rosas. A gente constrói cartazes. Até poucos dias atrás eu passei lá e ainda tinha umas coisas que a gente tinha colado no parque. (Entrevistada E, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

Apesar de todas as feministas falarem da importância de ocupar espaços públicos, de promover a ocupação urbana e da importância da fluidez dos encontros, que ocorrem em vários locais no centro da cidade, o sentimento presente nessas ocupações são quase sempre o do medo.

A insegurança sentida pelas mulheres ao andarem nas ruas devido à existência de áreas “vazias” em determinados horários do dia, resultado de uma ocupação que divide as áreas comerciais, residenciais, etc., consiste em um dos fatores que limitam seu deslocamento na cidade. O Setor Central de Goiânia no período da noite é visto pelas mulheres como um lugar “escuro”, “vazio” e “perigoso”. As mulheres que estudam e trabalham neste local e turno, ao voltarem para casa sentem-se inseguras



e amedrontadas pelo risco, principalmente, de estupro e assalto.

As mulheres lésbicas e bissexuais mencionaram o Bar da Rua 18, o Mercado da Rua 74 e o Banana Shopping na área central da cidade, como locais importantes para seus momentos de lazer e para a ocupação coletiva das mulheres:

A gente fez uma das festas no mercado da 74, que é um lugar conhecido pelo público gay, LGBTT e lésbicas e tal, mas nunca tinha tido uma ação. Aí a gente ocupou e colocou bandeira e faixa e porque lá a gente tinha essa discussão de mostrar que a gente está nos espaços e a gente precisa de respeito e isso é importante. (Entrevistada A, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

Durante a ocupação dos parques, das praças, e dos locais de lazer, ao mesmo tempo em que esses espaços públicos são vistos pelas mulheres como os “mais seguros”, ocorre o sentimento de medo, mencionados de forma mais intensa pelas mulheres mais jovens e lésbicas. Nas falas das entrevistadas, observou-se então a presença do medo e a preocupação em tomar todos os cuidados necessários. Mas, o andar em grupo e ocupar os espaços de maneira coletiva são uma forma de diminuir esse sentimento e empoderar as mulheres.

A gente está sempre com medo não importa o espaço. Todas as coisas lésbicas [como andar com uma bandeira LGBTT] que a gente fez eram espaços desses neutros e seguros, tipo Bosque dos Buritis, a Praça Cívica, a Praça dos Bandeirantes e em todos eles a gente sofreu algum tipo violência. (Entrevistada A, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

As mulheres negras e jovens falaram sobre, além do medo, o não se sentir bem em certos locais:

Eu acho que o nosso corpo é muito percebido em todos os espaços. De a gente andar pela rua. Já observei as pessoas olhando ou fazendo comentários, como eu já ouvi! Nossa! Tanto de gente gritando de carro, homens e mulheres, já ouvi a pessoa passar de carro e gritar – Ôh! Vai pentear o cabelo! Passar de carro e – Você acha que está bonito assim? – Tá horrível! E não sei o quê. (...) as vezes as pessoas me chamam pra ir num lugar que eu nunca fui e eu fico até assim, nossa! Será que eu vou? Porque eu tenho medo, às vezes, da reação das pessoas. (Entrevistada D, 24 anos. Data da entrevista: setembro de 2014)

(...) por conta de eu estar vestida de uma determinada maneira, com o cabelo para cima e etc., chama muita a atenção das pessoas, em Goiânia principalmente, porque tem umas coisas que são muito normativas com o cabelo e com acessórios. Então, qualquer coisa, desde andar de ônibus e andar na rua provoca reações e as pessoas olham e percebem (...) e tem gente no ônibus que se ver você usando um turbante, ele se benze na sua frente, porque acha que é macumba e coisas assim e todas as questões... (Entrevistada B, 30 anos. Data da entrevista: novembro de 2014)

Durante a ocupação dos espaços públicos, ocorre uma mudança nos usos dos lugares, exemplo dos bares no centro da cidade que se tornam bares lésbicos e o Mercado da Rua 74 que se torna local frequentado também por este público, a partir da presença ou ausência estratégica de seus corpos e de suas corporeidades. Cada mulher, no cruzamento de suas identidades múltiplas, cria as novas concepções dos lugares, no intuito de transformá-los e construir (muitas vezes de forma efêmera) as

ações feministas nos espaços.

A área central é vista pelas militantes como estratégica para evidenciar suas identidades entre elas mesmas e as/os demais. Ocupar estes locais de forma coletiva, durante o dia e à noite, para elas, possui diferentes objetivos. Durante o dia, o objetivo é evidenciar a luta, torná-la mais visível à população. Durante a noite, o intuito é ocupá-los para torná-los mais acessíveis. As várias lutas das mulheres feministas se dão em busca da conquista de uma nova forma de “estar no espaço urbano”. A ocupação dos espaços públicos, principalmente no período da noite, é vista pelas mulheres como uma forma de transgredir o local destinado a elas na cidade, num intuito de que futuramente estes espaços pertençam também às mulheres.

Muitos lugares foram ressignificados pelas feministas depois de ocupá-los. Espaços até então não frequentados pelas mulheres passam a ser, em grupo: “Depois de a gente fazer piquenique e roda de trocas no Lago das Rosas, esse lugar, para mim, ganhou outro significado. Então, acho que os lugares podem ser pensados e repensados e ressignificados a partir da nossa experiência.” (Entrevistada C, 30 anos. Data da entrevista: setembro de 2014).

As ocupações das ruas são vistas como um ponto de partida para as mudanças já ocorridas e que ainda ocorrerão relacionadas a questão de gênero e sexualidade na cidade. As entrevistadas falaram de a importância das mulheres estarem ocupando os espaços centrais da cidade, através da Marcha das Vadias e de outras manifestações (como a Parada Lésbica, Parada LGBT e caminhadas em datas importantes, como o dia da Consciência Negra) que possibilitam a sensibilização das pessoas que passam pelo Bairro. Na parada LGBT e na Parada Lésbica, por exemplo, o beijo entre iguais é visto como político pelas feministas, porque questiona a padronização do corpo no espaço público, nas avenidas de Goiânia. O intuito das manifestações é:

Principalmente mostrar que a cidade é um local pra todos, público. Inclusive eu estou terminando um roteiro com uns amigos, a gente já coletou algumas imagens (...) porque essa minha inquietação, a inquietação do grupo veio principalmente esse ano quando eu vi rotinas de mulheres mudarem por conta da questão da violência urbana que é assustador aqui em Goiânia. (Entrevistada E, 32 anos. Data da entrevista: dezembro de 2014)

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar espacialmente as lutas, ações e conquistas dos movimentos feministas e de mulheres na cidade, é importante tanto para os estudos da Geografia sobre espaço urbano, como para o próprio movimento. Se por um lado, as formas de reflexões espaciais a partir das atuações das mulheres trazem novos entendimentos sobre a cidade, de outro, pensar o espaço pode representar para estas mulheres, novas estratégias de atuação na cidade.

Ocupar os espaços consiste em pensar espacialmente como torná-los menos

desiguais. Neste processo, as feministas constroem formas de tornar, por exemplo, as “esquinas”, que para bell hooks (2009) são territórios hoje patriarcais, em territórios das/para as mulheres. As mulheres são, tanto nos espaços públicos quanto privados, atorras na construção de “outras” representações da sociedade. As feministas atuam no sentido de expandir, através da ocupação de espaços públicos, suas ações e transformações também para os espaços privados.

O espaço urbano visto como hegemonicamente masculino e aprisionador das mulheres, é também reconstruído diariamente pelas lutas feministas, o que possibilita às geógrafas estabelecer “outras” geografias urbanas.

## REFERÊNCIAS

BONDI, Liz Gender symbols and urban landscapes. In: **Progress in Human Geography**, Vol. 16, 1992, p. 157-170.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

hooks, bell. A place where the soul can rest. In \_\_\_\_\_ . **Belonging: a Culture of Palace**. New York/London, Routledge, 2009, p. 143-152.

FRANÇA Matheus e PECHINCHA Mônica Thereza Soares. Entre lazer, sociabilidades e insegurança: interpretações sobre a Praça Universitária, em Goiânia/GO. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p.137-155, jan/jun. 2015.

MACHADO, Talita Cabral. **A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença**. 2016. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio A. (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 176-185.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. P.263-74.

SANCHEZ LEYVA, María Jesús. **Perdidas en el espacio**. Formas de ocupar, recorrer y representar los lugares. Hurga y Pierro edotores, España, 1999.

SILVA, Maria das G. S. N e SILVA, Joseli M. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. In: \_\_\_\_\_ **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa, Toda palavra, 2014.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

VALENTINE, Gill. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. **Environment & Planning D: Society & Space**, 11, 395-413, 1993.

## IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO SOB UMA PERSPECTIVA ESPACIAL

### **Geórgia Fernandes Barros**

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/ Cedeplar\_UFMG  
Teófilo Otoni - Minas Gerais

### **Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira**

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional- UFMG  
Belo Horizonte- Minas Gerais

### **Pedro Vasconcelos Maia do Amaral**

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional- UFMG  
Belo Horizonte - Minas Gerais

**RESUMO:** O trabalho objetiva estudar teórica e empiricamente a mensuração e a distribuição espacial de oportunidades no mercado de trabalho por meio da construção de um índice de igualdade de oportunidades para os municípios brasileiros nos anos de 2000 e 2010, buscando compreender a distribuição das oportunidades de trabalho no espaço brasileiro e suas múltiplas dimensões ao longo do tempo. Contribui para o desenvolvimento do conceito de igualdade de oportunidades ao propor uma análise mais agregada refletida na esfera municipal e destaca-se pela abordagem multidimensional proposta, que abarca os lados da oferta, da demanda e de acesso a serviços para analisar o mercado de trabalho. É feita, ademais, uma análise que considera possíveis transbordamentos

espaciais das oportunidades, por meio da utilização da Análise Exploratória de Dados Espaciais. A hipótese central é a de que a distribuição das oportunidades no mercado de trabalho é desigual no espaço brasileiro, tendo se reduzido ao longo do tempo. Os resultados apontam para a existência de concentração espacial dos índices considerados, e, em especial, para existência de padrões regionais de municípios com elevado acesso e realização de oportunidades que se relacionam às oportunidades presentes nos municípios vizinhos e vice-versa. Ao se considerar a autocorrelação espacial local para a variação de cada índice, as maiores taxas de crescimento ocorrem nas regiões Nordeste e Norte do país, para todos os índices, com exceção do Índice de Funcionamento do Mercado de Trabalho, cuja evolução reflete um padrão de confirmação da polarização da demanda por trabalho nas regiões Sul e Sudeste.

**PALAVRAS- CHAVE:** igualdade de oportunidades, mercado de trabalho, multidimensionalidade, economias de aglomeração, análise espacial.

**ABSTRACT:** This study aims to study the theoretical and empirical measurement and spatial distribution of opportunities in the labor market through the construction of an equal opportunity index for Brazilian municipalities

in the years 2000 and 2010, seeking to understand the distribution of employment opportunities in Brazilian space and its multiple dimensions over time. It contributes to the development of the concept of equal opportunities by proposing a more aggregated analysis reflected in the municipal sphere and stands out by the proposed multidimensional approach, which covers the sides of supply, demand and access to services to analyze the labor market. In addition, an analysis is made that considers possible space overflows of opportunities, through the use of Exploratory Spatial Data Analysis. The central hypothesis is that the distribution of opportunities in the labor market is unequal in Brazilian space, and has decreased over time. The results point to the existence of spatial concentration of the indexes considered, and in particular, to the existence of regional patterns of municipalities with high access and realization of opportunities that are related to the opportunities present in the neighboring municipalities and vice versa. When considering the local spatial autocorrelation for the variation of each index, the highest growth rates occur in the Northeast and North regions of the country, for all indexes, with the exception of the Labor Market Index, whose evolution reflects a pattern of confirmation of the polarization of demand for labor in the South and Southeast regions.

**KEYWORDS:** equality of opportunity, labor market, multidimensionality, agglomeration economies, spatial analysis.

## 1 | INTRODUÇÃO

O debate em torno da pobreza, da desigualdade, do baixo desenvolvimento e da exclusão social é recorrente nos campos da Filosofia, Economia e das Ciências Sociais. Desde o início deste século, entretanto, intensificaram-se as pesquisas em torno da complexidade desses fenômenos, em especial, sobre sua articulação em relação a diversos outros aspectos da realidade econômica e social contemporânea. Esse movimento em direção a uma concepção mais complexa da pobreza e da desigualdade tem possibilitado o desenvolvimento da agenda de pesquisas sobre o tema e propiciando a incorporação de novas abordagens e formas de mensuração.

No âmbito desse debate e em grande medida respaldados nos trabalhos de Sen (1980, 1992, 2000, 2009), alguns estudos recentes<sup>1</sup> têm retratado a relevância da compreensão das oportunidades no mercado de trabalho, vistas sob uma perspectiva multidimensional. Trata-se de uma literatura ainda incipiente, que para além da renda proveniente do trabalho, busca analisar fatores como educação, saúde, acesso à infraestrutura básica, dentre outros, como determinantes do acesso ao trabalho.

O presente trabalho pretende contribuir para esse debate e se direciona a estudar teórica e empiricamente a mensuração e a distribuição espacial de oportunidades no mercado de trabalho, via a construção de um índice multidimensional de igualdade de oportunidades para os municípios brasileiros nos anos de 2000 e 2010. Em termos

---

1. Um exemplo é o de Abras et. al. (2013).

metodológicos, é utilizada a Análise Exploratória de Dados Espaciais - AEDE, para identificar a existência de *clusters* espaciais e a distribuição espacial das mudanças ocorridas no mercado de trabalho ao longo do período considerado.

O trabalho está dividido em 5 partes. Após essa Introdução, é apresentado o referencial teórico utilizado assim como a definição de oportunidades proposta. No item 3, é apresentada a metodologia a ser utilizada, a AEDE. Os resultados são discutidos no item 4. Por fim, são apresentadas as conclusões do trabalho.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito de igualdade de oportunidades utilizado nesse trabalho possui como eixos balizadores a multidimensionalidade da concepção e a relevância do espaço para a conformação e dinâmica desse fenômeno. O intuito é a compreensão da heterogeneidade espacial presente no acesso e realização de oportunidades nos mercados de trabalho municipais.

Em termos da multidimensionalidade da análise proposta, o movimento em direção a uma concepção mais complexa da pobreza e da desigualdade possui variadas contribuições, com referência nas obras de Rawls (1971), com sua abordagem da teoria de justiça distributiva, Sen (1980, 1992, 2000, 2009), que desenvolve as noções de funcionamentos e capacitações, Dworkin (1981), com a abordagem igualitária, e Roemer(1998), o qual aponta para a existência de fatores caracterizados pela responsabilidade dos indivíduos na formulação das normas de justiça social. Essa literatura tem em comum a discussão sobre a desigualdade socialmente aceitável, isto é, a desigualdade relativa aos esforços dos indivíduos, e não às circunstâncias por eles vivenciadas, as quais, não estariam sob controle dos mesmos.

Para Roemer (1998), a igualdade de oportunidades é definida como uma situação em que bem-estar econômico no interior de grupos de pessoas com circunstâncias idênticas não irá variar ao longo desses grupos. Alguns estudos buscam desenvolver medidas de desigualdade de oportunidades com base em variáveis de esforço e circunstância (como é o caso das análises de Lefranc, Pistoletti & Trannoy (2008), Bourguignon, Ferreira & Menéndez (2007) e Marrero & Rodríguez (2010), Ferreira & Gignoux (2008). Outros trabalhos, partindo da premissa de que os esforços dos indivíduos não são diretamente observáveis, apresentam índices baseados apenas nas características pessoais (como é o caso do HOI – *Human Opportunity Index* de Barros *et al.* (2009a e 2010)).

Alguns estudos recentes<sup>2</sup> têm retratado a relevância da compreensão das oportunidades, vistas sob uma perspectiva plural, no mercado de trabalho. Trata-se de uma literatura ainda incipiente, que para além da renda proveniente do trabalho, busca analisar fatores como educação, saúde, acesso à infraestrutura básica, dentre outros, como determinantes do acesso ao trabalho. No Brasil, os estudos sobre (des)

---

2. Um exemplo é o de Abras *et al.* (2013).



igualdade de oportunidades são embrionários<sup>3</sup>. A despeito da importância do conceito, poucos trabalhos têm sido feitos sobre desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho, em comparação com a extensa literatura sobre desigualdade de rendimentos, especialmente no que diz respeito aos municípios.

O conceito de oportunidades a ser utilizado nesse trabalho constitui-se em um desenvolvimento desse conceito de oportunidades que vem sendo empregado pela literatura e contempla como unidade de estudo, a municipal, tratando-se, portanto, de um conceito mais amplo/agregado. As oportunidades são assim definidas como as possibilidades de inclusão produtiva e social em um município, dadas as características da oferta e da demanda por mão de obra e das instituições presentes, estas consideradas em termos dos serviços públicos oferecidos nos municípios. Essa proposição de análise é uma visão multidimensional das oportunidades presentes nos mercados de trabalho municipais. Está pautada na complementaridade entre os mecanismos de funcionamento de mercado e o papel desempenhado por outros tipos de instituições políticas e sociais.

Além da essência multidimensional, a representação espacial da desigualdade é importante para mapear e analisar os reflexos das relações de desigualdade na sociedade. A esse respeito, a abordagem das aglomerações urbanas é relevante para compreensão das relações entre arranjos espaciais e mercado de trabalho. Segundo essa literatura, o mercado de trabalho se beneficia da proximidade espacial, de modo que o espaço é um facilitador das transações. Os processos aglomerativos tornam o trabalho das cidades mais produtivo que o trabalho não urbano. Assim, conforme denota Puga (2009), os trabalhadores e as firmas serão mais produtivos em ambientes urbanos maiores e mais densos.

A literatura internacional que trata das economias de aglomeração é extensa, com variados estudos empíricos para diversos países. Assim, muitos desses trabalhos exploram a relação entre a dimensão dos centros urbanos e os salários dos trabalhadores (Glaeser & Maré, 1994; Glaeser e Maré, 2001; Glaeser e Resseger, 2010). As evidências empíricas sugerem que os centros urbanos teriam um efeito positivo sobre os rendimentos dos trabalhadores no mercado de trabalho. Andersson *et al* (2007) e Andersson *et al* (2013) supõem que firmas e trabalhadores diferem em qualidade, apontando que as áreas urbanas serão mais produtivas que áreas rurais se nestas as alocações (*matches*) entre firmas e indivíduos forem mais adequadas. Combes, *et al* (2008) procuram distinguir as fontes das economias de aglomeração entre a distribuição de habilidades, a dotação de fatores e as interações locais. Ciccone (2002) encontram em seus trabalhos que a produtividade seria maior em áreas mais densas, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos.

Ciccone e Hall (1996) encontraram uma relação positiva entre aglomeração e desempenho, este medido em termos de produtividade da mão de obra. Estes autores

---

3. Alguns trabalhos são os de Figueiredo & Silva (2012), Barros et. al. (2009 a, b), Dill & Gonçalves (2012).

descobriram que quanto mais intensos forem os volumes de mão de obra e de capital físico em uma determinada área geográfica, maior seria a sua produtividade. Sakakibara & Porter (2001) reafirmaram a relação positiva entre aglomeração e desempenho.

Um fato a se destacar é que, a despeito dos impactos positivos dos retornos crescentes sobre os salários, existem fatores que fazem com que a força de trabalho não se concentre em sua totalidade nas cidades maiores. São estes: a imperfeição da mobilidade do trabalhador ou idiosincrasias relacionadas aos diferenciais de estilo de vida e das oportunidades que as cidades podem oferecer. Nesse sentido, as cidades menores possuem maiores amenidades ambientais, como tráfego, criminalidade, poluição, dentre outros, as quais poderiam ser preferidas a maiores salários (Galinari *et al*, 2007). Além disso, conforme aponta Rausch (1993), nos grandes centros os aluguéis imobiliários e comerciais são mais elevados.

No Brasil, trabalhos sobre a existência de retornos positivos às aglomerações urbanas ainda são pouco difundidos. Os estudos empíricos disponíveis focam, em geral, as suas investigações em diferenciais de produtividade industrial (Fontes *et al*, 2006) ou na presença de retornos positivos ao acúmulo de capital humano agregado (por exemplo, Falcão & Silveira Neto, 2007, Galinari *et. al*, 2007).

### 3 | ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS

#### 3.1 Base de dados e índices

Para atender aos aspectos conceituais propostos, o modelo contempla, de modo geral, as etapas descritas a seguir. Pelo lado da demanda foi construído um índice com o objetivo de apresentar as características médias das famílias (mão de obra) nos municípios. Pelo lado da oferta, foi construído um índice com o intuito de apresentar as principais especificidades do mercado de trabalho nos municípios. Por fim, foi estimado um índice com intuito de representar as instituições municipais.

Pautados na literatura sobre pobreza e desigualdade, foram selecionados indicadores representativos de cada dimensão, os quais estivessem disponíveis para todos os municípios brasileiros nos anos de 2000 e 2010. As diferentes escalas dos indicadores foram convertidas em uma única, de modo que variassem de zero a um<sup>4</sup>.

Algumas informações não foram utilizadas devido à descontinuidade espacial (informações não disponíveis para todos os municípios) ou temporal (informações não disponíveis para os anos 2000 e 2010). Desse modo, com o intuito de construir os índices e variáveis a serem utilizados, foram consideradas as seguintes fontes de dados: Censo Demográfico (2000, 2010), Censo Escolar (2000, 2010), Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC (2001, 2009), Assistência Médico Sanitária

---

4. Se o indicador expressar um atributo positivo, o valor mínimo é utilizado como o pior/menor valor, e o valor máximo, como o melhor/menor valor. Se o indicador expressar um valor negativo, substitui-se o valor mínimo pelo maior/menor valor e o valor máximo pelo pior/menor valor.

– AMS (2002, 2009), Sistema de Informação sobre Mortalidade (2000, 2010), dados do Cadastro de Registro Civil (2000, 2010), Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego (2000, 2010), e, por fim, a base de dados Região de Influência das Cidades –REGIC (2007)<sup>5</sup>.

Índice	Dimensões	Fonte de dados
Índice de Desenvolvimento das Famílias adaptado aos municípios - IDFa	Ausência de vulnerabilidade, Saúde e Longevidade, Acesso ao conhecimento, Acesso ao trabalho, Disponibilidade de recursos, Desenvolvimento infantil	Censo demográfico, Censo escolar, Atlas do Desenvolvimento Humano
Índice de Acesso a Serviços – IAS	Saúde, Educação e Cultura, Renda e Trabalho, Instrumentos de gestão urbana	Censo demográfico, Munic, SIM, Censo escolar, Datasus-AMS
Índice de Funcionamento do Mercado de Trabalho -IMT	Formalização e dinâmica da inserção, categoria ocupações superiores, diversificação produtiva, Incompatibilidade educação-ocupação, concentração industrial	Censo demográfico, RAIS
Índice Global de Igualdade de oportunidades - IDO	Média dos índices IDFA, IMT e IAS	Censo demográfico, Munic, SIM, Censo escolar, Datasus-AMS, RAIS, Atlas do Desenvolvimento Humano

Quadro 1 – Índices e dimensões constitutivas

Fonte: Elaboração Própria.

### 3.2 Análise Exploratória de Dados Espaciais- AEDE

Com o objetivo de analisar a distribuição espacial dos índices municipais propostos, foi utilizada a Análise Exploratória de Dados Espaciais. Conforme definição de Anselin (1994, 2005), a AEDE é uma coleção de técnicas para descrever e visualizar distribuições espaciais, identificar locais atípicos (*outliers* espaciais), detectar padrões de associação espacial (*clusters* espaciais) e sugerir diferentes regimes espaciais e outras formas de instabilidade espacial ou de não-estacionaridade espacial. A análise é realizada com base em um conjunto de ferramentas gráficas e descritivas com o intuito de identificar propriedades espaciais dos dados.

A AEDE é importante para descrever a distribuição e os padrões de associação espacial do desenvolvimento das famílias, do acesso a serviços e do mercado de trabalho, assim como da desigualdade de oportunidades entre os municípios, identificando possíveis *clusters* e a presença de *outliers*. A utilização da metodologia de AEDE se justifica por permitir identificar se os índices associados a uma dada

5. Para a montagem das bases, foi necessária a compatibilização no que se refere aos municípios existentes em 2000 e 2010 sendo considerada a conformação territorial do ano de 2000.

unidade espacial (município) estão relacionados aos observados em outras unidades espaciais.

Relevante para a análise de autocorrelação espacial é o conceito de matriz de pesos espaciais (W). e de defasagem espacial. Em conformidade com Anselin (1994), a estrutura de dependência espacial incorporada na matriz de pesos espaciais deve guardar relação direta com a concepção teórica da estrutura de dependência. Quanto à defasagem espacial, esta é construída como uma média ponderada dos valores observados para os vizinhos de uma dada localidade (Anselin, 1988), nos casos em que a matriz W é normalizada. Formalmente, para uma variável y, Wy é a defasagem espacial e constitui a média dessa variável nos vizinhos ponderada por pesos espaciais.

A magnitude da autocorrelação espacial entre as áreas (no caso, municípios), evidencia como os valores estão correlacionados no espaço (Anselin *et al*, 2002), global e localmente. Para a análise de autocorrelação espacial global foi utilizado como indicador global o I de Moran. Esse indicador resume o padrão geral de dependência espacial dos dados em um indicador único, este utilizado como medida da associação espacial para todo o conjunto de dados, caracterizando todo espaço em estudo. O objetivo da utilização dessa estatística é o de confirmar ou não a hipótese de dados aleatoriamente distribuídos.

Algebricamente, a estatística I de Moran pode ser dada por:

$$I = \frac{n}{S_0} \frac{\sum_i \sum_j W_{ij} Z_i Z_j}{\sum_{i=1}^n z_i^2}$$

A estatística I de Moran positiva significa que existe uma autocorrelação positiva, ou seja, valores altos (baixos) tendem a estar localizados na vizinhança de valores altos (baixos). Se o valor for negativo, o inverso ocorre: valores altos estarão cercados de valores baixos, e vice-versa. Quando o valor do índice não é estatisticamente diferente de zero, não há autocorrelação espacial. Desta forma, o I de Moran pode ser utilizado para se verificar a existência de similaridade/dissimilaridade nos valores do atributo em estudo. Ademais, quanto maior a concentração espacial, mais próximo da unidade estará o I de Moran e quanto mais próximo de -1, maior a dispersão nos dados.

Para que se possam verificar padrões locais de autocorrelação espacial, devem ser utilizadas medidas de autocorrelação espacial local, como é o caso das estatísticas do tipo LISA- Indicadores Locais de Associação Espacial. Um indicador LISA permite a decomposição de indicadores globais (e. g. I de Moran), de maneira a se inferir a contribuição individual de cada observação (Anselin, 1994).

É um tipo de estatística com as seguintes características (Anselin, 1995a, Anselin, 1995b, Anselin, 1996): a) possui, para cada observação, uma indicação de *clusters* espaciais significantes de valores similares em torno da observação (*e.g.* região) e b) o somatório dos LISAs, para todas as regiões, deve ser proporcional ao indicador de autocorrelação espacial global. O índice local de associação espacial LISA constituiu

um exemplo da desintegração do Índice de Moran, determinando um valor específico para cada área (polígono), permitindo assim a identificação de regiões com valores atípicos (*outliers*) e de aglomerados com valores semelhantes (*clusters*). O coeficiente  $I_i$  de Moran local para uma dada variável  $y$  padronizada,  $z_i$ , observada em um município  $i$  é dado por:

$$I_i = z_i \sum_{j=1}^j w_{ij} z_j$$

Para que  $I_i$  seja um indicador LISA é necessário que o somatório dos indicadores locais seja equivalente ao indicador global correspondente, em conformidade com um fator de proporcionalidade.

#### 4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do pressuposto de que a igualdade de oportunidades é um processo dinâmico e multifacetado, que contém um aspecto espacial, uma vez que não se apresenta de forma homogênea nos municípios, são apresentados os resultados do índice de igualdade de oportunidades e de seus componentes. Os índices são analisados por tamanho e por hierarquia dos municípios<sup>6</sup>.

Em geral, houve um aumento em todos os índices (Gráfico 1). Há tanto uma elevação pelo lado da oferta (Índice de Desenvolvimento das Famílias) quanto pelo lado da demanda (Índice de funcionamento do mercado de trabalho), indicando um aumento das possibilidades de inclusão produtiva e social nos municípios brasileiros. Mas, tanto no ano de 2000 quanto no ano de 2010, o índice de oferta é maior que o índice de demanda. O excesso de oferta em 2000 é de 0.28, e em 2010 é de 0.33, o que revela um aumento das assimetrias no mercado de trabalho brasileiro. Esse excesso de oferta, que caracteriza uma imperfeição no mercado de trabalho, é parcialmente minorado pelo aumento do acesso a serviços, que passou de 0.25 para 0.31 no período.

Desse modo, entre os anos 2000 e 2010, há um aumento de seis pontos percentuais no valor do índice de igualdade de oportunidades, o que retrata um maior acesso e realização das oportunidades mediadas pelo mercado de trabalho no período. No ano de 2010, 2.641 municípios possuem um índice de igualdade de oportunidades superior à média (0.44). Destes, 74 estão localizados na região norte, 955 municípios na região sudeste, 1.115 na região sul, 277 na região central e 220 no nordeste. Considerando a média da variação dos valores do índice entre os anos 2000 e 2010, 2.527 municípios estão acima da média (0.18), dos quais 9,4% pertencem à região norte, 18% à região sudeste, 25% à região sul, 6% à região central e 42%

6. A análise relacionada a tamanho fundamenta-se na constatação de que a complexidade do fenômeno urbano aprofundou-se com fortes rebatimentos nas configurações espaciais e nos problemas sociais vivenciados pela população em cidades de diferentes tamanhos e regiões do Brasil. Por sua vez, a hierarquia dos municípios é considerada em termos da influência de um município em seu entorno.

ao nordeste, o que indica um maior crescimento das oportunidades de trabalho nos municípios desta última região.

Deve ser destacado que, embora historicamente as regiões norte e nordeste do Brasil apresentem índices menores (piores) que as demais regiões (Figura 1), pôde ser observado um padrão de convergência ao longo do período analisado, uma vez que essas regiões de menor desenvolvimento apresentaram maior variabilidade (melhoria) nos índices analisados (Figura 2).

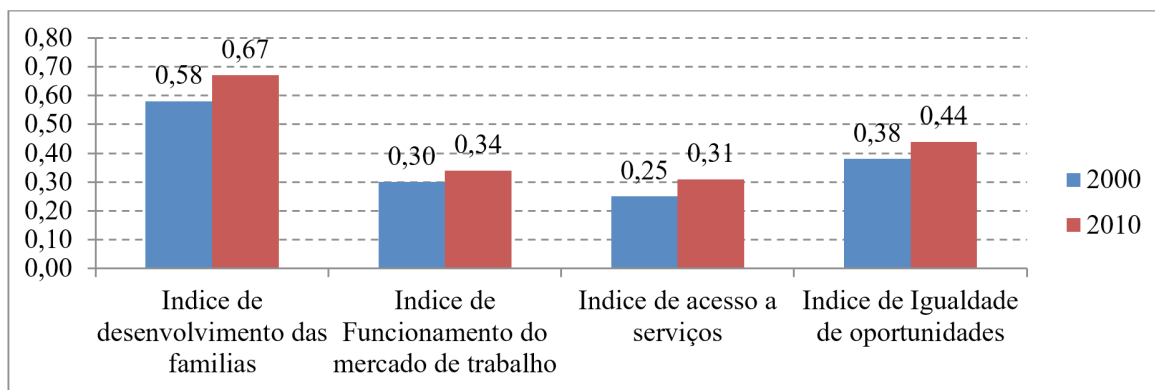


GRÁFICO 1 – Evolução do Índice de Igualdade de Oportunidades e dos índices componentes, 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do Censo Demográfico, Registro Civil, Datasus SIM e AMS, RAIS, Censo Escolar, anos 2000 e 2010 e Munic, 2001 e 2009.

Além disso, ao se retratar as oportunidades em termos do tamanho e da hierarquia dos municípios, constatou-se que, de modo geral, os índices representativos do lado da oferta (IDF) e de acesso a serviços (IAS) tiveram maior variabilidade positiva nos municípios de menor hierarquia (centros locais e centros de zona) e nos municípios de menor tamanho, com população até 20.000 habitantes. Com relação ao índice representativo da demanda (IMT), este apresentou maior variabilidade nos municípios de maior hierarquia e classificados em maiores classes populacionais. Como resultado, o índice de igualdade de oportunidades foi maior nos municípios de menor hierarquia (centros regionais, centros de zona e centros locais).

Contemplando as classes de tamanho de município, a distribuição das oportunidades é mais uniforme, sendo o índice maior nos municípios com até 500.000 habitantes. Percebe-se, portanto, que no período analisado, há um processo de desconcentração do índice de desenvolvimento das famílias e do índice de acesso a serviços em direção a regiões historicamente menos desenvolvidas e para municípios menores e com menor área de influência. Por outro lado, ao se analisar as características da demanda de trabalho, percebe-se ainda uma concentração em municípios classificados em maiores tamanhos e com maior centralidade.



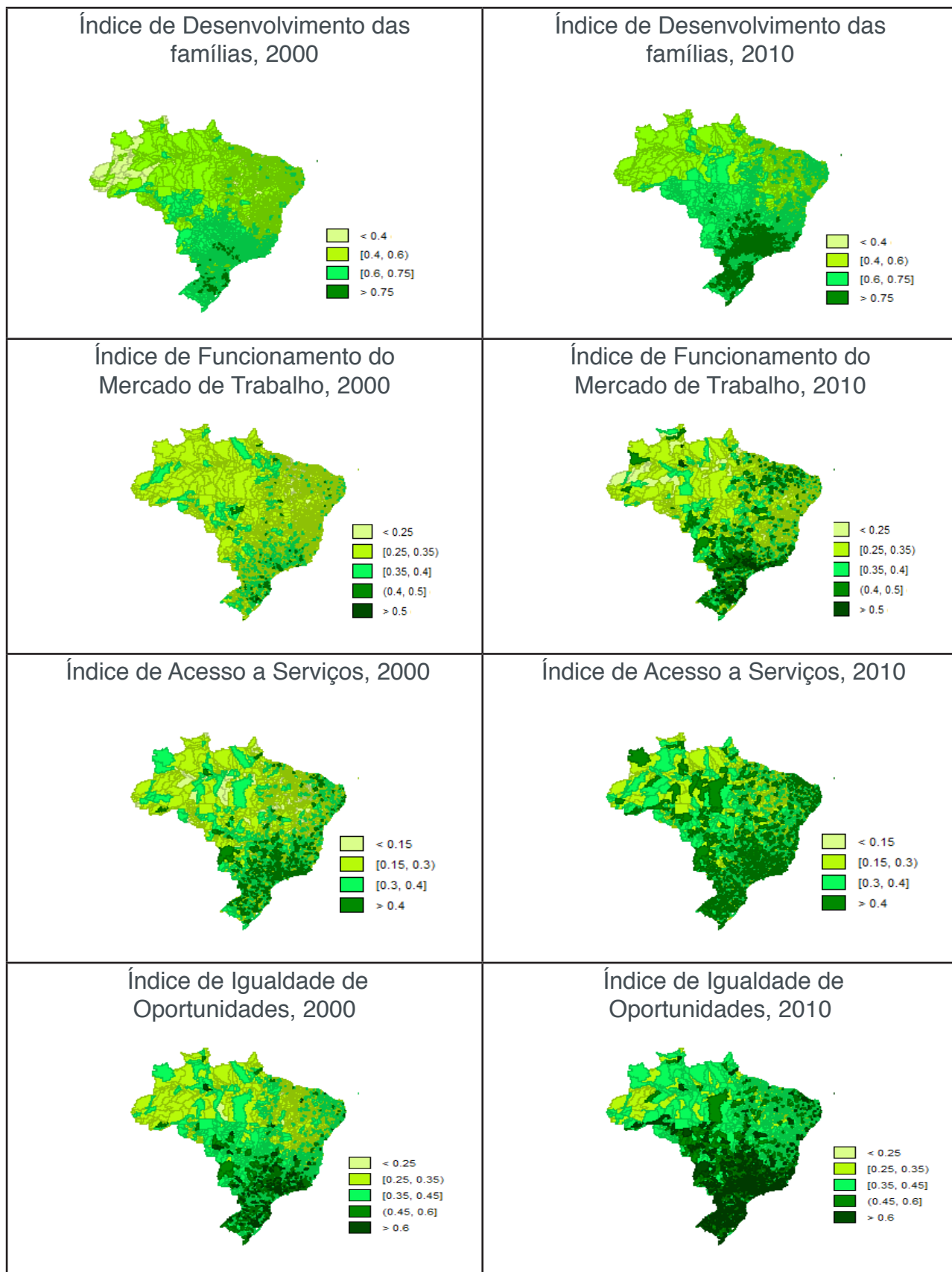


Figura 1 – Distribuição do índice de igualdade de oportunidades e de seus componentes, 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do Censo Demográfico, Registro Civil, Datasus SIM e AMS, RAIS, Censo Escolar, anos 2000 e 2010 e Munic, 2001 e 2009.

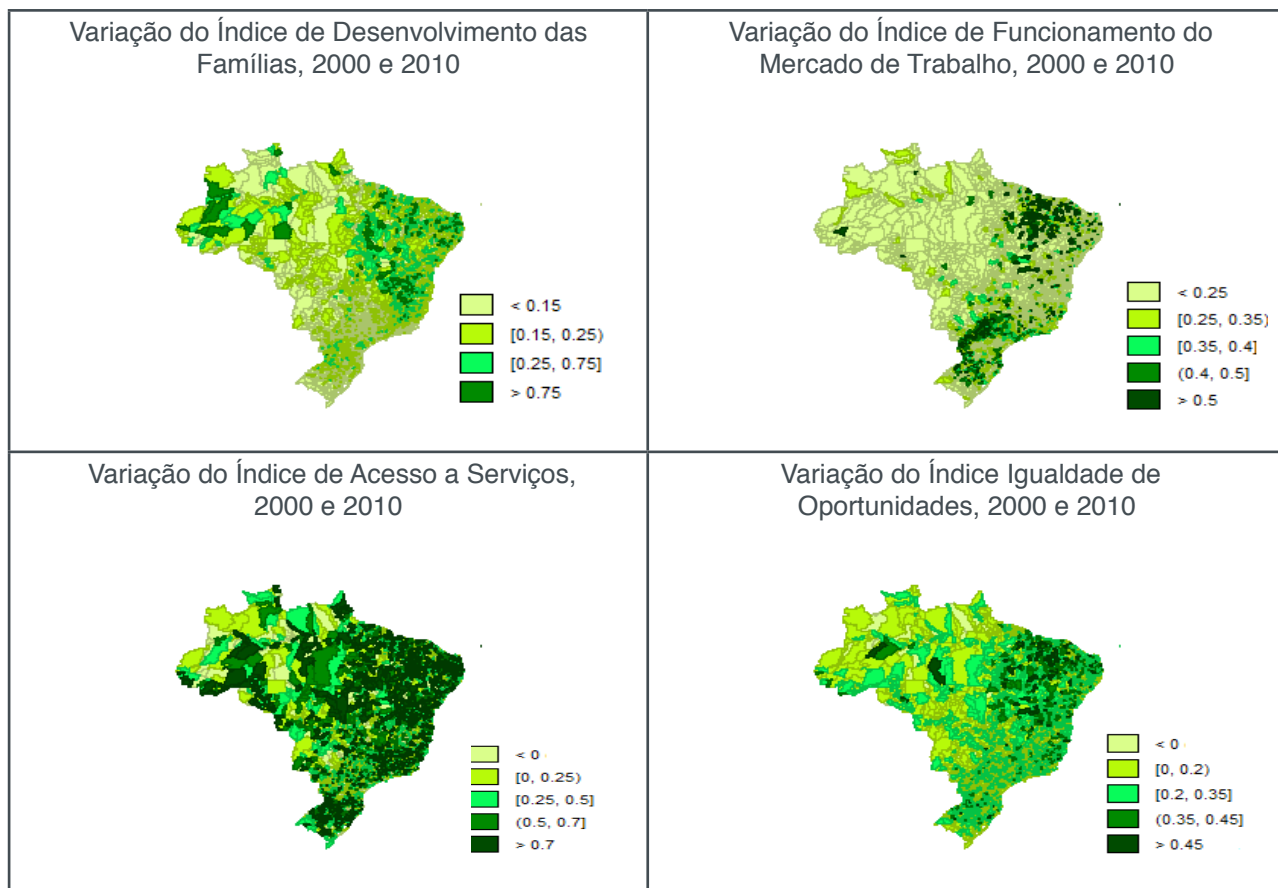


Figura 2 – Variação do índice de igualdade de oportunidades e de seus componentes, 2000 e 2010.

Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do Censo Demográfico, Registro Civil, Datusus SIM e AMS, RAIS, Censo Escolar, anos 2000 e 2010 e Munic, 2001 e 2009.

Dadas essas relações, a variação do índice de igualdade de oportunidades, por sua vez, se distribuiu de forma mais homogênea entre as tipologias adotadas de municípios (tamanho e hierarquia), embora tenha apresentado menores médias para os municípios maiores e para as metrópoles. Em termos regionais, o IDO apresentou melhoria mais significativa para o nordeste entre 2000 e 2010.

Para investigar a influência da territorialidade e a formação de *clusters* espaciais na configuração das oportunidades no mercado de trabalho nos anos de 2000 e 2010 foram estimados o I de Moran Global e Local. Na Tabela 1 são apresentados os resultados para o I de Moran Global.

A análise de autocorrelação espacial global é estatisticamente significativa para todos os índices. Todos os valores para I de Moran foram positivos, de modo que, os valores médios encontrados em um dado município se relacionam aos valores médios desse mesmo índice nos municípios vizinhos. Desse modo, rejeita-se a hipótese de aleatoriedade na distribuição espacial dos índices. Isso equivale a dizer que, por exemplo, municípios com elevadas oportunidades de trabalho são vizinhos de outros com valores semelhantes para esse índice e vice-versa<sup>7</sup>.

7. Para o ano 2000 e 2010, o sinal negativo para a dimensão saúde indica dispersão dos dados, havendo evidências de que a oferta de saúde é espacialmente diferenciada, isto é, concentrada nos centros.

Índice	2000	2010	Variação
	I de Moran	I de Moran	I de Moran
Ausência de Vulnerabilidade	0,1818	0,7113	0,4698
Saúde e Longevidade	0,6790	0,6942	0,3320
Acesso ao conhecimento	0,7707	0,8289	0,2151
Acesso ao trabalho	0,7961	0,8034	0,2090
Disponibilidade de recursos	0,8397	0,8129	0,4225
Desenvolvimento infantil	0,6632	0,6206	0,2532
Condições habitacionais	0,6403	0,7581	0,2024
<b>Índice de Desenvolvimento das Famílias</b>	<b>0,8630</b>	<b>0,8781</b>	<b>0,4589</b>
Saúde	-0,0573	-0,0270	0,0727
Educação e Cultura	0,3279	0,2713	0,0538
Renda e Trabalho	0,0906	0,5334	0,3145
Instrumentos de gestão urbana	0,1833	0,2716	0,0671
<b>Índice de Acesso a Serviços</b>	<b>0,2430</b>	<b>0,1859</b>	<b>0,0764</b>
Formalização e Dinâmica da Inserção	0.37	0.46	0.23
Categoria Ocupações Superiores	0.36	0.40	0.07
Diversificação produtiva	0.28	0.20	0,00
Incompatibilidade Educação -Ocupação	0.54	0.38	0.24
Concentração industrial	0.49	0.50	0.11
<b>Índice de Funcionamento do Mercado de Trabalho</b>	<b>0.41</b>	<b>0.50</b>	<b>0.36</b>
<b>Índice de igualdade de oportunidades</b>	<b>0,64</b>	<b>0,60</b>	<b>0,19</b>

Tabela 1 - Indicadores Globais de Autocorrelação Espacial – I de Moran

Fonte: Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do Censo Demográfico, Registro Civil, Datasus SIM e AMS, RAIS, Censo Escolar, anos 2000 e 2010 e Munic, 2001 e 2009.

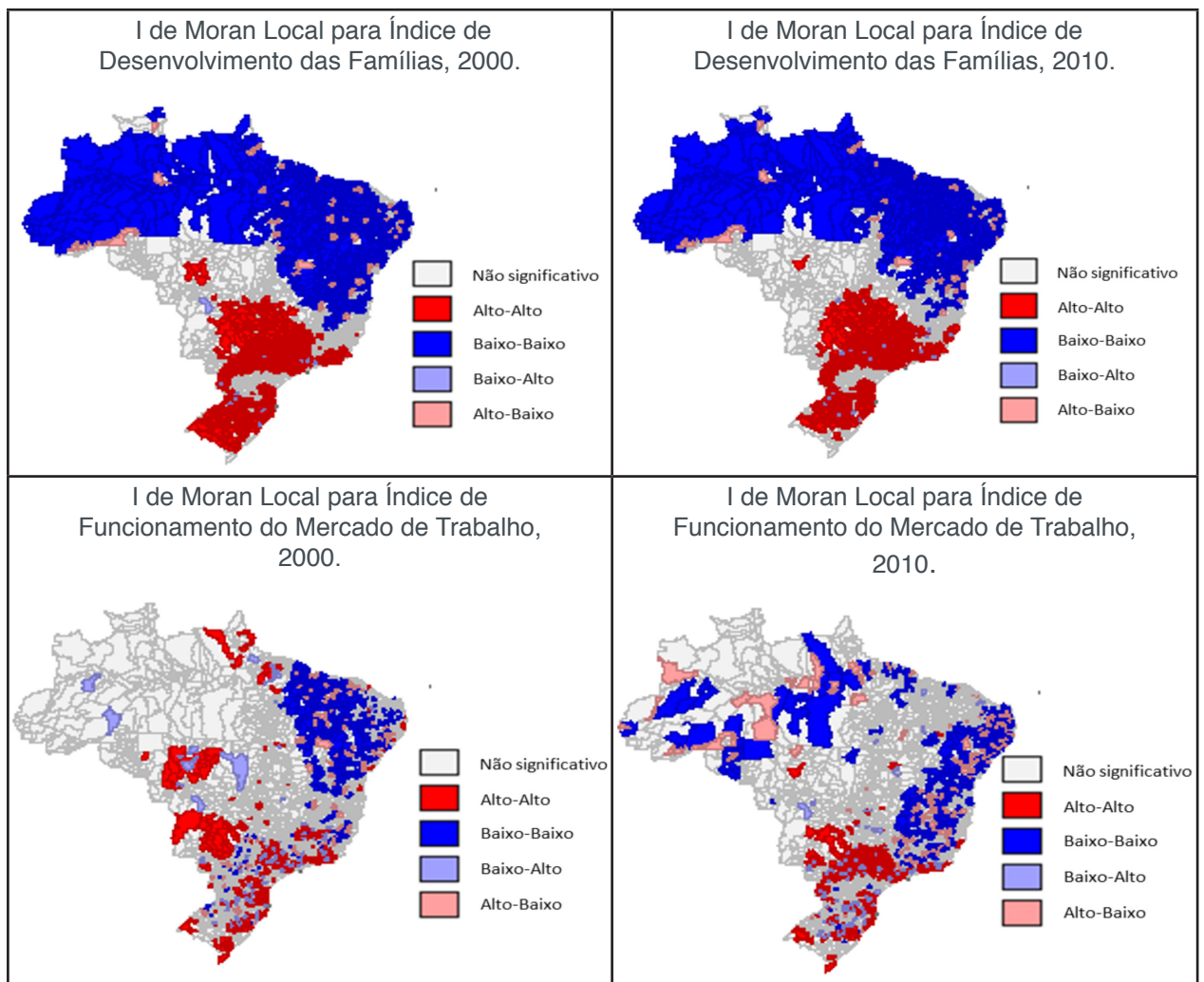
Obs. Foi considerada uma matriz de vizinhança do tipo Queen de primeira ordem e todos os I de Moran foram significativos ao nível de significância de 1%.

A análise da autocorrelação espacial local apresenta valores significativos na análise espacial local, o que indica uma relação de dependência espacial dos municípios e sua vizinhança no que diz respeito aos índices multidimensionais considerados. Pode-se concluir que existe concentração espacial dos índices considerados, em especial, que existem padrões regionais de municípios com elevado acesso e realização de oportunidades que se relacionam às oportunidades presentes nos municípios vizinhos e vice-versa (Figuras 3 e 4).

Ademais, percebe-se que prevalece um regime de polarização regional na distribuição das oportunidades. Os melhores resultados para o mercado de trabalho ocorrem nas regiões sul e sudeste, regiões mais adensadas e diversificadas, o que aponta para a existência de vantagens de caráter jacobiano, isto é, as evidências encontradas corroboram as análises que assinalam a existência de efeitos positivos entre os centros urbanos e mercado de trabalho.

Mas, ao se considerar a autocorrelação espacial local para a variação de cada

índice, de modo geral, entre 2000 e 2010, as maiores variações (positivas) ocorrem nas regiões nordeste e norte do país, para os índices IDF, IAS e IDO, o que implica que há um processo de reversão da tendência aglomerativa no sul e sudeste. A exceção é dada pelo o Índice de Funcionamento do Mercado de Trabalho (IMT), cuja evolução reflete um padrão de confirmação da polarização da demanda por trabalho nas regiões sul e sudeste. Isso reflete a importância das economias de aglomeração urbanas para o entendimento da demanda por trabalho. De modo geral, há uma redução das desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho nesse período, com convergência de acesso e realização das mesmas, em especial, no que diz respeito às regiões norte e nordeste.



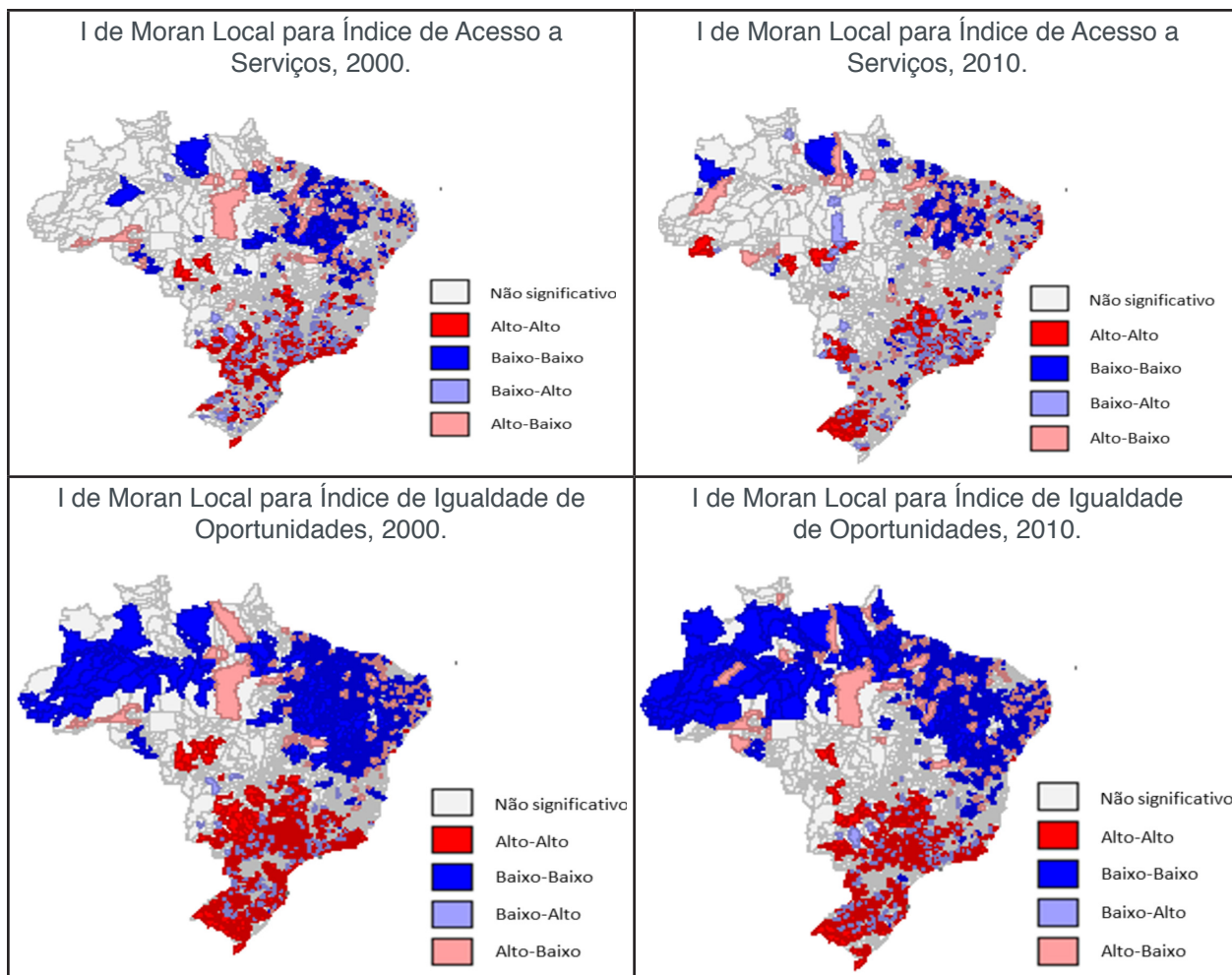
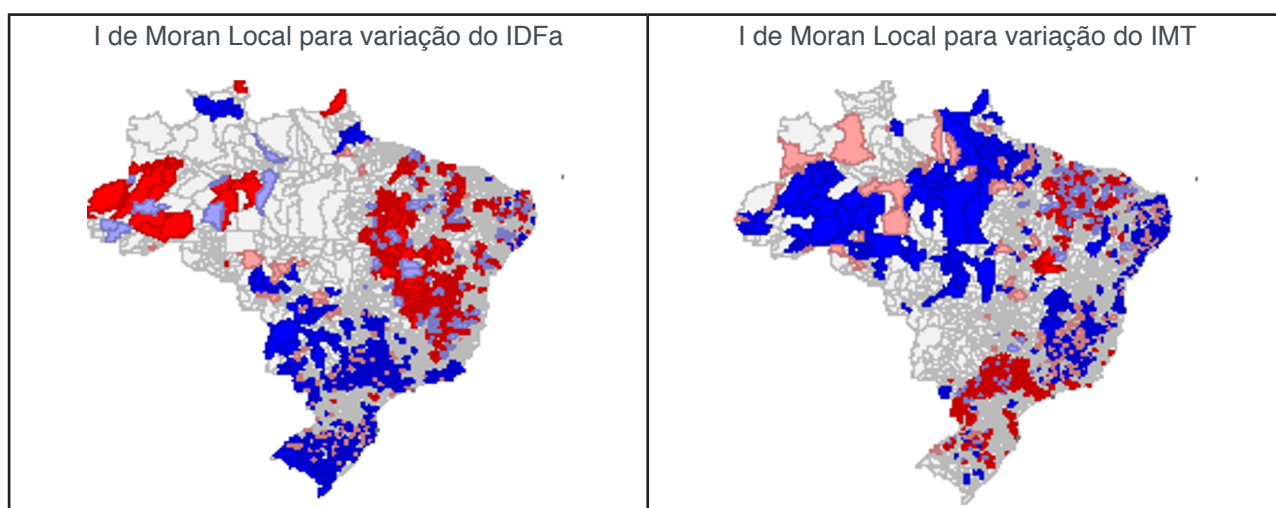


Figura 3 - I de Moran Local para Índice de Igualdade de Oportunidades e componentes, 2000 e 2010

Fonte: Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do Censo Demográfico, Registro Civil, Datasus SIM e AMS, RAIS, Censo Escolar, anos 2000 e 2010 e Munic, 2001 e 2009.





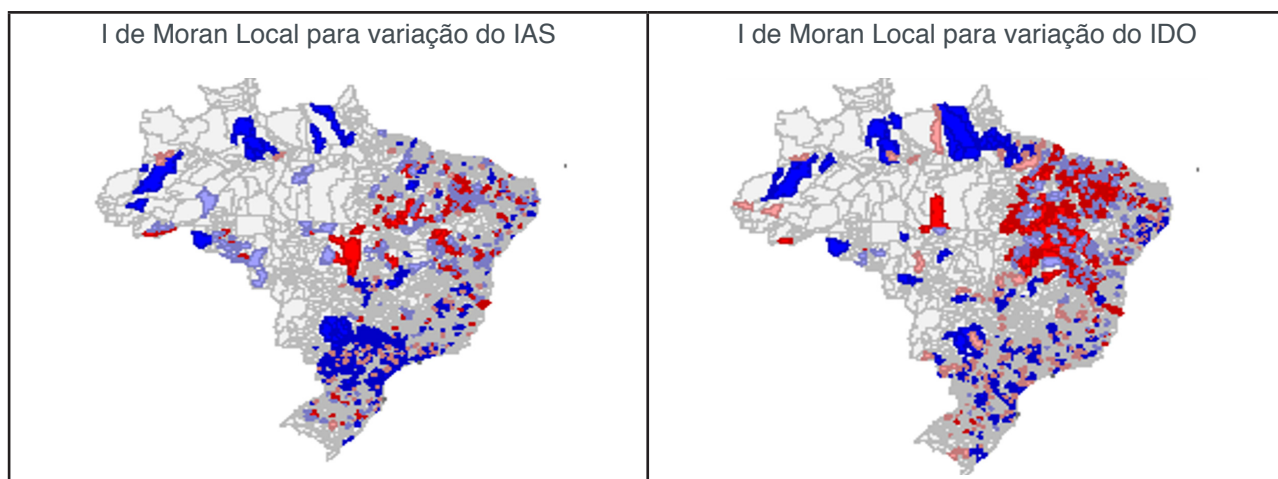


Figura 4 - I de Moran Local para variação dos índices, 2000 -2010.

Fonte: Fonte: Elaboração Própria a partir de dados do Censo Demográfico, Registro Civil, Datasus SIM e AMS, RAIS, Censo Escolar, anos 2000 e 2010 e Munic, 2001 e 2009.

Obs. Foi considerada uma matriz de vizinhança do tipo Queen de primeira ordem e um nível de significância de 5%.

## 5 | CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo compreender a distribuição das oportunidades de trabalho no espaço brasileiro, assim como suas múltiplas dimensões ao longo do tempo. O intuito foi a obtenção de índices alternativos de desigualdade que considerassem aspectos multidimensionais de privação no acesso ao mercado de trabalho e a análise da distribuição espacial desses índices nos municípios brasileiros.

Foram propostos índices multidimensionais que refletissem as características do mercado de trabalho municipais e um índice relacionado ao acesso a serviços, com base em uma visão de complementaridade entre mercado e instituições. Por fim, o índice global de igualdade de oportunidades teve como escopo descrever a inclusão produtiva e social de modo a se compreender a dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho nos municípios brasileiros.

Com base nos resultados encontrados, pôde-se perceber, de modo geral, um aumento em todos os índices no período considerado, sugerindo uma redução da vulnerabilidade no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. Ademais, tendo em vista a heterogeneidade espacial do Brasil e as especificidades locais em termos de desenvolvimento, foi feito um estudo contemplando a relação entre os centros urbanos e as oportunidades de trabalho. Percebeu-se a existência de diferenças espaciais e socioeconômicas nos mercados de trabalho municipais, que apontam para um efeito de espraiamento do índice de oferta de trabalho e de acesso a serviços, com municípios menores e em níveis mais baixos da hierarquia relativa à região de influência das cidades apresentando uma taxa de desenvolvimento maior do que a das metrópoles e do que a de municípios maiores. Por outro lado, a demanda por trabalho continua concentrada nesses municípios.

Ao se considerar a relação entre as oportunidades de trabalho, compreendidas



em uma perspectiva multidimensional, e suas relações com os centros urbanos e as regiões brasileiras, percebeu-se um movimento de reversão nas desigualdades espaciais existentes. Além da melhora significativa dos municípios brasileiros em termos de desempenho nas três dimensões aferidas pelo índice de igualdade de oportunidades, essa melhora tem se acentuado, em especial, em regiões que, historicamente, vêm apresentando índices de desenvolvimento socioeconômico e de resultados do mercado de trabalho relativamente piores, quais sejam, o Norte e o Nordeste.

Possíveis explicações para estes resultados são o arrefecimento do processo de metropolização brasileiro e movimento de interiorização da atividade econômica, a crescente importância que os municípios vêm assumindo em termos de direcionamento de políticas públicas e alocação de recursos em favor de segmentos ou grupos considerados prioritários, maior focalização da ação governamental em termos de programas sociais, com ênfase para o Programa Bolsa Família, o aumento da oferta e do acesso à qualificação profissional, ao ensino superior, dentre outras.

A análise ratifica o processo evolutivo de desconcentração espacial da oferta de mão de obra e do acesso a serviços em direção municípios menores e de menor nível na escala hierárquica, e um padrão de concentração da demanda por trabalho nos maiores e mais influentes centros urbanos. Desse modo, ao se considerar a evolução das oportunidades de trabalho no Brasil, percebe-se um processo de reestruturação sócio-espacial, com desconcentração nas metrópoles e espaços metropolitanos e com a ascensão das cidades pequenas e médias e das cidades menos influentes como espaços privilegiados em termos da melhoria da oferta de serviços e das características da mão de obra. Por outro lado, a demanda por trabalho ainda é fortemente relacionada aos grandes centros urbanos, o que assinala a existência de um descompasso espacial entre oferta, demanda e instituições, no que tange ao desenvolvimento do mercado de trabalho.

Além disso, pode ser observado um padrão de convergência regional no que diz respeito ao índice global de igualdade de oportunidades e a seus índices componentes. Embora exista um padrão de concentração dos centros de *clusters* com maiores índices (oferta, demanda, acesso a serviços e índice de igualdade de oportunidades) nas regiões sul, sudeste e centro-oeste, tanto no ano de 2000 quanto no ano de 2010, quando se considera a taxa de crescimento entre esses anos, pode ser observado um processo de reversão dessa concentração, com maior variabilidade dos índices na região norte e, principalmente, na região nordeste.

A conclusão geral é a de que as desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho dos municípios brasileiros são elevadas, mas que têm se reduzido ao longo do tempo e do espaço. Em particular, a dimensão espacial da desigualdade, definida como a desigualdade dos índices econômicos e sociais ao longo dos municípios do país, mostrou-se essencial para o entendimento das oportunidades de trabalho. Desse modo, “o espaço importa”, e a extensão das desigualdades espaciais é relevante para

a apreensão da desigualdade como um todo e ainda como foco de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAS, A. *et al.* Inequalities of opportunities in the labor market: evidence from life in Transition Surveys in Europe and Central Asia. World Bank: **World Development Report**, 2013.
- ANDERSSON, F.; BURGESS, S. & LANE, J. I. Cities, matching and the productivity gains of agglomeration. **Journal of Urban Economics**, vol. 61: 112–128, 2007.
- ANDERSSON, M.; KLAESSON, J.; LARSSON, J. P. The sources of the urban wage premium by worker skills: Spatial sorting or agglomeration economies? **Regional Science**, 2013. doi: 10.1111/pirs.12025.
- ANSELIN, L. Exploratory spatial data analysis and geographic information systems. In: PAINHO, M. (Ed.) **New tools for spatial analysis**: proceedings of the workshop. Luxemburgo: EuroStat, 1994. p.45-54 .
- ANSELIN, L. **Exploring Spatial Data with GeoDaTM**: a Workbook. University of Illinois, Urbana-Champaign, 2005.
- ANSELIN, L. **Spatial econometrics**: methods and models. Boston: Kluwer Academic, 1988. 284 p.
- ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association - LISA. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995a.
- ANSELIN, L. The Moran scatterplot as ESDA tool to assess local instability in spatial association. In: Fisher, M.; Scholten, H. J.; Unwin, D. **Spatial Analytical Perspectives on GIS**. London: Taylor & Francis, 1996, p. 111-126.
- ANSELIN, L. Local Indicators of Spatial Association—LISA. **Geographical Analysis** , v.27, p. 93–115, 1995b.
- ANSELIN, L., I. SYABRI, O. SMIRNOV & REN, Y. Visualizing Spatial Autocorrelation with Dynamically Linked Windows. **Computing Science and Statistics**, v. 33, 2002.
- BARROS, R. P. de; FERREIRA, F. H. G.; VEGA, J. M. & CHANDUVI, J. S. **Measuring Inequality of Opportunities in Latin America and the Caribbean**. Washington, DC: Palgrave Macmillan and the World Bank, 222p., 2009a.
- BARROS, R. P., VEGA, J. M. & SAAVEDRA, J. **Measuring Inequality of Opportunities for Children**. Washington: World Bank, 2009b. 170 p. (Discussion Paper).
- BARROS, R., FERREIRA, F.; VEGA, J. M. & SAAVEDRA, J. Measuring Progress Toward Basic Opportunities for All. **Brazilian Review of Econometrics**, n.30, v. 2, 2010.
- BOURGUIGNON, F., F.H.G. FERREIRA & MENÉNDEZ , M. Inequality Of Opportunity In Brazil. **Review of Income and Wealth, International Association for Research in Income and Wealth**, v. 53, n. 4, p. 585-618, 2007.
- CICCONE, A. Agglomeration effects in Europe. **European Economic Review**, v.46, n. 2, p.213-227, 2002.
- CICCONE, A. & HALL, R. E. Productivity and the density of economic activity. **American Economic Review**, v. 86, n. 1, p. 54-70, 1996.

COMBES, P.; DURATON, G. e GOBILLON, L. Spatial wage disparities: Sorting matters!. *Journal of Urban Economics*, v. 63, p. 723–742, 2008.

DILL, H.C; GONÇALVES, F.O. Índice de Oportunidade no Brasil entre 1999 e 2009: estimação e decomposição através do valor de Shapley. **Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**, v.42, n.2, ago, 187-210, 2012.

DURATON, G. e PUGA, D. Micro-foundations of urban agglomeration economies. **In: HENDERSON, J. V. e THISSE, J. F. (eds.). Handbook of Regional and Urban Economics, V. IV, Elsevier Science Publishers BV, 2063-2117, 2004.**

DWORKIN, R. What is Equality? Part 1: Equality of Welfare; Part 2: Equality of Resources., **Philos. Public Affairs**, v.10, p.185-246; 283-345, 1981.

FALCÃO, N. & SILVEIRA NETO, R. Concentração espacial de capital humano e externalidades: o caso das cidades brasileiras. **In: 35º Encontro Nacional de Economia, Recife - PE. Anais 35º Encontro Nacional de Economia, ANPEC, 2007.**

FERREIRA F. H. G. & GIGNOUX J. **The measurement of inequality of opportunity**: Theory and an application to Latin America. Nova York: World Bank Policy Research WP, n. 4659, 2008.

FIGUEIREDO, E A & SILVA, C . Desigualdade de Oportunidades no Brasil: Uma Decomposição Quantílica Contrafactual. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.1, n.42, 2012.

FONTES, G. G.; SIMÕES, R. F. e OLIVEIRA, A. M. H. C. de . Diferenciais regionais de salário no Brasil, 1991 e 2000: uma aplicação dos modelos hierárquicos. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. Anais do XXXIV Encontro Nacional de Economia, 2006.

GALINARI, R., CROCCO, M., LEMOS, M., BASQUES, M. O efeito de aglomeração sobre os salários industriais: uma aplicação ao caso brasileiro. **Revista de Economia Contemporânea**, V. 11, No. 3, p.391-420, 2007.

GLAESER, E .Cities and skills. **Journal of Labor Economics**, v. 19, n. 2, p. 316-342, 2001.

GLAESER, E. & MARÉ, D. Cities and skills. National Bureau of Economic Research, 1994. (NBER Working Papers, n. 4728).

LEFRANC, A., PISTOLESI, N. & TRANNOY, A. Inequality of opportunities vs. inequality of outcomes: are Western societies all alike? **Review of Income and Wealth**, n.54, p. 513-546, 2008.

MARRERO, G.A. & RODRÍGUEZ, J.G. . Inequality of Opportunity in the U.S.: trends and decomposition. **Research on Economic Inequality**, v. 19, p. 217-46, 2010.

PUGA, D., **The magnitude and causes of agglomeration economies**. Instituto Madrileño de Estudios Avanzados (IMDEA) Ciencias Sociales. Working Papers v. 2009-09, 2009.

RAUSCH, James E. Does History Matter Only When It Matters Little? The Case of City-Industry Location. MIT Press, **The Quarterly Journal of Economics**, v. 108, no. 3, p. 843-67, 1993.

RAWLS, John. **A Theory of Justice**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1971.

ROEMER, John E. **Equality of Opportunity**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.

SAKAKIBARA, M., & PORTER, M. E. Competing at home to win abroad: evidence from Japanese industry. **The Review of Economics and Statistics**, v.83, no. 2, p. 310-322, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. **Inequality Reexamined**. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1992.

SEN, A. Equality of What?. In: MCMURRIN, S. (org.). **Tanner Lectures on Human Values**. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.

SEN, A. **The Idea of Justice**, London, Allen Lane, 2009.

## A PERCEPÇÃO DAS MULHERES QUILOMBOLAS SOBRE OS ESPAÇOS VIVIDOS NAS COMUNIDADES MOURA E BOA VISTA, ORIXIMINÁ-PA: UMA ANÁLISE DE GÊNERO.

**Maria Consuelo Moreira**

Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia de Rondônia – IFRO  
Vilhena - Rondônia

**RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo principal apresentar reflexões acerca das percepções das mulheres quilombolas em relação aos espaços vividos nas Comunidades Moura e Boa Vista, em Oriximiná, Pará. A pesquisa a qual fomentou o desenvolvimento desse artigo deu-se por meio de um trabalho de campo, realizado durante a II Expedição Amazônica ao estado do Pará, promovida pelo Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no período de 22 de julho a 10 de agosto de 2014. Como informantes, contamos com algumas mulheres que residem nas Comunidades Quilombolas de Moura e Boa Vista, Oriximiná-PA. O estudo realizado apontou a existência de vínculos identitários construídos por meio da experiência cotidiana dessas mulheres com o lugar em que vivem. Os sentimentos de afeições e pertencimento apontam o quanto se encontram enraizadas, culturalmente, ao lugar, demonstrado por meio das crenças em suas lendas locais ou por fazer parte dos festejos culturais da comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Geografia Cultural;

Gênero; Percepção.

**ABSTRACT:** The present article has as main objective to present reflections on the perceptions of the quilombola women in relation to the spaces lived in the Moura and Boa Vista Communities, in Oriximiná, Pará. The research that fomented the development of this article occurred through a work of field course, held during the II Amazon Expedition to the state of Pará, promoted by the Graduate Program (Master's) in Geography of the Federal University of Rondônia (UNIR), from July 22 to August 10, 2014. As informants, we have some women who live in the Quilombola communities of Moura and Boa Vista, Oriximiná-PA. The study pointed to the existence of identity bonds built through the daily experience of these women with the place in which they live. The feelings of affection and belonging indicate how deeply they are culturally rooted in the place, demonstrated through the beliefs in their local legends or because they are part of the cultural celebrations of the community.

**KEY-WORDS:** Cultural geography; Gender; Perception.

### 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar reflexões acerca das

percepções das mulheres quilombolas em relação aos espaços vividos nas Comunidades de Moura e Boa Vista, em Oriximiná, estado do Pará. A pesquisa a qual fomentou o desenvolvimento desse artigo deu-se por meio de um trabalho de campo realizado durante a II Expedição Amazônica, esta promovida pelo Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), no período de 22 de julho a 10 de agosto de 2014.

Dessa forma, buscou-se desenvolver uma pesquisa dentro da perspectiva da Geografia Cultural, sob a ótica da análise de gênero, na pretensão de se refletir, sob um aparato teórico/conceitual desenvolvido por geógrafos para conhecer como essas mulheres percebem os espaços em que vivem.

## 2 | DISCUSSÃO

### 2.1 A Geografia Cultural e as abordagens de gênero enquanto categoria de análise: aspectos conceituais

A geografia cultural alicerça-se “no estudo do espaço no âmbito da geografia humanista considerando os sentimentos espaciais e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência” (TUAN, 1979 *Apud* CORRÊA, 2003, p. 30). Portanto, o conceito da categoria *lugar* ganha destaque porque faz parte da percepção e vivência do indivíduo por um longo período de tempo, enquanto o conceito de espaço adquire o significado de espaço vivido, seja individual ou grupal, podendo ser vivido ou experienciado. Para tanto,

O espaço vivido deve, portanto, ser compreendido como um espaço de vida, construído representado pelos atores pelos atores sociais que circulam neste espaço, mas também vivido pelo geógrafo que, para interpretar, precisa penetrar completamente este ambiente. Cada geógrafo deve possuir “sua” região, “seu” espaço, e a proximidade física e afetiva são elementos fundamentais nessa conduta (GOMES, 2005, p. 319).

O espaço de vida faz parte daquilo que é vivenciado pelo indivíduo e dotado de experiências, contudo, o sujeito enseja uma representatividade simbólica naquele espaço vivido, no qual são manifestados por meio de sua percepção.

Bollnow (2008) traz a luz da discussão o conceito de espaço vivido contrapondo-se ao conceito de espaço abstrato abordado pela matemática e física, sendo este espaço matemático mensurável em suas dimensões de fundamental importância para o conhecimento racional e seus mais diversos fins, o espaço vivido encontra-se intimamente relacionado com a vida humana concreta, ou seja, trata-se da relação que surge entre os seres humanos e seu espaço.

Assim, o conceito de espaço nas relações de gênero é importante para as ciências sociais e ao longo do tempo vem ganhando relevância para a geografia e também para os geógrafos, pois surge em um contexto em que há um grande enfoque para a



valorização e humanização do indivíduo, instigando o fortalecimento dos discursos e dos movimentos sociais eclodidos.

Foi o que aconteceu com a geografia feminista, originada a partir da década de 1970 (LOPES, 2013). Esse evento foi o início de reivindicações e lutas pela inclusão e igualdades de direitos na sociedade. As mulheres eram privadas de várias participações em diferentes instâncias da vida pública e civil, sendo que, a partir daí, a igualdade entre os sexos masculino e feminino foram manifestadas, mas foram lutas que foram construídas no decorrer da história. Segundo Lopes (2013, p. 33), “as relações de gênero estão passíveis de serem inseridas, pois fazem parte das relações sociais, sendo cultural e tradicionalmente construídas”.

As interações cotidianas difundidas entre homens e mulheres são caracterizadas por meio de relações de poder, possuindo interesses e aspirações diferenciadas a cada classe e estimulam a construção de novas espacialidades nas condições de gênero. Conforme Claval (1999), cada indivíduo constrói aquilo que lhe é útil, evidenciando ao mesmo tempo semelhanças e diferenças entre indivíduos próximos ou não, através de estudos dos espaços dos homens e do papel das mulheres e da construção cultural dos sexos.

Por conseguinte, nas relações de gênero e na geografia cultural, deve-se considerar o contexto social, pois a dinâmica e o processo estão presentes em cada cultura e, fundamentalmente, em cada realidade. Cada mulher se adequa a sua determinada realidade. Elas possuem certa peculiaridade na sua representatividade simbólica, porque as relações preexistentes manifestadas no espaço são construídas por meio de suas vivências e experiências.

## **2.2 As relações de gênero no contexto da Geografia Cultural**

A discussão assistida no âmbito da ciência geográfica na contemporaneidade sobre as relações de gênero e o papel da mulher na sociedade ainda se encontram muito restrita, mesmo sabendo das inúmeras pesquisas realizadas acerca desta temática. É importante não somente pensar a diferenciação preexistente entre os espaços vividos pelos sexos masculino e feminino, mas promover uma profunda reflexão da condição exercida pela mulher no meio social e as relações de gênero como categoria de análise da geografia.

As interações que se arrolam nesse processo promovem uma segregação socioespacial, tanto no meio rural, como no meio urbano, porém constroem e produzem novas unidades e formas espaciais. A geografia é a ciência das relações sociais, portanto, esta é concebida como uma ciência humanística, palco de múltiplas singularidades e particularidades construtoras novas espacialidades.

Para o aprofundamento dessa temática nos fundamentamos em Yi-Fu Tuan (1976), sendo que o lugar ganha destaque nessa discussão, sendo considerado como um dos conceitos mais importantes da corrente Humanística, juntamente com o de espaço, pois as relações dos sujeitos com seu lugar são percebidas por meio de

experiências e as vivências dos indivíduos que constroem para si múltiplas identidades.

As noções de espaço e lugar surgem como muito importantes para esta tendência geográfica. O lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado no qual está integrado. Ele faz parte do seu mundo, dos seus sentimentos e afeições; é o “centro de significância ou um foco de ação emocional do homem”. O lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas (SOUZA, et. al, 2009, p. 5).

Para os geógrafos humanistas, há extrema necessidade de valorizar as experiências singulares ou grupais dos indivíduos, partindo do pressuposto da forma de sentir das pessoas em relação aos seus lugares.

Essas características apresentadas pela Geografia Humanística estão relacionadas na forma de ser, agir e sentir das pessoas que se encontram enraizadas nos seus lugares. O lugar aqui passa ter tamanho significado para o indivíduo, fazendo parte do seu cotidiano e das suas afeições e sentimentos, culminando em uma identidade de pertencimento.

As relações de gênero, dadas como representações sociais, podem ser avaliadas como categorias que interferem na construção deste, pois homens e mulheres são diferenciados não só biologicamente, mas também culturalmente, fator que implica em diferentes formas para construção de lugares, pois cada um tem a sua percepção de espaço, assim sendo seus comportamentos se tornam diferenciados. Por esse motivo, o estudo das relações de gênero como forma de relações sociais que ocorrem nos espaços sociais se torna uma importante ferramenta de análise para a ciência geográfica. Porém, nesta, ainda há uma invisibilidade dessas abordagens conceituais (LOPES, 2013, p. 27-28).

O estudo das relações de gênero no âmbito da ciência geográfica implica perceber os estereótipos que são construídos historicamente e, principalmente socialmente, pois é importante dar a ênfase para a forma em que está organizado do espaço, fazendo alusão de que os setores não devem ser ocupados somente por pessoas do sexo masculino ou do sexo feminino, mas que tais espaços sejam ocupados de acordo com as relações e necessidades nele manifestado, construtora de identidades representativa e simbólica. As interações devem ocorrer de acordo com a percepção dos indivíduos e com as experiências por eles vivenciadas para a (re)produção do espaço.

O aprofundamento das discussões nas relações de gênero em uma dimensão socioespacial, busca maior equidade social entre os indivíduos do sexo masculino e feminino, além de dar enfoque teórico-metodológico para a construção do papel das mulheres e sua visibilidade no espaço.

### 3 | METODOLOGIA

A referida pesquisa deu-se no local, comunidades quilombolas, no dia 24 de julho de 2014, onde utilizamos entrevistas como instrumentos para a coleta de informações. Como informantes, contou-se com mulheres que residem nas comunidades quilombolas supracitados.

Boa Vista é uma das 31 (trinta e uma) comunidades quilombolas da região de Oriximiná, Estado do Pará. Situada na região do Alto Trombetas, o lugar é recanto de remanescentes de quilombos e guarda na sua memória e nos costumes, a tradição de um povo oriundo de escravos fugitivos que chegaram por essas terras em busca de liberdade. A comunidade Boa Vista, por meio da ARQMO (Associação de Remanescentes de Quilombos de Oriximiná), também deixou a sua marca na história brasileira ao conquistar em 1995 o primeiro título de terra quilombola concedido no país.

A partir de uma abordagem fenomenológica, o indivíduo é entendido no mundo por meio de sua essência e percepção, sendo fundamental valorizar as experiências a fim de organizar o espaço e nele se relacionar. Como informantes, contamos com mulheres quilombolas que residem em Moura e em Boa Vista, Oriximiná-PA.

## 4 | RESULTADOS

### 4.1 Breves Relatos

Aproximar-se das mulheres quilombolas a fim de se obter o que objetivávamos, ou seja, relatos e declarações de suas experiências vividas em seus lugares, era sempre acompanhado de uma certa cautela, sutileza e extremo respeito e importância as suas falas.

A cada conversa, um aprendizado diferente, a cada relato um enriquecedor e mágico momento. Suas falas, seus gestos, suas experiências, nos mostrando um mundo por traz da lente das suas descrições. A riqueza com a qual descrevia sobre o seu espaço vivido, o seu lugar, o seu abrigo, nos enchia de um aprendizado que a academia e os livros ainda não havia nos ensinado.

Segue relatos e depoimentos de algumas mulheres das comunidades Moura e Boa Vista das regiões quilombolas de Oriximiná, Pará.

Entrevistada 1: Comunidade Moura

Elisângela

Tímida, sorriso contido, porém com olhar expressivo e profundamente atento a toda a movimentação do grupo no local. Sempre rodeada pelos seus filhos, Elisângela tem 29 anos é casada e tem 6 filhos. Ela é sobrinha do senhor José, um tipo de líder da Comunidade Moura, porém a mesma com seu esposo e filhos não moram nesta comunidade. Sutilmente fui aproximando-me dela para que pudéssemos ter um diálogo e uma conversa informal e aos poucos ela foi sentindo-se mais à vontade para falar da sua vida, permitindo logo depois me ceder uma entrevista e gravar essa nossa conversa. Com uma voz suave e educada, contou-me que estava na Comunidade Moura passando alguns dias devido as férias dos seus filhos. Conforme sua fala,

somente os dois menores não estudam porque ainda não estavam na idade adequada. Falamos sobre seus estudos, onde a mesma lamentou não ter dado continuidade, a mesma afirma que pretende um dia voltar a sala de aula, para se sentir melhor consigo.

Em sua fala demonstrou muito apego ao lugar onde mora, disse que quando vai à cidade (Oriximiná-PA) logo quer retornar, onde ao ser questionada sobre a possibilidade de ir morar na cidade a mesma afirma seguramente que não tem esse desejo. A sua relação com a floresta demonstra ser muito intensa quando afirma que aprendeu com a mãe e avôs a usar a medicina natural. Diz que quase não leva seus filhos para o hospital de Porto Trombetas (mineradora RIO NORTE), afirma que quando necessita retira das plantas da natureza e lá mesmo onde mora trata das enfermidades dos seus filhos, curando-os assim como os fez os seus antepassados.

Quando me refiro aos medos que ela possa ter em relação ao lugar onde mora, ou seja, dentro da mata, a margem de um rio tão grande, ela não titubeia em afirmar que tem sim medo dos filhos se afogarem no rio, como também teme o boto, principalmente por medo dele virar o barco. Ao falarmos sobre as lendas e mitos que possam existir no lugar, ela afirma que há algumas que são repassadas de pai para filho. Relatou um fato que, conforme a mesma, ocorreu com seu tio. Disse que o seu tio era muito conhecedor da mata e que um certo dia foi “enfeitiçado” pelo curupira, ficando ele perdido em plena selva. Quando pergunto o porquê de isso ter acontecido ela afirma que isso sempre ocorre quando o curupira não gosta da pessoa. Finalizamos nosso caloroso papo com seus filhos sempre próximos a nós e ela já bem mais à vontade e sorridente.

Ao sairmos no barco, emocionei-me ao ver aquela mulher aparentemente frágil, de estatura baixa, porém de uma personalidade forte e segura no que diz, segurando uma criança nos braços e as demais ao seu redor, acenando para nós. Um adeus e uma despedida de um encontro que nos foi de um significado indescritível.

## Entrevistada 2: Comunidade Boa Vista

### Neti

Mulher simpatia, educada e de sorriso largo, mesmo com sua filhinha as vezes chorando no colo, Neti foi extremamente atenciosa, respondendo a todas as perguntas com muita satisfação. Ela é filha do seu Francisco Colé, conhecido como “Seu Colé”, é um artista ribeirinho que mora na Comunidade de Boa Vista, é cantor e compositor e em suas músicas apresenta o regionalismo do lugar, descrevendo sobre os bichos típicos da região como boto, macaco, tamanduá, etc. em sua maioria ao ritmo do carimbó.

Neti nasceu na Comunidade de Boa Vista, onde com orgulho afirma ser a sua comunidade a primeira no Brasil a receber o título de terra quilombola em 1995. Ao perguntar sobre sua relação com o lugar, ela afirma ser muito intensa, “a gente viaja, mas logo volta, até por que nosso parentesco é muito grande, somos quase todos

parentes.” Afirma ela. De acordo com a mesma, a vida agitada e a correria na cidade a incomoda, deixando-a estressada, um dos motivos que a faz gostar tanto do lugar em que ela vive seria justamente a tranquilidade que falta nas cidades. Diz que pretende criar seus filhos na Comunidade, porém deseja que eles estudem e façam faculdade em algum outro lugar.

Quando questionada sobre a vontade que tem de sair de lá, diz que as vezes pensa sim por causa de trabalho, em busca de melhores condições de vida, porém afirma que o Projeto Trombetas da Mineradora Rio Norte dá muita assistência seja educacional e hospitalar para a Comunidade. Ainda se referindo a mineradora, diz que já trabalhou lá e que teve que sair para cuidar dos filhos, mas o esposo dela ainda trabalha como “encarregado de campo”.

Ao falarmos sobre as festividades da Comunidade, Neti diz que na Comunidade há várias atividades culturais ao longo do ano, como danças, teatros, principalmente no mês de novembro quando há comemoração do padroeiro São José, um período de muita festa, alegria e diversão tanto para os adultos como para crianças. Pergunto se ela participa das atividades festivas, ela afirma que sim, dança carimbó, neguinha d’angola e outras danças.

Sobre os medos que assola essa mulher, é mais em relação a proteção dos filhos, como medo de cobras, jacarés e arraias, animais que vivem no rio ou próximos a ele. Relata também sobre os mitos e lendas que o pai dela sempre contava a ela quando criança e que hoje ela repassa para seus filhos, uma forma de preservar e dar continuidade ao seu modo de vida.

### Entrevista 3: Comunidade Boa Vista

\*nome não revelado

A vida as margens dos rios da região amazônica nos surpreende a cada instante, seja por nos depararmos com uma belíssima imagem de uma mulher naturalmente tomando banho em cima de uma tábua no rio ao mesmo tempo em que lava suas louças, seja por observar uma mulher deitada calmamente em sua rede, ao redor com seus três filhos, duas moças e um garoto, vivendo dentro de um barco. O fato me causou muita curiosidade, por se tratar aparentemente de uma situação localmente “normal” para essas pessoas, fui até lá conhecer um pouco mais a vida daquela família.

Por meio de uma conversa informal, fui apresentando-me e informando o que estávamos fazendo na comunidade. Com muita naturalidade deitada em sua rede, foi contando-me o porquê dela e sua família morarem dentro daquele barco. Contou-me que a casa que antes ela e sua família moravam ficava em frente onde o barco estava atracado, disse que é melhor ficar no barco e que já se acostumou a viver dentro dele, é também uma forma de cuidar do barco para não roubarem ou mexerem. Seu esposo estava fazendo uma viagem, afirmando que ele fica muitos dias nessas viagens que faz de barco, em média 15 dias ausente. Pergunto se ela tem medo de ficar sozinha

com os filhos, ela afirma que não, sabe se proteger e proteger aos seus filhos.

Orgulha-se ao falar de sua filha mais velha que faz faculdade em Belém e que sempre nas férias vem visitar a família. Seu desejo é que seus demais filhos também façam uma faculdade e se sigam o exemplo da irmã. Sobre seus medos, afirma seguramente sobre a existência do boto e o quanto ela o teme, principalmente em relação a suas filhas. Relatou vários casos da presença dele entre os seres humanos e pessoas conhecidas, como uma vez que um parente do esposo dela estava em um festejo quando ele e outros companheiros avistaram três “homens” aparentemente estranhos e logo foram de encontro dos mesmos percebendo que se tratavam de botos. Este arremessou seu arpão (de acordo com ela os botos só morrem por meio desse objeto) e conseguiu acertar em um que logo se transformou no animal. Disse ainda que conheceu uma mulher que todas onde todas noites ela “deitava-se” com um boto, referindo-se a ela como uma mulher doente e desfigurada.

Para a mesma o rio é a extensão do seu lar, viver naquele barco é supernormal para aquela mulher de personalidade forte.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que o lugar é dotado de significância afetiva e de significado pelas informantes e que estimula a construção de valores para o indivíduo ou para um grupo de pessoas com o espaço onde vivem, retiram alimento e criam os filhos. Assim, a familiaridade do sujeito no lugar vivido demonstra uma concreta ambientação, articulado por meio de um sistema integrado de ações para a construção do espaço social e simbólico, pois possuem uma identidade de pertencimento e um enraizamento cultural de forma representativa.

Essa ação possui uma representatividade simbólica, pois é no espaço que o homem percebe o mundo, por ser esta a porção do espaço apropriável para a vida, visualizado no cotidiano (o caminhar, as relações de vizinhança, etc.) em que se criam os laços de identidade entre habitante-habitante e habitante-lugar. Assim, os vínculos identitários são construídos a partir da realidade experienciada no seu dia-a-dia.

## REFERÊNCIAS

BOLLNOW, O. F. **O Homem e o Espaço**. Tradução Aloisio Leoni Schmid. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

CHRISTOPOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: DEFEL, 1985.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural: O Estado da Arte. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no espaço**. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 1999.

CORRÊA, R. L. Espaço Um Conceito-Chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. 5. ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil,



2003, 352 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. 5. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

LOPES, L. G. **Vivência Espacial das Mulheres Ribeirinhas, os Espaços Paradoxais do Distrito de NAZARÉ**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Fundação Universidade Federal de Rondônia, Departamento Geografia, Porto Velho-RO, 2013.

MATOS, M. I.; & BORELLI, A. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, C. B.; & PEDRO, J. M. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PROBST, E. R.; & RAMOS, P. **A Evolução na Mulher no Mercado de Trabalho**. Disponível em: <<http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>>. Acesso em: 01 Dez. 2014.

SILVA, J. M. **Um Ensaio Sobre as Potencialidades do Uso do Conceito de Gênero na Análise Geográfica Análise Geográfica**. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2167/1647>>. Acesso em: 02 Dez. 2014.

SIOLI, H. **Amazônia Fundamentos da Ecologia da Maior Região de Florestas Tropicais**. Ed. Vozes Ltda, Rio de Janeiro, 1985.

SOUZA, C. G.; SOUZA, T. A.; SANTOS, F. S.; MENEZES, M. V. **As Principais Correntes do Pensamento Geográfico: Uma Breve Discussão da Categoria de Análise de Lugar**. Centro Científico Conhecer, Goiânia, Enciclopédia Biosfera N.07, 2009, ISSN 1809-058351.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

## A LUTA E RESISTÊNCIA DAS LIDERANÇAS FEMININAS DO MNLM NA OCUPAÇÃO NOVA SANTA MARTA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

### Ana Justina da Fonseca Ziegler

Acadêmica do programa de pós-graduação da  
Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, RS

E-mail de contato: aninha.ziegler-16@hotmail.com

### Benhur Pinós da Costa

Docente do programa de pós-graduação da  
Universidade Federal de Santa Maria.

Santa Maria, RS

E-mail de contato: benpinos@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho aborda o processo de urbanização brasileira que, ocorrido de maneira acelerada e desordenada, foi responsável por problemas urbanos de ordem social e econômica, definidos pela falta ou produção de um planejamento das cidades de maneira desigual e excludente. Em Santa Maria/RS, as ocupações da terra urbana tornaram-se um meio de moradia para os sujeitos que possuíam grandes famílias e precárias condições financeiras. Nessa perspectiva, o papel das mulheres ganha especial destaque e importância para a luta de moradia. O foco deste trabalho está nas quatro lideranças do gênero feminino do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, na Ocupação Nova Santa Marta. Esse texto é fruto de pesquisa de mestrado em andamento. Nossas principais fontes são o trabalho de campo realizado no mês de

maio de 2016, no qual uma liderança feminina respondeu algumas perguntas exploratórias.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ocupação; Mulheres; Militância.

**ABSTRACT:** This work deals with the Brazilian urbanization process, which occurred in an accelerated and disorderly way, was responsible for urban problems of social and economic order, defined by the lack or production of a city planning in an unequal and excluding manner. In Santa Maria/RS, occupations of urban land became the means of housing for individuals with large families and precarious financial conditions. In this perspective, the role of women gains special prominence and importance for the struggle of housing. The focus of this work is on the four female leaders of the National Movement for Struggle for Housing in New Occupation Santa Marta. This text is the result of ongoing master's research. Our main sources are the fieldwork conducted in May 2016, in which a female leadership answered some exploratory questions.

**KEYWORDS:** Occupation; Women; Militancy.

### 1 | O PROBLEMA DA OCUPAÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO URBANO

As políticas habitacionais implementadas

durante a maior parte da História do País, raramente foram voltadas aos segmentos de baixo poder aquisitivo. Em geral, essas políticas acabaram por sempre beneficiar setores mais capitalizados e politicamente influentes. Esse fato levou as pessoas de segmento sociais de baixa renda a terem de ocupar áreas urbanas de forma irregular, enquanto táticas de sobrevivência. Este processo se acentuou a partir da segunda metade do século XX, devido a crescente expulsão dos trabalhadores do espaço rural.

As contradições de nossa urbanização, por outro lado, também levaram a classe trabalhadora a construir movimentos sociais populares urbanos, que, a partir da compreensão da dinâmica de exclusão social vigente, se organizaram para lutar pela reversão desse quadro de marginalização. Ao realizar ocupações, pautando direitos e reivindicando políticas públicas específicas à democracia urbana, esses setores postergados, articulados a projetos de luta pela igualdade política e distribuição de renda, defendem a bandeira da Reforma Urbana e do Direito à Cidade.

Embora a urbanização se dê praticamente no século XX, sob o regime republicano, as raízes coloniais calçadas no patrimonialismo e nas relações de favor, no mando coronelista, estão presentes nesse processo. Reina uma confusão em torno da questão fundiária e dos limites das propriedades em todos os municípios brasileiros. A terra é um nó no campo e também na cidade, já que a legislação é ineficaz quando contraria a interesses de proprietários imobiliários ou quando envolvem direitos sociais (MARICATO, 2000, p.150).

No Brasil, a luta pela chamada “reforma urbana” nasceu do abismo que divide os espaços (às vezes contíguos) reservados aos ricos e aos pobres em nossas cidades. Segundo (Maricato1997), o Movimento pela Reforma Urbana surgiu “de iniciativas de setores da igreja católica, como a CPT - Comissão Pastoral da Terra”, que se dedicava à assessoria da luta dos trabalhadores no campo e passou, a partir de uma primeira reunião realizada no Rio de Janeiro, no final dos anos 1970, a promover encontros destinados a “auxiliar a construção de uma entidade que assessorasse os movimentos urbanos”.

Santa Maria, de acordo com BOLFE (1997), é uma cidade marcada pela especulação imobiliária. Esse processo ocorreu de maneira muito intensa, no início dos anos de 1990, ante a negação de seus direitos básicos, como emprego, moradia, alimentação, saúde.

Organizadas junto ao Movimento Nacional de luta pela Moradia (MNLM), 36 famílias ocuparam uma área que não cumpria com sua função social: a antiga Fazenda Santa Marta. Essa ocupação ocorreu no dia 7 de dezembro de 1991. De acordo com Duguit (1975), significa que uma propriedade que a propriedade não tem mais um caráter absoluto e intangível e que o proprietário, pelo fato de possuir uma riqueza (propriedade), deve cumprir uma função social. Seus direitos de proprietário só estarão protegidos se ele cultivar a terra ou se não permitir a ruína de sua casa, caso contrário será legítima a intervenção do Estado no sentido de obrigar o cumprimento de sua função social.

A ocupação Nova Santa Marta representou um marco para as lutas de

democratização da terra urbana na cidade de Santa Maria e no Estado do Rio Grande do Sul. Para as famílias que ocuparam, isso representou trilhar um espaço vivido pautado na luta pelo direito à moradia e à melhores condições de vida relativo à reivindicação de serviços públicos urbanos de qualidade. Desobedecendo o poder público, a ocupação resistiu e se consolidou, crescendo cada vez mais, assim como algumas problemáticas intrínsecas a esse processo: ou seja, estar em uma ocupação significa que se está fora do espaço formal da cidade e, assim, sob os olhos de políticas públicas conservadoras, não se tem o direito aos serviços que são típicos das formas e funções urbanas.

De acordo com Campos Filho (1999), as políticas populares de ocupações urbanas se configuram como lutas de acesso social à terra urbana e moradia, porém são vistas pelo poder público como uma afronta ao acesso da terra dada pelo mercado. Comprar um lote de terra urbano é a condição jurídica hegemônica de formalidade da propriedade da terra. Isso coloca o acesso à moradia condicionada ao poder de compra e aos benefícios dos segmentos sociais de classes mais altas. Para Harvey (2005), a terra urbana se transforma em um valor de troca e é acessível aqueles que possuem capitais adequados ao tal consumo. A terra torna-se escassa na medida em que as populações urbanas crescem e estão assoladas pela desigualdade social. Como ponta do processo, a terra escassa adquire muito valor e se transforma em poupança segura às classes médias urbanas. Comprar terras significa investir com seguridade em situações sociais de flutuação e insegurança econômica.

Isso representa a especulação imobiliária que torna concentrada a terra nos poderes de segmentos sociais mais altos e escassa para segmentos sociais mais baixos. Em virtude deste processo, geram-se os conflitos urbanos entre classes sociais referente ao acesso desigual à terra e a moradia. Tais conflitos geram as ocupações. Por outro lado, o Estado, servindo primordialmente ao capital, desobriga-se de investir em serviços urbanos às terras ocupadas por aqueles que não tem capacidade de comprá-las ou pagar aluguel. Gera-se, assim, para aqueles que ocupam, um cotidiano de lutas contra à defasagem sobre as próprias condições do que representa morar na cidade: ter benefícios de pavimentação, saneamento básico, escolas, transporte, saúde e segurança.

Além disso, disseminam-se discursos conservadores sobre aqueles que estão no espaço ocupado. Como forma de defesa da condição capitalista de acesso ao solo urbano, classes médias e altas, mantendo o poder sobre as representações do espaço a partir do controle das mídias, significam as ocupações e quem habita nelas como invasões estabelecidas por marginais e criminosos. Dessa forma, estar em uma ocupação é ser assolado pela falta de condições adequadas de vida na cidade e ser qualificado como um sujeito criminoso. É por estas razões, que a vida em uma ocupação é um processo diário de luta. Tais lutas são travadas todos os dias por tais sujeitos em todas as esferas dos fazeres cotidianos, mas, também, incentivam a formas de organização mais planejadas, como a origem dos movimentos sociais

urbanos que aqui temos como exemplo o MNLM.

A área de estudo é a ocupação Nova Santa Marta, localizada na Zona Oeste da cidade. Atualmente, é um dos maiores bairros de Santa Maria- RS: possui uma área de 2.0714 km<sup>2</sup> e, conforme o IBGE (2010), a população é de 12.720 habitantes. A Nova Santa Marta é uma das maiores ocupações irregulares no Estado do Rio Grande do Sul. A história política de seus habitantes e a complexidade que envolve a produção deste espaço, o torna desafiador para um projeto de pesquisa e de extensão. Para um jovem habitante deste bairro, tem-se o sentimento negativo de habitar um espaço representado como irregular, o que o afasta dos projetos de lutas organizadas dos movimentos sociais que o fundaram. Para uma mulher, em uma sociedade tradicionalmente machista, ser de uma ocupação representa um elemento à mais na vivência de um cotidiano desigual e excludente. Nosso interesse é entender esta condição de ser mulher na ocupação Nova Santa Marta, que compreende relações singulares com o espaço ocupado e com as lutas e reivindicações sociais sobre a legalização da moradia e a infraestrutura urbana.

As mulheres da periferia enfrentam os desafios que se insurgem dentro da problemática de gênero e de luta de classes. É importante e necessário que as mulheres, principalmente as periféricas, deixem de formar parte do segmento invisível da sociedade e comecem a ser reconhecidas pelo resto da população. A relação das experiências vividas pelas mulheres no espaço urbano e em seu cotidiano deve ser levada em conta no cerne das pautas do movimento nacional de luta pela moradia, no qual as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho são ainda majoritariamente patriarcais.

A divisão sexual do trabalho não é um conceito novo: por muito tempo etnólogos usaram tal expressão para se referir à repartição complementar das tarefas entre homens e mulheres nas mais diversas sociedades estudadas. Porém, as antropólogas feministas ressignificaram tal conceito, “demonstrando que ela traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres” (KERGOAT, 2000, p. 1).

Dessa forma, nosso objetivo principal é entender o papel protagonista das mulheres na construção espacial e social do cotidiano da ocupação Nova Santa Marta. Assim, a pergunta principal que baliza a pesquisa é: “Como se insere a mulher e quais suas perspectivas na construção de contradições espaciais no Movimento Nacional de Luta pela Moradia na ocupação Nova Santa Marta em Santa Maria – RS? ”.

## **2 | AS RELAÇÕES DE GÊNERO ENVOLVENDO A OCUPAÇÃO NOVA SANTA MARTA NA CIDADE DE SANTA MARIA/RS**

As relações de gênero são estruturadoras do espaço de ocupação urbana do bairro Nova Santa Marta e do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia. Em primeiro lugar, o ser mulher está condicionado a um espaço social organizado

historicamente por relações de ordem patriarcal (SAFFIOTI, 1996), que impõe um machismo institucionalizado perante as relações sociais. Neste sentido, todo e qualquer movimento de resistência sobre determinada condição subalterna, tem-se o sujeito feminino como um elemento interseccional (CRENSHAW, 2002) que duplica tal condição marginal. Uma mulher habitante de uma ocupação urbana, enfrenta no seu cotidiano o peso dos papéis femininos a se desempenhar e da subalternidade em relação ao masculino. Uma mulher que se propõe lutar junto a um movimento social, que reivindica a democracia urbana para acesso à moradia, tem como atravessamento a sua própria condição de mulher frente aos domínios do masculino. A condição de habitação em um espaço irregular, que desobriga o Estado ao provimento de serviços urbanos, é duplamente sentida para as mulheres deste espaço em suas múltiplas jornadas como trabalhadoras e provedoras da casa.

Por esta situação, ser mulher em uma periferia urbana irregular representa um duplo atravessamento de desigualdades sociais daquelas que atingem os homens. As reivindicações femininas são de outras ordens em relação àquelas masculinas. Por outro lado, mesmo mantendo a duplicidade da marginalização social em tal espaço, as mulheres são, geralmente, menos ouvidas do que os homens, que acabam por tomar as posições de lideranças e de poder de fala frente aos movimentos sociais.

A compreensão dos aspectos culturais que envolvem a dominação do patriarcado-racismo-capitalismo perpassa a definição de gênero, que vai além da diferenciação dos sexos, pois consideramos que “gênero é a produção social e a construção cultural do sexo biológico, como representação da imagem do poder relacional do homem e da mulher na sociedade” (SAFFIOTI, 1996, p.48). Quando se consegue ter voz nos espaços cotidianos, há uma motivação pela busca de ser considerada como uma cidadã de uma sociedade na qual ainda persiste essa imposição de quem e como se deve ser. Nessa relação de espaço, a mulher sofre várias contradições quando os sujeitos se identificam com a luta, a causa vai além de qualquer ideologia, quando o outro se coloca no lugar do oprimido.

Entende-se que mulheres e homens sofrem com a falta de serviços públicos, como saúde, moradia e educação nas ocupações. Porém, a mulher, de forma específica, sofre mais que o homem. É importante destacar que em muitas famílias elas são as chefes, tanto pelo fato de não possuírem um companheiro, quanto pelo fato de serem elas as provedoras econômicas da família. As mulheres sofrem mais que os homens nos longos percursos de ônibus, pois, além do aperto, sofrem abuso sexual. Sofrem mais que o homem em contextos educacionais, uma vez que elas são quem cuidam da vida escolar dos filhos. Sofrem mais também na questão da saúde pública, pois, precisam utilizar desse serviço para questões ginecológicas. Sofrem mais quando os filhos morrem ou entram para o tráfico de drogas, ou ao subir a rua escura, já que seu maior medo não é o assalto, mas o estupro.

Apesar de estarmos no século XXI, as inúmeras discussões sobre a “natureza” ou “essência” das coisas continuam a persistir, independentemente de nossa



capacidade de direcionar, variavelmente, as sociedades e culturas, organizações sociais, institucionais, comportamentais. Continuamos a buscar explicações para o nosso comportamento na essência na sociedade. Na perspectiva de Beauvoir, a demarcação da diferença dos sexos não precede a interpretação daquela diferença, mas essa demarcação é um ato interpretativo carregado de pressupostos normativos sobre um sistema binário de gêneros.

Ser um sujeito soberano e único no meio de um universo de objetos, eis o que ele (o indivíduo) compartilha com todos os seus semelhantes; a seu turno objeto para os outros, ele nada mais é, na coletividade de que depende, que um indivíduo. Desde que há homens e que eles vivem, todos experimentaram essa trágica ambiguidade de sua condição; mas desde que há filósofos e que eles pensam, a maioria deles tentou mascará-la. (BEAUVOIR, 1980, p. 10).

O “machismo” ainda, infelizmente, está presente em nossa sociedade. Entretanto, o cotidiano brasileiro revela que a identidade feminina está conquistando, cada vez mais, o seu espaço social em busca do seu fortalecimento de pertencimento e visibilidade. As lideranças femininas da ocupação são aquelas que, depois de oito horas de trabalho e horas no transporte público, ainda passam roupa e ninam o bebê, que vão até o posto de saúde atrás de remédios e para agendar consultas para muitos meses depois. Essas mulheres são ainda são operárias, empreendedoras, manicures, estudantes, costureiras, professoras, empregadas domésticas, são esposas, mães, irmãs, primas, tias, comadres, vizinhas. Majoritariamente, são pobres, pretas, brancas, periféricas.

Conforme afirma Castells (1999), a presença da mulher é muito importante para as lutas dos movimentos urbanos. Contudo, é problemático quando acaba se centralizando a visibilidade da liderança do movimento nos homens.

A subjetividade feminina quanto a experiências de luta é uma dimensão reveladora do processo de construção social de novas identidades coletivas através de conflitos urbanos. Os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 tornaram visíveis e perceptíveis as diferentes identidades coletivas de segmentos das classes populares. As mulheres faziam parte da produção social dessa nova identidade coletiva partindo de suas bases territoriais diárias transformadas em bases para a ação coletiva. Elas conferiram ao processo de construção da identidade coletiva a marca dos múltiplos significados, motivações e expectativas do gênero feminino, um conjunto complexo de significados encontrados nos movimentos urbanos. Mesmo quando as questões de gênero não são explícitas e quando seus quadros constitutivos são mistos e os homens assumem a liderança como símbolos (CASTELLS, 1999, p. 223).

Na História, os movimentos de resistência e luta dos trabalhadores tomam conteúdos distintos e formas específicas, gerando tipos de coletividades distintas, que ora combinam-se, ora distinguem-se ou confrontam-se em relação ao processo de exploração/opressão. A dificuldade está na construção de uma “unidade” de classe que fortaleça os trabalhadores/as na luta hegemônica contra o capital e a sociedade burguesa. As mulheres através de suas lutas vêm conquistando seus espaços, e nestas lutas não se incluem apenas as questões específicas da condição da mulher no

ambiente social, mas todos os desafios pelos quais passa a sociedade atual, porque entende-se que a independência da mulher é a condição básica para uma sociedade mais justa.

As intenções de articular a ocupação urbana Nova Santa Marta com lutas femininas sempre se basearam no alcance de condições de igualdade, mas a própria organização política era baseada em um modelo masculino e de poder patriarcal. Percebe-se, assim, que o sujeito universal masculino sempre esteve à frente da arena de decisões, sejam elas políticas, sociais ou domésticas.

Ocorre que desde as sociedades pré-capitalistas, as mulheres participavam do sistema produtivo, embora jurídica, social e politicamente estivessem as mulheres em condição inferior ao homem. De acordo com Saffioti (2004), “enquanto a produtividade do trabalho é baixa (isto é, enquanto o processo de criação da riqueza social é extremamente lento), não se impõe à sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo”.

Para entender este processo é necessário compreender a relação de ocupação do espaço, sobre a forma de exclusão social dentro da lógica do sistema capitalista de apropriação. Conforme sublinha Maricato (2000), no Brasil, grande parte da população concentra-se em morros, várzeas ou mesmo planícies, espaços em que a pobreza é homogênea, áreas que deveriam ser preservadas.

Cabe ressaltar que ações do governo, redução dos investimentos habitacionais, fragilidade ou ausência das políticas urbanas, fundiária ou habitacional e dos instrumentos de intervenção urbana tem contribuído para a manutenção de um quadro urbano marcado por conflitos entre modernização, exclusão e desigualdades.

A intensidade e as características da urbanização em todo o mundo geraram dois grandes problemas nesse final de século: a questão urbana e a questão ambiental, seja da cidade ou do campo, é problema antigo e sempre existiu na história da humanidade. O que é novo, neste final de século, é a intensidade dos processos de degradação ambiental que acompanham a urbanização, resultando em crescente vulnerabilidade das cidades, problema agravado pela intensidade da concentração urbana (BONDUKI, 1996, p. 28).

A falta de alternativas de moradia popular e de lotes urbanos a preços acessíveis, principalmente nas grandes cidades, e conseqüentemente em cidades de médio porte, força grupos mais pobres da população a ocupar ilegalmente espaços impróprios para assentamentos. Espaços impróprios, como encostas íngremes, várzeas inundáveis, beira de rios e cursos d'água, áreas de proteção de mananciais, áreas de risco para o tipo de moradia precária dessa população, risco agravado pela ausência de infraestrutura.

Quando as mulheres conseguem ter voz nos espaços cotidianos, há uma motivação pela busca de ser considerada como uma cidadã de uma sociedade na qual ainda persiste essa imposição de quem e como se deve ser. Nessa relação de espaço, a mulher sofre várias contradições quando os sujeitos se identificam com a luta. A causa vai além de qualquer ideologia, quando o outro se coloca no lugar do oprimido.

As ações coletivas femininas são pouco estudadas pela academia e ineficazmente consideradas pelas políticas públicas de nosso país. Estes foram os motivos que muniram a proposição dessa pesquisa. O relato de Nilda Marlize Ribeiro, Representante Estadual do RS do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia, apresenta que essas contradições espaciais e sociais são presentes na ocupação da Nova Santa Marta:

(...)eu acho que a diferença além construir outras alternativas no coletivo as mulheres têm uma forma diferente de tocar uma ocupação, elas têm mais sensibilidade, elas conseguem ver diferente dos homens. Os homens no geral se preocupam na constituição da ocupação mas não se preocupam não tão detalhadamente de como se organiza aquela ocupação no sentido que todos tenham o conhecimento os fatos que todos consigam ter acesso a saúde e informação, escola estrutura, as mulheres fazem a ocupação fluir pois quanto se tem que mediar os conflitos que ocorrem dentro da Nova Santa Marta. A estrutura diferenciada naturalmente já é diferenciada normalmente as mulheres tem que cuidar da casa, dos filhos e as vezes do marido e da militância. Infelizmente ainda somos oprimidas e os homens ainda são os que menos fazem a parte prática e coletiva dentro de casa. (Relato de Nilda Marlize Ribeiro, Representante Estadual do MNLM no RS).

A participação das mulheres nas ocupações sempre teve um grande papel, pois muitas dessas mulheres são chefes da família e tiveram muita coragem de enfrentar chuva, fome e a repressão da polícia, vivendo de baixo da lona por muito tempo. Atualmente, são, ao total, quatro ocupações do MNLM no município, nas quais existe uma forte representação de mulheres ativistas do movimento.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre regulamentação fundiária é complexo pois é empregado em sua estrutura real a um interesse político e estratégico que acaba por não beneficiar os movimentos sociais urbanos. Temos de ser realistas, os movimentos sociais não se pautam em somente ocupações de terrenos e prédios. As ocupações surgem como resposta a uma forma de pressão, haja vista que sua maior preocupação é garantir o direito à cidade para todos os cidadãos, bem como o cumprimento da legislação brasileira. Apesar dos avanços conseguidos, muitos desses cidadãos não possuem os básicos direitos da cidade assegurados, pois os acessos e as oportunidades a eles continuam a ser regidos de acordo com as leis do mercado. Os moradores da ocupação Nova Santa Marta estão esperando há 27 anos a regulamentação de seus terrenos, assim como um saneamento básico de qualidade, uma mobilidade urbana digna e espaços de lazer para a juventude. Essa situação se agrava com governos conservadores que dizem aplicar o Estatuto da Cidade, mas não o fazem, descumprindo a legislação.

Podemos ainda afirmar que as pessoas de periferia são utilizadas como uma mão de obra barata para o desenvolvimento da cidade de Santa Maria – RS. As mulheres, no caso da Nova Santa Marta, se deslocam de suas residências diariamente para trabalhar como empregadas domésticas, dentre tantas outras funções. Elas, muitas

vezes, são vistas como apenas serviçais. Por outro lado, elas são discriminadas pelo resto da sociedade elitizada, uma vez que inúmeras mulheres da ocupação são negras e sofrem preconceitos em seus empregos, e mesmo até abusos verbais. As lutas femininas da periferia são de grande importância, pois o espaço de resistência está presente em seu cotidiano desde o momento de seu nascimento.

No caso de Santa Maria – RS, o espaço urbano não difere da maioria das cidades brasileiras. A cidade possui um aumento das ocupações desorganizadas em locais de proteção ambiental ou áreas de risco. Em relação a outras ocupações em outras cidades do Estado do Rio Grande do Sul, a ocupação Nova Santa Marta se traduz por uma história de luta por benefícios e serviços urbanos há muito tempo. Tantos anos de reivindicações ainda não foram suficientes para se alcançar a produção de um espaço social digno de habitação. Percebemos uma história de desatenção e violência pública em relação a esta população, nos sucessivos governos da cidade. Quando comparamos os limitados avanços de décadas de luta das lideranças do MNLM da Nova Santa Marta em relação a outras ocupações localizadas em cidades como a de Porta Alegre, percebemos que a governabilidade do município de Santa Maria, no decorrer do tempo, se demonstrou extremamente conservadora e prestativa as necessidades de produção capitalista do solo urbano, em detrimento a uma política séria de democratização do solo urbano. Por esta evidência, concluímos o teor conservador das políticas urbanas para esta cidade, que inviabiliza a conquista dos direitos civis para população de segmentos sociais de baixa renda. Sabemos, assim, da importância destas lideranças, em especial as mulheres do MNLM, para a debate sobre a democracia do acesso à terra urbana neste contexto da cidade de Santa Maria.

Dessa forma, percebemos que o maior problema, certamente, não foi ocupar, mas manter uma organização com a rápida expansão e crescimento populacional em tão curto período de tempo. O MNLM tem tentado articular o direito à moradia e à condição digna de se viver em uma cidade que discrimina o espaço conquistado com muita luta. A ocupação da Nova Santa Marta foi composta por homens e mulheres, contudo, muitas mulheres que ajudaram e atualmente estão na construção dessa ocupação ainda são invisíveis, devido ao sistema patriarcal que se instala em todos os espaços do cotidiano.

Estamos vivendo em uma sociedade cujos valores sociais básicos ao cidadão estão em crise, as relações sociais são injustas. Muitos sofrem condições de exploração e poucos participam das decisões do seu próprio espaço. Além disso, quando pensamos na relação de gênero dentro da ocupação na Nova Santa Marta, não temos a noção da diversidade de necessidades que o mesmo espaço causa aos moradores. A luta por igualdade e o direito a uma vida digna na cidade é diária. Cada cidadão que mora na ocupação é um sujeito único, contudo, sua participação efetiva para o desenvolvimento não seria possível se não existisse o mínimo de união. Queremos dar voz à história das mulheres militantes do MNLM que foram importantes

para que esse espaço fosse minimamente realizado em coletivo real.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v.I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOLFE, S. A. **Expansão Urbana de Santa Maria,RS: uma avaliação da adequabilidade do uso do solo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 156p. Universidade de São Paulo, SP, 1997.

BONDUKI, Nabil (org.). **Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 1996.

CAMPOS Filho, C. M. **Cidades brasileiras: seu controle ou o caos**. São Paulo: Studio Nobel.4.1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura - v. 1**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Ano 10. Florianópolis: primeiro semestre, 2002

DUGUIT, Leon. **Las transformaciones del Derecho Publico y Privado**. Buenos Aires: Editorial Heliasta S.R.L., 1975.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo. Annablume, 2005.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo**. In: Dictionnaire critique du féminisme. Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 2000.

MARICATO, E. 1997. “ **Reforma Urbana: Limites e Possibilidades. Uma Trajetória**”. Ribeiro, Luiz César de Queiroz e Orlando Alves dos Santos Jr. ( orgs). Globalização, Fragmentos e Reforma Urbana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 309-325.

MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2º ed. 2000.

SAFFIOTI, H. I.B. **Violência de Gênero no Brasil: Conceitos versus Dados**, CD da SBPC 48. 1996.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres**. In G. Venturini, M. Recaman, & S. Oliveira (Orgs.), A mulher brasileira nos espaços público e privado (pp. 43-59). São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo. 2004.

## TERRITÓRIO E GÊNERO NO CERRADO GOIANO: OS SABERES TRADICIONAIS DAS MULHERES CERRADEIRAS E SUAS RESISTÊNCIAS DIANTE DA EXPANSÃO CAPITALISTA

### **Josie Melissa Acelo Agrícola**

Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí  
Universidade Estadual de Goiás – Campus Jataí  
Jataí - GO

### **Evandro César Clemente**

Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí  
Jataí - GO

### **Nestor Persio Alvim Agrícola**

Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí  
Jataí - GO

**RESUMO:** A principal inquietação deste trabalho é analisar como as mulheres que vivem no e do Cerrado desenvolvem, em seu cotidiano, saberes e fazeres elaborados na tradição camponesa em sua interação com o meio físico, no caso o Cerrado Utilizando-se de algumas técnicas como entrevista, Narrativa de Vida, Mapa Mental e observação das práticas desenvolvidas em sua rotina diária, investigamos uma mulher Cerradeira que vive no meio urbano de um município da Mesorregião Sul Goiano, visando identificar esses saberes e fazeres, suas origens, as formas como são transmitidos para outras gerações e ainda apreendermos os sentimentos de pertencimento ao Cerrado e de empoderamento da sujeita pesquisada. A mulher investigada possui vivências, interesses, experiências e relacionamento construídos a

partir da interação estreita com o bioma Cerrado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saberes e fazeres tradicionais; Bioma Cerrado; Mulheres Cerradeiras

**ABSTRACT:** The main concern of this work is to analyze how the women living in the Cerrado and, in their daily lives, develop knowledge and practices elaborated in the peasant tradition in their interaction with the physical environment, in this case the Cerrado. Using some techniques such as interviews, Life Narrative, Mental Map and observation of the practices developed in her daily routine, we investigated a Cerradeira woman living in the urban environment of a municipality of the South Goian Meso-region, in order to identify these knowledge and actions, their origins, the ways they are transmitted to others Generations and also to seize the feelings of belonging to the Cerrado and the empowerment of the researched subject. The woman investigated has experiences, interests, experiences and relationships built from the close interaction with the Cerrado biome.

**KEY-WORDS:** Traditional Knowledge and Practices; Cerrado biome; Cerradeira Woman.



## 1 | INTRODUÇÃO

Áspera como a cortiça que envolve os troncos retorcidos dos arbustos *Cerradeiros*, é a própria historicidade que constituiu os povos tradicionais que habitam e se territorializaram sobre o bioma de Cerrado (SANTOS; MENDONÇA, 2009, p. 04).

Historicamente, o Brasil teve seu campo marcado pelo predomínio da grande propriedade, monocultura de exportação e trabalho escravo. Políticas públicas com foco no pequeno produtor de base familiar foram quase inexistentes. Os recursos governamentais sempre foram direcionados para os grandes produtores, sobretudo para a agricultura exportadora e para culturas que servem de matérias primas para a agroindústria. A partir dos anos 1970, a expansão do padrão produtivo capitalista nas áreas do Cerrado levou famílias a deixarem o campo para se instalarem nas cidades.

Tal processo se deu de modo bastante pronunciado na Mesorregião Geográfica do Sul Goiano, que apresenta forte presença de agroindústrias, da produção capitalista de grãos e cana de açúcar e criação de gado bovino. Porém, é possível verificar a luta de trabalhadores rurais e camponeses para retornar à terra por meio das ocupações de terra e observar algumas práticas camponesas em simbiose com o rural e com o bioma Cerrado na periferia das cidades e, claro, nos assentamentos já instalados.

Assim, os denominados povos Cerradeiros seguem (re)criando/(re)inventando estratégias, práticas e costumes que se estruturam e se fundamentam nas tradições culturais construídas e realizadas na interação com os elementos do Cerrado e que, apesar da expansão da agricultura capitalista, ainda são mantidas e utilizadas nas rotinas diárias dessas famílias. Esses conhecimentos integram o quadro geral de saberes e fazeres socialmente desenvolvidos, sendo as mulheres de fundamental importância para a manutenção dessas tradições e transmissão destes, uma vez que esses saberes são tradicionalmente reproduzidos e praticados no interior e nos arredores das residências, na esfera familiar.

O Cerrado constitui-se numa fração do território que abriga atividades que utilizam dos elementos que ele fornece para a produção de alimentos, artesanatos, remédios, práticas de rezas e curas, criação de animais e festas religiosas. Refletir sobre os saberes e fazeres das mulheres do Cerrado, seus cuidados com a terra, a busca por sua soberania e empoderamento, a manutenção dos conhecimentos e práticas culturais, mesmo diante do sistema capitalista, fortalece sua relação com o bioma, divulga a importância desses conhecimentos e promove condições de alcance do empoderamento dessas mulheres, historicamente marginalizadas e reprimidas pela comunidade e pela família tradicionalmente patriarcal.

## 2 | O CERRADO TERRITÓRIO: TRABALHO E MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

O conceito de território e suas derivações, no sentido da morfologia da palavra, (territorializar, territorialidades, territorialização) são utilizados em diversas ciências.

São inúmeras as dis/concordâncias entre os variados autores que trazem os conceitos à tona.

Segundo Haesbaert (2002), o conceito de território é bastante utilizado na geografia e em outras ciências, especialmente aquelas que relacionam populações tradicionais e sua proximidade com o espaço e a natureza. Ao pensar em território, imediatamente se imagina espaço, porém, a relação entre o espaço e a apropriação social é necessária. Seguindo ainda com a tentativa de elucidar o que compreende território, Porto Gonçalves (2002) afirma que território não é somente um espaço com recursos naturais e uma população. O autor afirma que esses elementos constituem o Estado. Para ele, território é uma categoria.

Para Mazzetto Silva (2006), o território é um espaço geográfico apropriado e essa apropriação representa a territorialização de uma população, que, a partir do momento em que se enseja identidades, criam territorialidades. Essa tríade território-territorialidade-territorialização é, segundo o autor, dinâmica e mutável, materializando-se, em cada momento, uma nova ordem.

A sociedade se territorializa sendo o território sua condição de existência material [...] os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido, só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é ao mesmo tempo simbólica (PORTO GONÇALVES, 2002, p. 11).

Para Augé (1994), os lugares são não lugares na medida que eles são apenas suporte da exploração mercantil. Milton Santos (2002, p. 10) corrobora esse posicionamento ao afirmar que:

O território é o chão mais a identidade, a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, o território é o ajuntamento do trabalho, o lugar das residências, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Esse sentimento de pertencimento ao território, que reafirma nosso posicionamento de que os povos Cerradeiros foram expropriados e não desterritorializados de suas terras. Seguiremos na pesquisa referida com a intenção de investigar a mulher Cerradeira em sua residência urbana e sua interação com o Cerrado.

### **3 | MULHERES CERRADEIRAS E SABERES NO TERRITÓRIO CERRADO**

Refletir sobre os saberes e fazeres das mulheres do Cerrado, seus cuidados com a terra, a busca por sua soberania e empoderamento, a manutenção dos conhecimentos e práticas culturais, mesmo diante do sistema capitalista, fortalece sua relação com o bioma, divulga a importância desses conhecimentos e promove condições de alcance do empoderamento dessas atrizes, historicamente marginalizadas e reprimidas pela comunidade e pela família tradicionalmente patriarcal.

Mendonça (2004, p. 325) considera que:

[...] Povos Cerradeiros não é o atributo de quem nasce nas áreas de Cerrado, ou seja, não é um “atributo do território”. A condição de ser cerradeiro implica na

compreensão da relação simbiótica do ser social com a natureza, como um ser uno, sem estabelecer as dicotomias e os dualismos impostos pela racionalidade iluminista e mais tarde científica.

O modo de produção hegemônico vigente, o capitalismo, busca produzir estritamente mercadoria, esteriliza a terra, distancia a mulher dos seus conhecimentos, de sua relação com a terra, como também de sua capacidade criativa e afetiva, tendendo a torná-la assalariada, seja no campo ou na cidade. O desafio deste trabalho é encontrar no território do Cerrado brasileiro, mulheres que resistem e desempenham suas práticas tradicionais, culturais e materiais de reprodução sociocultural da vida e da família, quais práticas desempenham, qual o significado dessas atividades para elas, seja do ponto de vista social, cultural, afetivo e econômico.

Até a primeira metade do século XX, o Cerrado carecia de interesse econômico e estético. Somente a partir da década de 1930 iniciou-se no Brasil a concretização de Políticas Públicas voltadas para a expansão da fronteira agrícola e o crescimento do povoamento no Planalto Central Brasileiro. O Cerrado começa a entrar na arena de discussão e interesse nacional (LIMA; CHAVEIRO, 2010, p. 75).

Essa inserção no cenário nacional provocou ainda mais os olhares gananciosos que, munidos de tecnologia, capital, incentivos governamentais promoveram a retração do Cerrado, levando a agricultura capitalista para terras da Floresta Amazônica.

Sob o olhar (des)atento de sucessivos governos e até mesmo dos pesquisadores, o Cerrado tem se tornado um território do ponto de vista literal e simbólico: Ser-ra-do. Nele, todo o potencial existente tem sido objeto de uma captura pela ótica política, social, econômica e cultural. Capitalizado e territorializado e, contraditoriamente reverenciado, o Cerrado tem se tornado pano de fundo de discursos ambientais, paisagísticos, gastronômicos, dentre outros (LIMA; CHAVEIRO, 2010, p. 77).

O trabalho feminino no campo, muitas vezes não é visto como uma atividade que gera riqueza. O trabalho das mulheres camponesas não aparece e nem é valorizado como o dos homens. Em sua grande maioria, não são elas que vão à cidade negociar a produção ou aos bancos definir linhas de créditos, porém, além do trabalho doméstico, sua participação no plantio e na colheita é sempre bastante efetiva, além dos cuidados com as hortas, pequenos animais, como porcos e galinhas, o plantio de ervas medicinais, o extrativismo e o artesanato que geram renda extra, cuidados e subsistência (SALES, 2007).

O sentimento da mulher Cerradeira para com o território Cerrado não é de ter, de possuir o Cerrado, e sim de ser. Esse ser do Cerrado que justifica não uma desterritorialização dessas mulheres quando são expulsas do meio rural e vão para as cidades, e sim uma expropriação, uma vez que ao perder a posse da terra, ainda resta nelas o sentimento de pertencimento, não de que o Cerrado a elas pertence, e sim de que elas são do Cerrado. Para Lima e Chaveiro (2010, p. 79), “Esse contexto nos lembra que o movimento rumo as cidades deu-se num tempo não tão distante, mas seu fluxo contínuo aponta que o modelo de desenvolvimento adotado no país territorializa o capital no campo e os sujeitos na cidade”.

Os saberes e fazeres das mulheres Cerradeiras são adaptados por anos

de observação e conhecimentos da natureza. São práticas que se adaptam e se redesenham conforme as necessidades.

Entende-se que qualquer estudo e/ou pesquisa que abordar este tema terá que considerar a importância da construção de uma leitura do Cerrado a partir do material e do imaterial, considerando as práticas socioculturais como fundantes no processo de apropriação do espaço e, conseqüentemente, na produção dos territórios (MENDONÇA; PELÁ, 2010, p. 02).

As aberturas de novas terras e a agricultura capitalista extinguiram milhares de povos Cerradeiros, pela fome, doenças e até mesmo assassinatos. Tribos indígenas inteiras foram exterminadas, restando a este trabalho de pesquisa o resgate das histórias e rotinas tradicionais das mulheres Cerradeiras e sua divulgação como tentativa de minimizar, ainda que timidamente, a dívida que nos cabe.

#### 4 | MULHER CERRADEIRA: NARRATIVAS DE UMA HISTÓRIA DE VIDA

A partir de relatos de uma história de vida, contada por Dona Livertina, apelidada de “Dona Preta”, por ser a mais negra das irmãs, de registros de fotografias de sua rotina diária e de fragmentos de uma entrevista realizada, temos a seguir o que podemos considerar um retrato de uma mulher Cerradeira, de 92 anos, ainda cheia de vida e de histórias pra contar.

Nascida e criada no interior de Goiás, foi proprietária de pequena porção de terras nessa região. Desde criança, aprendeu com sua mãe e tias os saberes tradicionais. Fazer remédios com ervas nativas do Cerrado. Criar animais para alimentação. Rezas e partos. São Saberes e Fazeres que ela não pôde passar para suas gerações descendentes pois estes não quiseram aprender. Mas, ela, sobrevivendo com a pouca estrutura que tinha, PORÉM, com esses conhecimentos adquiridos, criou seus nove filhos, utilizando dos saberes e da pouca terra que possuía.

Dona Preta aponta com orgulho cada plantinha que tem no espaço apertado do quintal onde ela cultiva as ervas medicinais. Questionada sobre as plantas cultivadas e a confecção dos chás e remédios, ela nos relatou:



uai, eu planto, assim remédio de horta, eu planto.

Eu planto artelã. Puejo, deixa eu ver... erva cidreira... deixa eu ver o que mais que eu tenho plantado... sabugueiro eu já falei né? Sabugueiro, erva cidreira, puejo, artelã

Eu faço os chá.

ah, isso aí, minha fia, é fácil demais. Cê panha o ramo, põe lá na caçarola frevê, põe um pouquinho de açúcar. Ai cê põe, se quiser por um azeitim. Se for pra criança né? Se quiser por uns pinguim de azeite cê põe. E bãoooo, a criança pode tá doente o tanto que tivê, se cê fizê um chazim desse e por uns pinguim de azeite, no outro dia ele amanhece bãozim.

Fotografia 1 – Dona Preta aponta para suas ervas em um estreito pedaço de terra

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Autora: Josie Melissa Acelo Agrícola

Do outro lado do terreno não pode plantar nada, segundo ela, porque as galinhas comem tudo. Mas ela diz que ali tem as plantas mais importantes para os chás e também para benzer crianças quando precisa. Indagada sobre como aprendeu a usar cada planta, ela conta como adquiriu este conhecimento:

É porque de certo é a entiguidade, né? Porque eu sou das antigas... né? deve ser, porque oceis hoje, muitos remédios, ceis num sabe pra que que vale, né?

Ahhhhh eu sei de tudo minha fia. Faz um chazim de folha de laranja, cê põe uns pinguim de azeite, dá pra uma criança... uma hortelã...

Pergunto a ela se ela ainda cria animais para alimentação, e ela se recorda do passado de faturas em que morava no meio rural.

Não, agora não crio mais não. Lá entra enxurrada. Já aconteceu de chegar 6 galinha. 03 morta e 03 do pescoço espichado, porque entrou enxurrada. Porque a água num tem jeito de sair pra lá por causa do muro. Aí eu larguei de mão de criar.

Josie: Mas, a senhora já criou muita galinha, né?

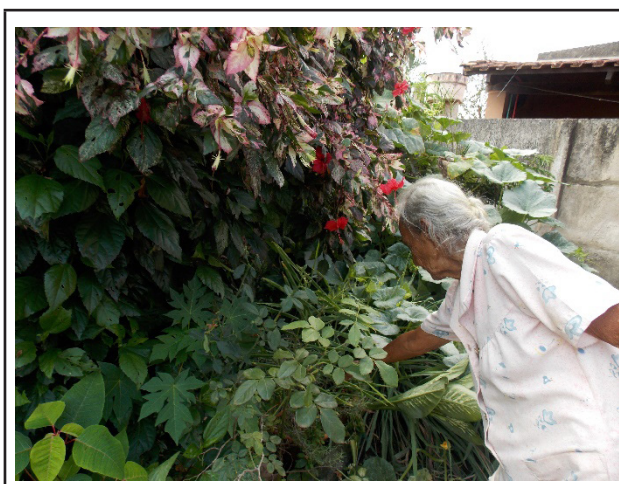
iiii já criei muita galinha.

eu criava, as vezes assim, 12 franguim numa galinha só. 10, 08, 06, mas menos eu não gostava de deixar, porque acupa o tempo da galinha né e não dá resurtado.

Porco eu já mixi com porco também. Já criei porco.

Nas roças né? Iii criava porco, engordava aqueles capadão assim...

Orgulhosa, ela nos contou como faz o azeite que coloca nos chás:



o azeite serve pra muita coisa. Nossa, o azeite... só que não usa mais tomá o azeite. Usa nem fazer.

A gente panha as mamona, põe lá no terreiro até ela arreventá. Depois que ela arreventa, cê pega ela e cata ela bem catadinha, torra ela, e soca no pilão. Aí cê põe uma caçarola com água no fogo, e põe aquela pelota de massa na caçarola sabe? Aí ela vai esquentando a água e vai subindo o azeite pra cima.

Aí a gente espera a água secá. Na hora que sobrá só a borra, o azeite fica por cima. Aí cê pega a caçarola vai com uma colher assim e tira o azeite puurinho, minha fia. Ai você já pode tirar ele e por numa vasilha pra cê poder por numa garrafa.

Fotografia 2 – Dona Preta mostra as ervas que possui em seu quintal.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Autora: Josie Melissa Acelo Agrícola

Quando pergunto a ela se ela tem a prática de benzer, ela se entristece e diz:



Agora o povo nem num traz criança pra gente benzê mais, né? Parece que não tem minino de benzê mais. Mas já benzi demais de quebrante. Só uma benção que nunca aprendi fazer: vento virado.



A minha mãe num me ensinou, né? A benzê de vento virado. Benzê de vento virado, pega, vira os pezim dos bichim e faz uma cruz lá na porta, sabe? Três vezes.

Ah o quebrante é muito simples, né? O quebrante cê panha 3 ramim verde, e reza Crê em Deus Pai, Padre Nosso e uma Ave maria e pronto.

Foi minha mãe.

Ela era benzedeira. Minha mãe benzia de quebrante, zipela, cobreiro, vento virado.

Fotografia 3 – Dona Preta mostra com as mãos como faz com os pés da criança para benzer de vento virado.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Autora: Josie Melissa Acelo Agrícola

Ela reclama que já não consegue cuidar de tudo. Que fica sujo e ela não aguenta mais varrer, abaixar e pegar peso como antes. Segundo ela, o terreno que não é dela, é de uma filha, que recebe propostas de venda toda hora, porque é muito bem localizado. Ela diz que a filha não vende, mas que ela já não faz mais o que gostaria de fazer, que ali já criou muita galinha, agora não cria mais.



Fotografia 4 – A vista cansada alcança o quintal.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Autora: Josie Melissa Acelo Agrícola



Na hora de fazer o mapa mental, D. Preta reclama e diz que não quer fazer. Segundo ela, nunca pegou numa caneta, nunca foi à escola. Indagada de como fazia com as letras e números, ela diz que sabe qual número é muito e qual é pouco. Ela afirma que sabe pelas idades dela, dos filhos e netos, quem tem muita idade e quem tem pouca.

Em seu mapa mental, D. Preta indica o “barracão” onde mora atualmente e nele insere algumas plantas, que segundo ela são boas para curar gripe, dor de garganta e essa “doraiada” no corpo que as gripes dão. Fui indicando pra ela trocar as cores dos giz de cera, mostrando, em um papel de rascunho, que tinha o verde e o vermelho para as plantas e para pintar as flores do Beijo que ela disse que estava desenhando. Ela trocou as cores, mas logo parou de desenhar. Disse que não gosta de lápis e caneta.



Fotografia 5 – Dona Preta realizando seu mapa mental.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Autora: Josie Melissa Acelo Agrícola

Pergunto a ela quantos filhos ela tem e essa conta ela faz nos próprios dedos, quando sua face se entristece e ela conta do filho que perdeu com 16 anos.

Netos e bisnetos ela não sabe fazer a conta, mas abre o sorriso pra contar de sua tataraneta. E orgulhosa repete a frase abaixo e me explica seu significado, dizendo que sua neta já tem uma neta.

E eu já posso falar: minha neta dê cá sua neta.

Sobre os partos e parteiras, ela viaja contando de um dos partos que teve e também que sua mãe era experiente parteira.

*Eu só criei em casa. E foi minha saúde, minha fia. Os doutor hoje fala pra mim que a minha riqueza foi eu criá os fio todos em casa. Nunca tomei uma injeção pá criá os fio não, mas quase murria. Você já sofreu dor de Parto?*

*eeeeee minha fia, uma dor de parto, diz que é a dor da morte,*

*Tinha parteira. Uma parteira e minha mãe. Minha mãe era parteira das boa, né. Aí ela cansou do tanto que eu sofri. Ela cansou de cuidar de mim e arrumou uma tal pra cuidar de mim lá. Ajudar o neném a nascer né?*

*Eu nunca quis aprender a fazer parto. Ah, eu tenho muita dó. O sofrimento de uma coitada que vai cria normal em casa, é sofrimento demais. E ocê não sabe se aquele neném tá *direitim* lá dento, né? Agora aquelas assistente prática, sabe. Elas virá o *mininu dentro da gente, minha fia. Vira um remelexo na barriga da gente de jeito que se o mininu tive com a cabeça pra cá, elas virá o mininu com a cabeça pra baixo. Ele nasce certim com a cabeça.**

Perguntei a ela se ela se acha forte, guerreira e ela disse que sim, que lutou demais e venceu muita coisa. Que passou por muita coisa difícil nessa vida.

Ela conta que no passado morava longe da cidade e os recursos eram poucos, mas naquela época ela se sentia mais proprietária do seu pequeno terreno e empoderada, ao contrário de hoje que se sente agredida e privada de seu próprio querer. Ao contrário do passado de Dona preta e seu modo de vida artesanal, o modelo de produção o vigente, busca produzir estritamente mercadoria, esteriliza a terra, distancia a mulher dos seus conhecimentos, de sua relação com esta, como também de sua capacidade criativa e afetiva.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Povo Cerradeiro, Mulher Cerradeira. Povo julgado, estereotipado, expropriado. De suas terras para terras sem terras. De suas casas para casas sem terras. De suas plantações para moitas entre pedras. De seu Cerrado para sua vida Serrada.

Revolução industrial, sistema econômico capitalista, agronegócio, desenvolvimento sustentável, revolução verde, exploração dos recursos naturais e no fim dessa corrente “pró-progresso” a exclusão social e extinção de saberes e fazeres tradicionais do Cerrado. Não há outra forma de ultimar esse texto pelo que tem mostrado a história. Observa-se o fim ou o início do fim de uma forma de relação entre o empregado e o empregador, entre o produtor e o “semi-escravo” trabalhador, entre o lavrador e o grande latifundiário, e mais, entre a cultura e a tradição e seu personagem principal e se faz necessário a busca por formas de relação que se façam sustentáveis. Não, pela simples ideia de que é uma mudança social, mas sim uma mudança de comportamento necessária e urgente à manutenção de uma forma racional de uso da natureza.

Entre sofrimentos, aprendizado e luta esse povo existiu e resistiu, até que o capital insistiu. Algumas famílias vivem ainda entre chapadões e vales, outras estão na cidade entre cimento e carros. Em alguns a tradição se foi, junto com a alegria de viver entre cheiros e sombras. Em outros a tradição persiste, talvez não com tantas alegrias, mas com boas lembranças. Falar com Dona Preta e assistir a um filme antigo. Seus olhos pequenos, coberto por uma pele branca fixam-se em um ponto e o que se percebe é que somente seu corpo está ali. Sua mente viaja para um passado que foi

feliz e com suas próprias palavras diz “farturento” indicando que depois dali muita falta passou.

Fica a reflexão e o medo de que se perpetue o refrão de Geraldo Vandré: “pelos campos a fome, em grandes plantações.”

## REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc.. **Não-lugares**. Campinas: Papirus, 1994.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de Território para Entender a Desterritorialização**. In: Território Territórios. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, p. 17 a 38. 2002.

LIMA, Sélvia Carneiro de; CHAVEIRO, Eguimar. **O Cerrado Goiano sob Múltiplas Dimensões: um território perpassado por conflitos**. Espaço em Revista. UFG. vol. 12 nº 2 jul/dez. 2010 páginas: 66 – 83.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **Os Cerrados e a sustentabilidade: Territorialidades em Tensão**. 2006. Tese. (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental. Universidade Federal Fluminense – RJ, 2006.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura do capital e do trabalho no capital do Sudoeste goiano**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós- Graduação em Geografia - UNESP - Presidente Prudente - SP, 2004.

MENDONÇA, Marcelo Mendonça; PELÁ, Márcia; Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). **Cerrados: perspectivas e olhares**. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. (2002). **Da Geografia às Geo-grafias: um Mundo em busca de novas territorialidades**. In: CECEÑA, Ana Esther e SADER, Emir (coords.). La Guerra Infinita: hegemonia y terror mundial. Buenos Aires: CLACSO. 2002.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Estudos Feministas. Florianópolis, p. 437-443, ago. 2007. **Território e Dinheiro**. In: **Território Territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, p. 9 a 15.

SANTOS, Rodrigo dos; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **Antes de tudo um forte: a existência e (re) existência dos povos Cerradeiros frente as tramas do capital**. Niteroi-RJ. 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Rodrigo%20dos%20Santos.pdf>> Acesso em 28 de maio de 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: EdUSP, 2002

## “É A ÁGUA DO RIO QUE A GENTE USA PRA TUDO”: AS MULHERES RIBEIRINHAS DA COMUNIDADE DE NAZARÉ-RO E A RELAÇÃO COM AS ÁGUAS DO RIO MADEIRA

**Rúbia Elza Martins de Sousa**

Universidade Federal de Goiás, Instituto de  
Estudos Socioambientais - IESA

Goiânia – Goiás

**Rita de Cássia Evangelista dos Santos**

Instituto Federal de Educação Ciência e  
Tecnologia da Bahia – IFBA

Barreira - Bahia

**RESUMO:** Nas comunidades ribeirinhas observa-se estreita relação entre as mulheres e o rio, sendo este importante elemento natural que está vinculado aos elementos culturais que constituem o modo de vida. Este trabalho é parte da pesquisa de doutoramento que está sendo desenvolvida na comunidade ribeirinha de Nazaré, localizada na região do Baixo Madeira, há aproximadamente 120 km do município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia. O objetivo deste artigo é identificar como o Rio Madeira está relacionado ao modo de vida e à configuração do lugar das mulheres desta comunidade. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, com observação participante e entrevista. Diante das análises e observações realizadas em Nazaré, consideramos que o Rio Madeira está intimamente relacionado à configuração do lugar, estruturando a sociabilidade cotidiana e o modo de vida das mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Rio Madeira; mulheres ribeirinhas; modo de vida.

**ABSTRACT:** In the riverside communities there is a close relationship between women and the river, and this important natural element is linked to the cultural elements that constitute the way of life. This work is part of the PhD research that is being developed in the riverside community of Nazaré, located in the region of Baixo Madeira, approximately 120 km from the city of Porto Velho, capital of the State of Rondônia. The objective of this article is to identify how the Madeira River is related to the way of life and the place's configuration of this community's women. The used methodological procedures were, bibliographical research, field research, with participant observation and interview. In front of the analysis and observations made in Nazaré, we consider that the Madeira River is closely related to the place's configuration, structuring the daily sociability and the women's way of life.

**KEY-WORDS:** Madeira River; riverside women; way of life.

### 1 | INTRODUÇÃO

Para as comunidades ribeirinhas amazônicas o rio é considerado um elemento

natural fundamental na constituição da cultura, configurando o lugar como espaço de vida que é simbolicamente delimitado e estreitamente ligado às experiências destes indivíduos.

Neste sentido, em específico para as mulheres ribeirinhas, o rio é repleto de significados, possuindo estreito vínculo com o cotidiano e modo de vida local, visto que é essencial ao desenvolvimento dos afazeres domésticos, da atividade agrícola, do lazer, da subsistência da família, de forma que dá sentido ao ser e ao existir no interior das terras amazônicas.

A relação dessas mulheres com as águas do rio revela os sentidos e as formas de ser viver no espaço tradicional ribeirinho, sendo o rio considerado fonte de vida e de significados que se organizam em torno de profundos sentimentos de intimidade.

Este trabalho é parte da pesquisa de doutoramento que vem sendo desenvolvida na comunidade ribeirinha de Nazaré, localizada na margem esquerda do Rio Madeira, na região do Baixo Madeira, há aproximadamente 120 km do município de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia.

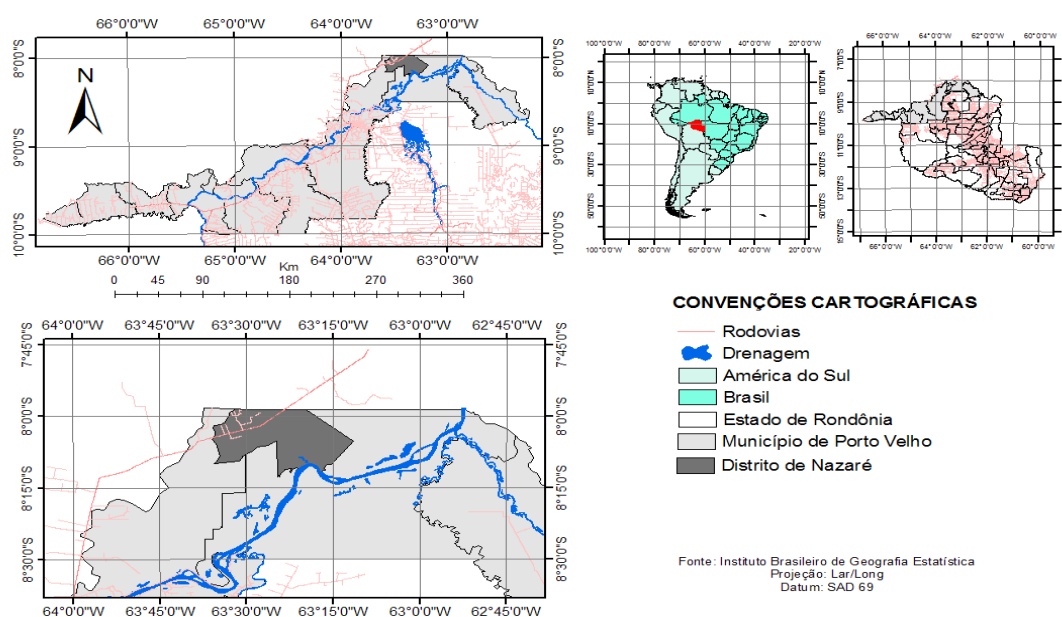


Figura 1 - Localização da comunidade de Nazaré

Fonte: IBGE - Org. CRUZ, L. M (2013).

Temos como objetivo neste artigo identificar como o Rio Madeira está relacionado ao modo de vida e à configuração do lugar das mulheres desta comunidade.

Metodologicamente a pesquisa se constitui de caráter qualitativo e os procedimentos metodológicos utilizados foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com observação participante e entrevista com quatro mulheres. Salienta-se que o critério de seleção destas mulheres se deu mediante o tempo de moradia na comunidade.

Diante da compreensão de que o Rio Madeira, é um elemento natural que, para

além de um componente da paisagem, é considerado fonte de vida é que nossa reflexão enfocará duas questões centrais, sendo a primeira voltada a analisar o Rio Madeira como importante componente do lugar, e a segunda buscará refletir sobre o modo de vida destas mulheres e sua relação com as águas do rio.

## 2 | O RIO COMO IMPORTANTE COMPONENTE DO LUGAR

As comunidades ribeirinhas organizam o seu modo de vida de acordo com o movimento das vazantes e das cheias dos rios, possuindo uma forma própria de organizar o lugar. As estratégias de sobrevivência dos(as) ribeirinhos(as) não estão baseadas apenas na terra como elemento físico que propicia o subsídio material para família, mas também na água com fonte de sustento e receptáculo de vida.

Agra (2015) ao estudar comunidades ribeirinhas amazônicas, faz a seguinte afirmação:

[...] os sentidos desses seres humanos amazônicos, além de dar à água um espaço privilegiado, também permitem, por meio de suas memórias e sua identidade, apreciar o seu mundo vivido e fazer do espaço de vivência cercado de água o seu lugar (AGRA, 2015, p.187).

O rio é um elemento presente na configuração dos sujeitos e no tecido social destas comunidades, tornando o espaço ribeirinho diferenciado em relação aos demais que estão situados no meio rural, pois configura-se de modo distinto, devido às formas de apropriação e utilização do espaço e dos recursos que o compõem.

Para Tocantins (1973, p. 280) o rio e o ser humano “[...] são os dois mais ativos agentes da Geografia Humana da Amazônia. O rio enchendo a vida [...] de motivações psicológicas, o rio imprimindo à sociedade rumos e tendências, criando tipos característicos na vida regional”.

Nas comunidades ribeirinhas amazônicas é possível identificar um sentimento topofílico que une o rio aos seres humanos em um movimento dialético que permeia a cultura, as ações cotidianas, as relações sociais e a relação com a própria natureza. Tuan (2012), ao discutir o termo topofilia apresenta-o como um vínculo físico e emocional do lugar, no sentido de que este é um “repositório de lembranças” que gera familiaridade e, por conseguinte, afeição.

Neste sentido, entendemos que a topofilia, enquanto conceito difuso e radicado na experiência da pessoa com o lugar, reflete as formas pelas quais o ser humano se relaciona e responde ao meio, seja por apreciação visual, contato corporal e/ou por sentimentos de familiaridade. No caso específico deste estudo, a topofilia se expressa no vínculo afetivo e na relação de dependência das comunidades ribeirinhas em relação ao rio.

Este elo simbólico e topofílico que conecta o rio às comunidades ribeirinhas está tanto no campo físico-espacial, pois este é um elemento da paisagem natural fundamental para o transporte nessa região, como no campo social, pois de acordo



com Cruz (2007, p. 26) o rio “[...] é o meio e a mediação das tramas e dos dramas sociais que constituem o modo de vida ribeirinho com seus saberes, fazeres e sociabilidades cotidianas”.

O movimento do rio segue um ritmo obediente às estações do ano, com tempo certo de chegar. É diante desta dinâmica regular que os ribeirinhos criaram estratégias de adaptação a esta realidade. Os mecanismos estratégicos instituídos por uma forma de saber-fazer ligada ao tempo/espaço regula o calendário agrícola local, assim como o cronograma anual dos festejos que celebram a cultura e a religiosidade ribeirinha.

Esse espaço das águas, dos fluxos de cheias e vazantes permeia o sentido que a comunidade dá ao ser/estar no mundo, a partir desta forte identificação com os elementos naturais que compõe o lugar, em especial, o rio, como elemento que é fonte essencial que traz vitalidade e dinamismo à vida.

É deste entendimento de que a água do rio é fonte de vida para essas comunidades é que compreendemos sua importância para as mulheres ribeirinhas como fonte de significado para sua existência, articulando elementos e características espaciais que estão intimamente ligados ao modo de vida que tradicionalmente foi concebido e estruturado neste espaço.

### **3 | MODO DE VIDA DAS MULHERES E A RELAÇÃO COM O RIO MADEIRA**

O mundo vivido das mulheres da comunidade de Nazaré, assim como grande parte das mulheres que vivem no espaço rural, ainda é marcado pelo patriarcalismo e pelo empenho nas atividades agrícolas, mas, as ribeirinhas possuem peculiaridades que as diferenciam das demais mulheres que vivem no campo e, estas estão ligadas, à presença do rio, como importante componente do lugar.

O rio, segundo Cruz (2007) é visto como um espaço físico-natural que concentra uma série de funções que ora manifestam-se de forma materializada, ora como produtor de elementos subjetivos que povoam o imaginário ribeirinho.

A relação destas mulheres com rio é expressa por meio de uma “geograficidade” que revela os sentidos do viver no espaço ribeirinho, sendo este marcado por enfrentamentos, desafios diários e, resiliência. É neste cenário onde os elementos naturais se imbricam com as experiências sociais, que as ribeirinhas dão significado à sua existência no mundo.

Como outrora mencionado, Nazaré localiza-se às margens do Rio Madeira, sendo que à margem direita está o Córrego chamado Boca do Furo, limitando os territórios da comunidade de Nazaré e Boa Vitória e, adentro da comunidade, encontra-se outro Córrego que recebe o nome de Cura Ressaca.

Na comunidade estudada há água encanada em quase todas as residências, porém, muito embora a água seja um recurso abundante na localidade, os moradores já há alguns anos enfrentam dificuldades de acesso à água devidamente tratada para o consumo e utilização doméstica. Este problema em parte foi resolvido com a

instalação de uma rede de captação de água.

Atualmente a dificuldade consiste no fato de que essa rede de captação implantada não foi suficiente para atender a comunidade de modo adequado, visto que não abastece as residências com a quantidade necessária, além do fato de que não há uma rede de tratamento que trate a água para consumo. Deste modo, é comum que em algum(uns) momento(s) do dia as famílias fiquem sem acesso à água encanada e, utilizem água mineral para beber ou façam o uso de componentes químicos para tratar as impurezas, fato apresentado na fala de uma das entrevistadas:

[...] é a água do rio que a gente usa pra tudo, a gente não tem água tratada, [...] nós temos água encanada entre aspas, mas a água do jeito que ela vem do igarapé ela vai direto pras casas, em casa, no domicílio cada um faz o seu tratamento, inclusive tem gente que nem trata, entendeu? Manda direto pra cima e aquele barro e pronto! E a água do rio tu sabe ela é muito barrenta, muito suja e tem gente que usa assim mesmo, inclusive até para cozinhar. Aqui em casa não, aqui em casa a gente decanta ela na caixa embaixo, coloca sulfato de alumínio aí depois coloca pra cima, pra caixa de cima pra poder limpar ela, ao menos tirar um pouco do barro (JAQUELINE, agosto, 2016).

Durante nossa vivência junto à comunidade, seja na estadia em pousadas ou nas casas dos(as) residentes locais, fomos alertados(as) para a necessidade de economizar durante os banhos e demais atividades que necessitassem da água, visto que o uso demasiado poderia prejudicar outras pessoas, que porventura, necessitassem utilizá-la. O paradoxo abundância-escassez é uma realidade vivida cotidianamente em Nazaré, pois a água enquanto elemento abundante na paisagem ribeirinha ao ser captada e levada às residências torna-se escassa.

Para as mulheres ribeirinhas de Nazaré o rio se apresenta como importante elemento da experiência cotidiana, uma vez que traz marcas simbólicas que constituem uma espacialidade específica.

O patriarcalismo ainda é uma realidade presente em Nazaré, dado o enraizamento dos valores que sustentam este sistema social nesta comunidade. Deste modo, as mulheres são as responsáveis pelo cuidado dos filhos, bem como pelos afazeres domésticos, enquanto os homens são identificados como aqueles que provêm o sustento material para o lar. Sendo assim, identificamos que associado às atividades domésticas e cuidado com os filhos, o rio aparece como fator de importância na vida destas mulheres, pois é um dos mais relevantes recursos que possibilita a realização destes afazeres, fazendo parte, portanto, de suas experiências cotidianas.

O rio, contudo, se apresenta como importante na vivência destas mulheres, no que tange aos afazeres domésticos, pois em Nazaré toda água utilizada para a realização de tais tarefas é proveniente do rio, como retratado na fala da colaboradora da pesquisa. Afazeres como lavar roupa, louças, a limpeza da casa e a cocção das refeições diárias são atividades que se realizam diariamente.

Assim, entendemos que a água do rio traz para estas mulheres uma conotação cultural/funcional. Propomos estes dois eixos estruturantes apenas para fins analíticos,

pois compreendemos que na realidade empírica eles não estão dissociados, mas sim imbricados em um conjunto de práticas e experiências espaciais.

A dimensão cultural a que nos referimos, neste contexto específico, está relacionada à atribuição das tarefas domésticas às mulheres, como princípio que organiza e constitui a dinâmica cultural do espaço tradicional ribeirinho, uma vez que este está carregado de princípios que são ditados a partir da lógica patriarcal, sendo esta, segundo Saffioti (2015), apoiada em um sistema hierárquico de relação que apresenta uma estrutura de poder baseada em uma ideologia.

O aspecto funcional, também denominado por Cruz (2006), como “práticas espaciais materiais”, por sua vez, fundamenta-se na materialização do Rio Madeira com um elemento essencial à manutenção das famílias. O rio, neste contexto, se constitui como recurso, no sentido de função voltada à sua importância e ampla influência na execução das atividades no âmbito doméstico.

Consideramos que, especificamente, esta significação cultural/funcional do Rio Madeira para as mulheres não é vivenciada e experienciada pelos homens, visto que as funções domésticas não fazem parte do cotidiano e nem mesmo são notadas como tarefas que possuem relevância no contexto espacial. Assim sendo, para estes essa atribuição dada ao rio não tem significado e não faz sentido por não fazer parte de suas experiências diárias.

Durante nosso tempo de estudo na comunidade identificamos que outro aspecto que apresenta a estreita relação do Rio Madeira com o modo de vida das mulheres de Nazaré esta na atividade pesqueira. Na comunidade esta é praticada em grande parte pelos homens, mas as mulheres também a praticam como atividade associada ao lazer, de forma que é comum ouvir narrativas de mulheres que dizem estar cansadas da lida diária e na busca por conter o cansaço encontram na pesca uma forma de revitalização da força física e mental.

Nascimento Silva (2004, p.36) corrobora essa constatação que fizemos na comunidade pesquisada ao afirmar que:

A responsabilidade da pesca é sempre do chefe de família, ou do filho mais velho (quando adulto); quando as mulheres e as crianças pescam é apenas para o consumo, sempre próximo da casa, nas margens dos rios, lagos ou igarapés, geralmente usam o caniço ou linhada e raramente aventuram-se a águas perigosas que são as profundas ou as que possuem banzeiro.

De fato, como a autora supracitada afirma, as mulheres com as quais tivemos contato nos afirmaram que pescam em áreas próximas a comunidade, pois o distanciamento torna-se perigoso. Algumas delas afirmaram que utilizam a canoa para deslocar-se para áreas onde há maior incidência de peixe, mas normamente não o fazem sozinhas, sempre há uma companheira de pesca que as acompanha, inclusive uma das entrevistadas afirmou que – antes de ficar doente – havia parado de pescar, pois sua companheira mudou-se para outra localidade.

Dona Nazaré, uma das senhoras que tivemos a oportunidade de conhecer no

início de 2012 e revê-la em 2015, nos contou sobre sua companheira de pesca, dona Francisca, vizinha de lote. Segundo Nazaré, em momentos de estresse e cansaço, as duas se deslocavam em sua canoa a locais próximos a comunidade para juntas pescarem. Percebe-se que os laços de amizade entre as mulheres tem estreito vínculo com as águas do Rio Madeira como espaço de lazer e convívio.

Associado ao desenvolvimento da pesca como lazer está o fato de que esta atividade é considerada de suma importância para a subsistência familiar, uma vez que a dieta alimentar dos(as) ribeirinhos(as) é baseada na carne do peixe. Assim, as mulheres enquanto encontram na pesca um subterfúgio de recreação e pausa nas ocupações domésticas e agrícolas, também a reconhecem com fonte de sustento para a família.

Diante desta questão, uma de nossas entrevistadas ao ser questionada quanto à prática da pesca e, se as mulheres da comunidade a realizam, deu a seguinte resposta: “Pesco, pesco [...] elas pescam também, tem muitas que gostam de pescar” (MARGARIDA, agosto, 2016). Questionamos ainda se as mulheres pescam para comercialização e segundo a narrativa de dona Margarida algumas delas pescam para “ajudar” o marido, como pode ser observado nesta fala: “[...] tem umas que ainda pesca, mas isso é algumas que ajudam o marido né, algumas, a maioria é só pra comer mesmo”.

Outra de nossas entrevistadas devido a sérios problemas de saúde não tem realizado diversas atividades, inclusive as domésticas, mas ainda assim no decorrer de nossa conversa questionamos se ela pescava em período anterior ao seu problema de saúde e, ela nos respondeu que “pescava muito” e que a atividade estava relacionada ao lazer, como pode ser verificado em sua fala: “De lazer, não, era mais era esporte mesmo, mais era lazer. Pescar e faze o caldinho pa nós tomar ”(JAQUELINE, agosto, 2016).

Em pesquisa realizada em Nazaré, Lopes (2013) afirma que entre as mulheres entrevistadas – o universo desta pesquisa foram onze mulheres – 29% apresentaram a pesca como profissão, sendo que destas algumas – não foi dado número exato na pesquisa – têm carteira profissional da pesca que foi tirada na própria localidade a partir da atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA – por meio do Programa Nacional da Trabalhadora Rural – PNDTR. Mas, diante das narrativas obtidas durante as entrevistas e, das análises realizadas, esta pesquisadora chegou à conclusão que mesmo com a carteira de pesca as mulheres não atuam nesta profissão, pois dedicam grande parte do seu tempo as atividades domésticas, encontrando na pesca apenas uma atividade de lazer.

É possível identificar que mesmo que a prática da pesca para a maior parte das mulheres não se direcione a fins econômicos, elas se identificam como pescadoras, pois mesmo que a atividade se constitua como lazer, elas provêm o alimento para a família.

Verifica-se, desta forma, que a pesca é uma atividade que faz parte do cotidiano

das mulheres na comunidade pesquisada, constituindo-se elemento fundamental do modo de vida local, além de exprimir a conexão topofílica com as águas do Rio Madeira.

As mulheres de Nazaré, além da atividade doméstica, também lidam com a produção agrícola, indo para o campo desempenhar atividades de plantio e colheita, além de, em alguns casos, também serem as responsáveis pelo beneficiamento dos produtos agrícolas produzidos na comunidade.

Deste modo, encontramos depoimentos de mulheres que junto ao marido se empenham na lavoura, como demonstrado nesta fala colhida durante uma das entrevistas: “[...] a gente trabalhava na agricultura né [ela e o esposo], sempre a gente criou nossos filhos trabalhando, fazer quinem meu marido, na roça mesmo! No duro! Eu ia pra roça [...] Eu consegui minha aposentadoria como agricultora [...] (FÁTIMA, agosto, 2016)”.

É no contexto da atividade agrícola que identificamos outra questão que permeia o vínculo estabelecido entre as águas do Rio Madeira e o modo de vida das mulheres estudadas. Embora esta atividade esteja intimamente ligada a terra, em Nazaré a fertilidade do solo é atribuída à água, como está indicado na narrativa de uma entrevistada:

[...] tudo que você planta aqui nessa terra aqui dá, negócio de verdura, só se você não quiser plantar, então um significado muito bom pra nós, quem é beradeiro né, que mora aqui no interior. Você planta maxixe dá, você planta tomate dá, tudo que você planta dá e, nós ir pra dentro de uma terra firme você não vai ter esse privilégio né, que é diferente a terra lá [...] (FÁTIMA, agosto, 2016).

Diante da fala acima, constatamos que a prática da agricultura também possui conexão com o Rio Madeira, visto que, como apresentado, é por meio deste que o solo da comunidade é considerado fértil, fato que favorece a produção de culturas agrícolas.

Outro fator que deve ser mencionado é que um dos principais produtos agrícolas cultivados em Nazaré é a melancia e, esta é plantada à margem do Rio Madeira, pois segundo os(as) moradores(as) da comunidade, essa cultura necessita de irrigação e, como estão em um ambiente privilegiado pela abundância de água, utilizam parte da beira-rio para a produção.

Desta forma, verificamos que o Rio Madeira, ainda que de modo indireto, está relacionado com a atividade agrícola desenvolvida também pelas mulheres, já que a esse é atribuída à responsabilidade pela fertilidade do terreno, bem como pela irrigação das plantações.

Diante das questões apresentadas e analisadas é possível afirmar que o Rio Madeira é um dos referenciais e o diferencial que organiza o espaço e a cultura de Nazaré, sendo a marca de múltiplas vivências que se manifestam na espacialidade vivida pelas mulheres neste interstício água-terra.

No entanto, práticas espaciais que estruturam o modo de vida das mulheres de

Nazaré representam uma relação dialética com o Rio Madeira, que ora se apresenta no campo funcional, materializado como útil para o viver cotidiano da “dona de casa” e, ora é referenciado no aspecto subjetivo ligado à cultura, ou seja, a manifestação do ser – pescadora e agricultora.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do Rio Madeira, aquele que serpenteia por terras amazônicas e esconde em seus meandros ondulantes os grandes mistérios da floresta, é que as mulheres ribeirinhas da comunidade de Nazaré construíram um lugar de vida, com um modo de viver que está em total conexão com o espaço das águas.

Entendemos que o rio e, especificamente, o Rio Madeira está vinculado aos elementos culturais que constituem o modo de vida e o cotidiano das mulheres de Nazaré. O ser dona de casa, pescadora e agricultora, possui íntima relação com este elemento natural, além de que os saberes e fazeres estão permeados por estes vínculos estabelecidos.

Contudo, perante as análises e observações realizadas na comunidade pesquisada, consideramos que o Rio Madeira, é um elemento natural que, para além de um componente da paisagem, estrutura a sociabilidade cotidiana e o modo de vida das mulheres, sendo considerado como elemento essencial à vida.

#### REFERÊNCIAS

AGRA, Klondy **Lúcia de Oliveira. Águas da Amazônia: sentidos, percepções e representações.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2015.

CRUZ, Valter Carmo. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense (UFF), 2006.

\_\_\_\_\_. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. In: BEZERRA, Amélia Cristina Alves. et. al. (Orgs). **Itinerários Geográficos.** Niterói. EdUFF, 2007. p. 93-122.

LOPES, Luciane Gomes. **Vivência espacial das mulheres ribeirinhas: os espaços paradoxais do Distrito de Nazaré.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2013.

NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva. **Parteiras ribeirinhas: saúde da mulher e o saber local.** Tese (Doutorado em Ciência Sócio-Ambiental e Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará (UFPA), 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

TOCANTINS, Leandro. **O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

TUAN, Yi Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 2012.



## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**INGRID APARECIDA GOMES** Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2008), Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011). Atualmente é Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Foi professora colaborada na UEPG, lecionando para os cursos de Geografia, Engenharia Civil, Agronomia, Biologia e Química Tecnológica. Também atuou como docente no Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais (CESCAGE), lecionando para os cursos de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo. Participou de projetos de pesquisas nestas duas instituições e orientou diversos trabalhos de conclusão de curso. Possui experiência na área de Geociências com ênfase em Geoprocessamento, Geotecnologia, Geologia, Topografia e Hidrologia.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-80-2

